



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS TRINDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO

Beatriz Regina Guimarães Barboza
(be rgb, beatriz rgb)

Nós, estranhos: estudos feministas da tradução e/m queer~cu-ir

Florianópolis
2023

Beatriz Regina Guimarães Barboza

(be rgb, beatriz rgb)

Nós, estranhos: estudos feministas da tradução e/m queer~cu-ir

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em [Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutore em Estudos da Tradução.

Orientadora: Profa. Meritxell Hernando Marsal, Dra.

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Barboza, Beatriz Regina Guimarães
Nós, estranhos : estudos feministas da tradução e/m
queer-cu-ir / Beatriz Regina Guimarães Barboza ;
orientador, Meritxell Hernando Marsal , 2023.
290 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós
Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Estudos da Tradução. 2. Estudos Feministas da
Tradução. 3. Estudos Queer. 4. Estudos da Tradução. 5.
Feminismo. I. , Meritxell Hernando Marsal. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Estudos da Tradução. III. Título.

Beatriz Regina Guimarães Barboza
(be rgb, beatriz rgb)

Nós, estranhos: estudos feministas da tradução e/m queer~cu-ir

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 13 de dezembro de 2022, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Olga Castro, Dra.
University of Warwick

Profa. Simone Pereira Schmidt, Dra.
LLE/CCE/UFSC

Profa. Maria Rita Drumond Viana, Dra.
LLE/CCE/UFSC — UFOP

Profa. Andréia Guerini, Dra.
LLE/CCE/UFSC

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutore em Estudos da Tradução.

Insira neste espaço a
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Profa. Meritxell Hernando Marsal, Dra.
Orientadora

Florianópolis, 2023.

A todes.

AGRADECIMENTOS

A Xangô. A Oxum. A Ogum Xoroquê. A Exu.

À minha mãe, meu pai e kira, por todo seu amor e acolhimento. Todos os dias agradeço profundamente a tudo o que vocês que são para mim.

A Meritxell, pela guiança na orientação e parceria-amizade que me ensina tanto sobre como nos fazemos juntos ao traduzir.

A professora Olga Castro, que me abriu caminhos e tantas trocas, agradece por sua presença fundamental na banca.

Às professoras que contribuíram imensamente para meu trabalho, em sua qualificação e defesa, Maria Rita Drumond Viana, Jamille Pinheiro Dias, Simone Schmidt e Andréia Guerini.

Às amigas parças pontes outras, Jules e Manu, ainda bem que vocês existem, meu coração segue com nosso carinho e energia. A Mar, nossa amizade foi fundamento afetivo de tantas travessias ainda que na distância. Às amigas queridas nas trilhas da vida a quem agradeço tanto: Sarah, Jane, Mari, Lena, She, Elisa.

A Semy, Manteguinha e Banguê por receberem com tanto amor a finalização desse trajeto.

Agradece a tantes e a tanto que permitiram esta materialização de encruzilhadas.

Ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina e à CAPES que nos remunera por nosso trabalho.

“A pureza — toda pureza, como a morte — é estéril. Tudo aquilo que pertence ao âmbito da vida é pura contaminação somente.”

(Maria-Mercè Marçal, minha tradução)

“Qual o prazer do caminhante
senão
o de encontrar a invisível ponte
a ambição de ousar?”

(Ana Hatherly)

“Romperse, salirse, escaparse
ser otre, ser todes, ser yo.”

(Lucianx Bonader)

“I think there can be no solidarity without translation, and certainly no global
solidarity.”

(Judith Butler)

RESUMO

Minha tese propõe os estudos feministas da tradução e/m queer~cu-ir como encruzilhada teórica, a partir de uma crítica à concepção de gênero presente em muitas pesquisas relevantes dos estudos feministas da tradução, e à falta de diálogo recíproca entre este campo e os estudos queer~cu-ir na tradução. Para tanto, situo minha postura junto à ética queer da primeira pessoa em uma prática de an/dança, atente às relações entre pesquisas, literatura e conversas, o que constitui um fluxo teórico de afinidades e/m contingências do processo de investigação. Localizando minha trajetória pessoal em relação aos Estudos da Tradução e alguns debates feministas (brasileiros) contemporâneos, oriento-me pelas perturbações dos estudos queer~cu-ir e de escritoras feministas para fazer uma revisão bibliográfica crítica de pesquisas significativas aos estudos feministas da tradução, indagando-as sobre o que entendem por gênero. Em seguida, aprofundo-me nos debates sobre queer~cu-ir e suas relações, em ausências e desencontros, com os estudos feministas da tradução, para sinalizar algumas de suas táticas que considero pertinentes à minha proposta. Assim, formulo os estudos feministas da tradução e/m queer~cu-ir como uma proposição teórica em que gênero em suas intersecções possa ser contemplado de maneiras abertas e mutáveis à escuta de tantes que são traduzidas, afetando tanto os Estudos da Tradução quanto as próprias práticas de tradução com uma sensibilidade crítica atenta às relações entre os elementos envolvidos. Para demonstrar como tal postura poderia incidir, realizo uma an/dança entre *Nightwood* (1936), escrito por Djuna Barnes, e sua tradução ao português brasileiro, *No bosque da noite* (2004[1936]), feita por Caetano Waldrigues Galindo. Como conclusão, sugiro que esta tese, em suas possibilidades e limitações entre propostas feministas e/m queer~cu-ir, pode estranhar categorias, perturbar divisões e convidar conversas outras para pesquisas sobre tradução e o próprio gesto de traduzir.

Palavras-chave: Estudos Feministas da Tradução. Estudos Queer. Estudos da Tradução. Políticas da Tradução. Teoria da Tradução.

ABSTRACT

My thesis proposes the feminist translation studies and/in queer~cu-ir as a theoretical crossroads, from a critique of the conception of gender present in many relevant works in feminist translation studies research, and the lack of reciprocal dialogue between this field and queer~cu-ir studies in translation. To do so, I situate my stance with the queer ethics of the first person in a practice of *an/dança*, paying attention to the relationships between research, literature and conversations, which constitutes a theoretical flow of affinities and/in contingencies of the investigation process. Situating my personal trajectory in relation to Translation Studies and some contemporary (Brazilian) feminist debates, I orientate myself by the disturbances of queer~cu-ir studies and feminist writers to carry out a critical review of bibliography that is significant to feminist translation studies research, inquiring what they understand by gender. Then, I delve deeper into the debates on queer~cu-ir and its relations, in absences and divergences, with feminist translation studies, to point out some of its tactics that I consider important to my proposal. Thus, I formulate feminist translation studies and/in queer~cu-ir as a theoretical proposition in which gender in its intersections can be contemplated in ways that are open and mutable to listening to many who are translated, affecting both Translation Studies and the practice of translation itself with a critical sensitivity, attentive to the relations between the elements involved. In order to demonstrate how such a stance could affect it, I carry out a *an/dança* between *Nightwood* (1936), written by Djuna Barnes, and its translation into Brazilian Portuguese, *No bosque da noite* (2004[1936]), made by Caetano Waldrigues Galindo. As a conclusion, I suggest that this thesis, in its possibilities and limitations between feminist and/in queer~cu-ir proposals, can make categories strange, disturb divisions and invite other conversations for research on translation and the very gesture of translating.

Key-Words: Feminist Translation Studies. Queer Studies. Translation Studies. The Politics of Translation. Translation Theory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fotografia da obra “Siga a linha” (2017) de Chiharu Shiota, em sua exposição “Linhas da Vida”, que ocorreu entre os dias 13 de novembro de 2019 a 27 de janeiro de 2020 no Centro Cultural Banco do Brasil em São Paulo.....p. 53

SUMÁRIO

1	PRÓLOGO	17
1.1	DAS ABERTURAS DE TRABALHO.....	17
1.2	DA TESE EM FLUXO.....	29
1.3	DAS LOCALIZAÇÕES DE PARTIDA.....	32
1.3.1	<i>Nos Estudos da Tradução</i>	36
1.3.2	<i>Em debates feministas (brasileiros) contemporâneos</i>	40
1.4	DAS ORIENTAÇÕES AO CAMINHO, DIREÇÕES.....	49
2	WITH A LEER OF LOVE: DOS ESTUDOS FEMINISTAS DA TRADUÇÃO	55
2.1	DAS PRIMEIRAS VOLTAS AO LADO DOS ESTUDOS FEMINISTAS DA TRADUÇÃO.....	63
2.1.1	A ver pelas breves revisões: Rosvitha Friesen Blume e Olga Castro	63
2.1.2	De artigos notáveis: Lori Chamberlain, Barbara Godard e Luise von Flotow	75
2.1.3	Estacas ao solo: os livros de Sherry Simon (1996) e de Luise von Flotow (1997)	88
2.1.3.1	<i>Gender in Translation</i> (1996).....	89
2.1.3.2	<i>Translation and Gender</i> (1997).....	99
2.2	DOS APROFUNDAMENTOS EM REDES PELOS ESTUDOS FEMINISTAS DA TRADUÇÃO E SUAS ENCRUZILHADAS.....	115
2.2.1	Resenhando redes: <i>Translating Women 1 e 2</i> (2011/2017) e <i>Feminist Translation Studies</i> (2017)	116
2.2.2	Fronteira de águas do degelo: literatura e/m tradução feminista com Maria-Mercè Marçal e Gloria Anzaldúa	140
2.2.2.1	<i>Bruxas e fadas se amam, e são muitas, Mercè</i>	142
2.2.2.2	<i>La mestiza é a sacerdotisa na fronteira de Exu, Gloria</i>	149
2.2.3	Revisão mais ampla: <i>Espais de Frontera</i> (2000) de Pilar Godayol	163

2.2.4	Aprochegos transnacionais: um editorial e um artigo de conceitos e metodologias	183
3	NÓS, ESTRANHES: ESTUDOS FEMINISTAS DA TRADUÇÃO E/M QUEER.....	198
3.1	TATEANDO NA ENCRUZILHADA: DJUNA, O QUE TEM O QUEER A VER COM AS CALÇAS?.....	198
3.2	QUEER NA TRADUÇÃO E/M SUA COMPLEXA RELAÇÃO COM OS ESTUDOS FEMINISTAS DA TRADUÇÃO.....	200
3.3	ESTRANHANDO FÓRMULAS.....	208
3.3.1	Queer dando algumas voltas e/m estudos.....	209
3.3.2	Alguns atravessamentos trans.....	222
3.4	ALGUMAS TÁTICAS QUEER~CU-IR: VERBOS DE ESTRANHAMENTOS, CATACRESES, DESPOSSESSÕES.....	230
3.5	A PROPOSTA DOS ESTUDOS FEMINISTAS DA TRADUÇÃO E/M QUEER~CU-IR.....	244
3.6	UM EXEMPLO DE ANÁLISE NOS ESTUDOS FEMINISTAS DA TRADUÇÃO E/M QUEER~CU-IR: <i>NIGHTWOOD</i> COMO <i>NO BOSQUE DA NOITE</i>	250
4	EPÍLOGO: ANDAR ATENTE ÀS RELAÇÕES ENTRE.....	266
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	270

1 PRÓLOGO

1.1 DAS ABERTURAS DE TRABALHO

*Ele é o senhor das estradas, ogunhê
Abra meus caminhos, ogunhê
É o senhor da porteira
É o meu pai, Ogum Xoroquê*

Que nas encruzilhadas da vida não nos percamos, mas nas estradas nos encontremos. A epígrafe acima é parte de um ponto cantado umbandista, para Ogum Xoroquê, do qual me lembrei no 23 de abril de 2019, o próprio dia de Ogum, entre Curitiba e a Ilha de Santa Catarina, que foi uma de tantas viagens que compuseram esta tese. Este ponto tocava no primeiro terreiro de Umbanda em que comecei a trabalhar, mas já ouvia outros junto à família desde criança, nesses rumos desde minha bisavó materna. Ontem, 6 de novembro de 2022, cantei-o novamente, nas orações que sempre faço antes de sair para minhas an/danças pela ilha. Escrevo essa palavra com a barra, inspire¹ pelas conversas com a amiga Marcella Sneider, quando verbalizei que andar constitui para mim uma estilização de movimentos e/m atenção que chama um estado de presença, como aquele convidado pela dança, pela meditação, pelo transe, pela tradução, pela vida. Presença esvaziada e/ou atravessada, ora perturbada ao ponto de ausentar-se, mas se movendo pela confiança na abertura dos caminhos, foi assim que compus uma coreografia de passos na cartografia de uma trilha de pesquisa, realizada entre meados de 2018 e final de 2022, para propor os estudos feministas da tradução e/m queer~cu-ir.

¹ Além de escrever como não binária, embora minha transição tenha ocorrido durante esta pesquisa, também usarei linguagem não binária amplamente nesta pesquisa: em consonância com as propostas dos estudos feministas e dos estudos queer~cu-ir, evitarei usar o gênero gramatical masculino como genérico para a coletividade humana, assim como formas supostamente inclusivas que sejam binárias. Sempre que o contexto se referir a mulheres, não binárias e homens conjuntamente, optarei por intervenções na linguagem, como, por exemplo: através do uso do “e” (algumes, todes), alterando o que for preciso para isso (crítiques, teóriques) ou utilizar outras vogais, sozinhas ou combinadas, que não recaiam no binário para palavras no plural ou para pessoas não binárias (“ie” em escritories, tradutories, e “u” em elus). Um dos maiores referenciais online para consulta sobre o tema é o Guia para “Linguagem neutra”(PT-BR) feito por Ophelia Cassiano, disponível em:< <https://medium.com/guia-para-linguagem-neutra-pt-br/guia-para-linguagem-neutra-pt-br-f6d88311f92b>>. Acesso em 10 de junho de 2021.

Sobre queer~cu-ir. Antes de discorrer sobre a nomeação inteira de minha proposta, explico porque opto por esse termo. Como justificado em outro momento (BARBOZA, 2022, online), me aproximo das dificuldades tradutórias de queer em uma sugestão de transformação fluida e de convivência entre palavras, que de uso pejorativo à reapropriação subversiva no contexto anglófono passou a problemática epistêmica nos fluxos de saberes a partir da teoria queer. Comentarei melhor sobre esse assunto no segundo capítulo, mais dedicado a queer~cu-ir. Neste momento, explico que escrevo dessa forma apenas como mais outra possibilidade de tradução, dentre inúmeras outras que já existem e ainda podem surgir, sem apagar seu referencial de diálogo, por acreditar nas afetações que as constituem (mantendo o termo em inglês e uma das formas encontradas na América Latina a partir de sua sonoridade, conectados pelo sinal gráfico ondulado) e que se encontram em movimento (lembrando-me da “teoria cu” de Larissa Pelúcio [2014] e que vai em movimento, o ir). Por isso, também respeitarei as outras tantas formas usadas pelas autorias com as quais dialogarei nesta pesquisa, registrando-as como as inscrevem.

Sobre o nome estudos feministas da tradução e/m queer~cu-ir, objetivos, justificativas. Escolhi chamá-los assim porque o objetivo desta tese é realizar uma revisão bibliográfica crítica pelos estudos feministas da tradução, que escrevi acompanhada e/ou afetada por outros, sob uma desestabilização de forma e conteúdo a partir dos estudos queer~cu-ir, para propor uma formulação outra ao campo, uma possibilidade dentre tantas que podem surgir, que poderia ser vislumbrada através de uma análise de tradução comparada de um livro que foi fundamental em minha trajetória, *Nightwood*, de Djuna Barnes. Um dos principais eixos de questionamento que realizo aos estudos feministas da tradução foi sobre a concepção de gênero presente em muitos desses textos, que percebia ser considerada como um dado autoexplicativo calcado no binário da diferença sexual, e, ao repassar essas pesquisas, também tive como objetivo uma contribuição pedagógica para estudantes e pesquisadoras que desejassem conhecer criticamente alguns trabalhos relevantes nos estudos feministas da tradução pelas trilhas que fiz nesta escrita. Ao notar pouca porosidade entre feminismos e queer~cu-ir em várias pesquisas relevantes dos estudos feministas da tradução e de queer na tradução, justifico minha proposta com o desejo de aproximá-las, a queerizar~cu-irizar os estudos feministas da tradução para promover outras

compreensões de gênero e/m intersecções, perturbando não somente como esses conceitos são entendidos, mas também como são hierarquizados.

Na nomenclatura, além dos recursos gráficos usados em queer~cu-ir, o uso da barra no “e/m”, como esquina na encruzilhada de Exu² a proliferar sentidos, inclui “e” e “em”, expõe que não se faz somente uma adição entre os estudos feministas da tradução e (estudos) queer~cu-ir na tradução, mas se afetam no convívio. Apenas justapor as palavras “feministas” e “queer~cu-ir” de alguma maneira subjugaria uma à outra, relacioná-las através do “e/m” tanto expõe essa zona de contato quanto explicita sua permeabilidade, seus (des)afetos de fronteira, uma encruzilhada teórica.

As variações na forma de escrever. Para narrar esse percurso, precisei escolher como contaria essa pesquisa, a an/dança a que me referi parágrafos acima, mas que antes foi feita de outro modo. Qualifiquei-a no formato de relato de viagem em novembro de 2020, ainda impactada pelos movimentos expansivos que fizera em 2019 para dialogar sobre literatura e/m tradução feminista entre a Ilha de Santa Catarina, Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, mas não consegui sustentá-la desse modo diante da pandemia de Covid-19, questionando tantos processos, inclusive a própria ideia do que era viajar. Ainda que seja possível elaborar sobre viagens de inúmeras maneiras, o significante se esvaziou para mim daquilo que antes representava. Remete-me a algo inviável no cotidiano comum, que demanda algum planejamento e condições para ser possível e que parece supor grandes distâncias. O que se manteve entre 2020 e 2021 e seguiu por 2022, que trazia de minha experiência desde meus 10 anos de idade, é o que passei a chamar de an/dança³.

² Destaco o trabalho que a professora Denise Carrascosa tem realizado sobre tradução e afroancestralidade que, no referencial iorubano do transe, está intrinsecamente ligado ao orixá Exu, conforme a pesquisadora pontuou em sua conferência de abertura ao III Simpósio do GEFLIT: Feminismo e Interseccionalidade. Como ela situou, encruzilhada e Exu começaram a ser utilizados como conceitos teóricos com mais fôlego a partir da obra de Leda Maria Martins e então por pesquisadoras negras. No grupo no qual atua, chamado Traduzindo no Atlântico Negro da Universidade Federal da Bahia, referem-se à tradução como tarefa exuziaca. Aqui, como criade em tradições de terreiro e/m diálogo de vida cotidiana, me refiro tanto aos saberes que atravessam meus rituais, meu nascimento — 13 de junho, dia de Exu, em uma segunda-feira, seu dia —, quanto imagens que vão aparecer por esta tese, como a dos Estudos da Tradução em contínua mudança na encruzilhada de disciplinas acadêmicas segundo Christopher Larkosh, e a da afetação entre feminismos e/m queer~cu-ir.

³ A grafia por si só não é novidade, a ver o volume *Filosofia e (an)danças*, organizado por Maria Helena Lisboa da Cunha, Micael Rosa Silva e Miguel Angel de Barrenechea, publicado pela 7Letras em 2017, apenas como um exemplo. Importa-me, nesta tese, trazer como vivo a an/dança à forma como faço pesquisa.

Aqui na Ilha de Santa Catarina, a an/dança pode ser o trajeto com cerca de 30 quilômetros entre a Praia da Solidão até a Joaquina feito no meu aniversário de 2021, mas também pode ser os 48 minutos que levo de casa na Trindade à Ponta do Coral para ver o pôr-do-sol no horizonte do continente em um dia qualquer. Em 2019, na época dos lançamentos da minha plaquete *with a leer of love* — sobre a qual comentarei na seção 1.2 deste prólogo, chamada “Da tese em fluxo”, uma das provocadoras desta pesquisa —, caminhei da Estação Central no Rio de Janeiro até a Cantagalo; semanas depois, durante o TREMA – I Encontro de Mulheres, Tradução e Mercado Editorial na Universidade de São Paulo —, cruzei São Paulo por horas e horas ao longo de dias. Nessas rotas, observava tanto. Amigues já brincaram de me chamar de andarilhe e essa experiência sempre me ensinou a “olhar bem ao redor, duvidando de tudo que se vê, faz, diz, precisamente porque temos palavras para tudo isso, mas não sua alquimia” (BARNES, 1936, p. 122 em minha tradução), este trecho de *Nightwood*, livro que mencionei acima. Uma curiosidade para ver como as coisas se relacionam entre si, algo que faço na vida e nesta pesquisa, que também me moveu pelo romance de Djuna Barnes.

Quando observei a tradução de *Nightwood* para *No Bosque da Noite* por Caetano Waldrigues Galindo (BARBOZA, no prelo), a partir de chaves de leitura que valorizam o livro por perspectivas feministas e/m queer, algumas questões se destacaram para mim e confluíram nesta investigação. O romance, profundo mergulho no submundo des excluídas pela norma entre Paris, Berlim e Viena nas décadas de 20 e 30 do século XX, envolve personagens cujo (des)encontro de desejos se dá em sexualidades e gêneros desviantes: o complexo e trágico amor entre Robin Vote e Nora Flood; o afeto de Felix Volkbein que se projeta sobre Robin, a princípio sua esposa; as garras possessivas de Jenny Patherbridge, quem tenta tomar Robin para si; e as falas analíticas e poéticas de Matthew O'Connor, ginecologista gay que, entre quatro paredes, expõe-se trans⁴. Em meio às comparações que realizei entre o texto de Djuna e sua tradução por Caetano

⁴ Em público, reconhecido como homem e referindo-se a si mesmo no masculino, Matthew, em seu próprio quarto, maqueia-se e usa camisola, e, em meio aos seus longos monólogos, diz para Nora: “It was more than a boy like me (who am the last woman left in this world, though I am the bearded lady) could bear” (1936, p. 145) [Era mais do que um menino como eu (que sou a última mulher que restou do mundo, apesar de ser a mulher barbada) podia suportar (2004[1936], p. 122)]. O livro utiliza nomenclaturas anglófonas da época, como *inverted* e *queer*, mas destaco como a personagem de Matthew O'Connor relata uma existência trans* e não utiliza essas duas palavras acima como autonegação.

Galindo (BARBOZA, no prelo), notei inúmeras questões de interesse feminista e/m queer~cu-ir, que serão objetivo de breve análise na seção “3.6 Um exemplo de análise nos estudos feministas da tradução e/m queer~cu-ir: *Nightwood* como *No Bosque da Noite*”. Destaco que essa análise mereceria uma tese de crítica da tradução por si só e reconheço que apresentá-la de forma tão sucinta não faz jus ao que merecia. No entanto, espero demonstrar com os exemplos situados do romance em tradução como minha proposição teórica pode se materializar em uma sensibilidade crítica, assim como a elaboro esta tese me inspirando em várias imagens da obra de Djuna.

No entanto, para situar um dos tópicos de tradução que se relaciona com esta trajetória, menciono que a passagem “An image is a stop the mind makes between uncertainties” (1936, p. 160) — dita pelo barão Felix Volkbein em um momento que admite desconhecer Robin — foi traduzida por “Uma imagem é uma parada que a mente faz entre duas incertezas” (2004[1936], p. 133). Ainda que “between” seja uma preposição usualmente marcada pelo binarismo, um entre duas coisas — objetos, sujeitos, espaço, tempo —, na tradução seria possível soltá-la desse uso mais comum. Assim, caminho pela abertura desta frase, lendo-a como “Uma imagem é uma parada que a mente faz entre incertezas”, que aqui releio como: a escrita é uma parada que a mente faz entre incertezas. Isso diz muito do caminho desta tese, an/dança registrada em cartografia, e que busca sugestões, mas não certezas.

Nesse enredamento de caminhos, percebi que um registro cartográfico — envolvendo teorias, literaturas, artes e diálogos reais, entretecidas em tom ensaístico —, como resultado de direcionamentos pela busca e pela espontaneidade dos encontros, seria condizente com minha proposta optar por um fluxo teórico, sobre o qual comentarei melhor na seção 1.2 “Da tese em fluxo”. Nessa *corrente*, encadearam-se uma pluralidade de vozes, correndo, por vezes, os vários significados de uma mesma palavra ou trocadilhos/deslizamentos/acidentes de digitação que ampliam os seus sentidos, apostando em uma ideia de tradução como relação de abertura e não de aprisionamento (de significado, de forma, de vida e mais). Diante de apagamentos e invisibilizações, penso que o que faltou a muitos estudos feministas e queer na tradução foi atenção. Não digo isso como alguém realmente atente: eu tento, me disponho. Ao fazer e refazer novos e os mesmos caminhos, sempre há algo que não se notou antes e sinto que isso faz parte: quem

presta atenção a tudo que lhe cerca, não consegue sair do lugar. E há circunstâncias que nos hostilizam e retrocedemos às formas habituais de agir, diante do qual é preciso tempo para recuperar-se, desarmar-se. Esse estado de atenção que convido não é a hipervigilância do alerta, mas uma variação no olhar que inclusive demanda alguma distração: sem um foco, nosso olhar pode encontrar aquilo que geralmente não repararia por nossos próprios interesses. Isso me levou à tradução, outra vez: há aspectos que notamos ao traduzir ou pesquisar sobre tradução, mas tanto passa batido por nós. Ao revisitar os mesmos textos, com outras sensibilizações, percebemos aspectos que antes não se destacavam para nós, ou olhamos de outra maneira para aqueles que antes nos chamavam a atenção. Para esse estranhamento sensível, também me oriento pela *ética queer da primeira pessoa*, que diz de minha aproximação com esse campo.

Das primeiras visitas queer. Ainda que tenha entrado em contato com os estudos queer~cu-ir bem depois, nem imaginados no começo de meu projeto em meio aos feminismos, eles passaram a virar tudo. Como referência mais frequente que vinha de antes da tese, tive Judith Butler com alguns de seus textos, mas a princípio também li Christopher Larkosh e Guacira Lopes Louro. Ainda que eu vá me deter mais profundamente neste tema no terceiro capítulo desta tese, é necessário situá-lo para as escolhas que orientarão o caminho deste texto. Assim, ecoando introduções, a de Guacira Lopes Louro para a 3ª edição revista e ampliada de seu *Um corpo estranho — Ensaios sobre sexualidade e teoria queer* trouxe um conjunto de noções sobre queer com o qual gostaria de começar:

Assumo que queer pode ser tudo que é estranho, raro, esquisito. O que desestabiliza e desarranja. Queer pode ser o sujeito⁵ da sexualidade desviante, o excêntrico que não deseja ser “integrado” ou “tolerado”. Pode ser, também, um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do “entre lugares”, do indecível. (2018, p. 8)

⁵ Em respeito à escolha da autora, ainda mais considerando como o uso de linguagem não binária mais frequente ainda é recente, não alterei nada em seu texto, porém acredito que seja possível referir-se a *sujeite*, em prol de usos da língua que não tomem um masculino como referente para uma palavra tão relevante nas discussões sobre as subjetividades, nem a restrinja ao modo binário. Tomarei a mesma postura em outros momentos desta tese, com relação às citações.

Nesse livro, a professora buscou escrever sobre irradiações de debates a partir de queer por várias perspectivas. Ora pensando em pedagogias queer, ora repassando marcos históricos com relação aos movimentos e estudos sobre sexualidade e gênero, ela também se deteve na imagem da viagem, “frequentemente evocada na Literatura e na Educação” (2018, p. 12), “na medida em que a ela se agregam ideias de deslocamento, desenraizamento, trânsito” (2018, p. 13), com a qual converso não mais pelo significante em si, mas pelo movimento que sugere. Em nosso atual contexto de saberes, ela afirma que conseguimos conceber as existências como pluralidades complexas, e entende-se que as subjetividades não são indivisas, unificadas e estáveis. Em seus caminhos, as motivações e objetivos mudam, de tal forma que vão, ora voltam, mas sempre “tocados que foram pela viagem” (2018, p. 13), em um processo “que caracteriza-se por constantes desvios e retornos sobre si mesmo, um processo que provoca desarranjos e desajustes, de modo tal que só o movimento é capaz de garantir algum equilíbrio ao viajante” (2018, p. 13). Nesse processo, Guacira⁶ apontou que as normas sociais determinam vias compulsórias para como se vive gênero e sexualidade (e muito mais) e, assim, quem se afasta da cis-heterossexualidade, acaba sendo considerada uma pessoa desviante. Porém, algunes, em meio às violências sofridas por agentes da norma,

viajantes pós-modernos, muitas vezes, extraem mais prazer da mobilidade e da ‘passagem’ do que propriamente da ‘chegada’ a algum lugar ou ao lugar do ‘outro’. Sentem-se à vontade com o movimento. A transição, o processo, o percurso podem se constituir, no fim das contas, em sua experiência mais vital ou mais autêntica (...) Na viagem que empreendem ao longo da vida, alguns sujeitos deixam-se tocar profundamente pelas possibilidades de toda ordem que o caminho oferece. Entregam-se aos momentos de “epifania”. Saboreiam intensamente o inesperado, as sensações e as imagens, os encontros e os conflitos, talvez por adivinharem que a trajetória em que estão metidos não é linear, nem ascensional ou constantemente progressiva. (...) Por isso o efeito e o impacto das experiências desses sujeitos é tão fortemente político — o que eles ousam ensaiar repercute não apenas em suas próprias vidas, mas nas

⁶ Em meu trabalho, me refiro às pessoas por seus primeiros nomes, por algumas razões: 1) para que o uso de sobrenomes não apague a referência de gênero dos primeiros nomes, caso exista e seja pertinente à autoria; 2) porque muitas vezes citarei conversas que não são possíveis de referenciar como bibliografia; 3) para que não se perca a proximidade sobre a qual escrevo e que convoco como prática acadêmica e profissional. No entanto, não faço disso uma regra, pois não haveria coerência em realizar o mesmo procedimento com autorias que me são mais distantes, com relação ao tempo de conhecimento e de afinidade afetiva de seus textos. Além disso, algumas autorias são bastante conhecidas por seus sobrenomes, como Spivak e Derrida, de forma que também oscilo de acordo com o que sentir que couber em cada passagem do texto.

vidas de seus contemporâneos. Esses sujeitos sugerem uma ampliação nas possibilidades de ser e de viver. (2018, p. 21)

Assim, escolhi registrar a an/dança desta tese como um caminho que traça uma cartografia, mantendo o movimento em sua leitura e abarcando as mudanças presentes em seu processo. Ao invés de artificialmente dividir minha pesquisa em uma introdução, capítulos coerentes e uma conclusão, reconheço que sua trajetória não foi linear e seguiu em transformação, o que me recorda as palavras de Thiago Ranniery Moreira de Oliveira e Marlucy Alves Paraíso sobre a cartografia como método de pesquisa em educação: “Expressão de uma pesquisa errante que navega na embriaguez do movimento pela sua própria mudança. Partir. Sair. Deixar-se um dia perder a cabeça. Ir quebrar em algum lugar. A cartografia não dispensa a viagem” (2012, p. 164). As percepções envolvidas nela foram registradas e podem reverberar, além de constituírem uma forma sensível de saber, mas não pretendo estabelecer nenhuma suposta evolução ou ambição totalizante: os textos não aparecem sempre em ordem cronológica, mas seguem o trajeto da própria pesquisa (as revisões sobre o campo me levaram a pesquisar sobre essas referências passadas; a imersão na tradução de Maria-Mercè Marçal me trouxe a possibilidade de ler a ampla elaboração de Pilar Godayol, que demandou a leitura de Gloria Anzaldúa; antes de seguir às recentes pesquisas no campo). Assim, trago a ideia do fluxo teórico, do caminho através de uma cartografia vivida em an/dança, algo semelhante ao que Rafael Leopoldo realizou em sua *Cartografia do pensamento queer* (2020), justamente para não criar a ilusão de uma progressão de ideias, supostamente saindo das menos acertadas às melhores, mas percorrendo várias, escolhidas conforme a orientação de meu horizonte de pesquisa, o que me levou para lugares inusitados e pediu espaço para divagações.

No prefácio ao *Cartografia do pensamento queer*, Pablo Pérez Navarro afirmou que “O mapa, desse ponto de vista [que o toma como parte da história da produção dos espaços e contra-espaços], não é só um guia para visitantes; faz parte, acima de tudo, do processo de constituição do território” (2020, p. 12). Adiantando-me ao que depois retomarei para comentar sobre o mapeamento dos Estudos da Tradução, James Holmes já dizia que “the map, as the General

Semanticists constantly remind us, is not the territory⁷8 (2000[1972], p. 174). Combinando essas leituras, podemos dizer que, por mais que o mapa não seja o território, ele afeta como ele é constituído: quais leituras fazemos dele e como essas leituras afetam as formas pelas quais interagimos com esse território. Assim, gostaria que minha experiência de tese, em sua contingência, transformasse possibilidades de fazer e de viver na pesquisa sobre os estudos feministas da tradução e/m queer~cu-ir, que possa perturbar queerizando~cu-irizando o que se entende sobre feminismos na tradução para contribuir com uma outra postura diante desses campos, outra sensibilidade. Uma vez que escrevo a partir da primeira pessoa, cabe justificar como isso se articula com propostas já estabelecidas nos ET, inclusive pelos estudos queer, na ética queer da primeira pessoa.

Dos Estudos da Tradução como disciplina queerizada~cu-irizada/queerizável~cu-irizável desde sua origem à ética queer da primeira pessoa. Como comentei acima, recorrerei às derivações de sentidos por diferentes usos de algumas palavras e até os acidentes em sua escrita, semelhantes a trocadilhos e jogos de palavras, presentes em inúmeras intervenções de queerização~cu-irização da linguagem. No capítulo “James S. Holmes, Translation Studies, and the queer ethics of the first person”, Christopher Larkosh lembrou-se de um artigo de Luise von Flotow — pesquisadora na área dos estudos feministas da tradução desde o fim dos anos 80 e reconhecida como uma das suas fundadoras — em que ela, ao pensar na tradução de “queer” para o francês, brincou com as possibilidades sugeridas: *cuir*⁹, de couro, que se ouve como *cuire*, cozinhar, relativas a imaginários queer. Nessa sutil catacrese de sentidos solapados, justapondo línguas pela homofonia, o couro seria “as much a foundational element of the discipline of translation studies as queerness is”¹⁰ (2017, p. 164). Na mesma página, Christopher seguiu tramando¹¹

⁷ Coloco-me contra a convenção da Associação Brasileira de Normas Técnicas, deixando os textos em suas línguas de partida no corpo do texto e traduzo-os nas notas de rodapé para não criar uma impressão homogeneizante sobre o lugar a partir de onde se elabora. Desta forma, busco fazer com que diferentes idiomas convivam no corpo do texto assim como habitam os espaços de leituras frequentados pelo estudo desta tese.

⁸ [o mapa, como as pessoas da Semântica Geral constantemente lembram, não é o território]

⁹ Não deixo de pensar na mescla de línguas e suas viagens que, também em catalão, couro se escreve *cuir*, e, por outro lado, na América Latina, cuir foi proposta como uma das possíveis traduções para queer (VALENCIA, 2015), como também comentarei no terceiro capítulo.

¹⁰ [elemento fundacional da disciplina de estudos da tradução, tanto quanto é a queeridade]

¹¹ Faço a escolha estilística de utilizar “tramar” por trazer a ideia de entremeado, de tecido, de trama feita de muitos fios, como o mosaico asteca de Gloria Anzaldúa sobre o qual falarei na seção 2.2.2.2,

traduções e trocadilhos por homofonia (“Leder/leer/cuir/queer” e “Netherlands/Leatherlands”), considerando as línguas (holandês e inglês) com as quais trabalhava James S. Holmes, um dos fundadores dos Estudos da Tradução, e afirmou que

(...) in this slippage and fluidity between homonyms and often imperfect rhymes that are always essential to the translation of any poetic or theoretical text that hinges on a play on words, we begin to approach more closely what practicable possibilities queerness represents in translation, who in which linguistic pairs becomes multiple, and in which the questions of practice are both openly sexualized while also being resubmitted to a different understanding of the concept of discipline, one clad in leather, and which brings with it its own forms of pleasure. If queerness were ever to mean the same thing to everyone, and if its meanings could ever be imposed in any totalizing way from one linguistic space over to another, then such a politics of translation would no longer be queer, and probably never was in the first place.¹² (2017, p. 164)

Logo, uma ideia de queeridade~cu-iridade na tradução pode se apoiar nessa ampliação das conexões entre palavras e seus significados entre línguas, diferentemente das concepções de “espejismo de la neutralidad, la objetividad o la fidelidad, constructos que han diseñado el horizonte de expectativas de traductores y traductoras en su labor milenaria y que, posteriormente, han hipotecado la teoría y la historia de la traducción”¹³ (SANTAEMILIA, 2017a, p. 1). Porém, Christopher expôs que os ET são uma disciplina que dispensa ser queerizada~cu-irizada — talvez seja redundante —, pois ela é, em sua gênese, queer~cu-ir:

(...) conceived by Holmes himself in his seminal essay “The Name and Nature of Translation Studies” to work between and complicate the borders of academic categorization and sexual identity, translation studies continues to draw on these early maps and models to imagine itself and its continually shifting coordinates at the crossroads of academic disciplines, and quite

para tratar de processos em movimento que possuem tanto sua dimensão de recolhimento (o fio para dentro) quanto sua etapa de expansão (o fio para fora).

¹² [nesse deslizamento e fluidez entre homônimos e frequentes rimas imperfeitas, que são essenciais sempre à tradução de qualquer texto poético ou teórico que se articule em um jogo de palavras, começamos a nos aproximar mais de quais possibilidades praticáveis a queeridade representa na tradução, na qual pares linguísticos se tornam múltiplos, e na qual questões de prática são tanto abertamente sexualizadas quanto reenviadas a uma compreensão diferente do conceito da disciplina, vestido de couro, e que traz consigo suas próprias formas de prazer. Se a queeridade significasse a mesma coisa para todo mundo, e esse significado pudesse ser imposto em qualquer forma totalizante de um espaço linguístico ao outro, então, tal política de tradução não mais seria queer e provavelmente nunca foi]

¹³ [ilusão da neutralidade, da objetividade ou da fidelidade, construtos que projetaram o horizonte de expectativas de tradutores e tradutoras em seu labor milenar e que, posteriormente, hipotecaram a teoria e a história da tradução]

often at the margins in relation to more traditional centers of academic institutions.¹⁴ (2017, p. 162)

Diante disso, é importante lembrar que a queerização~cu-irização que a disciplina realiza com relação às outras disciplinas acadêmicas pode ser um dispositivo autorreflexivo e derivativo com relação aos seus próprios procedimentos. Sobre a disciplina em si, Christopher defendeu a abertura para outros âmbitos além da universidade, assim como o fez James S. Holmes: foi poeta, tradutor, professor e pesquisador envolvido com a fundação tanto dos Estudos da Tradução quanto dos estudos gays holandeses, ativista gay da cena do couro, assim como co-fundador da livraria gay e lésbica de Amsterdã Vrolijk, talvez “an emblematic model of translationality”¹⁵ (2017, p. 165). Portanto,

[I] will argue that any ‘queering’¹⁶ that might be done today in translation studies, at least those that hope to depart from Holmes as a historical precursor, may well benefit from being articulated and carried out in closer contact with projects of political activism, institutional critique, attempts at solidifying cultural community by way of literary and artistic production, as well as calls for concrete political change.¹⁷ (LARKOSH, 2017, p. 163–4)

Sua postura inspira que inúmeras relações verdadeiras se estabeleçam entre ativistas, artistas, escritories e pesquisadories e isso amplia tanto a contribuição de outros meios aos ET quanto estende seu alcance a eles. Essas linhas, por sua vez, partem de pontos, como cada uma de nós. Na pesquisa, isso valoriza a importância da consciência de quem escreve sobre sua presença, em consonância com o que Christopher chama de ética queer da primeira pessoa:

¹⁴ [concebida pelo próprio Holmes em seu ensaio seminal “O Nome e Natureza dos Estudos da Tradução” para trabalhar entre e complicar as fronteiras da categorização acadêmicas e identidade sexual, os estudos da tradução continuam a desenhar em cima desses mapas e modelos iniciais para se imaginar e as suas coordenadas continuamente cambiantes nas encruzilhadas das disciplinas acadêmicas, bem frequentemente à margem em relação aos centros mais tradicionais de instituições acadêmicas]

¹⁵ [talvez um modelo emblemático da tradutibilidade]

¹⁶ Um jogo interessante através da homofonia pode ser feito entre queering e querying, como bem apontou a professora Maria Rita Drumond Viana na defesa desta tese, confluindo o estranhamento com o questionamento.

¹⁷ [(eu) argumentarei que qualquer ‘queerização’ que se faça nos estudos da tradução hoje, ao menos por quem espere partir de Holmes como um precursor histórico, pode muito bem se beneficiar de estar articulada e levada a cabo em contato próximo com projetos de ativismo político, de crítica institucional, de tentativas de solidificar comunidades culturais através da produção literária e artística, assim como de chamados por mudança política concreta]

(...) a methodological approach that rejects the conventional disciplinary notions of a presumably distanced official vantage point as the gold standard for methodological rigor, contrasting it with one in which an awareness of the one's own presence at the site of the narrative conditions any subsequent textual interpretation and intellectual intervention.¹⁸ (2017, p. 158)

Essa postura nos ET não esconde as contingências subjetivas da produção intelectual, tal qual uma tradução que não esconde ser uma tradução e nenhum mérito lhe é tirado por isso, pois se valoriza a honestidade, com a qual se propõe a fazer o que seja, como primeiro passo. Isso me fez pensar na experiência de Audre Lorde em sala de aula como poeta residente em Tougaloo, que, diante dessa experiência nova, afirmou que “Aprendi muito ouvindo as pessoas. Tudo que eu podia era ser honesta e estar aberta” (2019[1984], p. 112). A frase de Audre reverberou em minhas práticas individuais e coletivas, levando-me a refletir sobre o ato de posicionar-se sobre nosso próprio trabalho, que percebo na responsabilização que Donna Haraway defendeu em sua concepção de saberes localizados:

A alternativa ao relativismo são saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados nas possibilidades de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e de conversas compartilhadas em epistemologia. O relativismo é uma maneira de não estar em lugar nenhum, mas alegando-se que se está igualmente em toda parte. A “igualdade” de posicionamento é uma negação de responsabilidade e de avaliação crítica. Nas ideologias de objetividade, o relativismo é o perfeito irmão gêmeo invertido da totalização; ambos negam interesse na posição, na corporificação e na perspectiva parcial; ambos tornam impossível ver bem. (1995[1988], p. 24)

É possível dizer que a primeira pessoa se responsabiliza por onde se coloca e que conexões amarra em si e através de si, a partir de onde vê e de onde se pronuncia. De pronto podemos ser levadas à referência que se tornou o livro *Lugar de fala* (2019) de Djamila Ribeiro, sobre o qual comentarei na seção 1.3.2 deste prólogo, chamado “Em debates feministas (brasileiros) contemporâneos”. Assim, ao invés de registrar a partir de uma unidade, contempla-se o ser múltiplo, atravessado por pluralidades, conjunto que a postura de quem pesquisa traz:

¹⁸ [um aprofundamento metodológico que rejeita as noções disciplinares convencionais de um suposto ponto de vista privilegiado, distante e oficial, como padrão-ouro de rigor metodológico, contrastando-o com outro, em que se tem consciência da própria presença no local das condições narrativas e suas subsequentes interpretações textuais e intervenções intelectuais]. No fluxo das traduções que jogam com homofonia no texto de Christopher, ao invés de traduzir “approach” por “abordagem”, brinquei com a homofonia que apresenta com “aprocheço”, gíria brasileira para uma aproximação de conotação afetiva.

Divisão, e não o ser, é a imagem privilegiada das epistemologias feministas do conhecimento científico. “Divisão”, neste contexto, deve ser vista como multiplicidades heterogêneas, simultaneamente necessárias e não passíveis de serem espremidas em fendas isomórficas ou listas cumulativas. Esta geometria é pertinente no interior dos sujeitos e entre eles. A topografia da subjetividade é multidimensional bem como, portanto, a visão. O eu cognoscente é parcial em todas suas formas, nunca acabado, completo, dado ou original; é sempre construído e alinhavado de maneira imperfeita e, portanto, capaz de juntar-se a outro, de ver junto sem pretender ser outro. (HARAWAY, 1995[1988], p. 26)

De acordo com essas noções sobre a subjetividade e relacionalidade, assumo minha pesquisa nessa topografia localizada. É por isso que escrevo como um registro de an/dança por uma cartografia de um fluxo teórico, com determinados recursos de estilo — mostrando ao que me atento e como — e reconheço a limitação dos meus percursos, o que não impede que se valorize o alcance na parcialidade em que foi feita esta pesquisa, assim como os privilégios que me permitiram acesso a ambientes, pessoas e textos. Feitas essas premissas, passarei aos caminhos da pesquisa em que elas serão contextualizadas.

1.2 DA TESE EM FLUXO

Das estradas. Para firmar a escrita em seu trajeto, trago à tona a primeira vez que falei sobre seu recorte *em-via-de-ser* fluxo: o XII Seminário de Pesquisas em Andamento (SPA), da Pós-Graduação em Estudos da Tradução na Universidade Federal de Santa Catarina (PGET/UFSC), que se passou entre os dias 21, 22 e 23 de outubro de 2019, período atravessado pelo momento em que eu lançava *with a leer of love* (BARBOZA, 2019b) — plaquete que é um conjunto de ensaios que escrevi sobre mulheres na literatura e na tradução, partindo de experiências e diálogos, a misturar poesia e cartas. Foi um período de imensas trocas com outras pessoas, que continuaram ou passaram a estar em meu coração, até aquele momento ou até o presente — tempos inúmeros cruzaram esses espaços compartilhados que tivemos e me ressoam de distintas formas, compondo, também, com a substância de que se trata esta pesquisa. Este instante, de escrita da tese, é a busca pelo registro do que encontrei na multiplicidade de estradas. Em meio a elas, um dos momentos de contornos foi a partir da comunicação oral que realizei durante o XII Seminário de Pesquisas em Andamento que mencionei acima,

dedicada, naquele momento, a refletir sobre minha tese a partir da tradução de *Nightwood* (1936) de Djuna Barnes.

Do fazer ao invés do ser. De pronto, a primeira observação que fiz naquela ocasião foi para discordar de meu próprio resumo, submetido à organização do evento, em que eu afirmava, sob revisão de minha orientadora:

Quanto ao registro, porém, reconheço a necessidade de colocar-me de outra forma em minha pesquisa: como escritora¹⁹, tradutora, revisora e editora. A atividade que tenho para além do envolvimento acadêmico atravessa meu pesquisar e, se tanto os EFT²⁰ quanto os Estudos Queer pedem por uma abordagem contextual e permeável, é importante também invocá-la. Portanto, a ponte teórica ressoa em uma subjetiva — teoria e prática se alimentam — e desses afetos formarei o corpo de minha tese. (BARBOZA; MARSAL, 2019b, p. 121)

Ainda que eu mantenha a mesma abertura para expor os entrelaçamentos que formam minha pesquisa, assim como minha vida, conhecer mais dos estudos queer~cu-ir me fez perceber queer não como um substantivo ou adjetivo, mas como um verbo (SULLIVAN, 2003), porque não se refere a seres ou conceitos definidos, delimitados em rigidez imutável, mas em movimento, suscetíveis à mudança. No terceiro capítulo, chamado “Nós, estranhos: estudos feministas da tradução e/m queer~cu-ir”, tramarei melhor esta discussão; por hora, limito-me a dizer que me coloco aqui como quem pesquisa e escreve e traduz e revisa e edita, mas sem encontrar sentido algum em falar do lugar de seus substantivos relacionados, primeiro pela preferência justificada do fazer ao ser, segundo pela afetação cruzada que essas atividades exercem entre si: no mínimo, seria necessário substituir cada um dos “e”s acima por hífenes e ainda seria um problema a ordem das palavras a supor uma hierarquia.

Além disso, enquanto terminava o segundo capítulo desta tese, pude nomear-me como pessoa não binária²¹, de forma que mantere os registros feitos até então no feminino com as rasuras, conforme a nota 17, mas o terceiro capítulo,

¹⁹ Na época, eu ainda me entendia mulher; hoje me identifico como não binária, assunto mencionado no próximo parágrafo. Todas as referências ao meu passado que estiverem no feminino contarão com a intervenção da rasura (⚡) como forma de expor a ação de hoje sem apagar o registro passado que compõe minha história de transição.

²⁰ Na época, recorria à sigla de EFT pra Estudos Feministas da Tradução, mais corrente, mas atualmente se prefere grafar tais siglas em minúsculas (CASTRO e SPOTURNO, 2020), de forma que assim seguirei.

²¹ Nome que, em 2022, ainda me é incerto, provisório, uma vez que apresenta a controversa postura de afirmar pela negação, o que ainda mantém a norma como referencial central (BARKER; GUPTA; TWIST, 2020).

quando envolver meus pronomes, será marcada pelas flexões não binárias. Como não binária branca que se formou entre as comunidades lésbica e bissexual/pansexual, tendo por referenciais e convivência pessoas que se entendem mulheres, inscreverei minhas alianças junto de outras mulheres e não binárias ao integrar-me ao seu “nós feministas” por algumas razões. Como lembra Paul Preciado (2019), não são apenas mulheres as sujeitas dos feminismos e, contra as narrativas de passabilidade que supõem um apagamento da história prévia de alguém ao nomear-se trans (STRYKER, 2021[2006]), acredito na importância de manter esta história viva aqui, ponto de inflexão que justamente se agregará à crítica queer~cu-ir do terceiro capítulo.

Da busca pelo registro que não se agarre aos polos das formas estáticas e dos movimentos sem solidez. Ainda falando da comunicação no XII Seminário de Pesquisas em Andamento, naquela época estava a ler *A idade da escrita e outros poemas* (2005[1998]), publicação brasileira da poeta e artista plástica portuguesa Ana Hatherly, em que encontrei um poema, também trabalhado na comunicação oral:

A ESCRITA
é a petrificada imagem de um percurso
do rio antigo
da seta temporal

Ainda não sabemos pensar de outro modo (HATHERLY, 2005[1998], p. 59)

Retomo estes versos porque, naquele instante, admitia a dificuldade de trazer à voz minha pesquisa, ainda sem nenhuma imagem sólida, mas agora o faço consciente da limitação que é escrevê-la, processo de encaminhar-se. Porém, como mostra o poema de Ana, “Ainda não sabemos pensar de outro modo”, então é preciso lapidar a matéria que se toca — consciente que aquilo que tocamos se agrega a nós — através do movimento, sem me dissipar na obsessão do deslocamento, mas com o cuidado de não me prender às formas. Ainda que seja difícil, falar sobre as formas não significa perder consciência de sua potencial abertura para a mudança. Nesse sentido, percebo que o tom ensaístico pode contribuir para esse uso delas, uma vez que *ensaio* partilha tanto do gênero textual quanto da ação de experimentar, de tentativa. Para a pesquisa, an/dança guiada por uma motivação, seta temporal do rio na terra, esse fluxo de tom ensaístico se

compôs na busca por pessoas no percurso que pudessem me auxiliar — entre teóricas, escritoras, tradutoras, conhecidas —, mas inúmeras terei visto apenas de longe, afetada pelas limitações temporais e pessoais. Afinal, um roteiro por mapa é apenas uma possibilidade dentre vários caminhos para percorrê-lo. No entanto, com o andar deste trabalho, as mudanças de meu foco ficarão evidentes, também, pelas citações que farei. Sei que me demoro neste prólogo, mas ele é sintomático da investigação que a tradução sugere: ela depende de relações e seus gestos, estabelecidos pela conversa e interação ao longo do tempo, naquilo que compreendo como an/dança no traçar da cartografia.

Das multiplicações que afetam. Com essa abordagem em uma revisão bibliográfica crítica para uma proposição aos ET, busco valorizar pluralidades como pressuposto pedagógico-teórico e, ao fazê-lo, analisar quais articulações atravessam esse movimento. Reconheço que desestabilizo a forma como se registra uma pesquisa, ainda que muito moderadamente e em intensidades diferentes ao longo de seu andamento²², pois sigo a maior parte das orientações do português brasileiro e da Associação Brasileira de Normas Técnicas; no entanto, essa ampliação trouxe um espaço que pudesse abarcar os deslocamentos e diálogos que esta tese demandou. Para chegarmos a esses gestos, cabe situar a partir de onde parto em minha pesquisa, tópico da próxima seção.

1.3 DAS LOCALIZAÇÕES DE PARTIDA

Da tradução (em um poema). Antes de entrar nas discussões dos Estudos da Tradução em si, escrevo sobre a tradução e como ela nos ajuda a pensar sobre pontos de partida. Com relação ao primeiro tema, considero olhar para uma imagem da tradução em meio à poesia brasileira contemporânea, buscando ouvir algumas noções que o poema traz e como pode dialogar com os ET. Trago um texto da poeta Ana Martins Marques em *O livro das semelhanças* (2015), que carrego comigo de Porto Alegre desde junho de 2019 e que li entre Curitiba, Campinas e Indaiatuba:

Tradução

²² É perceptível como o prólogo e o capítulo sobre os estudos feministas da tradução foram atravessados por inúmeros movimentos expansivos, alimentados por memórias prévias ao período da pandemia de Covid-19, que foram drasticamente reduzidos no capítulo sobre queer~cu-ir, cujos referenciais foram impactados pela pandemia.

Este poema
em outra língua
seria outro poema

um relógio atrasado
que marca a hora certa
de algum outro lugar

uma criança que inventa
uma língua só para falar
com outra criança

uma casa de montanha
reconstruída sobre a praia
corroída pouco a pouco pela presença do mar

o importante é que
num determinado ponto
os poemas fiquem emparelhados

como em certos problemas de física
de velhos livros escolares (MARQUES, 2015, p. 22)

Longe de querer fechar os sentidos do poema, aproximo-me dele com a chave dos Estudos da Tradução, apenas uma dentre várias. A primeira estrofe nos faz pensar na ideia da tradução — poética²³ — como criação, e aqui se escuta o eco de Haroldo de Campos em “para nós, a tradução de textos criativos será sempre *recriação*, ou criação paralela, autônoma porém recíproca” (2015[1963], p. 52). Porém, o que não aparece entre esses primeiros versos é que essa transformação do poema depende de agenciamento humano: quem o traduza. Isso nos remete ao debate sobre a visibilidade de quem traduz: “What all these writers and critics share is a belief in the importance of the role of the translator, viewing a translator as both a (re)reader and (re)writer”²⁴ (2014, p. 106) escreveu Susan Bassnett a partir da opinião de várias intelectuais, até se deter ao livro marco dos ET de Lawrence Venuti, *The Translator’s Invisibility*, de 1995. O poema de Ana Martins, no entanto, mostra isso, apenas não o prioriza na ordem dos fatores: nessa *mudança*, é uma criança que inventa uma língua para falar com outra. A criatividade desponta ainda mais com o verbo “inventar”, diferente do arquétipo de atividade reprodutora — concebida como não produtora — que por muito tempo marcou o imaginário sobre

²³ Reconheço que o tema se complexifica por demandas específicas quando saímos do campo da tradução poética, porém os aspectos abordados aqui são comuns a maior parte dos estudos sobre tradução, pois constituem sua definição como o movimento de transposição.

²⁴ [O que todos esses escritores e críticos compartilham é uma crença na importância do papel de quem traduz, enxergando essa pessoa como tanto (re)leitora e (re)escritora”]

tradução, o que se alinha com a crítica feminista dos ET (CHAMBERLAIN, 1988; GODARD, 1989). O processo é marcado pela temporalidade: ajustado à sua contingência, o poema traduzido parece carregar o tempo de outro lugar. O tempo também se soma às afetações do espaço: essa estrutura própria de um lugar, em *mudança* para outro, sofre em contato com suas condições, a corrosão provocada pelo mar. A mudança é em si, mas também de lugar e por causa dele. Neste ponto, porém, imagino o inverso: que a casa de praia, em meio à montanha, pudesse suportar as intempéries tanto quanto as rochas.

Encoberto em meio às imagens do poema de Ana Martins, pode-se perceber um efeito da suposição da *intraduzibilidade* da poesia (JAKOBSON, 2010), na qual sua tradução sempre implicaria em uma negatividade da perda — ponto retrucado também por Haroldo de Campos: “admitida a tese da impossibilidade em princípio da tradução de textos criativos, parece-nos que esta engendra o corolário da possibilidade, também em princípio, da recriação desses textos” (2015[1963], p. 4). Assumindo-se como tradução — o emparelhamento entre o poema e seu outro traduzido —, o deslocamento não significa corrosão, mas uma alteração em prol da *pervivência* do texto (BENJAMIN, 2010[1923]), quiçá sua expansão: a ver a potência de inúmeros textos feministas traduzidos, que não só carregam as ideias de onde vieram, como se somam adaptados aos debates locais da língua para a qual foram traduzidos, alimento de diálogos transnacionais. Esse aspecto será melhor comentado no segundo capítulo, uma vez que os estudos feministas da tradução se dedicam a esse tema, atualmente compreendido como a “virada tradutológica do feminismo” (ALVIRA, 2009) ou como um dos projetos dos estudos feministas transnacionais da tradução (CASTRO; ERGUN; FLOTOW; SPOTURNO, 2020). Por hora, o poema de Ana Martins trouxe algumas noções sobre tradução que são importantes aqui — sua dimensão espaço-temporal, viva e relacional, que supõe as transformações sobre as quais escrevi na seção anterior — e se encontram em debate nos Estudos da Tradução, e a partir deles seguiremos.

Dos pontos como nós. Para o segundo aspecto que desejo pontuar, trago a contribuição de Anthony Pym (2017[2010]), a partir dos ET, que enfatizou a ideia de que nenhum texto de partida é uma origem (e suas palavras correlatas, como “fonte”), o que apenas indicaria um movimento, rumo ao texto de chegada, sua tradução. Em seu livro *Explorando Teorias da Tradução*, ele questionou:

(...) aqui estou eu dizendo “texto de partida” onde outros dizem “texto-fonte” (*source text*), não apenas porque está de acordo com algumas poucas línguas europeias (*Ausgangstext*, *texte de départ*, *texto de partida*, *testo di partenza*), mas, mais importante, porque diz algo acerca das outras perspectivas da tradução. Como poderíamos alegremente assumir que o texto a partir do qual fazemos a tradução não é ele mesmo feito de traduções, fragmentos retrabalhados de textos anteriores, tudo amarrado em infinitas redes translacionais? Por que assumir certo tipo de “fonte” natural ou pristina, de alguma forma como um rio brotando da terra? Daí “de partida” como expressão que pode dizer algo no nível de teoria. Porém, então, por que parar aí? Por que nossos termos deveriam reduzir a tradução a um fenômeno de apenas dois lados (“partida” e “chegada”)? E cada chegada, alvo, é apenas uma conexão possível para ações e objetivos ulteriores em outras culturas e línguas? Assim, um texto pode conter elementos de mais de uma língua e cultura. Em todos esses aspectos, geralmente, há mais do que apenas dois lados envolvidos. (2017[2010], p. 19)

A abertura que os textos possuem para outros, seja os que dividem espaço em uma mesma época com ele ou os que o precedem, por vezes estabelece o que conhecemos por tradição, tão variada quanto as especificidades de gêneros textuais que possam haver e serem reconhecidos. No entanto, questiono a metaforização estabelecida por Anthony Pym, associando a ideia de origem/fonte fechada com uma imagem natural, pois descarta todo o movimento e mudança implicados nas nascentes de rios. Aqui, lembro-me dos versos de Anne Sexton, “In nature nothing is stable,/ all is change, bears, dogs, peas, the willow,/ all disappear. Only to be reborn./ Rocks crumble, make new forms,/ oceans move the continents,/ mountains rise up and down like ghosts/ yet all is natural, all is change”²⁵ (1975, p. 46). Se considero as colocações de Anthony Pym nos ET para pensar os pontos de partida — tal qual textos de partida —, não desejo carregar junto a ideia da tradução como prática cultural que se oporia à natureza concebida como dimensão de irreduzibilidade material, aspecto questionável tanto pelos estudos feministas quanto pelos estudos queer~cu-ir, apenas para citar os campos em questão nesta pesquisa. Retomarei este debate natureza-cultura no terceiro capítulo desta pesquisa, ao dialogar com a obra de Judith Butler e o livro *Nightwood* de Djuna Barnes.

Voltando ao argumento sobre pontos de partida, se os textos assim considerados podem ser compostos por contribuições de inúmeros outros, direta e/ou indiretamente, em sua língua ou de várias outras através de tantas outras mediações tradutórias, logo, esses pontos são atravessados por contextos,

²⁵ [Na natureza, nada é estável,/ tudo é mudança, ursos, cães, ervilhas, o salgueiro,/ tudo desaparece. Apenas para renascer./ Rochas desmoronam, geram novas formas,/ oceanos movem os continentes,/ montanhas sobem e descem como fantasmas,/ mas tudo é natural, tudo é mudança.]

conjunturas e pelos agente/s envolvidos no movimento específico que evocam. Os pontos de partida são encruzilhadas, *laroyê*, eles são *nós*. Neste instante, penso que o *ponto cantado*, na umbanda, é como chamamos uma oração — de louvação, invocação, manutenção, encerramento, entre tantos outros —; assim como o *ponto riscado* é uma inscrição que compõe junto; e abri este prólogo com um ponto cantado de Ogum Xoroquê — meio Ogum das estradas, meio Exu das encruzilhadas: caminho cruzado. Estabeleço, então, os pontos de partida, a serem desestabilizados pelo influxo queerizante~cu-irizante, 1) com relação aos Estudos da Tradução, disciplina em que se realiza; 2) com relação a alguns debates feministas no Brasil, uma vez que esta pesquisa parte dos estudos feministas da tradução.

1.3.1 Nos Estudos da Tradução

Do mapa de James S. Holmes. “James S. Holmes, a recognized ‘founding father’ (or even better, a ‘first person’) of translation studies”²⁶ (2017, p. 157) é como Christopher Larkosh, no capítulo já mencionado, apresentou a pessoa que abriu caminho aos ET. Além de Christopher, Susan Bassnett afirmou que “Holmes first coined the term ‘translation studies’ in that paper [*The Name and Nature of Translation Studies* (1972)], and his work was of great importance in the early stages of the growth of the subject”²⁷ (2014, p. 17); Edwin Gentzler comentou que “O trabalho inicial de Holmes culminou em *The Name and Nature of Translation Studies* (1972/5; 1988), geralmente aceito como a afirmação fundadora do campo de estudos” (2009[2001], p. 125); e Jeremy Munday (2016) partiu desta confirmação e também acrescentou que é a mesma opinião compartilhada por Mary Snell-Hornby. Diante de tamanho reconhecimento, parece-me notável constatar que Anthony Pym, em seu *Explorando Teorias de Tradução*, não faz menção ao texto fundante de James, sequer o inclui em suas referências bibliográficas. Esse tipo de desconsideração não é novidade em seu trabalho, que, nesse próprio volume, desvalorizou as contribuições dos Estudos de Gênero (MATOS, BARBOZA, SANTOS, 2018).

²⁶ [James S. Holmes, um reconhecido ‘pai da fundação’ (ou, ainda melhor, uma ‘primeira pessoa’) dos estudos da tradução]

²⁷ [Holmes foi quem primeiro cunhou o termo ‘estudos da tradução’ naquele texto [*The Name and Nature of Translation Studies* (1972)], e seu trabalho foi de grande importância ao crescimento do tema em seus primeiros estágios]

Dos caminhos dentro do mapa. Considerando o mapa de James S. Holmes — sempre a lembrar-me de suas palavras, “the map, as the General Semanticists constantly remind us, is not the territory”²⁸ (2000[1972], p. 174) —, compreendo que ele se encontra datado e repleto de lacunas, como Jeremy Munday apontou (2016) e inúmeras outras pesquisadoras, como as que Andrew Chesterman reuniu (2015[2009]). No entanto, como um texto fundante, “the crucial role played by Holmes’s paper is in the delineation of the potential of translation studies”²⁹ (MUNDAY, 2016, p. 20), buscando organizar o que se conhecia até então e, como Andrew Chesterman afirmou, ele soube antever caminhos, pois “Holmes ainda sugere a possibilidade do que ele chama de ‘sociologia da tradução’, como uma futura área de pesquisa. Esta é certamente uma declaração premonitória, à luz da recente ‘virada sociológica’ nos Estudos da Tradução” (2015[2009], p. 36).

Olhando para o texto “The Name and Nature of Translation Studies” como um ponto de partida para os ET — não definitivo, aberto para o que viria em suas multiplicidades —, vemos a descrição dos ramos de investigação dos ET como puros (descritivos e teóricos) e aplicados, cada um com suas próprias ramificações. Ao fim, James ressaltou dois pontos: o primeiro considera todos os ramos em relação dialética, “with each of the three branches supplying materials for the other two, and making use of the findings which they in turn provide it”³⁰ (2000[1972], p. 183); o segundo é que há duas dimensões para além dos ramos, “dimensions having to do with the study, not of translating and translations, but of translation studies itself”³¹ (2000[1972], p. 183), a 1) histórica; e a 2) metodológica ou meta-teórica.

Com relação ao primeiro ponto, Jeremy Munday comentou sobre o fato de James assumidamente não ter pretendido separar os ramos dos Estudos da Tradução e como eles estão abertos para derivações:

The divisions in the ‘map’ as a whole are in many ways artificial, and Holmes himself points out that the theoretical, descriptive and applied areas do influence one another. The main merit of the divisions is, as Toury states (1991: 180; 2012: 93), that they allow a clarification and a division of labour between the various areas of translation studies which, in the past, have

²⁸ [o mapa, como as pessoas da Semântica Geral constantemente lembram, não é o território]

²⁹ [o papel crucial que o texto de Holmes jogou foi o de delinear o potencial dos estudos da tradução]

³⁰ [com cada um dos três ramos a fornecer materiais para os outros dois, fazendo uso de seus achados que, por sua vez, proveem]

³¹ [dimensões que tratam do estudo, não da prática de traduzir ou de traduções, mas dos estudos da tradução em si]

often been confused. The divisions are still flexible enough to incorporate developments such as the technological advances of recent years.³² (2016, p. 19)

Dentro desse tema, mas com o ímpeto de formar a subárea de Estudos *do Tradutor*³³, com um enfoque nes agentes envolvidos na tradução — “suas atividades ou atitudes, na sua interação com o meio social e técnico, ou na sua história e influência” (2015,[2009], p. 40), Andrew Chesterman defendeu sua proposta não como uma inovação com relação aos ET conforme apresentados em “The Name and Nature of Translation Studies”, mas como algo que já estava lá, em diferentes lugares e desarticulado:

O que podemos concluir a partir desta breve pesquisa? Primeiramente, a visão de Holmes sobre os Estudos da Tradução foi mais voltada aos textos, e não para as pessoas que os produzem. Isto não é surpreendente, tendo em conta o seu interesse especial em tradução literária e na pesquisa sobre este assunto. Encontramos conhecimento explícito ou implícito acerca dos Estudos do Tradutor em vários pontos no mapa, mas não de maneira consistente. Nossos pontos de contato estão em diferentes níveis na hierarquia de Holmes. Também foram encontradas algumas lacunas no mapa, principalmente em relação ao âmbito da pesquisa sobre sociologia da tradução, história e ética. Para ser justo, tais pontos de discussão mal tinham surgido em 1972. (2015[2009], p. 39)

De fato, o mapa de James Holmes não é restritivo. O que posso interpretar, a partir de seu texto e algumas releituras, é que ele está aberto para derivações e realocações de suas categorias, e que, mesmo reposicionadas, elas permanecem em relação umas com as outras. No caso específico desta pesquisa, interessa-me o segundo ponto destacado por James: sobre as dimensões 1) de estudo da história das teorias de tradução, da história das descrições de tradução, da história dos estudos aplicados de tradução; e 2) de estudo das metodologias que orientam tais ramos. Como pretendo realizar um percurso através dos estudos feministas da tradução, isso implica a dimensão histórica — por conta de seus desdobramentos e constantes revisões — e uma dimensão metodológica, pois desejo refletir sobre o que orienta esse campo aberta ao que pode desestabilizá-lo a partir dos estudos queer~cu-ir, principalmente da obra de Judith Butler. No entanto, terei em vista

³² [As divisões no ‘mapa’ como um todo são, de várias formas, artificiais, e o próprio Holmes pontua que as áreas teóricas, descritivas e aplicadas de fato influenciam umas às outras. O principal mérito das divisões é, como afirma Toury (1991: 180; 2012: 93), que elas permitem uma visibilidade e divisão de trabalho entre as várias áreas dos estudos da tradução que, no passado, muitas vezes se confundiam. As divisões ainda são flexíveis o suficiente para incorporar desenvolvimentos como os avanços tecnológicos dos últimos anos.]

³³ Marco em itálico para que se leia com estranhamento a escolha de tradução da subárea usando o masculino gramatical como referencial. Uma alternativa possível: Estudos de Quem Traduz.

teorias e práticas, uma vez que as discutirei em inúmeros textos, e me apoiarei na tradução de *Nightwood* como *No Bosque da Noite* para críticas propositivas. Admito sim, uma preponderância de debates sobre/a partir da tradução literária, que compuseram minha formação e marcaram os primeiros trabalhos feitos nos estudos feministas da tradução, mas a própria expansão da área, que percorrerei, trará consigo suas extensões. É possível visualizar a complexidade do campo em um breve repassado que redigi, para um artigo derivado de minha dissertação:

Os Estudos Feministas de Tradução³⁴, portanto, questionam quem possui textos traduzidos ou não [as políticas de tradução], mas apresentam vertentes internas: crítica (analisando traduções para demonstrar se questões de gênero são mantidas, anuladas ou reforçadas de forma estereotipada, assim como o tratamento geral dado ao processo de tradução), histórica (ao resgatar o trabalho de escritoras, tradutoras e a recepção de suas obras), política (na discussão teórica sobre como conceitos feministas podem auxiliar na elaboração de práticas tradutórias) e prática (ao efetivamente articular essas ideias em prol de estratégias para tradutores/as³⁵), como é possível reconhecer nas últimas publicações sobre o tema (cf. CASTRO, 2009; BLUME, 2010; CASTRO E ERGUN, 2016; FARAHZAD; FLOTOW, 2017; AKUJÄRVI, ALVSTAD, LINDTNER e LÓPEZ, 2018). É visível um maior enfoque na perspectiva transnacional, contra estudos europeus e norte-americanos voltados apenas sobre si próprios; e minuciosamente contextualizados, articulando questões de raça, classe, sexualidade, religiosidade, geografia, entre outros critérios localizados, abrangendo uma proposta mais interseccional. No entanto, ainda se submetem [junto aos outros campos de estudo feminista] à hegemonia do inglês para sua transmissão mais ampla — como se discorre no dossiê do Simpósio de Perspectivas Comparadas “Translation, Feminist Scholarship, and the Hegemony of English”, no periódico *Signs* (HAWKESWORTH, 2014) —, porém não sem justificativas embasadas, como Castro e Ergun escrevem na introdução ao livro *Feminist Translation Studies* (2017). (BARBOZA, 2019a, p. 112, detalhes entre colchetes acrescentados posteriormente)

Como é possível ver por esse breve repassar sobre algumas vertentes, os estudos feministas da tradução abrangem inúmeros ramos dos ET e expô-los a queer~cu-ir pode afetar tanto sua forma de pesquisa (seus conceitos e métodos) quanto seu objeto, inclusive es próprios sujeitos que realizam esses trabalhos. Portanto, espero que, sem definir um ponto de partida fechado nos ET, tenha demonstrado como atravessarei vários de seus canais e questionarei suas próprias

³⁴ Na época, em concordância com a tradução que realizei do artigo de Olga Castro, “(Re)examinando horizontes en los Estudios Feministas de Traducción: ¿hacia una tercera ola?” (2009), como “(Re)examinando horizontes nos Estudos Feministas de tradução: em direção a uma terceira onda?” (2017), ainda costumava escrever Estudos Feministas de Tradução. Porém, reconhecendo que o campo, no Brasil, se chama de Estudos da Tradução, reconsiderarei a nomenclatura para estudos feministas da tradução, conforme tenho utilizado nesta tese.

³⁵ Antes de pesquisar sobre os estudos queer, ainda escrevia utilizando linguagem binária. Através desta nota, espero marcar a temporalidade de meu processo de pesquisa e suas mudanças.

estruturas. Por isso, não me detenho excessivamente neste ponto de partida, pois ele será percorrido: escreverei como agente, falarei de agentes, teorias e práticas, historicamente localizadas. Por outro lado, a forma como recebo esses estudos feministas da tradução como pesquisadorie brasileira, em meio a um contexto de opressão e exploração contra as quais se colocam as lutas contra o machismo, o racismo, LGBTfobia, o capitalismo, a destruição ambiental, o especismo e mais, demanda que também traga esse contexto à tona nesta tese, ainda que brevemente.

1.3.2 *Em debates feministas (brasileiros) contemporâneos*

Das bases e seus limites. Seria preciso mais do que uma tese para abordar com a devida profundidade os debates feministas no Brasil e me posicionar, honestamente, a partir da limitação: ligue a causas feministas e queer~cu-ir por minha própria vida e pela forma como fui criada³⁶, só passei a lapidar uma consciência crítica sobre gênero, raça, classe, sexualidade, espiritualidade, espécie e mais a partir de 2017, por necessidade e por causa do GEFLIT³⁷ (Grupo de Estudos Feministas na Literatura e na Tradução), formado por discentes da Pós-Graduação em Estudos da Tradução na Universidade Federal de Santa Catarina, do qual fiz parte até 2021. Além disso, ao realizarmos o I Simpósio: Feminismos e Decolonialidades na Literatura e na Tradução entre os dias 4 e 5 de maio de 2017 na Universidade Federal de Santa Catarina, viajaram para participar Julia Raiz e Emanuela Siqueira (RAIZ³⁸; SIQUEIRA, 2017). Elas permaneceram para ir ao bar conosco após o evento e, trocando ideias através das redes como Facebook, chegamos à iniciativa de criar a Pontes Outras, site para a publicação de tradução

³⁶ Na complexidade específica do que isso representa, reconhecendo que certas vivências não bastavam para que eu me posicionasse criticamente diante das normas sociais, como, por exemplo, o quanto a estrutura branca cis-heterossexista havia me formado e afetava minha sexualidade, gênero e racialização.

³⁷ Se meu projeto de mestrado a princípio era a tradução comentada do livro *The Awful Rowing Toward God* de Anne Sexton, passou a ser um debate tanto de tradução poética quanto de estratégias feministas de tradução não sexista, graças ao engajamento com o GEFLIT — existente pela iniciativa de Naylane Matos Araújo — e ao desejo de mover-me pela causa que já reconhecia como importante. Inclusive, estivemos ao mesmo tempo trabalhando em nossas pesquisas de doutorado, Naylane e eu, o que de fato me influenciou: como ela realizou um imenso mapeamento de dissertações e teses nos programas de pós-graduação em Estudos da Tradução no Brasil sobre tradução feminista, dediquei-me a outros caminhos em meio ao campo, como tenho exposto.

³⁸ Julia prefere assinar seu nome como Julia Raiz, embora conste em suas publicações Julia Raiz do Nascimento, então vou respeitar sua escolha, em minúsculas e deixando a continuidade de seu sobrenome entre parênteses nas referências bibliográficas.

de textos escritos por mulheres e não binárias, e nos ajuntamos como coletiva para traduzir juntas o *Bash Back! Ultraviolência Queer* (2020), livro de manifestos, entrevistas e debates teóricos sobre a atuação anarcoqueer das células da rede insurgente Bash Back! nos Estados Unidos. Então, ter sido chamada para participar de um grupo me abriu para alianças que até hoje me afetam ao que proponho como tese, que inclusive seguem como amizades vitais, como são Julia e Emanuela para mim.

Ainda que muitas águas tenham corrido, 3 anos (considerando que a primeira versão desta seção foi escrita em 2020) são pouquíssimo diante de décadas de escritos — séculos até, considerando textos que se posicionam em favor de causas abraçadas pelos feminismos —, mas me trouxeram alguns saberes e inúmeras práticas vividas. Portanto, neste momento da tese, admiti que seria *viável* evidenciar debates feministas (brasileiros)³⁹ contemporâneos, tendo em vista seus próprios pontos de partida históricos, que se relacionam com os aspectos abordados por minha pesquisa.

Das palavras de algumas em meio a tantas envolvidas. Diante da necessidade de falar sobre o tema no Brasil, penso nas palavras de Simone Pereira Schmidt — professora dedicada aos feminismos há décadas, de quem tive a oportunidade de ser aluna na Universidade Federal de Santa Catarina — e de Djamila Ribeiro — mestra em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo e ativista pelo feminismo negro, muito presente em debates públicos e nas redes sociais, reconhecida transnacionalmente. Seria possível citar incontáveis mulheres em uma ampla genealogia feminista, mas, para os fins desta subseção, preferi olhar atentamente para o que tem a dizer alguém que pude conhecer com vasta experiência e alguém que se dedica profundamente a uma das pautas mais importantes no Brasil (e não só). Contato, precisão, cada uma trazendo inúmeras conexões, pois dialogam com o trabalho de várias outres. Esse debate, essa luta, no entanto, é de séculos. Como podemos ouvir de Maria Amélia de Almeida Teles, em seu livro *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*:

³⁹ Escrevo “brasileiros” entre parênteses porque não acredito que sejam debates exclusivos do contexto brasileiro, uma vez que estamos em diálogo com obras e movimentos transnacionais, mas suas formas adquirem expressões específicas em cada localização. Uma vez que esses formatos são tão vastos quanto a pluralidade de pautas que atravessam as manifestações de movimentos feministas através do Brasil, procurei deter-me em aspectos a partir dos quais muitas de suas ações derivam, conforme brasileiras expõem.

O movimento feminista brasileiro atual tem, sem dúvida, características inovadoras e de dimensões ainda difíceis de projetar num futuro próximo. Mas suas raízes podem ser localizadas em lutas anteriormente travadas consciente ou inconscientemente por mulheres intelectualizadas ou por grupos de mulheres de origem popular: negras nos quilombos, trabalhadoras no mercado de trabalho ou aquelas que individualmente participaram de acontecimentos políticos. (TELES, 2017, p. 23)

As raízes são antigas, tanto quanto as feridas. Assim, quando me relaciono com textos de autorias contemporâneas, a partir das quais surgem as demandas atuais que busco observar, não me esqueço da existência do chão trilhado. Muitas pesquisadoras buscam traçar os mapas de seus caminhos, apagados pelas vozes hegemônicas contra as quais se posicionaram, em incansável trabalho historiográfico, sendo que talvez um dos mais conhecidos e traduzidos seja o de Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo*, escrito em 1949. Neste momento (de 2020), para conseguir relacionar esses temas com aquilo que proponho com minha tese, parto de reflexões recentes sobre feminismos no Brasil. Existem inúmeras pessoas em debate e ação, conforme podemos conhecer por algumas antologias: *Problemas de Gênero* (publicado em 2016 com organização de Carla Rodrigues, Luciana Borges e Tânia Regina Oliveira Ramos), *Explosão Feminista* (editado em 2018 por Heloisa Buarque de Hollanda) e *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto* (também por Heloisa Buarque de Hollanda, em 2019). No entanto, acredito que muitas de suas discussões são visualizadas por um texto de Simone Schmidt, que seguirei ao lado para que essa história seja tematizada.

Das casas aos deslocamentos, só e em comunidade. Um dos aspectos destacados por Simone em “Ainda o feminismo, ou o feminismo ainda mais”, como várias outras que estiveram engajadas entre os anos 70 e 80, é que o movimento feminista brasileiro organizado esteve, desde o começo, profundamente envolvido com as lutas democráticas contra a ditadura militar. Porém, com o fim do regime e a realização da Assembleia Nacional Constituinte de 1987, culminando na Constituição de 1988, os governos que se seguiram pelos anos 90 se orientaram por uma política neoliberal, diante da qual houve grande desmobilização de movimentos sociais à medida que suas pautas passaram a ser incorporadas por instituições cujo interesse era, acima de tudo, vinculado ao capital. Algumes foram cooptades, porém muitas desconfiaram de tais manobras e rejeitaram aliar-se com aquilo que es afastasse das causas feministas, antirracistas, LGBTI+, ambientais e anticapitalistas. Simone, então, pontuou que os movimentos continuaram lutando por sua conquista de direitos, espaço e visibilidade, ainda que sob constante ameaça de “retrocesso e

perda de territórios” (2015, p. 483), o que de fato tem ocorrido. É por isso que ela considera o feminismo não só necessário, como urgente, para responder às violências e injustiças ainda existentes, e por isso repassou “os principais temas construídos pelo feminismo nas últimas décadas, vistos na perspectiva dessa sua radicalidade produtiva” (2015, p. 484), a partir dos quais podemos olhar para os desafios atuais e imaginar estratégias de enfrentá-los.

Um desses temas, debatido há décadas, é a necessidade de questionar e mudar dinâmicas privadas das relações, uma vez que a hierarquização estabelecida pelos papéis de gênero se torna responsável tanto pela sobrecarga para aquelas que se entendem como mulheres⁴⁰ — a dupla, ou tripla jornada — assim como pelas inúmeras violências cometidas contra elas. Era, e continua sendo, preciso discutir abertamente sobre tais questões para agir, o que passou a tomar espaço em textos — que foram ou podem ser traduzidos —, discussões em grupos e mobilizações políticas, contra a concepção de que “não mereciam atenção da teoria. (SCHMIDT, 2015, p. 485). Pode-se dizer que muitas das teorias com as quais dialogo partem desse marco, pois os saberes localizados, a ética queer da primeira pessoa, são justamente exemplos de perspectivas que valorizam a interação assumida entre sujeitos na pesquisa. Nessa troca, lembrando-me das palavras de Guacira Lopes Louro que mencionei há algum tempo, existe sim uma contaminação⁴¹, diante da qual podemos sentir muitas coisas, inclusive medo.

Argumento que o benefício de rompermos com a fronteira entre público e privado, na pesquisa, é trazermos nossas vidas à tona como contribuição aos saberes e assim reciprocamente, para podermos imaginar outras formas de viver e também vivermos diferentemente. Essa dissolução foi fundamental para os movimentos feministas que, questionando a casa patriarcal e seus referenciais familiares (seguros talvez em termos de crenças e pertencimentos, mas frequentemente inseguros por suas tradições violentas), abriu o lar para “a possibilidade de reinvenção de seus significados emocionais, afetivos e políticos” (2015, p. 487), inclusive para uma concepção de vidas em deslocamento, como

⁴⁰ Simone tem em vista que o entendimento de “mulheres” há de ser amplo, mas essas primeiras organizações de pautas feministas que se transnacionalizaram foram tomadas por mulheres cisgênero heterossexuais brancas, aspecto que será pontuado ao longo desta tese.

⁴¹ Escrevi esta seção durante o período de isolamento social devido ao Covid-19, em que a ideia de “contaminação”, “contágio”, tornou-se carregada de uma densidade profundamente negativa, de forma que recorro a esta imagem sem perder de vista a ambivalência do termo, situando-a com relação a este assunto em específico em meio aos feminismos e/m tradução e/m queer~cu-ir.

Simone recuperou de Gloria Anzaldúa em *Borderlands/La Frontera*: “A fronteira cruzada torna-se, assim, um lugar de perigo e estranhamento, mas também, ao mesmo tempo, um lugar potencial de autotransformação e de agenciamento de novas identidades” (2015, p. 488). Nessas experimentações, outras formas de conceber o corpo aparecem, como ela dialogou com o livro *Que corpo é esse? O corpo no imaginário feminino* escrito por Elódia Xavier:

como mapa onde se traçam os percursos da história social e privada, relicário de memórias subjetivas, morada íntima do prazer e da dor, coleção de memórias, arena onde se travam embates de poder, *locus* onde se intersectam experiências pessoais e políticas, onde se travam conflitos advindos das identidades de gênero, classe, etnia, raça, sexualidade, nacionalidade, geração. Superfície em que se inscreve a violência, marcando indelevelmente o sujeito subjugado. Corpo subalterno, violado, domesticado. Corpo colonizado. Corpo subversivo, revolucionário. Lugar onde vive e se expressa a sexualidade: o desejo se manifesta, o sexo se concretiza, o erotismo pulsa. Corpos construídos, corpos desconstruídos. Corpo engendrado pelas tecnologias de gênero (Teresa de Lauretis), corpo-destino preso à imanência (Simone de Beauvoir), normatizado pela heterossexualidade compulsória (Adrienne Rich, Judith Butler). Corpos performáticos (Butler), desmontáveis (Donna Haraway), corpos que escapam a definições e regras (Foucault e seus intérpretes). “Tela de representação” do vivido (Stuart Hall) “capital cultural” (idem), casa que se carrega no exílio, nas viagens, nas diásporas e migrações (as feministas pós-coloniais), “local de inscrições sociais, políticas, culturais e geográficas” (Elizabeth Grosz), enfim, como afirma Arthur Frank, “o feminismo nos ensinou que a história começa e termina com os corpos”. (SCHMIDT, 2015, p. 489–490)

As violências se materializam de n formas e as formas de resistência e subversão se elevam de forma exponencial. Porém, os mecanismos de opressão estão coadunados e seus efeitos sobre os corpos se dão simultaneamente, ponto a partir do qual elaborações feministas reformularam ideias sobre identidade e, em especial, das formas de associação política calcadas a essa identidade. Falar na “mulher” invisibiliza/va questões específicas das mulheres negras, indígenas, lésbicas, trans, por exemplo — o que varia imensamente entre contextos — e, conforme nos apontou Simone, para possibilitar alianças, “teoria e práticas feministas passam a se ver diante da tarefa de lidar com tais diferenças, criando estratégias de negociação e políticas de coalizão, iniciativas que acabam por redefinir a própria noção de identidade, tornando-se elemento fulcral para o feminismo nas décadas seguintes” (SCHMIDT, 2015, p. 492). Nesse sentido, o

conceito de interseccionalidade, apresentado por Kimberlé Crenshaw⁴² como fruto de sua militância e elaboração intelectual feminista na área jurídica sobre mulheres negras, passou a se tornar fundamental para que uma análise de sujeitos pudesse abarcar as complexidades que es afetam.

Considerando os fluxos globais, Simone destacou a necessidade de reconhecer como as opressões afetam pessoas através das fronteiras territoriais, de forma que importa saber lidar com as *traduções* necessárias para que sejam possíveis diálogos em prol da construção, manutenção e ação de alianças, uma questão de aprendizado e também de “desaprender” (SCHMIDT, 2015, p. 494). A pesquisadora reforçou que, diante de tantas tarefas, tanto de construção coletiva de saberes e práticas quanto de (auto)crítica, feministas, queers, negres e indígenas, nos vemos diante da necessidade de um fortalecimento de nossas defesas para suportar as agressões a que somos expostos cotidianamente, encerrando seu texto com a seguinte conclamação:

É preciso realizar políticas de coalizão, projetos *tradutórios* com vistas a um cosmopolitismo subalterno, relações de vizinhança que ressignifiquem as redes verticais, construir poéticas e políticas de memórias que agreguem e representem o eu, os outros, os próximos [conceito de Paul Ricoeur]. É preciso reinventar o pessoal e o político, valorar e reinventar nossos corpos, nossos lares, assumindo a viagem, o exílio, a errância e o nomadismo como nossa condição. Acima de tudo, é preciso enunciar nossas identidades em trânsito, em contato, convívio e conflito, através de políticas e poéticas que celebrem o que somos, e a potência do que podemos ser. Porque enfim, como disse Bertold Brecht, é preciso mudar o mundo, e depois será preciso mudar o mundo mudado. (SCHMIDT, 2015, p. 495, meu itálico)

Considerando os temas feministas entrelaçados por Simone e que estão presentes em debates contemporâneos no Brasil, podemos ver imagens sobre a queixa seguida pelo abandono da casa patriarcal, a busca contínua por uma casa em que se caiba sem que se reduza, o corpo como casa que se *desdobra*, dos corpos-casas compartilhadas — no reverso de “o meu amor sem casa” (2019[1989], p. 175) de que fala Maria-Mercè Marçal em *Degelo*, livro que traduzi com Meritxell Hernando Marsal e atravessa minha pesquisa. Nesse trajeto do corpo, transformações-mudanças-mutações: traduções. Como a atividade tradutória — e

⁴² Seu texto “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color” enfim possui tradução ao português brasileiro, feita por Paula Granato e Gregório Benevides. Ela consta na coletânea *Corpos em aliança: Diálogos interdisciplinares sobre gênero, raça e sexualidade*, organizada por Ana Claudia Aymoré Martins e Elias Ferreira Veras e publicada pela editora Appris em 2020.

tudo que ela envolve — se posiciona diante disso é uma das maiores motivações dos estudos feministas da tradução. Falar de posturas, também pontos de partida de enunciação, por sua vez, nos remete ao debate sobre lugar de fala.

Os acessos e restrições postos a cada lugar. Sobre Lugar de fala (2019) de Djamila Ribeiro, gostaria de fazer alguns destaques que aprofundam e vão além dos enunciados trazidos por Simone Schmidt em seu capítulo. Djamila escolheu o discurso de Sojourner Truth para abrir seu livro — quem a partir de 1843 se posicionou como abolicionista afro-americana e ativista dos direitos das mulheres —, pois “Esse discurso de Truth, ainda no século XIX, já evidenciava um grande dilema que o feminismo hegemônico viria a enfrentar: a universalização da categoria mulher” (2019, p. 20). Como comentei antes através do texto de Simone, por muito tempo, falar em “direitos *da mulher*” em inúmeras localidades era/continua sendo sinônimo de atender às necessidades das mulheres brancas, não somente ignorando do que precisavam as mulheres negras⁴³ como também desprezando o fato de certas conquistas de direitos para mulheres brancas não significavam, na prática, melhorias para as mulheres negras e poderiam, inclusive, acentuar a injustiça social entre elas. Portanto, ao trazer o discurso de Sojourner Truth e comentá-lo através da fala da professora Giovana Xavier, ela ressaltou que “Truth, já em 1851, desafiava o modo pelo qual as representações do feminismo estavam sendo concebidas e, na prática, tentava restituir humanidades negadas, para citar Giovana Xavier” (2019, p. 22).

Acompanhada pelos escritos de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, Djamila expôs como desestabilizar as epistemologias dominantes que negam as humanidades das pessoas negras, destacadamente a das mulheres negras. O direito *universal* à vida passa pela defrontação com o fato de certas vidas não serem concebidas como tais e, diante disso, organiza-se uma atuação política que reivindique a legitimidade do valor da própria vida. Para tanto, a identidade, constituída também pelas experiências compartilhadas, torna-se uma forma de organização. A quem tente criticar as chamadas “políticas identitárias”, Djamila retomou o trabalho de Linda Alcoff para afirmar que “o objetivo principal ao confrontarmos a norma não é meramente falar de identidades, mas desvelar o uso

⁴³ Podemos estender essa questão para mulheres consideradas racializadas, em nosso e em outros contextos, como em inglês se costuma dizer *women of color*. No entanto, no Brasil, não costumamos agrupar questões relativas às demandas das mulheres negras, indígenas e asiáticas sob um mesmo nome, mas frequentemente se acrescenta o adjetivo ao substantivo “feminismo” (HOLLANDA, 2018).

que as instituições fazem das identidades para oprimir ou privilegiar” (2019, p. 30–31). As identidades, por sua vez, são discursivamente reconhecidas através de nomes, e “se não se nomeia uma realidade, nem sequer serão pensadas melhorias para uma realidade que segue invisível” (2019, p. 41). Sem nomes, perde-se a referencialidade, a capacidade de distinguir, e “a reflexão fundamental a ser feita é perceber que, quando pessoas negras estão reivindicando o direito a ter voz, elas estão reivindicando o direito à própria vida” (2019, p. 42). Considerando as pautas feministas, portanto,

seria urgente o deslocamento do pensamento hegemônico e ressignificação das identidades, sejam elas de raça, de gênero ou de classe, para que se pudesse construir novos lugares de fala com o objetivo de possibilitar voz e visibilidade a sujeitos que foram considerados implícitos dentro dessa normatização hegemônica. (2019, p. 43)

Com essa crítica ao pensamento e prática hegemônicos, Djamila repassou o trabalho de inúmeras outras intelectuais/poetas/ativistas, como Patricia Hill Collins — cujo livro *Pensamento feminista negro* foi publicado em 2019 pela editora Boitempo, com tradução de Jamille Pinheiro Dias — e Audre Lorde — seu livro *Irmã Outsider* foi publicado em 2019 pela editora Autêntica, com tradução de Stephanie Borges. Audre Lorde, em específico, escreveu uma reflexão muito importante aos debates sobre tradução cultural:

Audre Lorde nos instiga a pensar na necessidade de reconhecemos nossas diferenças e não mais vê-las como algo negativo. O problema seria quando as diferenças significam desigualdades. O não reconhecimento de que partimos de lugares diferentes, posto que experienciamos gênero de modo diferente, leva à legitimação de um discurso excludente, pois não visibiliza outras formas de ser mulher no mundo. (RIBEIRO, 2019, p. 50–51)

As palavras de Audre Lorde destacam a necessidade de uma compreensão complexa sobre as diferenças e que isso não se concretize em desigualdade, como vidas se movem. É por isso que Djamila valorizou imensamente a forma como se olha para essa multiplicidade, recorrendo, então, ao *feminist standpoint*, traduzido como ponto de vista feminista⁴⁴, conforme Patricia Hill Collins. Djamila se amparou

⁴⁴ A tradução do texto “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”, de Donna Haraway, contém uma nota de Sandra Azevedo, em que ela diz “Teorias de perspectiva (*standpoint theories*): teorias desenvolvidas pelo feminismo a partir da afirmação de que o lugar de onde se vê (e se fala) — a perspectiva — determina nossa visão (e

no “Dossiê Mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil” pela fala de Edilza Correia Sotero:

Patricia Hill Collins é uma das principais autoras do que é denominado de *feminist standpoint*. Em sua análise, Collins (1990) lança mão do conceito de matriz de dominação para pensar a intersecção das desigualdades, na qual a mesma pessoa pode se encontrar em diferentes posições, a depender de suas características. (SOTERO, 2013, p. 36, apud RIBEIRO, 2019, p. 58)

É a partir desta formulação que Djamila demarcou, então, que “Nossa hipótese é a de que, a partir da teoria do ponto de vista feminista, é possível falar de lugar de fala” (2019, p. 59). Ainda em diálogo com Patricia,

a teoria do ponto de vista feminista precisa ser discutida a partir da localização dos grupos nas relações de poder. Seria preciso entender as categorias de raça, gênero, classe e sexualidade como elementos da estrutura social que emergem como dispositivos fundamentais que favorecem as desigualdades e criam grupos em vez de pensar essas categorias como descritivas da identidade aplicada aos indivíduos. (RIBEIRO, 2019, p. 60-61)

É importante, pois, compreender sujeitos em relação a sua condição social, a partir dos grupos com os quais tenha relações de pertencimento, seja pelos atravessamentos sócio-históricos sobre seu corpo e existência, seja pelo seu desejo e tanto mais. A noção de pertencimento, por sua vez, é imensamente complexa: não está dada, é tecida, *amarrada*, aberta a ser feita e desfeita em meio a afinidades e enfrentamentos. Além disso, cuida-se para ter atenção às leituras reducionistas sobre esse lugar de fala que se constitui, inclusive por supostas hierarquias que se possam fazer com relação aos sujeitos e os fatores que os compõem:

O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas a poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social. Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de locus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. Absolutamente não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo. E, mesmo sobre indivíduos do mesmo grupo, Collins salienta que ocupar localização comum em relações de poder hierárquicas não implica em se ter as mesmas experiências, porque a autora não nega a dimensão individual. (RIBEIRO, 2019, p. 64)

nossa fala) do mundo. Tais teorias tendem a sugerir que a perspectiva dos subjugados representa uma visão privilegiada da realidade” (1995[1988], p. 14).

Essa passagem nos remete ao acesso: acesso a direitos, escuta, ação. E como experiências compartilhadas de restrição não necessariamente são as mesmas por causa de determinados fatores, porque eles se interseccionam de distintas formas. Assim, a compreensão do lugar de fala não confina sujeitos, mas enxerga quais restrições e acessos são concedidas de acordo com o entendimento do que forma esse lugar em cada caso, o que se relaciona com cada um dos elementos presentes em cada contexto específico. Neste momento, acho pertinente olhar para como Djamila recorreu à obra de Grada Kilomba:

As perguntas que a autora [Grada] faz nesse capítulo [o primeiro de *Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano*, traduzido ao português brasileiro por Jess Oliveira em 2019, publicado pela editora Cobogó] são importantes para a nossa reflexão de quem pode falar. Questiona: “Quem pode falar?”, “O que acontece quando falamos?” e “Sobre o que nos é permitido falar?” (RIBEIRO, 2019, p. 77)

Considerando o debate de minha pesquisa, essas perguntas podem se desdobrar como “Quem pode traduzir? e ser traduzide?”, “O que acontece quando mulheres negras, homens negros, mulheres e homens indígenas, mulheres e homens asiáticos, mulheres e homens trans, não binários, queers e mais traduzem? e quando são traduzidas?” e “O que, a todes es mencionades na pergunta anterior, é-lhes permitido traduzir? e o que é-lhes permitido dizer que pode ser traduzido?” A tradução, como movimento na rede, pode, nos extremos, ampliar o alcance dessas vozes e potencializá-las ou silenciá-las ainda mais, mas existem inúmeras paradas na grande trajetória dessa oscilação que envolvem omissões, distorções e além. Portanto, saber tanto de alguns temas feministas quando seus desdobramentos, como busquei realizar até este momento, é fundamental para que possamos olhar para a tarefa da tradução a partir delas.

1.4 DAS ORIENTAÇÕES AO CAMINHO, DIREÇÕES

Da parada como mapa. Retomando as noções articuladas anteriormente sobre o mapa não ser o território, mas que o mapa toma parte na produção dos territórios, podemos considerar como o mapa afeta como o território enquanto espaço delimitado é constituído como lugar (espaço afetado pela imaginação) (BARROS, 1998–99). Reafirmo que o registro desta tese, como pausa necessária ao processo de escrita de um processo que não pressupõe evolução, nem totalização

ou fim, é a cartografia de um caminho em meio ao fluxo de textos e pessoas que encontrei em minhas investigações sobre os estudos feministas da tradução e que escolhi me deter pela relevância que apresentaram, registrado na ordem em que se tramaram entre si (e não necessariamente por uma progressão completamente cronológica). Este mapa, portanto, também como os saberes localizados, é parcial, limitado, e se coloca como uma possibilidade dentre várias entre os vários textos que se destacaram no campo entre o fim dos anos de 1980 até 2020, que foi o ano no qual comecei a me aprofundar mais nos estudos queer~cu-ir. Nessa cartografia crítica, levantei tópicos importantes para poder realizar a proposição de encruzilhada como estudos feministas da tradução e/m queer~cu-ir: mapeando o campo, desejo afetar como se olha para essa imagem e traçar caminhos outros.

Do mapa como entrega feito a cada parada. Ao conversar com amigas através do Twitter em 2020, lembro-me da Emanuela — amiga Pontes Outras — comentar algo que eu havia dito, relacionando a disposição para traduzir com uma abertura, a intimidade de que falava Gayatri Spivak em “The Politics of Translation” (2000), e isso ficou em minha memória. Posteriormente elaborei: “entrega é abertura em movimento”. Desejo, portanto, associar “entrega” ao “mapa”, abrindo também sua polissemia: 1) substantivo para o verbo pronominal de entregar-se, aqui tido em todas as suas dimensões, física, emocional, psíquica, espiritual — a ação; 2) substantivo para o objeto que se leva e se recebe — o objeto em movimento duplo; 3) substantivo para a oferenda que se faz a orixá ou entidade espiritual — objeto que se oferece como presente, oferta. Entrega, logo, também envolve estar permeável ao que chega e a oferecer, em quantos sentidos for possível imaginar, como agente da ação, assim como se refere aos objetos que são oferecidos e recebidos. Ao relacionar as paradas com entregas, tento sugerir que a pausa para o registro sobre seguir aberta pelo caminho, com outras a fazer companhia pelo trajeto e irem embora em diferentes temporalidades das paradas no percurso, foi possível pela abertura para dar e receber e a intenção ao realizar tais gestos. Cada capítulo constituído em parada, que se oferece em entrega: parada-entrega. Ao relacionar o mapa com as paradas-entregas, tento sugerir que esse registro se fez como imagens da an/dança, daquilo que nas aberturas às conversas e textos se confluía como materiais pertinentes para a cartografia: um mapa situado, provisório, para uma proposta de queerização~cu-irização.

É importante admitir que a lógica proporcional não orienta esta pesquisa: é possível que eu me estenda no comentário sobre pequenos textos e corra rapidamente através de longos livros, a depender da necessidade que sentir de *deter-me* no detalhamento do traçado para trazer à tona questões importantes sobre essa encruzilhada teórica. Assim, dividi esta tese em dois grandes capítulos com suas várias seções, subseções e ainda outros detalhes na sua escala: o primeiro (nomeado como segundo, pois este prólogo inicia a estrutura), sobre os estudos feministas da tradução, como uma cartografia do campo e aquilo que se agregou ao meu caminho nos atravessamentos que o cruzaram; o segundo (nomeado como terceiro pela mesma razão acima mencionada), para propor uma possibilidade ao campo como estudos feministas da tradução e/m queer~cu-ir, conversando com esses estudos mais profundamente. Assim, os capítulos se fizeram segundo o seguinte fluxo:

1) *with a leer of love: dos estudos feministas da tradução*. Este capítulo parte da publicação *with a leer of love* (BARBOZA, 2019b) como chamado, pois, através de ensaios — com seu título proveniente de *Nightwood* de Djuna Barnes, contando sobre Anne Sexton, Maria-Mercè Marçal e trocas de cartas com Jules (Julia Raiz) envolvendo várias escritoras —, dediquei-me às relações entre mulheres pela literatura e tradução. Depois de apresentar a proposta da plaquete e como ela levou ao caminho, trago os referenciais dos estudos feministas da tradução que pude conhecer durante o mestrado, agregando também as resenhas que foram fundamentais ao que cheguei a conhecer das publicações recentes no campo. Devido ao aprendizado do catalão sobre Maria-Mercè Marçal, pude ler o trabalho de Pilar Godayol de ampla revisão crítica dos estudos feministas e trazer suas contribuições, o que envolveu a leitura de Gloria Anzaldúa, de forma que abordo as escritoras antes de chegar ao livro de Pilar. Por fim, agrego perspectivas atualizadas sobre o campo na edição temática do periódico *Mutatis Mutandis* de volume 13, número 1 de 2020, em que foi feito um dossiê sobre estudos feministas transnacionais da tradução, com destaque para o artigo de Olga Castro e María Laura Spoturno.

2) *Nós, estranhas*: neste capítulo, já assumindo mais nomeadamente minha transição de gênero como não binária no fazer da tese, comento sobre as complexas relações de queer na tradução com os estudos feministas da tradução, a

ausência e/ou desencontro entre os campos. Para essas discussões, abordo tanto a genealogia do termo anglófono quanto algumas críticas latino-americanas sobre a problemática da teoria queer sem tradução, inclusive a partir dos saberes trans. Em seguida, realizo uma imersão maior em táticas possíveis para estratégias de queer~cu-irização sobre gênero e/m identidade a partir das obras de Judith Butler, na escuta das propostas de estranhamento, usos catacréticos e despossessão para formular o que proponho. Para exemplificar como seria um aprochejo feminista e/m queer~cu-ir em pesquisa, analiso alguns aspectos da tradução de *Nightwood* como *No bosque da noite*.

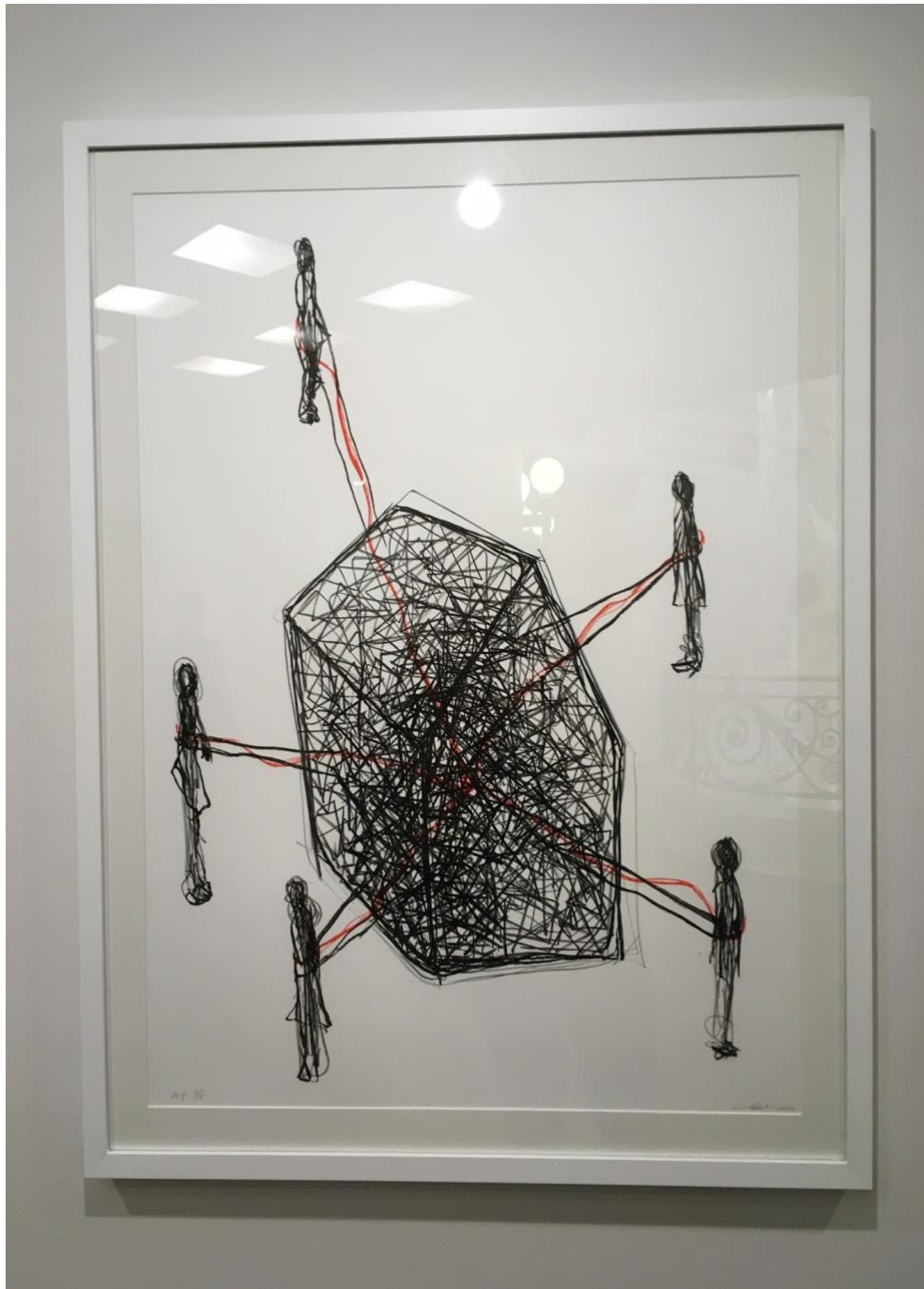
3) *Epílogo*. Neste breve capítulo, buscarei recapitular os capítulos desta an/dança para delinear os elementos dessa sensibilidade proposta, elaborando esta tese, revisão bibliográfica crítica nos estudos feministas da tradução em an/dança por um de fluxo teórico, segundo a ética queer da primeira pessoa entre paradas-entregas, como uma encruzilhada teórica dos estudos feministas da tradução e/m queer~cu-ir.

Com essa divisão, espero poder apresentar um caminho para todes interessades nos estudos feministas da tradução por uma perspectiva crítica sobre gênero e/m intersecções, oferecendo os estudos feministas da tradução e/m queer~cu-ir como uma possibilidade de postura sensível dentre várias outras para abordar essas categorias em pesquisas e práticas. A confluir, portanto, objetivos pedagógicos e teóricos, na encruzilhada das estradas.

Antes de seguir ao segundo capítulo, gostaria de escrever sobre a Figura 1, posicionada antes do segundo capítulo, como uma última deriva deste prólogo. Vi a litografia “Siga a linha” de Chiharu Shiota, presente em sua mostra “Linhas da vida” no Centro Cultural Banco do Brasil em São Paulo, pouco depois de ter decidido em 2019 que minha tese precisava conter os movimentos que fazia em vida. Tendo comigo — digitei antes “comido” e essa falha me diz da interiorização do processo, *sob a pele* — a ideia da tradução como um movimento por redes, dos feminismos e/m queer~cu-ir como alianças em coalizões, me parecia receber naquela imagem da artista japonesa um sentimento muito próximo de conexão. Em seu trabalho, objetos estão interligados entre si, com sujeitos e sujeitos entre si, assim como com o universo, como a curadora Teresa de Arruda (2019) destacou. Outra obra que me marcou profundamente foi o registro de “Transformando-se em pintura”, sua

performance de 1994. Chiharu, atravessando uma crise existencial por sentir uma cisão entre sua vida e arte — na época, ela fazia aulas de pintura convencional no Japão —, teve um sonho em que se viu dentro de uma pintura e assim concebeu a performance “Transformando-se em pintura”, coberta de tinta, *sobre a pele*. A partir de então, estava decidida a dedicar-se à performance e instalação de arte. Por conta da tinta tóxica que usou naquele momento, Chiharu sentiu sua pele queimar, manchada por meses, e teve que cortar fora os cabelos. Meu olhar se encontrou com a descrição de Teresa: “Experiências e desejos permitem-nos perceber as pinturas o mais intensamente possível, seja como protagonista ou espectador” (2019, s. p.). Aquela foto, parada, de tamanha entrega, reverberou em meu fluxo de pesquisa, vivido: *tornando-se tese e/m desejo com-tudo*.

Figura 1 — “Siga a linha” (2017), litografia em duas cores em papel branco, de Chiharu Shiota.



Fonte/legenda: foto que tirei na exposição “Linhas da Vida”, no Centro Cultural Banco do Brasil, durante viagem a São Paulo, no dia 2 de dezembro, a que fui para participar do TREMA – I Encontro de Mulheres, Tradução e Mercado Editorial na Universidade de São Paulo, que aconteceu entre os dias 3, 4 e 5 de dezembro de 2019.

2 WITH A LEER OF LOVE: DOS ESTUDOS FEMINISTAS DA TRADUÇÃO

Da paixão à tradução. A decisão de tomar minha plaquete *with a leer of love* como condutora pela primeira parte da an/dança é porque ela registra como meus fazeres se alinharam e desembocaram nos estudos feministas da tradução. Ela traz uma trajetória sobre a relação entre mulheres pela literatura e/m tradução — aqui ênfase, novamente, como essa experiência da tradução começou por uma dimensão textual, literária —, desde Anne Sexton até Maria-Mercè Marçal, com suas redes e genealogias de escritoras, atravessadas pelo meu passado traduzindo Djuna Barnes como monografia de graduação na Unicamp (2013–2016), que me abriu esse espaço entre as autoras a inscrever o desejo lésbico quando li seu livro *Nightwood*.

O que me moveu em direção a cada uma delas, como o fiz, foi a paixão de lê-las e desejar aproximá-las à minha língua pela tradução. Ao começar a estudar sobre teorias de tradução durante o mestrado e continuar no doutorado, comecei a tornar-me sensível aos perigos da atração por identificação, vendo-me diante do risco de apropriar-me de suas palavras e regurgitá-las de forma redutora a despeito da multiplicidade que traziam. Isso me demandou uma abertura ao que desconhecia, seguindo pelo desejo, o que me remete à frase de Gayatri Spivak, “To surrender in translation is more erotic than ethical”⁴⁵ (2000, p. 400). Traduzir sob estudo me revelou de forma incontornável a complexidade desse gesto que, erótico, também implica uma ética, e ofereceu-me recursos para situar-me com relação a. Como afirma Álvaro Faleiros, “traduzir é posicionar-se eticamente” (2012, p. 167) de tal forma que, conforme aponta Paulo Oliveira (2015), ainda que exista mérito na crítica de Antoine Berman (2013[1985]) às práticas etnocêntricas de tradução — como as do ato de apropriação e regurgitar redutor, por parte de vozes hegemônicas —, opô-las à “tradução ética” como Antoine o faz torna-se uma falsa dicotomia, uma vez que toda tradução é ética. Essa ética, por sua vez, não é uma postura isolada, mas relaciona(-se com) uma coletividade de agentes, ponto a partir do qual retorno ao ensaio e suas histórias.

Em *with a leer of love*, trouxe experiências cujo caráter relacional acompanhou meu envolvimento com os estudos feministas da tradução, aos quais

⁴⁵ [Render-se em tradução é mais erótico do que ético]

cheguei por traduzir textos escritos por mulheres e ser chamada ao GEFLIT. Se, em um primeiro momento, traduzi o livreto de poemas *The Book of Repulsive Women* de Djuna Barnes como monografia em Estudos Literários na Universidade Estadual de Campinas em 2015, atentando principalmente às suas questões formais, o contato com *The Awful Rowing Toward God* de Anne Sexton entre os anos de 2016 e 2018 me colocou diante dos debates feministas sobre a tradução na Universidade Federal de Santa Catarina. Através do mestrado até este doutorado, convivi mais com os estudos feministas da tradução e segui, vivendo-os na prática de parceria com Meritxell Hernando Marsal entre 2017 e 2019 ao traduzirmos *Desglaç* de Maria-Mercè Marçal e em coletivo com Julia Raiz e Emanuela Siqueira desde 2017; entre tantas outras trocas e colaborações. É a partir dessa rede de envolvimento que olhei retrospectivamente para os textos nos estudos feministas da tradução que compuseram meus caminhos, inscritos neste capítulo como cartografia das an/danças em dois movimentos, vividos com seus inúmeros gestos:

1) *Por Anne Sexton coextensiva às iniciações*. Nessa parte da trajetória, para a tradução de *The Awful Rowing Toward God* de Anne Sexton na época, conheci a valorização feminista de sua obra por Adrienne Rich (1995) e conduzi-me aos estudos feministas da tradução, a princípio pela revisão bibliográfica de Rosvitha Friesen Blume (2010) e de Olga Castro (2017[2009]). Ainda timidamente, comecei por artigos referenciais no campo, como os de Lori Chamberlain (1988), Barbara Godard (1989) e Luise von Flotow (1991). Delas, parti rumo aos livros-marco do campo, de Sherry Simon (1996) e Luise von Flotow (1997), conhecidos por serem as obras pioneiras a integralmente dedicarem-se ao tema de forma ampla, ainda que outras tenham escrito antes em recortes menores. Em meio a esses debates, optei naquele instante pelas estratégias de tradução não sexista para traduzir os poemas de Anne Sexton, conforme sugeridas por Olga Castro (2010), mas anos depois chegamos a reformular juntas as propostas contidas naquele texto (CASTRO; BARBOZA, no prelo), de forma que acredito que deter-me no que fiz durante o mestrado já não se sustenta mais. Assim, algumas referências ficaram de fora⁴⁶,

⁴⁶ Como, por exemplo, os artigos “Escrevendo em terra de homem nenhum: questões de gênero e tradução” de Susan Bassnett, publicado em 1992 e traduzido ao português brasileiro por Naylane Matos em 2020; outros de Barbara Godard, como “Translating (With) the Speculum”, publicado em 1991; ou até o “Towards a Redefinition of Feminist Translation Practice” de Françoise Massardier-Kenney publicado em 1997 e traduzido por Emanuela Carla Siqueira e Marcela Lanius em 2022. Além disso, tive em conta os textos de Carol Maier, Suzanne Jill Levine e Miriam Díaz-Diocaretz na década de 1980 a partir das leituras feitas por Luise von Flotow e Sherry Simon.

outras entraram em peso neste momento, ainda que somente as tenha conhecido como processo iniciático.

2) *Por Maria-Mercè Marçal coextensiva aos aprofundamentos em redes.* Dedicando-me a Pontes Outras e envolvendo-me com os estudos feministas da tradução, aprofundei-me em publicações atualizadas do campo através da atividade de resenha⁴⁷ dos livros *Translating Women* (FLOTOW, 2011), *Feminist Translation Studies: Local and Transnational Perspectives* (CASTRO; ERGUN, 2017a) e *Translating Women — Different Voices and New Horizons* (FARAHZAD; FLOTOW, 2017). Um divisor de águas, no entanto, é quando conheci a obra de Maria-Mercè Marçal por conta de um artigo de Pilar Godayol, presente no primeiro volume de *Translating Women*, e tive a oportunidade de traduzir *Desglaç* junto de Meritxell Hernando Marsal. A partir deste momento, passei a conhecer mais dos debates feministas por seus escritos, conforme se pode ler na antologia *Sota el signe del drac* (2004). Em grande diálogo com Adrienne Rich (2017[1971]; 2019[1980]), Mercè se devotava a temas como o continuum lésbico, a construção de genealogias de textos escritos por mulheres, a crítica ao cânone patriarcal, o que se alinha à minha vivência como quem escreve, revisa, traduz, edita e pesquisa ao lado de tantas outras mulheres, ainda que posteriormente venha a reconfigurar minhas alianças a partir da transição de gênero como não binária. Neste sentido, algumas autoras têm muito a contribuir, como a própria Mercè, mas também Gloria Anzaldúa, cuja obra é fundamental para estudos feministas e estudos queer~cu-ir, e por isso as trago junto. Pois, o contato com a língua catalã me permitiu ler uma vasta revisão bibliográfica do que havia sido feito até o começo do século nos estudos feministas da tradução, o livro *Espais de Frontera: gènere i traducció* (GODAYOL, 2000), que justamente se detém imenso nas imagens fronteiriças das autoras chicanas, destacadamente Gloria. Recentemente, percebe-se a virada rumo aos estudos feministas transnacionais da tradução, que podemos conhecer na coalizão de autoras que escreveu o editorial da *Mutatis Mutandis* sobre o campo — Luise von Flotow, Olga Castro, Emek Ergun e María Laura Spoturno —, contendo nesta edição um artigo que traz uma proposta de seu método, feito por Olga Castro e María Laura Spoturno (2020).

⁴⁷ Ainda que tenha resenhado o *Gender and Translation: Understanding Agents in Transnational Reception* (LÓPEZ; ALVSTAD; AKUJÄRVI; LINDTNER, 2018), decidi que me concentraria no comentário de resenha dos outros volumes mencionados, o que explicarei melhor no tópico 2.2.1.

Das perguntas. Em sua contingência de fluxo, este é o mapa deste segundo capítulo. No entanto, um questionamento que a proximidade com os estudos queer~cu-ir me trouxe passou a afetar como os encarava: os textos sobre os quais comentarei em seguida partem do entrelaçamento entre os Estudos da Tradução (ET) com os Estudos de Gênero (EG), mas o que entendem por tradução? e por gênero? Acredito que a primeira pergunta seja mais dedutível, mas a segunda talvez não.

Como está explícito por minha trajetória e referências, dialogo principalmente com os estudos da tradução literária. Trato da literatura entre línguas, consciente das questões culturais, ideológicas, éticas presentes nesse movimento — materializado através de agentes. No entanto, não acredito que os estudos feministas da tradução se limitem (nem desejam se limitar, em atual autocrítica do campo sobre esta questão) ao âmbito literário, embora tenham nascido e encontrado maior espaço de atuação nesse meio, como contarei adiante. Talvez, e apenas o sugiro, a tradução literária tenha aparecido como um campo de imaginação de possibilidades, que, ainda que sob pressões neoliberais de mercado, envolve um grau de autonomia criativa que se tornou espaço de disputa da crítica feminista e queer~cu-ir (ainda mais considerando projetos artistas, de pessoas e/ou coletivos, e também de editoras alternativas). Acredito que essa imaginação tradutória pode contribuir com campos da tradução além da literária.

Com relação a gênero, no entanto, há inúmeras perspectivas pelas quais se pode comentar o assunto. Assumo minha limitação ao fazê-lo e me amparo em uma das entregas do caminho, recebida por e-mail em março de 2020: Meritxell Hernando Marsal, ao dar nossa tradução de *Desglaç* como *Degelo* para Fina Birulés — professora de Filosofia na Universidade de Barcelona e parceira de Maria-Mercè Marçal em vida —, teve oportunidade de dialogar sobre mais temas com ela e, dessa troca, chegou-me o texto “Gender in Translation/Beyond Monolingualism”⁴⁸ de Judith Butler. Como a escrita de uma fala a ser pronunciada, procurei saber se havia sido elaborada em outro formato: de fato, Judith publicou um artigo, de mesmo nome, em 2019. Para fins de citação — e de leitura compartilhada, decerto —, comentarei trechos do texto que me chegou, tendo em vista o artigo, pertinente não só para que repensemos o que se entende por gênero, mas como esse próprio

⁴⁸ Apresentado como a palestra inaugural Simone de Beauvoir no Congresso Mundial de Filosofia, que ocorreu em Beijing em agosto de 2018.

conceito está inextricavelmente atado à tradução (e, talvez, qual não estaria?). Como efeito, temos uma desestabilização conceitual, queerizando~cu-irizando bases, a qual expor os trabalhos dos estudos feministas da tradução.

Gênero em tradução/ Para além do monolinguismo. Para deter-se no conceito de gênero, Judith (2018/2019) repassou discussões filosóficas feministas a respeito da divisão sexual, em grande parte derivadas do trabalho de Simone de Beauvoir, no qual se erigiu a frase “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (2016[1949], p. 11), cujo sentido se apreende mais com sua continuidade: “Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino” (2016[1949], p. 11). A partir da obra de Simone de Beauvoir, que não toma gênero como conceito — cunhado em inglês na década de 50, somente —, Judith (2018/2019) percebeu que algumas derivações são feitas por vários filósofos, então considerando gênero conceitualmente: 1) que sexo biológico não determina gênero, sendo que este é um devir⁴⁹ (ao que se contesta com o fato de o sexo biológico não ser único e sua transição também ser um devir); 2) que, se o sexo é um dado científico, é preciso questionar as ciências sobre como estabelecem fatos que inferiorizam as mulheres; 3) que o sexo é uma “situação” atravessada por processos históricos e sociais — formas de poder — e a luta pela liberdade daquelas que se entendem como mulheres se dá através dos termos ditados pela situação de cada uma. O grande problema dessas premissas, argumentou Judith, é que elas tomam o sexo biológico como um dado autoevidente e a própria concepção do conceito depende da linguagem:

If we take sex for granted, then we take for granted as well a specific version of sex, within the language we speak, or within a certain set of social and scientific presuppositions. Indeed, the scientific criteria for determining sex are themselves very often in conflict with one another. (...) And yet, even though sex is established differently in different languages, it is generally established, suggesting a problem that prompts a form of linguistic designation. And yet, no one language has the power, or authority, to name sex definitively. Binary sex is always taken up by a language, even if, or especially when, it is the language of scientific authority. My point is not to

⁴⁹ Ao traduzirmos *Bash Back! Queer Ultraviolence*, eu, Julia e Emanuela tivemos um grande debate sobre a tradução de “*becoming*” como “devir”, a palavra geralmente designada para o conceito. Julia, lembrando-se da música de Linn da Quebrada, “JlZ* em Via de Ser”, sugeriu que a tradução fosse “em-via-de-ser” e todas gostamos dessa sugestão, ainda que rompendo com uma tradição da tradução da terminologia filosófica.

argue for linguistic relativism. Rather, I want to understand what happens when we consider gender to be the linguistic articulation of sex in a multilingual context (...) ⁵⁰ (BUTLER, 2019, p. 4)

No cerne de sua colocação de gênero, assim como de sexo, enquanto formulações linguísticas, jaz um questionamento sobre como o dimorfismo corporal não é um dado em si — consideremos pessoas intersexo, as variações cromossômicas várias, assim como aquelas que por deliberação, necessidade ou até à força mudam ou têm os seus corpos mudados para além do binário —, questão que ele percorreu detidamente em *Problemas de gênero* (2017[1990]). Assim, uma tradução da formulação não pode seguramente se apoiar em um fato que seja condição de sua possibilidade, porque o que tomamos por fato não o é, mas se tornou pela norma que determina o que é preciso para considerar-se alguém um sujeito (aqui o masculino é proposital). Neste texto de 2018/2019, portanto, Judith acompanhou como a palavra gênero veio de um contexto histórico e social anglófono — em seu primeiro momento como um instrumento normativo para lidar com a incomensurabilidade dos corpos, a régua ontológica a partir da qual adequá-los ao feminino ou masculino, depois ressignificado pelos debates feministas —, em que esse conceito tem dimensão gramatical e sexológica, logo, sua formulação está carregada por essa especificidade. Além disso, as afirmações a partir desse conceito — inclusive as teorias — estão igualmente sob efeito dessa elaboração linguística, de tal forma que o seu potencial generalizante torna-se muito questionável. Sua crítica é direcionada à hegemonia do inglês, sem dúvida, e neste ponto me lembro dos versos de Anne Sexton que traduzi para a dissertação:

Do you understand?
Can you read my hieroglyphics?
No language is perfect.
I only know English.
English is not perfect. ⁵¹

⁵⁰ [Se tomamos o sexo por garantido, então tomamos por dado uma versão específica do sexo, dentro da língua que falamos, ou dentro de um certo conjunto de pressupostos científicos e sociais. De fato, os próprios critérios científicos para determinar o sexo estão frequentemente em conflito uns com os outros. (...) E, ainda assim, embora o sexo seja estabelecido diferentemente em diferentes línguas, ele geralmente está estabelecido, sugerindo um problema que *impõe* uma forma de designação linguística. E, ainda assim, nenhuma língua tem o poder, ou a autoridade, de nomear o sexo definitivamente. Uma linguagem sempre se ocupa do sexo binário, mesmo que seja, ou especialmente quando, pela linguagem da autoridade científica. Meu ponto não é argumentar em prol do relativismo linguístico. Ao invés disso, quero entender o que acontece quando consideramos gênero como a articulação linguística do sexo em um contexto multilíngue (...)]

⁵¹ Por direitos autorais, não pude incluir minha tradução completa do livro *The Awful Rowing Toward God* na publicação da dissertação, mas trago dos arquivos pessoais como traduzi esses versos (e

(SEXTON, 1975, p. 55)

Diante dessa questão, Judith condensou: “*translation is the condition of possibility of gender as a useful category of analysis*”⁵² (2019, p. 7, itálico dela). Então, amparou-se no texto de Jacques Derrida, *O Monolinguismo do Outro*, para problematizar nossa relação com a linguagem a partir de um referencial único. Segundo a leitura que ela fez do texto de Derrida, nossa língua não é de fato nossa, mas uma esfera de não pertencimento; a língua é uma vida existente antes de nossa própria, que chega de outro lugar, e nunca deixa de assim ser. E, no monolinguismo, não somente perdemos noção desse estranhamento, como também assumimos essa língua como nossa casa⁵³, a única pela qual se pode entender e comunicar o sentido das coisas. É por isso que a realidade multilíngue é aterradora; ela expõe que já estamos sem casa nesse sentido (cuidando para o perigo desmaterializante dessa metáfora, pois não se refere à materialidade da moradia): “Translation threatens the monolingualist with a loss of place and property in language, but that dispossession has always taken place and was, in fact, the condition of both speaking and writing”⁵⁴ (BUTLER, 2019, p. 8).

Então, conscientes de que a comunicação não se limita à casa de nossa língua familiar, mas é por ela restrita a princípio, encontramos na tradução de formulações linguísticas, como gênero — o conceito aqui analisado para que se faça categoria —, sua encruzilhada complexa de deslocamento. O texto de Judith de fato explora as inúmeras nuances que a palavra assumiu:

Gender—the academic term, the debates on gender—is now bound up with the question of whether the word, the theory, the politics for which it is imagined to stand, can be let in, or whether it should be barred at the border, and all this as a result of religious, social, sexual, and political fears and anxieties. The life of the term has exceeded and confounded any original intentions or animating aims it may once have had in the English-language context.⁵⁵ (BUTLER, 2019, p. 11)

farei sempre que for necessário): “Você entende?/ Consegue ler meus hieróglifos?/ Linguagem nenhuma é perfeita./ Só conheço o inglês./ O inglês não é perfeito.”

⁵² [a tradução é a condição da possibilidade de gênero ser uma categoria útil de análise]

⁵³ Sobre esta porta, Meritxell se lembrou do “el meu amor sense casa” de Maria-Mercè Marçal e, nesta chave, o amor sem casa pode ser libertador.

⁵⁴ [a tradução ameaça a pessoa monolíngue com uma perda de lugar e propriedade na linguagem, mas essa despossessão sempre já terá acontecido e foi, de fato, a condição tanto da fala quanto da escrita]

⁵⁵ [Gênero — o termo acadêmico, os debates sobre gênero — está amarrado agora à questão se pode ser permitida sua entrada ou barrada nas fronteiras, seja da palavra, da teoria ou da política que se imagina que represente, e tudo isso como resultado de medos e ansiedades religiosas, sociais,

Considerando a história do termo no próprio meio anglófono, Judith recorreu ao trabalho da historiadora Joan Scott, no qual ela diz que gênero passou por uma segunda tradução, promovida por feministas. O termo, antes da área médica, conforme sistematizado por John Money e Robert Stoller para fins normativos, teve seu sentido alterado para que se fizesse um debate crítico:

As the historian Joan W. Scott puts it, “(...) Money and Stoller had previously taken the grammatical category to distinguish between anatomy (sex) and social role/social identity (gender) in order to resolve the dilemmas faced by intersex children and to justify medical intervention that would assign them to an appropriate male or female identity” (2016, 358). Feminists took up the term in order to refuse the dictum that biology was destiny; the motivation was political, not medical, and it troubled (rather than accepted) the normative male/female dichotomy with which the endocrinologist and the psychiatrist had worked.⁵⁶ (BUTLER, 2019, p. 15)

Gênero, portanto, já existe em condição de tradução intralingual na crítica feminista. Destituindo o monolinguismo de sua autoridade, uma torre que não se sustenta por razão outra que não seja a Razão que a erigiu, a tradução nos chama às inúmeras concepções sobre gênero que pode haver em uma realidade global multilíngue. A posição de Judith, diante disso, é de um apelo à vida: “My own view is that we should seek to bring about a world that is more livable for the many relations to gender that exist, the many languages for gender, and the many ways of doing or living a gendered reality”⁵⁷ (BUTLER, 2019, p. 17). Porém, ao buscarmos traduzir nossos termos — que nem a nós pertencem — para viver a realidade generificada, nos deparamos com uma intraduzibilidade com relação à vastidão de sentidos entre culturas⁵⁸. Judith encerrou seu texto com a seguinte consideração sobre o tema:

sexuais e políticas. A vida do termo se excedeu e confunde qualquer das intenções originais ou afirmações que o animavam que podia ter no contexto anglófono.]

⁵⁶ [Como a historiadora Joan W. Scott afirma, “(...) Money e Stoller anteriormente tomaram a categoria gramatical para distinguir entre anatomia (sexo) e papel social/identidade social (gênero) de forma a resolver os dilemas enfrentados por crianças intersexo e para justificar as intervenções médicas que lhes designasse uma identidade macho ou fêmea apropriada” (2016, 358). Feministas tomaram o termo em prol de recusar o *dictum* de que a biologia era o destino; a motivação era política, não médica, e ela problematizou (ao invés de aceitar) a dicotomia normativa macho/fêmea com a qual o endocrinologista e psiquiatra trabalharam.]

⁵⁷ [Minha visão pessoal é que nós devemos procurar trazer um mundo que seja mais vivível às várias relações sobre gênero que existem, às várias linguagens para gênero, e às várias formas de fazer ou viver uma realidade generificada]

⁵⁸ Texto muito relevante sobre o tema é “Translation as Politics” (2018) de Barbara Casin. Cf. CASIN, Barbara. “Translation as Politics”. *Javnost - The Public*, 2018.

The untranslatable may be another name for the desire that exceeds every effort at lexical capture and normative control. It may constitute that pause or break in language that calls us to attend ethically to one another across languages. It may also, for those of us who live in English, point to the value of faltering in a foreign language, ceding the mastery of monolingualism for a world in which we are, luckily, dispossessed together, fathoming gender, as we can, through terms we both find and make, in order to find a more livable way of inhabiting the multilingual world.⁵⁹ (BUTLER, 2019, p. 21)

Estas palavras chegam como um chamado à ética nessa *parada* diante da qual nos vemos ao lidar com as diferentes concepções de gênero, em favor da vida que transborda qualquer língua. Tomo essa parada como fundamental, não para definir gênero, mas a compreender como os estudos feministas da tradução — em cada uma de suas formas, que se pronunciam em sua aparição — conceberam o conceito, uma vez que se dedicam à pesquisa que envolve gênero entre diferentes línguas e culturas. Com esse convite feito por Judith, sigo à escuta do que esses estudos dizem sobre o assunto.

2.1 DAS PRIMEIRAS VOLTAS AO LADO DOS ESTUDOS FEMINISTAS DA TRADUÇÃO

2.1.1 A ver pelas breves revisões: Rosvitha Friesen Blume e Olga Castro

Um começo, Rosvitha. Foi em uma disciplina de Teorias da Tradução entre agosto e novembro de 2016⁶⁰, logo em meu primeiro semestre do mestrado em Estudos da Tradução na Universidade Federal de Santa Catarina, que tive o primeiro contato com os estudos feministas da tradução. O professor Fabiano Seixas Fernandes incluiu, entre escolas — antes digitei “escolhas” e talvez a palavra seja mais adequada do que pensar em “escolas” de tradução, ainda que o termo seja

⁵⁹ [Intraduzível talvez seja outro nome para o desejo que excede todo esforço de captura lexical e controle normativo. Talvez constitua aquela *parada* ou quebra na linguagem que eticamente nos chama à ação umas com relação es outres através das línguas. Pode também, para quem vive em inglês, apontar para o valor ou hesitação em uma língua estrangeira, cedendo o domínio do monolinguismo por um mundo em que estamos, por sorte, despossuídes juntas, sondando o gênero, como podemos, através de termos que tanto encontramos quanto criamos, em prol de achar uma forma de habitar o mundo multilíngue que valha mais a pena (meu itálico)]

⁶⁰ O semestre foi interrompido justamente devido à ampla mobilização estudantil no Brasil em 2016, com a ocupação também da Universidade Federal de Santa Catarina e de seu Colégio de Aplicação. Entre inúmeras pautas, as que foram o estopim do movimento foram a oposição à PEC 241/2016, conhecida como “PEC do teto de gastos”, e o PL 44/2016, que significavam amplo corte de recursos à educação pública, assim como contra o projeto Escola Sem Partido, que representa censura ao sistema de ensino.

usado — e abordagens teóricas, o feminismo em tradução através de “Traduzindo mulheres: de histórias e re-traduições recentes à tradução ‘*Queerizante*’ e outros novos desenvolvimentos significativos” (2013) de Luise von Flotow, mas, se bem me lembro, Naylane Araújo Matos justamente sugeriu a troca por um artigo de uma professora de nosso próprio programa, sua orientadora de mestrado, Rosvitha Friesen Blume, “Teoria e prática tradutória numa perspectiva de gênero” (2010). O artigo de Rosvitha fez uma importante revisão bibliográfica em português brasileiro sobre os estudos feministas da tradução em seu tempo, ainda que o campo ainda não recebesse esse nome, e sua atuação como professora na PGET/UFSC decerto influenciou na existência de pesquisas nesse campo aqui⁶¹. A seguir, contarei de suas premissas, pilares, aberturas e limites.

Teoria e prática tradutória numa perspectiva de gênero. Um dos grandes destaques do texto de Rosvitha é apresentar uma sistematização de como a intersecção entre os Estudos da Tradução e os Estudos de Gênero se dava até o momento de sua elaboração e apresentar exemplos brasileiros dessas manifestações. Para criar essa organização, ela não contextualizou como os ET chegaram a cruzar com os EG, mas sinaliza seus aspectos em comum: ambos apresentam um “caráter interdisciplinar” (BLUME, 2010, p. 121) e tomam como questão central “a linguagem” (2010, p. 121). A perspectiva pela qual esta é olhada, por sua vez, se volta aos processos que envolve, dos quais se destaca “sua dimensão política” (2010, p. 121). Nos ET, isso expõe a falácia da neutralidade ao traduzir; pelos EG, as relações de poder que marcam o “caráter ‘gendrado’ da linguagem” (2010, p. 122). A partir disso ela afirmou que ambos campos se cruzam de forma que “tem se mostrado bastante frutífera” (2010, p. 122), citando textos referenciais do hoje também chamado fator canadense, forma pela qual Eleonora Federici se refere às “main Canadian scholars like Barbara Godard, Sherry Simon, Luise von Flotow and many others working in that context from the 80s”⁶² (FEDERICI, 2017, p. 135)⁶³, ainda que Rosvitha não as nomeie assim.

⁶¹ Como GEFLIT, realizamos um levantamento bibliográfico de dissertações e teses defendidas na PGET/UFSC desde sua criação em 2005 — o primeiro em Estudos da Tradução no Brasil — até meados de 2018 e a importância de Rosvitha na orientação de pesquisas no campo feminista se tornou evidente (MATOS; BARBOZA; SANTOS, 2018).

⁶² [principais acadêmicas canadenses como Barbara Godard, Sherry Simon, Luise von Flotow e muitas outras trabalhando naquele contexto dos anos 80]

⁶³ A nomenclatura proposta por Eleonora me agradou muito, porque não estabelece essas pesquisadoras e/ou tradutoras como uma escola, pois cada uma possuía suas próprias ideias e

O que Rosvitha trouxe sobre tradução e gênero fica a cargo dos estudos escolhidos para ilustrar o tema, o que nos leva a seguir adiante pelo artigo, dividido em blocos segundo sua sistematização: 1) “pesquisas a respeito do trabalho de tradutoras ao longo da história” (2010, p. 122); 2) “pesquisas ou experiências que buscam oferecer uma proposta de prática de tradução feminista” (2010, p. 124); 3) “crítica de tradução de obras literárias ou também de textos teóricos” (2010, p. 127) tanto de obras de mulheres cis⁶⁴, destacadamente as feministas, assim como as escritas por homens cis e como suas personagens mulheres cis são escritas/traduzidas tendo em vista a misoginia; 4) “questões de política da tradução na atualidade, onde pesquisadoras indagam o que é traduzido, por quem, onde e de que maneira” (2010, p. 128). Em outras palavras, são pesquisas descritivas, teóricas e aplicadas na tradução, demonstrando a variedade de suas vertentes críticas.

Do primeiro bloco. Com relação ao resgate histórico do trabalho de mulheres cis, Rosvitha destacou que os trabalhos encontrados são de tradutoras “especialmente de literatura” (2010, p. 122), como elas tiveram acesso à essa possibilidade e a importância do que fizeram. A autorização de mulheres cis no ofício da tradução é justificada através da citação do livro *Translation and Gender* (1997) de Luise von Flotow, pela qual se mostra que a tradução, tida como tarefa menor/secundária, poderia, em certos casos e de certos modos, ser permitida às mulheres cis brancas. Isso revela como o status de quem traduz está atado a valores sociais designados por relações de poder, conforme Rosvitha afirmou a partir do trabalho de Sherry Simon em *Gender in Translation* (1996). Assim, a tradução, inferiorizada, também passa por um apagamento de suas agentes, ainda mais quando realizada por mulheres cis. De exemplos, ela se dedicou a comentar principalmente um daqueles encontrados no livro já citado de Luise von Flotow, mas também menciona algumas pesquisas históricas em contexto canadense e europeu, assim como no Brasil, apontando para dois exemplos: a análise do trabalho da

práticas, assim como não as categoriza como gênese fundacional da tradução como atividade feminista. Embora elas tenham sido as primeiras a terem um trabalho feminista na tradução e sua teorização reconhecido, abordagens feministas sobre a tradução existem há muito tempo, a ver o próprio trabalho da brasileira Nísia Floresta. A partir de agora, portanto, adotarei a expressão “fator canadense” para referir-me a essas pesquisadoras e/ou tradutoras do contexto canadense nos anos 80 e 90.

⁶⁴ Grande parte dos estudos que mencionarei neste capítulo falam em nome de “mulheres” e “homens” sem diferenciar se são cis ou trans, assim como não há posicionamento sobre raça e sexualidade muitas vezes. Portanto, inscrevo marcadores onde estão apenas supostos nos textos, para desnaturalizar universalizações.

tradutora Nísia Floresta por Marie-France Dépêche e a vasta pesquisa de Raquel Dotta Correa sobre a presença da voz das tradutoras italianas nos séculos XVII e XVIII em materiais paratextuais.

Do segundo bloco. Ainda que Rosvitha tenha se atentado às práticas de tradução feminista neste bloco, ela começou por analisá-las a partir uma elaboração teórica, com o artigo de Lori Chamberlain (1988) que demonstra como as metáforas sobre tradução foram feitas em termos sexistas ao longo do tempo, como, por exemplo, a das *belles infidèles* [belas infiéis]. Como Rosvitha nos contou sobre o texto de Lori, a tradução majoritariamente se concebeu ligada aos textos de partida por um vínculo de subordinação; paralelo que se deslizava a quem podia traduzir e quem podia escrever. Como me deterei nesse artigo de Lori mais adiante, apenas me limito neste momento a não discordar da leitura que Rosvitha fez do texto dela, de forma a introduzir uma das ideias que se fez sobre a tradução feminista:

Uma tradução feminista implica, pois, numa prática de produção textual, e não de mera reprodução, em que o sujeito que traduz é visível e se insere consciente e ativamente no novo texto, de modo a colaborar com o mesmo ou também de subvertê-lo, conforme o caso, explicitando sempre o processo tradutório, através de paratextos como prefácios, posfácios, notas de rodapé etc., mas de modo diferente do uso convencional desses textos, que normalmente servem apenas para que o tradutor justifique ou explique sua dificuldade em reproduzir o texto da forma mais fiel possível e com isso reafirmando, na verdade, o seu desejo de invisibilidade. (BLUME, 2010, p. 125)

Como exemplos dessas práticas, Rosvitha citou as estratégias propostas por um dos artigos referenciais do campo nos anos 90, o “Feminist Translation: Contexts, Practices and Theories” (1991) de Luise von Flotow, no qual se destaca o potencial interventor da tradutora, amparada pela noção de *productive betrayal* (traição produtiva), do livro de Sherry Simon que se mencionou antes, para que traços feministas dos textos sejam realçados. Como exemplos dessas práticas, Rosvitha voltou ao caso de Nísia Floresta⁶⁵, com seu papel fundacional como

⁶⁵ Não conseguirei desenvolver este tema aqui, mas uma controvérsia de saberes sobre Nísia foi exposta recentemente: Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke apontou como ainda hoje se difunde “a ficção falsificadora de que *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens* é uma versão livre e abasileirada de *A Vindication of the Rights of Woman*, de Wollstonecraft” (2020, online), uma vez que, desde 1995, conforme seu cotejo, essa narrativa se revelou uma mentira. O texto de Nísia é um “plágio-tradução” (2020, online) de *Woman Not Inferior to Man* (1739) de “Sophia, a Person of Quality”, pseudônimo não identificado, que, em si, citava *De l’Égalité des Deux Sexes* (1673) de François Poulain de La Barre.

tradutora feminista brasileira por seu trabalho *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, assim como retomou exemplos do livro de Luise von Flotow.

Do terceiro bloco. Considerando a crítica de tradução, percebe-se a preponderância de textos teóricos e literários, e é possível analisar questões de gênero por diversos focos: como obras escritas por mulheres cis e/ou feministas tiveram seus conteúdos traduzidos com relação aos seus propósitos de partida, com o famoso exemplo da problemática tradução de *Le deuxième sexe* de Simone de Beauvoir ao inglês por Howard Parshley, e como foi feita a tradução da representação de mulheres cis em textos canônicos, como a Bíblia. Nota-se aqui que as pautas feministas estabelecem critérios para que textos críticos não percam a sua potência e que textos geralmente lidos como sexistas possam ser ressignificados/alterados em prol dessas pautas através da tradução. As duas principais fontes para Rosvitha seguem sendo os livros de Luise von Flotow e Sherry Simon, assim como uma dissertação de mestrado de Sherri Meek na Universidade de Ottawa. Com relação ao Brasil, foi mostrado o estudo de Andréia Baggioni, quem fez a crítica de tradução de “Undine geht” de Ingeborg Bachmann ao português de Portugal e do Brasil, pela valorização do tom feminista do conto.

Do quarto bloco. Seguindo junto a obras literárias, Rosvitha escreveu sobre a “influência do cânone literário na escolha de textos a serem traduzidos e as exigências do mercado editorial” (2010, p. 128). Conforme percebido pelas pesquisadoras feministas, as normas patriarcais também influenciam na valoração estética das obras literárias, o que fica evidente não somente na quantidade de literatura nacional escrita e publicada por homens cis ser maior do que aquela escrita por mulheres cis, mas também na quantidade reduzida destas que são traduzidas com relação aos homens cis. Uma reação a esse processo é a realização de “projetos de tradução de textos de mulheres, como um ato político e de solidariedade entre mulheres” (2010, p. 128). Deste ponto, Rosvitha trouxe como exemplo a antologia *Women Righting/Mulheres Escre-vendo. Afro-brasilian Women’s Short Fiction*, editado por Miriam Alves e Maria Helena Lima, em 2005, assim como traz alguns dados quantitativos sobre a presença de escritoras brasileiras traduzidas. Além de pontuar a visibilidade que Clarice Lispector teve por conta da recepção da teórica feminista Hélène Cixous na França, ela citou a pesquisa de Marie-Hélène Catherine Torres para expor como “de 212 romances brasileiros traduzidos [do século XX na França], apenas 22 são de mulheres” (BLUME, 2010, p.

129), assim como um levantamento de tradução de literatura alemã para o português brasileiro que apresenta dados também reveladores sobre essa assimetria nas políticas de tradução.

Como se pode perceber, o artigo de Rosvitha fornece um vislumbre de uma visão geral sobre o entrelaçamento entre os ET e os EG, com algumas propostas de organização sobre o que se podia conhecer do campo a partir dos referenciais que tinha consigo. Para apresentar um pouco mais em meio às revisões da primeira década do século XXI em artigos, me encaminho ao trabalho feito por Olga Castro em 2009, que pude traduzir em 2017 como “(Re)examinando horizontes nos estudos feministas de tradução: em direção a uma terceira onda?”⁶⁶.

Horizontes de Olga Castro em 2009. Devido ao meu envolvimento com o GEFLIT, segui buscando e encontrei esse artigo da pesquisadora galega Olga Castro, na época professora na Universidade Aston, que passou a lecionar em Warwick, ambas na Inglaterra. Quando entrei em contato com ela em 2017 para que pudesse traduzir o artigo, uma vez que inúmeras colegas não leem castelhano, fui recebida com tamanha generosidade, abertura e interesse genuíno por minha e nossas pesquisas no Brasil, que eu e Olga nos mantivemos como interlocutorias desde então, uma professora que admiro e com quem aprendi tanto. Ela teve um papel fundador para mim, pode-se dizer até iniciático, começando por seu artigo, publicado pela MonTI: Monografías de Traducción e Interpretación⁶⁷.

Neste artigo, Olga revisitou as narrativas do fator canadense, entendido com uma “primeira onda⁶⁸” na teoria prática/prática teorizante de tradução feminista, e as

⁶⁶ Assumo que, por exigências da TradTerm, onde publicamos o artigo traduzido, partes do artigo precisaram ser resumidas para que coubessem nos limites do periódico, o que foi feito pela própria Olga.

⁶⁷ Importante periódico multilíngue de acesso aberto, dirigido e coordenado por pesquisadoras tanto da Catalunha quanto da Comunidade Valenciana. Ainda que encontremos ferramentas arduas e estabeleçamos redes para compartilhar textos apesar dos custos financeiros impostos por grande parte dos periódicos Europa, Canadá e Estados Unidos, ainda mais pesados para quem pesquisa em países marginalizados, a existência de periódicos como o MonTI faz grande diferença para nossas pesquisas. Esse acesso, por sua vez, é demandado por pautas feministas na tradução, uma vez que possibilita diálogos ao invés de restringi-los.

⁶⁸ Depois deste artigo, Olga não mais se apoiou na metáfora de “ondas” (CASTRO e SPOTURNO, 2020), muito comuns nos estudos feministas, mas que ainda hoje recebe duras críticas por se definir pelas datas e tendências estabelecidas pelos feminismos brancos europeus e norte-americanos. Pergunta-se: onda para quem? Além disso, e aqui digo pela devoção à lemanjá, como é que se pode enumerar ondas na vastidão do mar? Penso também nos versos da poeta Nguyễn Thị Xuân Quỳnh traduzido por Ngo Minh Thuy ao português, “Penso sobre o mar/ Onde começa a onda?” (PONTES OUTRAS, 2019, online). Talvez pudéssemos considerar correntes marítimas, como elas cruzam distâncias e se misturam às águas dos oceanos, assim como são fatais na orla da praia, na forma de

críticas que se fizeram às suas abordagens, vistas como uma “segunda onda”, para imaginar o que seria uma “terceira onda” no campo. Para esse exercício, ela considerou as formas pelas quais as colaborações entre os ET e os feminismos se deram: prática, crítica e historiograficamente. Não se discutiu o que se toma por pautas feministas e/ou gênero, mas a definição das motivações acaba se fazendo por aquilo a que se opõem: colocam-se contra o machismo/patriarcado que também está presente/se realiza pela linguagem e tradução. A compreensão, deduzida, parte da premissa geral de que esse sistema hierarquiza o que se entende por homens cis e mulheres cis em detrimento destas, uma inferiorização a partir da qual inúmeras violências e silenciamentos são impostas a elas.

Dos encontros. Olga começou seu artigo a partir de uma constatação histórica sobre o encontro entre os ET e os feminismos — aqui ela ampliou a nomenclatura para abarcar não só os EG, mas as práticas feministas que não necessariamente se vinculam a um estudo acadêmico:

Uma das materializações dessa intersecção está no nascimento da escola de tradução feminista canadense. Sua contribuição aos ET foi — e é — tal que, apesar das críticas e posteriores redefinições da tradução feminista, ainda é frequente que as correntes dominantes de tradução concebam a proposta canadense como paradigma de tradução feminista e, por extensão, da interação entre feminismos e tradução. (2017[2009], p. 218)

É o que percebemos no artigo de Rosvitha: confirma-se a importância do fator canadense. Por isso, acredito na necessidade de situá-lo historicamente, olhando para suas contribuições criticamente: vale conceber o fator canadense como uma organização de agenciamentos, ao invés de tomá-lo como paradigma, aproximação a partir da qual Olga derivou seu artigo.

Um dos primeiros aspectos mencionados na emergência dos estudos feministas da tradução, sinalizado tanto por Rosvitha quanto por Olga, é que os ET e os EG se encontraram em um momento propício, entendido como a “virada cultural dos Estudos da Tradução” (CASTRO, 2017[2009], p. 219). Ao invés de focalizar-se na fidelidade/lealdade/equivalência a partir das quais se medem conteúdos linguísticos no chamado produto da tradução, passa-se a uma compreensão

corrente de retorno, para quem descuida de sua força de puxar: as ideias vão longe e agregam vários elementos para si, mas podem ser perigosas dependendo de como nos aproximamos delas.

complexa de seu processo, atravessado por questões políticas em sua concepção e em seus agentes. Dentro dessa abordagem,

Considera-se a ideologia como um conceito importante no traduzir, entendida não como desvio da objetividade, mas como conjunto sistemático de valores e crenças compartilhadas por uma dada comunidade, que formam as interpretações e representações de mundo de cada pessoa e também de quem traduz. (CASTRO, 2017[2009], p. 220)

Fundamentando esse entrelaçamento político entre as disciplinas, encontra-se o fato de que “os feminismos constataram que o fato de não subscrever de forma consciente uma ideologia particular em tradução implica aderir de forma inconsciente à ideologia dominante (patriarcal)” (2017[2009], p. 221). Os desdobramentos desse novo marco teórico-metodológico, que hoje podemos chamar de campo — e aqui me interessa a ideia abstrata de uma área entre disciplinas e a do território geográfico, com ou sem intervenção agrícola humana, que é consagrado a Ogum —, são variados e, reconhecendo uma falta de sistematização na época, Olga buscou percorrê-los para fins críticos e de organização, assim como Rosvitha fez um ano depois dela.

Da tradução feminista canadense e as críticas recebidas. Olga chamou o fator canadense de tradução feminista canadense⁶⁹, uma corrente que “identifica a tradução como a conjugação entre uma teoria praticante e uma prática teorizante a partir do examinar de questões culturais e ideológicas” (2017[2009], p. 222), tendo em si várias pesquisadoras que também foram tradutoras, e “que defende a incorporação da ideologia feminista à tradução pela necessidade de articular novas vias de expressão para dismantelar a carga patriarcal da linguagem e da sociedade” (2017[2009], p. 222). Marcadamente literária, essa experimentação tradutória-teórica se deu no contexto anglo-francês do Quebec (FLOTOW, 1991; GODARD, 1989), o que levantou muitos debates sobre gênero gramatical (presente em uma língua e ausente na outra, exceto por alguns poucos casos) e suas implicações sociais.

Segundo Olga, as críticas feitas a algumas integrantes do fator canadense — as de maior peso foram da brasileira Rosemary Arrojo — as acusavam de utilizar e defender as mesmas estratégias de tradução que julgavam violentas quando

⁶⁹ Olga destacou que as estratégias de tradução feminista do contexto canadense também foram tramadas em outros lugares, como foi feito nos Estados Unidos por Suzanne Jill Levine e registrado em livro de 1991, *The Subversive Scribe: Translating Latin American Fiction*.

realizadas por homens cis — o conhecido ditado: dois pesos, duas medidas — e de “aplicar uma ética hipócrita e contraditória” (CASTRO, 2017[2009], p. 223). Por mais que se buscasse uma contraposição filosófica pertinente ao debate, no caso de Arrojo⁷⁰, sua crítica serviu de base para argumentos conservadores que buscavam deslegitimar a politização feminista da tradução. Outra avaliação contestatória que Olga pontuou que foi colocada é a de um essencialismo permeando as práticas de tradução feministas: ao se dizer que é preciso que a linguagem (em tradução também) fale pelas mulheres, de que mulheres estamos falando? Isso nos lembra o debate tanto de Simone Schmidt quanto de Djamila Ribeiro, ao questionarem quem diz o que se entende por “mulher/es”. Diante disso, Olga trouxe exemplos de pesquisadoras, como Carol Maier, Miriam Díaz-Diocaretz⁷¹ e Françoise Massardier-Kenney, que redefinem as premissas da tradução feminista cada uma à sua forma, ainda que em trabalhos de menor extensão se comparados com os livros de Luise von Flotow e Sherry Simon.

(Re)examinando horizontes: velhas e novas interações. Para que novas pesquisas sejam feitas como ampliação dos horizontes do campo, Olga constatou a necessidade de uma organização sobre o que havia sido feito até então⁷². Primeiro, a pesquisadora expôs como os feminismos criticam e propõem outras formas de conceber a atividade tradutória (história das concepções da tradução pelo olhar dos estudos de gênero, principalmente através do exemplo do estudo de Lori Chamberlain), junto também ao plano historiográfico, dedicado a recuperar o trabalho de tradutoras (história da tradução) e de autoras (história da literatura). Depois, ela abordou o plano crítico, que envolve tanto a crítica da tradução de obras feministas quanto a de paratraduções destas. Por fim, já agregando seus referenciais de estudo, ela passou ao plano prático com tópicos a respeito do comportamento tradutório com relação à representação textual de mulheres cis e homens cis, assim como o paratradutório. A diferença entre esta categorização e a

⁷⁰ Retomarei esses posicionamentos, e as respostas de Sherry Simon e Luise von Flotow a Rosemary Arrojo, em seus respectivos livros, nas seções 2.1.3.1 e 2.1.3.2 desta tese.

⁷¹ O trabalho de Miriam resulta um pouco anacrônico para constar entre aquelas “outras concepções de tradução feminista para superar a inclinação essencialista anterior” (CASTRO, 2017[2009], p. 224), uma vez que sua pesquisa data de 1985. Neste momento, pouco ainda se havia teorizado sobre as práticas de tradução do fator canadense que constituíssem matéria substancial para que fosse reconhecida e servisse de referência.

⁷² O gesto ecoa o do próprio James Holmes nos Estudos da Tradução e de Rosvitha no campo feminista, que, de fato, publicou seu artigo um ano depois deste de Olga, trabalhos que reverberam a necessidade de organização.

de Rosvitha é sutil: Olga dissolveu comentários sobre políticas de tradução feminista ao longo de seus planos historiográfico, crítico e prático, de tal forma que os 4 blocos de Rosvitha se tornaram 3 planos aqui. Não acredito que seja necessário escolher entre um modelo e outro, pois, como James Holmes já nos sinalizava, a pesquisa em tradução frequentemente envolverá várias perspectivas.

Dos destaques historiográficos. Olga abriu essa seção com a frase “O passado outorga legitimidade” (2017[2009], p. 227), o que me faz pensar na importância das tradições, ao mesmo tempo que as subversões se fazem como rompimento delas enquanto normas: trata-se aqui da visibilização de linhas paralelas, transversais, que foram ocultadas pelas narrativas opressoras do cânone. O artigo de Olga, portanto, retoma as pesquisas historiográficas sobre mulheres cis na escrita/tradução, que mostram como a tradução, inferiorizada/feminizada, quando era uma possibilidade, aparecia como uma libertação para as mulheres que desejavam escrever e não lhes era permitido, mas também era um meio opressor de mantê-las presas ao ofício da tradução, tido por menor. No entanto, sua criatividade se sobrepunha a partir das restrições⁷³,

essas tradutoras/autoras se fizeram visíveis em prefácios, dedicatórias, notas de rodapé, correspondências particulares, etc., onde refletiam sobre o ato de traduzir e sobre as limitações que condicionavam sua prática. Porém, esses metatextos foram perdidos e silenciados, de forma que a concepção que metade da humanidade tinha sobre o ato de traduzir permanece excluída da história da tradução. (CASTRO, 2017[2009], p. 228)

Foi essa constatação que motivou inúmeras pesquisas nos estudos feministas da tradução a procurar metatextos, descrevê-los criticamente, situando cada tradutora em seus contextos: essa atividade é fundamental para ressituar a história da tradução. Logo, “também se pode contribuir para a transformação do cânone literário contemporâneo, optando abertamente por uma recuperação dos trabalhos de autoras silenciadas, o que, por sua vez, enriqueceria grandemente o campo da tradução” (2017[2009], p. 229), ponto que Rosvitha agrupou junto às políticas de tradução que visavam formar projetos de tradução de textos escritos por mulheres. Uma postura que se pode tomar para conduzir esses projetos é apontada por Olga no trabalho de Françoise Massardier-Kenney, que usa as estratégias de

⁷³ Lembrei-me de um tweet de Muhammad Puncha em 7 de março de 2020, com uma foto junto, com a seguinte legenda: “O que a gente chama de limite a pitaia chama de apoio”. Disponível em: <<https://twitter.com/muhammadpuncha/status/1236275820064378885>>. Acesso em 30 de março de 2020.

“recovery and commentary”⁷⁴ para contextualizar obras, assim como valorizar os aspectos que as tornam relevantes de serem traduzidas, reafirmando-as ou ressignificando-as. Um alerta importante feito por Olga, em diálogo com Gayatri Spivak, no entanto:

(...) é preciso uma grande dose de discernimento para não recair na atitude reprovável (mesmo que benévola) de traduzir tudo que venha de uma cultura minoritária, pós-colonial ou distante, para saber avaliar os riscos éticos derivados de falar por outras, e para evitar servir somente aos interesses ocidentais dos mercados de tradução, ao invés de entender a situação real na qual escrevem e inscrevem-se as textualidades originais. (CASTRO, 2017[2009], p. 231)

Sobre esse efeito minorizante de outres — que não são minorias — devido à centralização das culturas “ocidentais”, lembro-me de uma frase em um ensaio de Maria-Mercè Marçal em que ela diz que “no hi ha distància més gran que la del desconeixement”⁷⁵ (2004, p. 41). Se é necessário ir além do bairrismo hegemônico, com uma disposição verdadeira, o chamado ao encontro não significa que todas as trocas são interessantes. A crítica pós-colonial associada à tradução, marcadamente enraizada no pensamento de Gayatri Spivak, enfatiza que não se reproduza, também pelos projetos de tradução, uma lógica colonial de apropriação. Esse foi um dos principais pontos de crítica aos estudos feministas da tradução na virada do milênio e na primeira década deste, ainda que não seja este o ponto em que Olga se deteve, mas que comentarei mais adiante.

De algumas questões críticas. Neste ponto, Olga afirmou como a análise crítica de traduções e paratraduções de obras feministas também é necessária, não somente para defender que as viagens materializadas de textos feministas sejam feitas em sintonia com seus propósitos, como também para avaliar seu exercício tradutório em si: “Uma análise desses materiais mostra que, por vezes, se criam traduções rigorosas e conscientes recorrendo a diferentes estratégias, que os ET poderão avaliar e utilizar em outros contextos” (2017[2009], p. 232). Um destaque que desejo fazer aqui é o estudo que Olga realiza das paratraduções — as traduções de paratextos, os elementos textuais e visuais que apresentam textos — por uma perspectiva feminista, aprocheço que ainda é pouco estudado⁷⁶, pois “uma

⁷⁴ [recuperação e comentário]

⁷⁵ [não há distância maior que a do desconhecimento]

⁷⁶ Uma de minhas colegas de GEFLIT, Elena Manzato, realizou uma pesquisa desse tipo, analisando a recepção da obra de Jorge Amado, com representatividade de mulheres, no contexto italiano através dos paratextos. Para seu trabalho, ela fez uma importante intersecção entre questões de

perspectiva feminista traz à tona como de maneira nada ingênua se alteram (quicá deturpam) os paratextos feministas do original, sobre os quais as autoras tiveram sim mais poder de decisão” (2017[2009], p. 235).

Do plano prático, alguns pontos. Nesta seção em que Olga comentou sobre o comportamento tradutório e paratradutório com relação à representação textual e paratextual de mulheres cis e homens cis, a diferença com relação à crítica se dá pelo enfoque no processo de escolhas, que posteriormente se fazem objeto da crítica. Ela elegeu como perspectiva teórica a linguística crítica e a análise crítica do discurso, em especial a linguística crítica feminista, para que se possa observar como quem traduz lê e então recria essa leitura pela tradução, tendo em vista critérios feministas. Como referencial, Olga considerou a “third wave feminist linguistics”⁷⁷ de Sara Mills (2003 e 2008 apud CASTRO, 2017[2009], p. 238), que toma o discurso como unidade de análise:

Assim, abandona afirmações globais sobre usos sistemáticos da linguagem para centrar-se numa análise pontual e específica de cada enunciado (pois existem diferentes posições leitoras em cada contexto); evita análises isoladas que podem dar lugar a generalizações universais sobre homens e mulheres, para realizar análises sempre contextualizadas que permitam entender rigorosamente como se estabelecem os limites de significação; e rechaça considerar as categorias mulher e homem exclusivamente, para concebê-las junto a outras variáveis (idade, raça, classe, etc.) com as quais sempre interagem. (CASTRO, 2017[2009], p. 238)

Essa proposta de Olga, nomeada de “third wave feminist translation”⁷⁸ (2017[2009], p. 238), não foi levada adiante por ela, escolhendo reelaborar as mesmas pautas através do feminismo transnacional uma década depois, o que veremos ao fim deste capítulo. No entanto, destaco que ela considerou como âmbitos de análise tanto palavras quanto frases, constituintes de um discurso, que apresentem marcas de gênero e/ou referências ao que se entende por mulheres e homens em uma língua, para observar como a tradução desses elementos pode ser feita para outra língua. É nesta questão que o debate sobre tradução não sexista encontra grande espaço, uma vez que Olga conversou com o trabalho de Friederike

gênero e raciais, aliada às propostas que os estudos feministas da tradução atualmente têm valorizado.

⁷⁷ [linguística feminista da terceira onda]

⁷⁸ [tradução feminista da terceira onda]

Braun, no qual se revela o “Princípio-do-Homem-come-Norma”⁷⁹ para constatar o sexismo na própria língua, que pode ser alvo de reformulação em si e em tradução. Esse princípio mostra como o gênero gramatical masculino se impõe não somente como “neutro” generalizante, mas extrapola as próprias noções de coerência diversas vezes, a tal ponto que já ouvi, em sala de aula de tradução, mulheres se referirem a si próprias no masculino — “nós, tradutores”. Mencionada então, vale comentar que a proposta de Olga de tradução não sexista, que se apresenta como um projeto aberto para adaptações, pois “as estratégias de tradução não sexista estão determinadas pela contingência discursiva, e por isso exigem uma reflexão constante e possuem uma validade unicamente provisória” (CASTRO, 2017[2009], p. 241), foi posteriormente reformulada em um diálogo que estabelecemos juntas (CASTRO; BARBOZA, no prelo).

Dos encaminhamentos. Dentre as sugestões investigativas entre as conclusões de seu artigo, acredito que muitas poderão ser repensadas conforme os atuais movimentos desse campo de estudos uma vez que, naquele tempo, tanto a interseccionalidade quanto a crítica ao conceito de gênero nos ET ainda estava buscando espaço e visibilidade em investigações. Ressalto o empenho de revisão bibliográfica de Olga, que trouxe alguns referenciais que frequentemente tenho encontrado entre pesquisas nos estudos feministas da tradução, aos quais olharei com mais atenção nas próximas páginas.

2.1.2 De artigos notáveis: Lori Chamberlain, Barbara Godard e Luise von Flotow

De algumas discussões notáveis. Ainda que a nomenclatura “estudos feministas da tradução” seja recente e tenha sido reformulada, há alguns textos que se tornaram referenciais nesse campo e, ainda hoje, podemos encontrar menções a eles⁸⁰. Especificamente entre o fim dos anos 80 e começo dos anos 90, antes dos

⁷⁹ Na época traduzi como “masculino”, por fazer referência ao gênero gramatical masculino, mas não acredito mais que seja a melhor tradução para “male” neste contexto.

⁸⁰ Vale dizer que “Feminist Translation: Contexts, Practices and Theories” de Luise von Flotow recebeu tradução ao português brasileiro em 2021, feita por Ofir Bergemann de Aguiar e Lilian Virginia Porto para a *Cadernos de Tradução*, o que demonstra ainda haver interesse nesse texto. É a esta tradução que farei referência de agora em diante. Além disso, “Gender and Metaphorics of Translation” foi traduzido em 1998, constando dentro do livro *Tradução: a prática da diferença*, organizado por Paulo Ottoni, mas não tive acesso ao volume.

livros pioneiros sobre o assunto, foram escritos artigos de grande reverberação: “Gender and Metaphorics of Translation” (1988) de Lori Chamberlain, “Theorizing Feminist Discourse/Translation” (1989) de Barbara Godard e “Feminist Translation: Contexts, Practices and Theories” (1991) de Luise von Flotow. Há muitos outros que merecem atenção, que podem ser encontrados nas referências bibliográficas da revisão de Olga (2009[2017]), mas acredito que esta tríade sintetiza muitas das premissas do fator canadense, com as quais podemos nos demorar o bastante neste percurso.

Das metáforas (tão frequentemente) problemáticas da tradução. O artigo “Gender and the Methaphorics of Translation” (1988) de Lori Chamberlain é preci(o)so ainda hoje porque traz à tona como as metáforas a conceber a significação cultural da tradução ao longo da história foram/são marcadas por normas heterossexistas monogâmicas. No entanto, como temos visto em alguns textos até agora, não foi feita uma definição do que se entende por gênero, mas se percebe um deslizamento entre diferença sexual e gênero, assim como se entende que a “feminização” do status da tradução com relação aos textos autorais seria equiparável à subordinação das mulheres cis aos homens cis. Isso não prejudica a argumentação do texto em suas conclusões — com relação à forma como o sistema heteropatriarcal institui uma luta pela *autoridade* e consagração da originalidade, que reproduz hierarquias sociais das relações de gênero — mas acaba por manter o binarismo de gênero como sua premissa de saber. Podemos dizer que a grande virada deste texto é a de desmascarar como os discursos sobre a tradução também foram sujeitados às normas que oprimem aquelas que se entendem mulheres, afetando tanto a atividade quanto o grupo social, e como podemos pensar em termos que não partam dessa hierarquização.

Ao revisitar metáforas europeias sobre a tradução, Lori constatou que sua representação, frequentemente sexualizada, costuma acontecer nos âmbitos da família e do Estado, instituições reconhecidamente disciplinares. Uma das mais repetidas metáforas, datada do século XVII e atribuída a Gilles Ménage, a das *belles infidèles* [belas infiéis], separa as traduções em belas ou fiéis com relação aos seus textos de partida, como se as traduções, tal qual as mulheres cis, fossem julgadas conforme um contrato matrimonial legal — perante o qual, lembra-se, somente as

mulheres cis prestariam contas. Já na metáfora do conde de Roscommon no século XVII, que a autora mencionou, a ideia se explica em outro formato: para que o trabalho do tradutor seja original, ou seja, que sua tradução seja reconhecida como legítima, ele precisa se aproximar como um amigo e silenciosamente depor o autor do texto, tomando seu lugar. O texto, por sua vez, é visto em termos de cuidado e proteção do tradutor, como se costumava zelar pela conduta e virgindade das mulheres cis, para que a tradução fosse a melhor possível. A pesquisadora também citou que William Cowper, no século XVIII, levou a mesma ideia adiante, relacionando a reputação da tradução, sua fidelidade, como responsabilidade do tradutor/autor. Lori, então, expressou essas posturas como “the gendering of translation by this language of paternalism”⁸¹ (1988, p. 457).

Outras formas de metaforização partem da generificação, também, da linguagem — como se costuma dizer, a língua materna. Sobre este ponto, Lori demonstrou como Friedrich Schleiermacher, ao escrever sobre a tradução no século XIX, representou o tradutor como um pai que deve ser fiel à mãe/língua para que gere uma prole legítima; filhos bastardes, por sua vez, acabam relegados ao não natural, impuro, monstruoso, imoral — justamente aquilo que teóricas queer~cu-ir vão chamar de abjeto (BUTLER, 2019[1993]). “Thus, it is ‘natural’ law which requires monogamous relations in order to maintain the ‘beauty’ of the language and in order to ensure that the works be genuine or original”⁸² (CHAMBERLAIN, 1988, p. 429). A legitimidade está calcada na paternidade, no patronímico, e a mãe serve como reprodutora do legado paterno — por extensão, a tradição é tomada como domínio do pai. Em outra derivação dessa concepção, a tradução cumpre uma função colonial, agindo a serviço do Estado para que a língua materna se enriqueça com materiais textuais de outras línguas, incorporando seus conteúdos e formas, como sinônimo do sucesso militar de expansão de fronteiras políticas e literárias. As metáforas dessa apropriação colonial, segundo Lori, dão-se em termos de violência de gênero, como comentou que o clérigo Thomas Drant o fez, apoiado na Bíblia, sobre a forma de tornar mulheres cis capturadas em esposas. Lori pontuou que, ainda que alguns tenham tentado realizar metáforas libertadoras para quem traduz, como Serge Gavronsky, ele ainda se calca na violência de gênero.

⁸¹ [a generificação da tradução por essa linguagem de paternalismo]

⁸² [Portanto, é essa lei ‘natural’ que requer relações monogâmicas de forma a manter a ‘beleza’ da língua e a garantir que as obras sejam genuínas ou originais]

Com relação às teorias contemporâneas de tradução, Lori realizou uma crítica à forma como George Steiner a concebeu em termos sexistas em *Depois de Babel*, estabelecendo um paralelo entre tradução e a troca de mulheres cis conforme o modelo de restituição de Claude Lévi-Strauss. Além disso, conforme Lori, George Steiner sexualizou a comunicação por uma perspectiva centrada em homens cis e, ainda que tenha o cuidado de não partir de observações de cunho biológico, tende a apresentar a diferença social entre os sexos — aqui entendemos a visão de gênero da autora: uma construção social — como imutável. Sintetizando os pontos tocados pela pesquisadora, ela afirmou:

The metaphors of translation, as the preceding discussion suggests, is a symptom of larger issues of “western culture”: of the power relations as they divide in terms of gender; of a persistent (though not always hegemonic) desire to equate language or language use with morality; of a quest for originality or unity, and a consequent intolerance of duplicity, of what cannot be decided.⁸³ (CHAMBERLAIN, 1988, p. 465, minhas aspas)

Lori afirmou que, por trás dessas derivações, encontra-se a distinção entre o valor de produção, tido por maior, e o de reprodução, como menor, dentro da norma heterossexista, que é visível através da ideia de direitos autorais — formas de propriedade — que determinam inúmeras regras pelas quais se pode acessar um conteúdo e que constitui sua reprodução autorizada. Em sua leitura, até o ato reivindicativo de valorizar o potencial criativo da tradução, se feito em termos patriarcais edípicos, busca tomar para si um poder fálico que antes era exclusivo da autoria — o tradutor, como filho, que assume o lugar do pai, autor —, e ainda permanece destituído de relevância dentro dessa ordem simbólica, porque o filho não se torna o pai de fato na tradução.

No entanto, alguém que rompeu com essa dinâmica, na visão de Lori, foi Jacques Derrida, com seu capítulo “Living On / Border Lines”. Na leitura da pesquisadora, Derrida, ao afirmar uma intraduzibilidade da linguagem — lembremos do texto de Judith Butler citado anteriormente —, defendeu que “Translation is governed by the double bind typified by the command, ‘Do not read me’: the text both

⁸³ [A metafórica da tradução, como a discussão precedente sugere, é um sintoma de assuntos mais amplos da “cultura ocidental”: da forma como as relações de poder se dividem em termos de gênero, de um persistente (ainda que nem sempre hegemônico) desejo de igualar a linguagem ou o uso da linguagem à moralidade; de uma busca por originalidade ou unidade, e uma consequente intolerância com a duplicidade, com o que não se pode decidir]

requires and forbids its translation”⁸⁴ (CHAMBERLAIN, 1988, p. 469), representada na imagem do hímen que tanto simboliza a virgindade quanto a consumação do casamento, não contaminada e ao mesmo tempo transgredida⁸⁵. Além disso, Derrida teria reconhecido que frequentemente quem traduz são mulheres cis e, ao invés de serem subordinadas a uma autoria, elas são amadas por esta, uma vez que a tradução só é possível através delas. Nestes termos, a tradução, também como um trabalho produtivo, é tão relevante quanto a escrita. Segundo Lori, Derrida não somente rompeu o binarismo de gênero pelo qual a tradução geralmente foi representada, mas enfatiza seu aspecto colaborativo: quem traduz e a autoria do texto traduzido trabalham juntas, “both in the cooperative and the subversive sense”⁸⁶ (CHAMBERLAIN, 1988, p. 470).

Lori também sugeriu caminhos de pesquisa, valorizando o papel da tradução de trazer à tona informações sobre dominação e subversão, e, por fim, “as women write their own metaphors of cultural production, it may be possible to consider the acts of authoring, creating, or legitimizing a text outside the gender binaries”⁸⁷ (1988, p. 472). Acredito, no entanto, que esta tarefa não cabe somente àquelas que se entendem mulheres: *o feminismo é para todo mundo*, como nos disse bell hooks (2018[2000]) logo no título de um de seus livros, no qual ela diz que “estou entre aquelas raras teóricas feministas que acreditam ser crucial para o movimento feminista ter como pauta principal o fim de todas as formas de violência” (2018[2000], p. 96). O que jaz na base de grande parte dessas metáforas sexistas analisadas por Lori, de fato, é um discurso violento sobre um determinado entendimento dos gêneros — que possui aspectos coloniais de racismo e cis-heteronormatividade, para sugerir o mínimo —, perpetuado na linguagem sobre tradução.

Transformance. Talvez um dos aspectos mais visionários do texto sobre tradução literária da tradutora e/m pesquisa/dora Barbara Godard, “Theorizing Feminist Discourse/Translation” (1989), seja o modo como ela fez uma leitura

⁸⁴ [A tradução é governada pelo duplo vínculo tipificado pelo comando ‘Não me leia’: o texto tanto pede quanto impede sua tradução]

⁸⁵ Como não estou em diálogo direto com o texto de Jacques Derrida, não me estendo na crítica desta imagem, mas ressalto que o jeito como Lori Chamberlain a representou, ainda que potente por romper o binarismo de gênero, ainda se serve de uma imagem heteronormativa ao associar a perda da virgindade com sexo penetrativo.

⁸⁶ [tanto no sentido cooperativo quanto no subversivo]

⁸⁷ [à medida que mulheres escrevem suas próprias metáforas de produção cultural, talvez seja possível considerar os atos de fazer-se autoria, criar e legitimar um texto fora dos binários de gênero]

feminista da tradução e performance pela ideia de transformance, um ano antes de *Problemas de gênero* de Judith Butler ser publicado, livro a partir do qual a performatividade do gênero passou a ser amplamente discutida. Nessa obra, Judith mostrou drag como a realizar uma paródia subversiva da ideia de gênero, e justamente Barbara sinalizou para a paródia como um dos modos de reescrita ao lado da tradução, assim como a citação. No entanto, seu texto se limita à associação entre uma experiência de “mulheres” com o feminino e uma elaboração crítica a partir desse lugar. Portanto, suponho que Barbara, amparada pelas teorias feministas de seu tempo — em seu texto, ela citou nomeadamente Madeleine Gagnon e Suzanne Lamy, assim como fez referências a Luce Irigaray e Hélène Cixous —, ainda realizava uma leitura de gênero como vivência social da diferença sexual, na qual o feminino era elaborado a partir do que se associa com aquelas que são entendidas como mulheres.

Desejo destacar dois aspectos dialógicos — tema que é parte da sua discussão — que surgem logo no início de seu texto. Ela escolheu como epígrafe a seguinte passagem de Jacques Derrida: “The only complete reading is the one which transforms the book into a simultaneous network of reciprocal relationships”⁸⁸ (1978[1967], p. 24 apud GODARD, 1989, p. 43), logo de pronto desafiando o livro como já composto de relações em si, desprovido, portanto, de uma inteireza que resida em uma originalidade solitária. Em seguida, ela agradeceu, atribuindo a escrita de seu artigo à conversa com algumas pessoas; uma delas, Sherry Simon, que foi a primeira mais reconhecida a lançar um livro amplo sobre tradução e gênero na década de 90. A partir disso, ela levantou questionamentos a partir da relação das mulheres cis com o que se entende por gênero e linguagem, que tanto a teoria feminista auxilia a compreender e propor caminhos outros, quanto a tradução de escritoras também localiza como uma questão central para sua prática: “Both theoreticians of women’s discourse and of feminist translation ground their reflection in issues of identity and difference, otherness being framed linguistically in terms of gender as well as of nationality”⁸⁹⁹⁰ (1989, p. 43). Assim, o discurso feminista, para Barbara, aparecia nestes termos:

⁸⁸ [A única leitura completa é aquela que transforma o livro em uma rede simultânea de relacionamentos recíprocos]

⁸⁹ Surge uma informação fundamental aqui: existe um debate sobre colonização dentro do Quebec com relação ao Estado canadense, que se torna imagem espelhada da condição das mulheres cis com relação aos homens cis, materializada também na coexistência do inglês com o francês

As an emancipatory practice, feminist discourse is a political discourse directed towards the construction of new meanings and is focused on subjects becoming in/ by language. It seeks to expose ideological modes of perception through an expansion of messages in which individual and collective experience originate from a critical stance against the social contexts of patriarchy and its language. In this, feminist texts generate a theory of the text as critical transformation.⁹¹ (1989, p. 44)

Acredito que esta definição de discurso feminista, a partir da questão de gênero (em suas várias concepções), seja representativa de muito que foi feito sob essa nomenclatura. Novos sentidos aos velhos nomes, nomear o que nunca foi permitido nome, e a partir dos nomes, (re)conhecer-se (ou não) e expandir (a partir de) outras formas de viver. Assim, escutando a ideia de Barbara, acredito que o deslocamento com relação ao discurso hegemônico, realizado por quem seja por sua própria vivência elaborada ou conscientização crítica, pode conduzir à noção evocada pela tradutora e/m pesquisa com relação a essa constatação: a de movimento pela linguagem, de percorrê-la em sua multiplicidade, pluralidade.

Quando nos comunicamos desses outros lugares, pode-se instalar o que Barbara chamou de “polymorphic quality (...) dialogic, the-one-within-the-other in the Bakhtinian sense of the polyphonic text, feminist discourse works to subvert the monologism of the dominant discourse”⁹² (1989, p. 45). Pois, se esse discurso feminista busca romper com aquilo que entende como as normas patriarcais da linguagem dominante, isso o coloca dentro de um “efeito de tradução” a partir do qual é preciso traduzir a experiência à linguagem, uma vez que esta não foi pensada pela linguagem patriarcal. É como se fosse preciso “invent a new language to discuss what has been taboo”⁹³ (1989, p. 45), que Barbara exemplificou através de Nicole Brossard, em prol de uma “radical interrogation of meaning”⁹⁴ (1989, p. 46).

quebequense. É preciso entender o pensamento dessas teóricas como Barbara — assim como Luise von Flotow e Sherry Simon — dentro desse debate nacional.

⁹⁰ [Tanto teóricas do discurso das mulheres quanto da tradução feminista aterram sua reflexão em temas de identidade e diferença, a alteridade a ser enquadrada linguisticamente em termos de gênero assim como de nacionalidade]

⁹¹ [Como uma prática emancipatória, o discurso feminista é um discurso político direcionado à construção de novos significados e se focaliza em sujeitos em devir na/pela linguagem. Busca expor os modos ideológicos de percepção através de uma expansão de mensagens, pelas quais as experiências individual e coletiva se originam, por uma postura crítica contra os contextos sociais do patriarcado e sua linguagem. Nisso, textos feministas geram uma teoria do texto como transformação crítica]

⁹² [qualidade polimórfica (...) dialógico, si-dentro-de-outra no sentido bakhtiniano de texto polifônico, o discurso feminista se empenha em subverter o monologismo do discurso dominante]

⁹³ [inventar uma nova língua para discutir o que tem sido tabu]

⁹⁴ [interrogação radical do significado]

A tradução, nessa concepção do discurso feminista — que podemos enxergar como alinhada com Lori Chamberlain — é uma forma produtiva e não reprodutiva a partir da qual não se repete o sentido de uma língua em outra, mas uma transformação se *passa* no processo. É isso que Barbara chama de *transformance*, a noção discursiva feminista pela qual a performance transforma o sentido, também evidenciando a transformação da tradução. Em sua visão, isso se opõe à história da teoria e prática da tradução, cujas teorias de equivalência, isomorfismo e paralelismo total de conteúdos e expressões supõem o apagamento de traços culturais e autorreflexivos dos textos para que sejam traduzidos, o que retira deles seu próprio elemento fundador. Sobre essa forma de traduzir, Barbara escreveu que “What such a theory of translation based on equivalency ignores is the extreme difficulty in translating meaning because of the importance of co-textual (formal) and contextual relationships”⁹⁵ (1989, p. 48). Ao invés de configurar quem traduz como um agente transcodificador, percebê-lo como quem decodifica e recodifica: podemos dizer que é este seu argumento. Quem traduz realiza uma leitura ativa seguida de uma escrita, tendo em vista a intertextualidade que conecta o sistema do texto de partida ao texto traduzido, conforme Barbara aponta que é sugerido por Susan Bassnett (na época Susan Bassnett-McGuire) nos Estudos da Tradução, ainda que o conceito venha da crítica literária.

Ao observar a tradução como uma reescrita, Barbara aproveitou para compará-la com outras formas de reescrever, como a citação e paródia, para destacar dois aspectos: 1) que no ato de enunciação da repetição, no caso da citação, nota-se como se acresce o significado da repetição em si ao conteúdo repetido, isto é, “the value of repetition is a supplement⁹⁶ of meaning”⁹⁷ (1989, p. 49); 2) e que a tradução, assim como a paródia, depende de um “‘sideward glance’ of recognition to activate the supplement”⁹⁸ (1989, p. 50), expondo a ficcionalidade da

⁹⁵ [O que tal teoria de tradução baseada em equivalência ignora é a extrema dificuldade de traduzir o significado por causa da importância de relacionamentos co-textuais (formais) e contextuais]

⁹⁶ Vale mencionar, ainda que não me aprofunde, algumas linhas sobre o conceito: “O suplemento acrescenta-se, é um excesso, uma plenitude enriquecendo uma outra plenitude, a *culminação* da presença. Ele cumula e acumula presença (...) o suplemento supre. Ele não se acrescenta senão para substituir. Intervém ou se insinua *em-lugar-de*; se ele colma, é como se cumula um vazio. Se ele representa e faz imagem, é pela falta anterior de uma presença. Suplente e vicário, o suplemento é um adjunto, uma instância subalterna que substitui (...) O signo é sempre o suplemento da própria coisa.” (DERRIDA, 1973, p. 177–8).

⁹⁷ [o valor da repetição é um suplemento do significado]

⁹⁸ [‘olhar oblíquo’ de reconhecimento para ativar o suplemento]

ficção, contra qualquer noção de equivalência na tradução, reconhecendo-a como tal, para abarcar sua transformação criativa na tradução literária, sua manipulação. Isso me lembra dos versos “Uma experiência solda-se a outra/ mas não se confunde, fruto de um compromisso circunstanciado;/ não repetir é a ordem para investigar/ onde o caminho se interrompe” (1991, p. 109) de Roberto Echavarren, poeta neobarroco uruguaio selecionado por Néstor Perlongher para compor a antologia *Caribe Transplatino — Poesia neobarroca cubana e rioplatense*. Na pausa da performance, rastreia-se o elo entre o lugar de onde partiu para onde chegou — curiosamente digitei o verbo “solda-se” do poema de Roberto como “solta-se”, como se cada gesto fosse para além de si, apontando para seu suplemento ao repetir-se. Investiga-se onde o caminho para e requer transformação para continuar: o lugar da tradução. Então, a finalizar minhas últimas observações sobre o texto de Barbara, desejo retomar seu último parágrafo:

Though traditionally a negative topos in translation, ‘difference,’ becomes a positive one in feminist translation⁹⁹. Like parody, feminist translation is a signifying of difference despite similarity. As feminist theory has been concerned to show, difference is a key factor in cognitive processes and in critical praxis. Meaning discerned and assigned by the translator becomes visible in the gap or the surplus which separates target from source text. The feminist translator, affirming her critical difference, her delight in interminable re-reading and re-writing, flaunts the signs of her manipulation of the text. *Womanhandling* the text in translation would involve the replacement of the modest, self-effacing translator. Taking her place would be an active participant in the creation of meaning, who advances a conditional analysis. Hers is a continuing provisionality, aware of process, giving self-reflexive attention to practices. The feminist translator immodestly flaunts her signature in italics, in footnotes — even in a preface.¹⁰⁰ (GODARD, 1989, p. 50)

Na escuta dessas palavras de Barbara, detenho-me nos pontos em que acredito que, revistos hoje, merecem nuance. Assim como o feminismo é para todo

⁹⁹ Lembro-me da fala de Audre Lorde, citada mais cedo nesta tese, sobre o valor da diferença, sendo o problema a sua formulação em termos de desigualdade.

¹⁰⁰ [Embora tida como um tópos tradicionalmente negativo na tradução, a ‘diferença’ se torna um positivo na tradução feminista. Como a paródia, a tradução feminista é um significante da diferença apesar da similaridade. Como a teoria feminista se preocupou em mostrar, a diferença é um elemento chave em processos cognitivos e na práxis crítica. O significado, discernido e designado por quem traduz, torna-se visível na lacuna ou no excesso que separa o texto alvo do texto de partida. A tradutora feminista, afirmando sua diferença crítica, seu deleite em interminável re-ler e re-escrever, exhibe os sinais de sua manipulação no texto. *Manusear como mulher* o texto em tradução envolveria tirar de seu lugar uma agente de tradução modesta e despretensiosa. Que a tradutora tome seu lugar seria uma participação ativa na criação de sentido, quem avança com uma análise condicional. É dela uma provisionalidade em contínuo, consciente do processo, dando atenção autorreflexiva às práticas. A tradutora feminista imodestamente exhibe sua assinatura em itálicos, em notas de rodapé — até em um prefácio.]

mundo, a tradução feminista também é, de tal forma que a postura valorizada por Barbara poderia se tornar uma ética de tradução compartilhada, não tornando essa tarefa exclusiva das mulheres nesse *womanhandling* [manipular como mulher]. Além disso, a exibição da manipulação do texto requer cuidados, para que não se reproduzam as dinâmicas coloniais de apropriação sobre as quais alertamos anteriormente. Por fim, conceber essa postura ativa como “manipular como mulher” parece embasá-la em uma ideia genérica de mulher, mas que mulher é essa? Ali percebe-se novamente a centralização da sujeita (sem considerar seus atravessamentos de raça, classe, sexualidade e mais, inclusive como se supõe uma construção binária de gênero) como referencial pela omissão. No entanto, valorizo a ideia de provisionalidade em contínuo, compreendendo esses posicionamentos como algo que se trama ao longo do tempo, por todos os espaços possíveis, jamais de forma definitiva, mas aberta para sua própria transformação, implicada na própria ideia de transformance.

Das estratégias organizadas. O notório artigo “Feminist Translation: Contexts, Practices and Theories” (1991) de Luise von Flotow, percebo, tem um apelo prático: diferentemente de Lori Chamberlain, que faz uma crítica historiográfica às metáforas de tradução, e de Barbara Godard, que concebe uma outra filosofia valorizada da tradução feminista, Luise se detém em como isso pode ser feito. Ela partiu de um exemplo de uma fala em uma peça feminista, contextualizado no Quebec em 1976, para opor a postura tradicional de quem traduz à da tradução feminista — tida como prática corrente no Canadá nos anos 90 — que ela tomou de um artigo de Barbara Godard de 1984, que por sua vez o pegou de Évelyne Voldeng¹⁰¹. No caso, a frase “Ce soir j’entre dans l’histoire sans relever ma jupe”¹⁰² apresenta uma tradução tradicional como “this evening I’m entering history without pulling up my skirt”¹⁰³ e uma que se identifica como feminista como “this evening I’m entering history without opening my legs”¹⁰⁴ (FLOTOW, 1991, p. 69–70). Ao considerar as alternativas de tradução, Luise von Flotow admitiu que sua intenção não era avaliar uma em detrimento da outra, mas abrir caminho para que o exemplo

¹⁰¹ Não consegui acesso ao artigo de Barbara para obter a data da referência ao texto de Évelyne.

¹⁰² “esta noite entro para a história sem erguer a saia” (FLOTOW, 2021[1991], p. 493).

¹⁰³ “(...) “sem levantar a saia” (idem, p. 493).

¹⁰⁴ “esta noite entro para a história sem abrir as pernas” (idem, p. 493).

de tradução feminista seja “acceptable, even desirable”¹⁰⁵ (1991, p. 70), voltando seu interesse a “the context, the practices and the underlying theories”¹⁰⁶ (1991, p. 70) que tornem isso possível.

Nesse impulso, a valorização que Luise fez da tradução feminista no Canadá se deu por duas razões: “the increasing numbers of English translations self-consciously describing themselves as feminist”¹⁰⁷, and on the increasing number of feminists texts being translated in Canada today”¹⁰⁸ (1991, p. 70–71). Portanto, trata-se de um fenômeno localizado, que ela analisou conforme suas próprias condições. Ainda que não tenha estabelecido uma definição de gênero, firmando sua proposta em um discurso feminista que se opõe à linguagem patriarcal, deduzo que Luise o entendeu segundo a divisão binária que se estabeleceu sobre a diferença sexual, da própria produção do “sexo”.

Luise começou a tramar suas linhas justamente através dos contextos. Em meio aos textos escritos no Quebec nas décadas de 70 e 80, houve um movimento de literatura experimental que atacava e desconstruía, ou ao menos evitava, a carga misógina da linguagem tradicional, crítica com a qual a tradução feminista se alinhou. Essas escritoras, como Nicole Brossard, France Théoret, Madeleine Gagnon, Louky Bersianik e Lise Gauvin, realizavam pesquisas etimológicas e investigavam as experiências de mulheres cis que ainda não tinham sido expressadas na literatura que conheciam. Colocando-se contra ao masculino genérico, criaram neologismos, trocadilhos e rupturas com as estruturas gramaticais como forma de ataque e/m paródia às normas sociais presentes na linguagem patriarcal. Luise comentou que esses textos feministas quebequenses começaram a ser traduzidos desde o fim dos anos 70, começando com duas peças de Nicole Brossard, até incorporar textos de conferências, trabalhos apresentados nos encontros transcanadenses de escritoras até livros inteiros. Como ela sintetizou,

Feminist translation is thus a direct spin-off from the experimental work by Quebec women writers; it is a phenomenon intimately connected to a specific writing practice in a specific ideological and cultural environment, the result of a specific social conjuncture. It is an approach to translation that

¹⁰⁵ “aceitável, até desejável” (idem, p. 493–4).

¹⁰⁶ “no contexto, nas práticas e nas teorias subjacentes” (idem, p. 493).

¹⁰⁷ É interessante notar que, entre tradutoras como Barbara Godard, Marlene Wildeman, Fiona Stachan, Susanne de Lotbinière-Harwood, consta Howard Scott, que se afirmava como tradutor feminista.

¹⁰⁸ “os números crescentes de traduções para o inglês descritas, conscientemente, como feministas e o número crescente de textos feministas sendo hoje traduzidos no Canadá” (idem, p. 494).

has appropriated and adapted many of the techniques and theories that underlie the writing it translates.¹⁰⁹ (FLOTOW, 1991, p. 74)

Portanto, a tradução feminista no contexto canadense apenas foi possível, do jeito que foi, devido às questões presentes na escrita feminista experimental quebequense, em suas inspirações e desafios. É por isso que não se pode enxergar esse fenômeno destituído de suas raízes, muito menos tomá-lo como universal. Luise teve o cuidado de situar as práticas de tradução feministas antes, portanto, de uma forma que, ainda que ela não afirmasse que elas funcionavam somente neste contexto, também não encorajou sua reprodução acrítica e sem adaptações: buscou validar o que foi feito em seu tempo.

Das práticas, vale ressaltar que Luise não pretendeu descrever todas, mas, de várias, escolhe três para comentário: “supplementing, prefacing and footnoting, and ‘hijacking’”¹¹⁰ (1991, p. 74). Antes de comentá-las, ela afirmou a postura da tradutora feminista como a de alguém que se conferiu permissão para dar visibilidade ao seu trabalho, discutindo seu processo criativo, conspirando com a escritora que traduz assim como a desafia. Isso ressoa muito a proposta de Barbara Godard, também dentro da compreensão sugerida por Lori Chamberlain. Em seguida, ela abordou tais estratégias a partir de exemplos das práticas canadenses de tradução feminista.

A primeira, conhecida como suplementação, é uma noção derivada do texto de Walter Benjamin sobre a tarefa de quem traduz e, na leitura de Luise, “according to Benjamin, the source text is supplemented by its translation, matured, developed, and given an afterlife”¹¹¹ (1991, p. 75). Na prática de tradução feminista como a propõe, a suplementação aparece não só como aquele inevitável efeito de repetição sobre o qual falou Barbara Godard a partir da ideia de suplemento de Derrida, mas este foi tomado em um gesto deliberado em que “it compensates for the differences

¹⁰⁹ “A tradução feminista é, portanto, um subproduto direto do trabalho experimental das escritoras do Quebec; é um fenômeno intimamente ligado a uma prática de escrita específica em um ambiente ideológico e cultural específico, o resultado de uma conjuntura social específica. Trata-se de uma abordagem da tradução que aproveitou e adaptou muitas das técnicas e teorias subjacentes à escrita que traduz.” (idem, p. 497)

¹¹⁰ “suplemento, prefácios e notas de rodapé e ‘sequestro’” (idem, p. 498), no entanto, opto por “suplementação” para não haver sobreposição com o conceito derrideano, de forma que será esta a referência que farei de agora em diante.

¹¹¹ “De acordo com Benjamin, o texto-fonte é suplementado por sua tradução, amadurecido, desenvolvido e ganha uma sobrevida” (idem, p. 498).

between languages, or constitutes ‘voluntarist action’ on the text”¹¹² (1991, p. 75). Esse tipo de intervenção é aquela que, diante do masculino genérico ou de colocações duvidosas que podem sugeri-lo em línguas com marcação de gênero (como o francês), assim como na ausência de gênero na maior parte dos casos (como o inglês), a tradutora busca uma solução que não deixe margem para leituras equivocadas do potencial feminista do texto.

Depois, Luise comentou sobre a estratégia de escrever prefácios e notas de rodapé, espaços nos quais a tradutora feminista pode refletir sobre seu trabalho e marcar ativamente sua presença, contra a imagem de quem traduz como uma pessoa modesta e despretensiosa, parafraseando as colocações de Barbara Godard sobre “manipular [o texto] como mulher”. Além disso, Luise destacou que essa estratégia tem um cunho bastante didático, pois, à medida que a tradutora nos conta sobre seu processo, ela explica questões fundamentais à atividade — manifestando, inclusive, seu caráter intertextual, condição relevante apontada por Barbara também —, apoiada ou não por pesquisa acadêmica, a depender da comunidade alvo. Aqui afirmo que, assim como argumentam outres, tais materiais constituem teoria de tradução, feita por quem traduz, que também auxilia a recepção dessas obras em suas comunidades leitoras.

A terceira estratégia, mais polêmica e vilipendiada, é a de sequestro, assim chamada pelo fato de Susanne de Lotbinière-Harwood ter sido acusada por um jornalista e tradutor de Montreal de ser tão intrusiva ao ponto de sequestrar a obra de Lise Gauvin, quem ela traduziu para o inglês. A tradutora respondeu, justificando suas escolhas voltadas para uma comunidade específica, mas apelando ao polêmico argumento em que admite interferir no texto de Lise Gauvin, “feminizando-o”, porque a autora ainda usava o masculino genérico no livro, e dessa forma Susanne “appropriated it, made it her own to reflect her political intentions”¹¹³ (1991, p. 79). Como temos dito até agora, há imensos riscos nessa atitude de apropriação, porém o texto de Luise está a falar de tradutoras canadenses/quebequenses a traduzir escrita experimental quebequense de sua época, um espaço reivindicativo construído na base do próprio gesto subversivo das escritoras que elas traduziam.

¹¹² “Compensa as diferenças entre as línguas ou constitui ‘ação voluntarista’ sobre o texto” (idem, p. 499).

¹¹³ “apropriou-se dele, fez dele o seu próprio texto, para expressar suas intenções políticas” (idem, p. 505).

Ainda que a estratégia de sequestro tenha causado querelas, também alvo de críticas foram as conclusões teóricas e efeitos narrados por Luise ao fim deste artigo. Por mais certa que seja sua colocação sobre a contribuição dos estudos pós-estruturalistas e desconstrutivistas a provocar “the erosion of the authority of the Author/Original”¹¹⁴ (1991, p. 80), questão bem apontada por Lori Chamberlain, a leitura que Luise fez dos debates de Jacques Derrida sobre tradução neste texto foi sinalizada como deslocada (ARROJO, 1994). A pesquisadora e tradutora afirmou que a revisão derrideana “endowed her [a tradutora] with the right, even the duty to ‘abuse’ the source text”¹¹⁵ (FLOTOW, 1991, p. 80). A palavra “duty” — que ecoa no “public duty” mencionado por Lori como uma das metáforas sexistas da tradução a serviço do Estado — e “abuse” soam violentas para quem lê o texto. A nota de rodapé indicada após essa frase atribui a “tradução abusiva” a Philip Lewis, talvez de onde Luise tenha buscado essa ideia. No entanto, ela seguiu seu argumento em prol da criatividade e experimentação, o que é condizente com a proposta de tradução feminista e, nomeadamente, ela assumiu “the influence of second-wave feminism has been vital to feminist translation. It has endowed both Quebec feminist writers and their translators with the authority and the means to disregard Authority”¹¹⁶ (1991, p. 81). Além disso, Luise pôde elaborar uma reação às críticas recebidas ao seu artigo em seu livro *Translation and gender — translating in the ‘era of feminism’* (1997), que será tema do próximo passo.

2.1.3 Estacas ao solo: os livros de Sherry Simon (1996) e de Luise von Flotow (1997)

Marca-estaca. Ao longo dos passos por tantos artigos em inglês, dei-me conta de que comecei a misturar línguas quando uma frase me apareceu, interrogando as autorias sobre seu posicionamento a respeito de tradução e gênero: “what is at *stake* here?”¹¹⁷. Seguindo no jogo queer~cu-ir, repensei a nomeação desta seção como agora se pode ler; antes, havia esboçado “Grandes marcos”, pois

¹¹⁴ “erosão da autoridade do Autor/Original” (idem, p. 505).

¹¹⁵ “estimulou um renovado interesse no trabalho da tradutora e deu-lhe o direito, mesmo o dever, de “abusar” do texto-fonte” (idem, p. 505–6).

¹¹⁶ “a influência da segunda onda do feminismo foi vital para a tradução feminista. Dotou tanto as escritoras feministas do Quebec quanto suas tradutoras com a autoridade e com os meios para desconsiderar a Autoridade” (idem, p. 506).

¹¹⁷ [o que está em jogo aqui?]

cheguei a chamar os livros de Sherry Simon e Luise von Flotow de livros-marco mais atrás nesta pesquisa. Porém, marco, como *milestone*, não só me pareceu uma imagem imóvel demais, como também solitária, fincada em meio aos campos e caminhos apenas para delimitar. A estaca, por sua vez, tem alguns sentidos mais vitais, ainda que se requisite uma nuance ao final: 1) como peça estrutural cravada no solo para sustentação (fundamento); 2) como parte da expressão popular em “voltar à estaca zero”¹¹⁸, trazendo uma ideia de retorno à base (fundação)¹¹⁹.

Pelo primeiro sentido, reconheço essa potência dos livros de Sherry Simon e Luise von Flotow de terem alicerçado as bases para o que futuramente viria a ser chamado de estudos feministas da tradução — e aqui “ao solo” brinca como “ao modo só”, mas que não significa isolamento, pois dialogam com muitas pesquisadoras e textos. Pelo segundo, jogo com a ideia que se tem desses livros como papéis fundantes. O complemento, no entanto, é fundamental: se “ao solo” pode indicar que as estacas se firmam como bases, também pode significar que são derrubadas, caem sobre o solo. O que se faz com elas, portanto, é aquilo que podemos imaginar ao conhecê-las.

2.1.3.1 GENDER IN TRANSLATION (1996)

Amplas folhas. O livro *Gender in Translation — Cultural Identity and the Politics of Transmission* (1996), escrito por Sherry Simon, professora na Universidade Concordia (Montreal), foi publicado na série Estudos da Tradução, editada por Susan Bassnett e André Lefevere, da editora Routledge. Acredito que a apresentação do livro na folha de rosto seja de autoria de ambas, que logo começa com uma frase de peso: “Gender in Translation is the first comprehensive study of feminist issues in translation theory and practice”¹²⁰ (1996, p. i). Acredito que a palavra “comprehensive” seja chave para não fecharmos o livro como o pioneiro de

¹¹⁸ Meritxell fez um comentário que acredito relevante para ampliar as múltiplas concepções da imagem: “Também tem a música de Lluís Llach ‘l’Estaca’, que foi uma música contra o franquismo, e que depois foi adotada por outros movimentos revolucionários, como na Polônia em 1989, na Tunísia em 2011, ou atualmente na Bielorrússia. Mas l’estaca desta música é símbolo da opressão que é preciso *derribar* (tombar)”.

¹¹⁹ Lembro-me dos versos de Natasha Tinetti em *Veludo Violento*, o primeiro da parte “Barbielônicas/Babilônicas”: “a mesopotâmia foi construída/ um reinado em cima do outro. preencha com a metáfora que quiser:/ _____” (2018, p. 63).

¹²⁰ [Gênero em Tradução é o primeiro estudo abrangente sobre assuntos feministas na teoria e prática de tradução]

um campo inexplorado¹²¹. O horizonte que essa palavra vislumbra é a vastidão que ela cobre, pois a obra considerou uma grande quantidade de trabalhos a partir da lente tradução-gênero, maior que a desses trabalhos anteriores, assim como sistematizou alguns temas fundamentais ao campo até então. Pelas próximas páginas, destacarei alguns aspectos do livro, sem a pretensão de compreender a vastidão de pesquisas tramadas nele: acredito que os estudos de caso que Sherry trouxe, preciosos como são em seus próprios contextos, podem receber atenção de cada uma em seu próprio tempo.

Prefácio e reconhecimentos. De pronto, Sherry explicou que sua motivação veio de perceber que “identity politics mattered for translation”¹²² (1996, p. viii) e que isso merecia ser desenvolvido. Ao mesmo tempo, a tradução feminista no contexto canadense estava em ebulição; e um evento em particular foi marcante para a pesquisadora: quando Sherry ajudou a organizar um simpósio temático sobre poética feminista em um congresso de tradução literária em 1986, compondo-o junto de Susanne de Lotbinière-Harwood, Barbara Godard e Kathy Mezei. Diante desse fenômeno emergente, ela afirmou: “A practice we could call Canadian feminist translation had come into existence”¹²³ (1996, p. viii). Neste contexto, “translation became a vital site of cultural production”¹²⁴ (1996, p. viii), “a mode of *engagement* with literature, as a kind of literary activism”¹²⁵ (1996, p. ix). Nessa abertura criativa da tradução, o feminismo teve papel fundamental, pois “Feminism has been responsible for creating new intellectual and cultural communities, just as it injected new ideological tensions into longstanding practices”¹²⁶ (1996, p. ix). No entanto, como Sherry bem pontuou, os ET dialogavam lentamente com a virada cultural dos anos 80, o que deixava questões de identidade, como gênero, ainda pouco desenvolvidas. Dessa constatação ela puxou o fio de seu livro: “The aim of this book is therefore double: to cast the widest net around issues of gender in translation; and,

¹²¹ O que sabemos ser uma impressão falaciosa, considerando apenas a título de exemplo livros como *Re-Belle et Infidèle: La Traduction Comme Pratique de Réécriture au Féminin/The Body Bilingual: Translation as a Re-Writing in the Feminine*, publicado por Susanne de Lotbinière-Harwood em 1991 e *The Subversive Scribe: Translating Latin American Fiction*, publicado por Suzanne Jill Levine no mesmo ano.

¹²² [a política identitária importava à tradução]

¹²³ [uma prática que podemos chamar de tradução feminista canadense passou a existir]

¹²⁴ [a tradução se tornou um local vital de produção cultural]

¹²⁵ [um modo de envolvimento com literatura, como um tipo de ativismo literário]

¹²⁶ [o feminismo foi responsável por criar novas comunidades intelectuais e culturais, assim como injetou novas tensões ideológicas às práticas longevas]

through gender, to move translation studies closer to a cultural studies framework”¹²⁷ (1996, p. x). Se o primeiro objetivo é mais evidente, o segundo nos leva à questão que foi pouco explorada nos artigos citados na subseção anterior: Sherry afirmou que conceitos como “cultura”, “identidade” e “gênero” não têm significado em si, mas precisam ser investigados, procedimento que era muito característico dos estudos culturais. Seu desafio, ela admitiu, foi o de começar um processo de hibridização da disciplina — anunciada nomeadamente desde os tempos de James Holmes — motivada pelas práticas de tradução canadense, para ir além delas.

Tomando posições generificadas na teoria da tradução: introdução. Para abrir este capítulo, Sherry destacou a inferiorização histórica a que foram submetidas as mulheres cis e a atividade de tradução, o que chega ao entrelaçamento sobre a “feminização” — aspas da própria autora — da tradução. O objetivo da teoria de tradução feminista seria, portanto, investigar os processos pelos quais essa operação ocorreu e “attempt to trouble the structures of authority which have maintained this association”¹²⁸ (1996, p. 1). Para atender a essa demanda com seu livro, a pesquisadora o organizou por eixos: 1) uma análise teórica sobre como a tradução foi “feminizada” e quais formas se propôs para pensá-la em sua potência criativa; 2) em estudo de casos a título de exemplo genealógico, mostrando como a tradução foi um meio para as mulheres cis acessarem a literatura, tendo em vista os papéis sociais sobre a escrita e a tradução; 3) em outro estudo de casos, trouxe como as autoras feministas francófonas foram deslocadas no mundo intelectual anglo-americano através da apropriação e distorção; 4) com mais casos, discorreu sobre a tradução feminista bíblica contemporânea; 5) encerrou com uma reflexão teórica sobre as formas de aliança entre os ET e os estudos culturais. Como comentei anteriormente, desejo me deter nos eixos 1) e 5), uma vez que busco escutar suas contribuições conceituais.

Sherry admitiu que sua pesquisa é anglocentrada, tornando-a preliminar, portanto, ao tema do entrelaçamento entre gênero e tradução, dado que a maior parte das interlocuções que ela estabeleceu em seu texto são com quem escreve em inglês. Outra observação que ela fez, citando problematização realizada por Judith Butler, é justamente sobre o significado da palavra gênero, debate ainda

¹²⁷ [A meta deste livro é, portanto, dupla: de lançar a mais ampla rede em torno das questões de gênero na tradução; e, através do gênero, levar os estudos da tradução para mais perto de uma perspectiva dos estudos culturais]

¹²⁸ [uma tentativa de perturbar as estruturas de autoridade que mantêm essa associação]

pouco considerado. Sherry interpelou os textos de Judith como a sugerir que “the search for definition should be abandoned in favor of genealogical critique”¹²⁹ (SIMON, 1996, p. 6) e dela conclui que “gender, therefore, is never a primary identity emerging out of the depths of the self, but a discursive construction enunciated at multiple sites. In the context of this particular study, the historical variability of discourses of gender must be emphasized”¹³⁰ (1996, p. 6). Ela partiu dessa noção não para definir gênero, expondo como o conceito em si é instável, mas o deixou em aberto para que ficasse explícito como cada tradutora citada em seu trabalho se posicionava e como isso se tornava parte de um projeto literário ou social.

Tomando posições generificadas na teoria da tradução: gênero nos estudos da tradução / teoria generificada. Como temos visto várias autoras marcarem, Sherry nos contou sobre como a virada cultural dos anos 70 e 80 deu mais ênfase a uma abordagem descritiva nos ET, ao invés da preocupação prescritiva, o que preparou o terreno para que se encontrasse com o pensamento feminista. Este trouxe consigo um aprofundado debate sobre a linguagem na luta feminista, que poderia (e foi) incorporado à tradução. Era uma questão de iniciativa para que esse cruzamento de caminhos, os ET e os feminismos com um interesse pela linguagem, se realizasse. Dessas pautas, a tradução apareceu como uma forma de intervenção cultural, “as part of an effort to alter expressions of domination, whether at the level of concepts, of syntax or of terminology”¹³¹ (1996, p. 8). E ela se faz em uma oposição a séculos de uma generificação da atividade de tradução em termos sexistas, como Sherry pontuou no trabalho de Lori Chamberlain discutido aqui anteriormente, e, tal como Lori, ela valorizou a leitura derrideana do duplo vínculo entre escrita e tradução, tomando-as como interdependentes.

Tomando posições generificadas na teoria da tradução: fidelidade reconstruída / autoridade e responsabilidade. Sherry compartilhou conosco que o entendimento simplista da realidade através de binarismos também atrapalha nossa compreensão da “fidelidade”, com a qual pensamos rigidamente a relação entre línguas: original e cópia, quem escreve e quem traduz, em analogia à visão

¹²⁹ [uma busca por definição deveria ser abandonada em prol de uma crítica genealógica]

¹³⁰ [gênero, portanto, não é nunca uma identidade primária que emerge das profundezas do eu, mas uma construção discursiva enunciada por múltiplos locais. No contexto deste estudo em particular, a variabilidade histórica de discursos sobre gênero deve ser enfatizada]

¹³¹ [como parte de um esforço para alterar as expressões de dominação, seja a um nível de conceitos, de sintaxe ou de terminologia]

macho/fêmea. É preciso pensar em um *contínuo* fluido, dinâmico e ativo, que, como ela traz da fala de Susan Bassnett, substitui a visão entre textos e traduções como constituintes de polos, e afirmou “It is by destroying the absolutes of polarity that we can advance in our understanding of social and literary relations”¹³² (1996, p. 12). Neste ponto, Sherry parece ter aproximado seu texto de *Problemas de gênero*, pois comenta como a hierarquia entre escrita/tradução e identidades de gênero são móveis e performativas, mas ela o fez para aliar-se com as colocações de Barbara Godard sobre a *transformance*. Por isso, acabou direcionando essa leitura ao movimento de fazer a linguagem e/m tradução servir à subjetividade daquelas que se entendem mulheres para produzir sentidos, ao “manusear como mulher”.

Tomando posições generificadas na teoria da tradução: desafiando o gênero gramatical / traduzindo o significante: Nicole Brossard e Barbara Godard. Legitimando, portanto, esses projetos de tradução feminista canadense, Sherry valorizou o quão apropriadas foram suas práticas por terem se dedicado a textos experimentais feministas centralizados na linguagem. Ainda que a pesquisadora tenha reconhecido que o gênero gramatical é uma propriedade formal, conforme cita Deborah Cameron ter recuperado de Protágoras, Sherry explicou através de Roman Jakobson como existe um investimento simbólico às questões de gênero quando a linguagem extrapola seus usos instrumentais ou comunicativos, como se vê na poesia e mitologia. Para tanto, ela recorreu a um experimento de Deborah Cameron sobre o “gênero metafórico”, no qual concluiu que “gender is relational, and is in fact an extension of the binary, oppositional structure that pervades all our thinking”¹³³ (1996, p. 17). Esse fenômeno se tornaria chave quando se acredita que línguas sem marcação de gênero gramatical não implicam uma leitura generificada, pois existe um deslizamento associativo entre os atributos dos papéis de gênero social e a forma como pensamos sobre as palavras dessas línguas.

Porém, o gênero gramatical foi apenas um dos aspectos sobre os quais as tradutoras canadenses se debruçaram, e, para ilustrar essa complexidade, Sherry comentou sobre a relação entre Nicole Brossard, notória escritora experimental feminista, e Barbara Godard, sua tradutora. Esta tramou inúmeras formas de visibilizar a tarefa de quem traduz, fosse nas próprias traduções, em prefácios,

¹³² [É ao destruir os absolutos da polaridade que podemos avançar em nossa compreensão das relações sociais e literárias]

¹³³ [gênero é relacional, e é de fato uma extensão da estrutura binária, oposicional, que se impregna a toda nossa forma de pensar]

artigos e até em um diário de tradução, expondo o caráter associativo de seu processo, intertextual/interdiscursivo, em um vaivém entre memória e referências que atravessavam a sua prática. Além disso, Barbara teve um papel importante ao fundar o periódico *Tessera* junto de Daphne Marlatt, Kathy Mezei and Gail Scott na Universidade de York, propiciando um espaço para troca criativa entre feministas canadenses francófonas e anglófonas pela via da tradução.

Tomando posições generificadas na teoria da tradução: a violência da apropriação / textos ideologicamente hostis / comunidades internacionais / a dimensão histórica / ética e sujeito que traduz. Logo em seguida, Sherry levantou as já mencionadas críticas de Rosemary Arrojo, sintetizando-as como “For Rosemary Arrojo, the idealism of feminist translation appears simply to be a reverse-image of masculinist configurations”¹³⁴ (1996, p. 26). Contra tal argumento, Sherry confluíu tanto a filosofia nietzschiana quanto a psicanálise para sugerir que toda forma de compreensão do mundo está implicada em violência¹³⁵, pois busca ordenar o caos da realidade que está além da linguagem, sendo uma vontade de poder¹³⁶. O problema, segundo Sherry, seria a visão masculinista do sujeito “universal” que serve de parâmetro de “fidelidade” tradutória, e tradutorias feministas assumem sua agência ao enunciarem seu projeto de tradução, tido como local de fala a partir do qual se definir. Portanto, “Far from being blind to the political and interpretative dimensions of their own project, feminist translators quite willingly acknowledge their interventionism”¹³⁷ (1996, p. 27).

Outro desafio surge quando tradutorias feministas se deparam com textos que não apresentam liberdades inventivas e até se colocam contra suas ideologias e estéticas. Porém, como Sherry enfatizou, a tradução diversas vezes cumpriu um papel de estímulo à criatividade, para que nos desloquemos de nossa posição de escrita autocentrada na escuta da voz de uma outra autoria. Logo, não é preciso, nem deve ser uma regra, que se traduza somente textos com os quais se concorda, e tal desafio faz parte da própria ideia de tradução em si — embora isso represente

¹³⁴ [Para Rosemary Arrojo, o idealismo da tradução feminista lhe parece ser somente a imagem-reversa de configurações masculinistas]

¹³⁵ Nota-se que esta forma de conhecimento é uma premissa de origem colonial.

¹³⁶ Essa forma de estar no mundo, pressupondo tentativas de controle, alia-se aos discursos coloniais, diante dos quais se afirma a necessidade de descolonizar também o imaginário, o inconsciente. Neste trabalho, no entanto, não terei condições de me aprofundar nessa discussão.

¹³⁷ [Longe de não enxergarem as dimensões políticas e interpretativas de seu próprio projeto, tradutorias feministas de muita boa vontade reconhecem seu intervencionismo]

uma visão elitista da tradução, desconsiderando as pressões de mercado sobre as formas de atuar profissionalmente como quem traduz. Assim, nessa perspectiva bastante específica da atividade, defrontar-se com aquilo que nos desagrade e até nos fere pode trazer uma frustração muito grande, mas Sherry mostrou como o trabalho de Carol Maier com a poesia de Octavio Armand a levou a envolver-se profundamente com a tradução, ainda que a partir de uma oposição. “Antagonism does not lead to rupture, but to increased engagement”¹³⁸ (1996, p. 29), afirmou a pesquisadora, para que possamos conceber as práticas não em termos separatistas, mas como parte de um desejo coletivo de transformação.

Em meio a essas práticas, jazia e se sobressaía uma discussão sobre as políticas de tradução presentes na transmissão feminista de textos literários, como Sherry sinalizou sobre o projeto da antologia *Women Writing in India*, editada por Susie J. Tharu e Ke Lalita em 1991. Nesse volume, as traduções — e os posicionamentos declarados sobre elas — apresentam consciência da multiplicidade de vozes e línguas que consideraram e os desafios, assim como estratégias encontradas, que vivenciaram em sua elaboração, o que diversas vezes dificultou ou até se colocou como um limite sobre o qual as tradutoras conscientemente buscaram admitir suas faltas e falhas. A sensibilidade das editoras em seu projeto de tradução, orientadas por um desejo respeitoso de não reduzir a vastidão de línguas na Índia presentes nos textos dessas escritoras — também um afastamento temporal variado, com demandas específicas — a um produto orientalista, evidenciou “the sometimes irreconcilable conflict between ideological concerns and the demands of successful transmission”¹³⁹ (1996, p. 31). Esse debate sobre a complexidade das agências envolvidas em projetos de tradução me leva justamente à última discussão de Sherry, tramando mais sobre o que entende por cultura.

Conclusão: revisando as fronteiras da cultura e tradução. Por fim, a pesquisadora abriu suas reflexões para juntar-se aos estudos culturais na escuta sobre migrações, hibridizações e posições por uma abordagem contestatória diante dos códigos dominantes de autoridade. Nesse ponto de atravessamentos em que se encontra o terceiro espaço, conforme definido por Homi Bhabha, a tradução se faz presente de inúmeras formas: como atividade criativa, como meio de comunicação e

¹³⁸ [O antagonismo não precisa levar à ruptura, mas a um envolvimento crescente]

¹³⁹ [o conflito por vezes irreconciliável entre preocupações ideológicas e as demandas por uma transmissão bem-sucedida]

como forma de concepção das identidades em movimento — para além das questões territoriais. Com relação aos ET, no entanto, Sherry afirmou que “At present¹⁴⁰, however, translation is most often used by cultural studies theorists as a metaphor, a rhetorical figure describing on the one hand the increasing internationalization of cultural production and on the other the fate of those who struggle between two worlds and two languages”¹⁴¹ (1996, p. 127). Acredito que essa visão seja ainda binária, pois os estudos culturais, desde seu começo, lidavam com realidades muito mais plurais, irredutíveis a uma ideia de “dois mundos, duas línguas”: a ver a realidade multilíngue da Índia e sua relação com o colonial inglês, a partir da qual Gayatri Spivak se posicionou. De toda forma, o debate dos estudos culturais considera a complexidade da realidade global e suas relações de poder, que se comunicam por vias tradutórias, surgindo um fenômeno que Homi Bhabha chamou de “cultura tradutória”: um entre-lugar de produção cultural com sua própria, e nova, posição enunciativa a partir da qual negociar em contínuo estado de desestabilização. Para Sherry, a tradução, por seu enfoque na transferência de linguagens entre sistemas culturais, com suas ideias e estéticas, se constitui de “lines of transmission, opened up by the violence of colonialism, now crisscross the globe as a permanent feature of internationalized culture”¹⁴² (SIMON, 1996, p. 129). É isso que a levou a confluir os debates de gênero na tradução com as questões postas pela representação cultural.

Gênero à cultura: Gayatri Spivak. Para sistematizar resumidamente a forma como o conceito da diferença foi observado em meio ao pensamento feminista anglo-americano, Sherry afirmou que muitas intelectuais concordam com uma sequência — que ela chama de evolução — de estágios: 1) momento essencialista; afirma-se a existência de uma realidade daquelas que são entendidas como mulheres oposta aos abusos patriarcais; 2) momento construcionista; percebe-se que as diferenças são criadas através de posicionalidades históricas na língua e na

¹⁴⁰ Vê-se tal abordagem nos estudos culturais ainda hoje (ALVAREZ; COSTA; FELIU; HESTER; KLAHN; THAYER, 2014; COSTA, 2015). Percebo que existe grande resistência no diálogo feminista entre os ET, a literatura e os estudos culturais, o que não é um fenômeno isolado, mas a dificuldade das disciplinas de dialogarem a fundo com a tradução para além de seu uso metafórico (GULDIN, 2016).

¹⁴¹ [no entanto, a tradução ainda é mais frequentemente usada por teóricos dos estudos culturais como uma metáfora, uma figura retórica descrevendo, por um lado, uma crescente internacionalização da produção cultural e, por outro, o destino de quem luta entre dois mundos e duas línguas]

¹⁴² [linhas de transmissão, abertas pela violência do colonialismo, agora se entrecruzam pelo globo como um atributo permanente da cultura internacionalizada]

cultura; a realidade daquelas que se entendem como mulheres se compreende como socialmente produzida; 3) momento derivado do anterior; as diferenças produzidas se fazem dialogicamente em relação ao que excluem. Com contribuições de Michel Foucault e Jacques Derrida, é a partir deste último momento que “this perspective looks at women’s difference as one among a wide range of other cultural pressures, like race, class or the nation”¹⁴³ (1996, p. 134), a partir da qual a questão de *localização* torna-se prioritária. A qualidade ativa das representações culturais constitui posições de subjetividades a partir da qual se produzem identidades. Neste ponto, portanto, Sherry valorizou o artigo “The Politics of Translation” de Gayatri Spivak por ter em vista tradução, gênero e cultura, falando como tradutora ela própria e como teórica.

Da leitura que Sherry trouxe sobre Spivak, destacarei algumas de suas colocações. Uma das primeiras é a visualização da tarefa de quem traduz por uma perspectiva feminista, tomando a língua como rastro da agência generificada; e que quem escreve o faz sob a agência de sua língua, o que revela sua posição ideológica sobre a língua a partir da qual (se) fala. É por isso que Sherry afirmou que o primeiro imperativo da tradução seria “the need to attend to the ‘rhetorical nature’ of every language over its logical systematicity”¹⁴⁴ (1996, p. 134). Ainda que isso já tivesse sido trabalhado por teorias da tradução, Sherry apontou que a ênfase de Spivak na crítica às traduções de textos escritos por mulheres “não ocidentais”, redutoras ao seu conteúdo e desprovidas de sua especificidade, se faz como uma insistência na pertinência do tema. A pesquisadora salientou que a ideia de “rendição” — uma entrega — é posta por Spivak em meio à ampla dimensão de investimento subjetivo no processo de tradução, na qual se dissolveriam fronteiras e controles em um envolvimento entre quem traduz e a textualidade do trabalho, em suas condições de sentido, descrita em um vocabulário afetivo por Spivak. Neste ponto, surge o notório debate da autora sobre o erótico e o ético, que citei anteriormente — “To surrender in translation is more erotic than ethical”¹⁴⁵ (2000, p. 400) —, que Sherry leu da seguinte forma:

Spivak posits two fundamental forms of alterity: the erotic and the ethical. In order to be ethical, she explains, we have to turn the other into something

¹⁴³ [essa perspectiva olha para a diferença das mulheres como uma entre uma vasta gama de outras pressões culturais, como raça, classe ou nação]

¹⁴⁴ [a necessidade de atender à ‘natureza retórica’ de cada língua sobre seu sistematismo lógico]

¹⁴⁵ [Render-se em tradução é mais erótico do que ético]

like the self. This is humanistic universalism: our moral obligations are built on the fundamental likeness between all human beings. But in the translating relationship there has to be more respect for the irreducibility of otherness; this respect is more erotic than ethical in nature. The liberal, humanist, “she is just like me” position is not very helpful when translating: it is maximum distance which the translator must seek. This brings the translating relationship ideally closer to the mode of the erotic rather than to the ethical form of alterity.¹⁴⁶ (1996, p. 136)

A conclusão de Sherry, no entanto, não me parece muito alinhada com Spivak: não é que quem traduz deva buscar a máxima distância, mas tomar consciência da distância existente de fato e não a reduzir durante o processo de tradução contra a retoricidade do texto traduzido. Acredito que se assemelha antes a uma postura de ter consciência de nossa própria localização, a dos textos traduzidos com relação às suas autorias em seus próprios sistemas culturais, e não perder de vista essa distância no processo. No entanto, como Sherry buscou em Spivak, essa agência de quem traduz é ambivalente e incerta, pois não parte de um controle sobre a situação, mas demanda que se baixe a guarda — “a hora desarmada/ e aberta do degelo” (MARÇAL, 2019[1989], p. 159) — para os imperativos da retoricidade do texto traduzido e aprenda-se a língua de quem se traduz. Isso não significaria ausência de ação ativa na hora de traduzir: Sherry contou que, para Spivak, a rendição e intervenção fariam parte da responsabilidade intelectual e estética da tradução, ou seja, entregar-se não significa abnegar de si mesmo, intervir não quer dizer autoafirmar-se, pois não se trata de centralizar tudo a partir de nós, mas como nós nos relacionamos na escuta de outre. Sherry situou a política de tradução de Spivak em um amplo projeto de pedagogia pós-colonial de crítica anti-imperialista, “promoting the specificity of cultural forms”¹⁴⁷ (1996, p. 142), o que não implica que essas formas necessariamente *pertencam* às culturas, mas é preciso entender *como as culturas fazem uso específico delas*.

Novas lógicas de troca. Para encerrar seu livro, Sherry condensou, em algumas frases, ideias sobre como a tradução não mais poderia se idealizar em termos universalistas, geralmente tidos como projetos de dominação que expressam

¹⁴⁶ [Spivak dispõe duas formas fundamentais de alteridade: a erótica e a ética. De forma a sermos étiques, ela explica, temos que tornar outre em algo como o eu. Esse é o universalismo humanista: nossas obrigações morais são construídas na semelhança fundamental entre todos os seres humanos. Mas no relacionamento tradutório, há mais respeito pela irredutibilidade da outridade; esse respeito é mais erótico do que ético em natureza. A posição liberal, humanista, “ela é como eu”, não é de grande ajuda quando se traduz: quem traduz deve buscar a distância máxima. Isso traz o relacionamento de tradução mais idealmente para perto do modo erótico do que da forma ética de alteridade]

¹⁴⁷ [promovendo a especificidade das formas culturais]

“the values of the white, European and middle-class male”¹⁴⁸ (1996, p. 157), hierárquicos e excludentes. Entender a tradução como posição enunciativa na qual “gender is central (...) But as we have seen, the way that gender shapes the action of translation can be very variable”¹⁴⁹ (1996, p. 157), o que demanda atenção para o que cada elemento traduzido traz consigo. Entre parada e movimento, “the work of translation at once elicits and confuses the link between self and community, recognition and estrangement”¹⁵⁰ (1996, p. 158). Portanto, ao nos imaginarmos alianças e parcerias, assim como em rompimentos e desafetos, a tradução estará em questão.

2.1.3.2 TRANSLATION AND GENDER (1997)

Estandarte. O livro de Luise von Flotow, professora na Universidade de Ottawa, surgindo um ano após a publicação da pesquisa de Sherry, apresenta uma inversão no título: o gênero na tradução torna-se tradução e gênero, tomando talvez o campo dos ET por prioridade. Como vimos no contexto quebequense dos anos 90, é provável que muitas pesquisas estivessem sendo feitas paralelamente, com ou sem (grandes) trocas de ideias entre pesquisadoras, como Luise e Sherry, estudando tradução feminista nas universidades. De fato, ambas agradeceram pelo interesse uma da outra por suas respectivas obras em seus prefácios. Porém, se muitos aspectos do livro de Luise lembram os de Sherry, ela só citou o livro desta na conclusão de seu volume e trilhou diferentes espaços. Se Sherry partiu rumo às reflexões sobre tradução cultural, Luise fez uma defesa mais enfática das práticas de tradução canadense: ela considerou as críticas feitas aos estudos feministas da tradução e rebateu-as, propondo caminhos futuros ao campo. Brinco com a homofonia entre *estandarte* e *standard* [padrão], sendo livro que proclama e faz guardida, e que acabou por se tornar uma das referências da área por algum tempo. Essa perspectiva visionária deve ser sopesada, considerando que até a data de escrita desta pesquisa, 23 anos depois de seu primeiro livro sobre o tema, Luise von Flotow segue sendo um nome indissociável aos estudos feministas da tradução,

¹⁴⁸ [os valores do macho branco, europeu e de classe média]

¹⁴⁹ [gênero é central (...) mas, como temos visto, a forma como gênero modela a ação da tradução pode ser bastante variável]

¹⁵⁰ [o trabalho de tradução de uma só vez provoca e confunde o elo entre o eu e a comunidade, entre o reconhecimento e o estranhamento]

enquanto que Sherry Simon não mais seguiu junto ao campo, preferindo dedicar-se à tradução no contexto de cidades plurilíngues, com enfoque em Montreal. O livro de Luise, pois, apresenta um prefácio e os seguintes capítulos, que depois traduzirei ao passo que an/dar com cada um: “Historical Background”, “Gender and the Practice of Translation”, “Revising Theories and Myths”, “Rereading and Rewriting Translations”, “Criticisms”, “Future Perspectives” e “Concluding Remarks”. Embora com mais capítulos, o volume é menor que o de Sherry, pois esta tomou seus tópicos em meio aos capítulos para vagar por várias derivações de casos. Destacarei, portanto, alguns de seus aspectos diferenciais.

Prefácio. Alinhada com o que temos visto até agora do fator canadense, Luise demarcou seu estudo na confluência entre as investigações na linguagem motivadas pelos movimentos feministas — a “era do feminismo”, como ela chamou — e a virada cultural nos ET, de forma que estes e os EG, interdisciplinares, se relacionam através de tópicos como “cultural gender differences, the revelation and formulation of these differences in language, their transfer by means of translation into other cultural spaces where different gender conditions obtain”¹⁵¹ (1997, p. 1). No entanto, ela nos contou que o crescimento dos ET e dos EG não se deu paralelamente, mas através de diferentes configurações geopolíticas: se os ET proliferaram na Europa multilíngue e no Canadá oficialmente bilíngue¹⁵², tiveram força menor nos Estados Unidos. Este território, por sua vez, foi arena de ampla mobilização feminista desde os anos de 1960, contando com variada elaboração acadêmica no campo dos EG — presente em espaços públicos e cultura popular —, fenômeno também foi vivido por muitos espaços da Europa. O propósito feminista de Luise, ela assumiu, foi de juntar os ET — notadamente com enfoque na tradução literária — aos EG para que existissem informações sobre o tema a “students on the both sides of the Atlantic”¹⁵³ (1997, p. 2), já que havia um descompasso entre os campos entre Europa, Estados Unidos e Canadá. Ela foi bastante honesta sobre sua localização neste momento e as condições materiais que a permitiram realizar esta

¹⁵¹ [as diferenças culturais de gênero, a revelação e formulação dessas diferenças na linguagem, sua transferência por meio da tradução a outros espaços culturais onde se obtém diferentes condições de gênero]

¹⁵² Embora Luise não o aponte, nem o fez Sherry, as políticas de tradução, quando movidas por fatores político-econômicos e culturais hegemônicos, pautam-se pelas línguas oficializadas. Estas, em geral, são as línguas coloniais que se impuseram em detrimento das línguas originárias, como as que são faladas pelos povos em território canadense neste caso.

¹⁵³ [estudantes em ambos lados do atlântico]

pesquisa, admitindo sua limitação de acesso a inúmeros trabalhos por questões de língua, lendo em inglês, francês e alemão, para oferecer uma visão sobre a intersecção entre tradução e gênero.

Pano de fundo histórico: O Movimento das Mulheres e a Ideia de Gênero / Mulheres e Linguagem / Gênero e Tradução. Tendo Simone de Beauvoir por estaca forte, a partir da qual se ouviu — não em seu tempo, mas depois — o conceito de gênero que, na boca das feministas na Europa Ocidental, Estados Unidos e Canadá nos anos de 1960,

referred to the result of the social process that turns young females into girls, and later into women. This process instills into girls and women the physical, psychological and sociocultural attributes that are typical of a particular time and culture and which, as a rule, differ substantially from the attributes of the men of the same period.¹⁵⁴ (1997, p. 5)

Luise demarcou que gênero trata da construção sociocultural de ambos sexos e, ainda que conheça a obra de Judith Butler, ela optou por referir-se à pesquisadora¹⁵⁵ estadunidense como crítica do dualismo de gênero. No entanto, como comentarei mais adiante, Judith não se limitou a apontar a própria ideia de gênero como culturalmente construída (BUTLER, 2017[1990]), mas desnaturalizou a divisão sexual em si, entendendo-a também como cultural, uma vez que não haveria separação entre natureza e cultura. A justificativa de Luise para ignorar os estudos queer sugere que sua discussão de gênero se aplicava “somente”, e no máximo, às mulheres lésbicas, desconsiderando as especificidades da sexualidade — e isso não seria desconsiderá-las? Lembro-me das colocações de Monique Wittig (2017[1980]) de que no sistema codificado pela lei patriarcal, a lésbica não é mulher, pois, para pensamento *straight* [reto-hétero], a ideia do que se entende por mulher demanda sua integração a uma lógica cis-heterossexual. Portanto, Luise deixou explícito que sua abordagem se referia às mulheres cis-heterossexuais e, ainda que seu livro aborde temas homossexuais em tradução, ela o fez pontual e brevemente.

Gênero e a prática de tradução: escrita feminista experimental e sua tradução (traduzindo o corpo, traduzindo trocadilhos de referências culturais, traduzindo experimentos com a linguagem), tradução feminista intervencionista

¹⁵⁴ [se referia ao resultado do processo social que transforma jovens em garotas e depois em mulheres. Esse processo instila em garotas e mulheres os atributos físicos, psicológicos e socioculturais que são típicos de uma determinada época e cultura e que, via de regra, diferem substancialmente dos atributos de homens da mesma época]

¹⁵⁵ Uso a rasura aqui pois, em 1997, Judith Butler ainda não se colocava com pronomes não binários.

(*traduzindo machismo, tradução feminista assertiva*), recuperando obras de mulheres ‘perdidas’ no patriarcado (*medidas corretivas além*). Luise reafirmou a narrativa que temos acompanhado, de elaboração intelectual que afetou práticas na era do feminismo: em uma direção, esse afluxo levou algunes a buscar obras contemporâneas para traduzi-las às suas próprias culturas, enfrentando desafios imensos com relação às formas; em outra direção, também conduziu a um questionamento sobre intervenções e censuras nas traduções; e em mais outra alimentou o desejo por uma linhagem de mulheres cis escritoras e intelectuais, elaborada via resgate de obras “perdidas” com devido comentário e crítica. É assim, portanto, nessas 3 direções, que ela puxou a linha do gênero e prática de tradução neste capítulo.

Com relação aos experimentalismos dos anos 70 sobre os quais as autoras têm comentado, Luise falou das escritas que buscaram escancarar os estereótipos sexuais atribuídos àquelas que são entendidas como mulheres para que a sexualidade e erotismo que viviam pudesse ser descritos pela perspectiva delas próprias, com suas próprias experimentações, ao que ela destacou as inovações e ousadia das escritoras francófonas de seu tempo. Como Sherry também mencionou, esses textos eram complexos de traduzir ao inglês, não somente por questões linguísticas, mas pela própria subjetividade de quem os traduzisse, uma vez que temas relacionados com sexualidade frequentemente se encontram aprisionados através de rígidos tabus sociais. Através das discussões das tradutoras Susanne de Lotbinière-Harwood e Barbara Godard, Luise mostrou a importância da presença ativa e transgressiva das tradutoras como gesto de solidariedade, assim como os limites enfrentados pelas possibilidades e aberturas ou imposições e restrições das próprias línguas, de forma que “The translation of feminist writing of the gendered body is one area where the limits of language and the constraints imposed by culture have led to a certain disruption of feminist ideas about women’s solidarity and their shared fate in patriarchy”¹⁵⁶ (1997, p. 20).

O gênero gramatical foi outro ponto sinalizado por Luise a apresentar desafios para quem traduz. Como as escritoras francófonas buscaram subverter ao seu modo as normas sexistas de demarcação de gênero gramatical — e os locais

¹⁵⁶ [A tradução do corpo generificado da escrita feminista é uma área em que os limites da linguagem, e as restrições impostas pela cultura, levaram a uma certa perturbação das ideias feministas sobre a solidariedade entre mulheres e seu destino compartilhado no patriarcado]

em que essas operações acontecem pode mudar de uma língua para outra —, essas intervenções dentro da própria língua estabeleceram referenciais de tradução que, se não fossem observados, corriam o risco de serem apagados ou distorcidos na tradução ao inglês. Seguindo por mais exemplos, a autora sintetizou ao fim:

So, what has experimental feminist writing meant for translation practice? Most importantly, it has foregrounded the issue of gender in language and caused translators to respond to the resulting technical and theoretical challenges. When confronted with texts full of wordplay and fragmented syntax, translators have had to develop creative methods similar to those of the source-text writers; they have had to go beyond translation to supplement their work, making up for the differences between various patriarchal languages by employing wordplay, grammatical dislocations and syntactic subversion in other places in their texts.¹⁵⁷ (1997, p. 24)

Diferentes obstáculos são colocados por textos que representam ideologias distintas das pautas feministas, diante dos quais quem traduz por uma perspectiva politizada nessa linha pode ver-se ofendida e buscar intervir. Se o excesso de intervenção é tido por controverso no ramo da tradução, Luise lembrou-se que “as translation historians know, deliberate changes have often been made in rewritten texts, and frequently in the name of some ideology”¹⁵⁸ (1997, p. 24). Assim, tradutorias feministas, ao deliberarem escolhas por razões políticas, explicitamente podem revelar como desfazer os mecanismos misóginos da linguagem patriarcal.

A última etapa deste capítulo tratou não mais das práticas de tradução em si, mas da recuperação histórica de textos de mulheres cis que foram relegados ao esquecimento sob as sombras do cânone patriarcal, em especial as que se encontravam mais afastadas temporalmente das elaborações contemporâneas dos estudos feministas, demandando uma contextualização histórica e comentário crítico. Além de trazer alguns títulos, Luise elogiou mais detidamente o projeto *Translating Slavery. Gender and Race in French Women’s Writing, 1783-1823* editado por Françoise Massardier-Kenney e Doris Kadish em 1994, que também foi exaltado por Sherry, por sua perspectiva integrada em diversos sentidos: “The translations in *Translating Slavery* follow the re-constructive strategies evident in the

¹⁵⁷ [Então, o que a escrita feminista experimental significou para a prática de tradução? O mais importante, ela deu base para o assunto de gênero na linguagem e provocou tradutoras a reagir aos desafios técnicos e teóricos resultantes. Quando confrontadas com textos cheios de jogos de palavras e sintaxe fragmentada, tradutoras tiveram que tramar métodos criativos similares àqueles das escritoras dos textos de partida; tiveram que ir além da tradução para suplementarem seu trabalho, compensando as diferenças entre várias linguagens patriarcais ao empregarem jogos de palavras, deslocamentos gramaticais e subversões sintáticas em outros lugares em seus textos]

¹⁵⁸ [como historiadoras da tradução sabem, mudanças deliberadas muitas vezes foram feitas em textos reescritos, e frequentemente em nome de alguma ideologia]

accompanying essays. They use various means to recover and emphasize the way their authors integrate ideas about race and gender”¹⁵⁹ (1997, p. 31). Acompanhada de comentários contextualizados sobre história e cultura, a antologia¹⁶⁰ reuniu textos que foram invisibilizados e distorcidos com uma valorização que permite apreciar os trabalhos de Olympe de Gouges, Germaine de Staël e Claire de Duras. No entanto, como Luise destacou, as tradutoras do volume tiveram que enfrentar questões controversas nos textos de Olympe, Germaine e Claire que, embora alinhadas pela causa de gênero e abolicionista, apresentavam posturas problemáticas com relação à raça, coloniais. Nota-se, portanto, uma maior intervenção no projeto tradutório nas partes em que a discrepância entre os valores europeus do século XVIII não apresentavam possibilidade de compactuar no século XX.

Revisando teorias e mitos. Como tem sido comentado no livro de Luise, e também o foi no de Sherry e nos artigos anteriores, a presença de metatextos desde o fim dos anos de 1970 tem sido usada para desbravar — com ou sem bravatas — os locais onde tradutorias desfazem as amarras patriarcais dos textos. Um “efeito-de-quem-traduz” visível em declarações, escritos teóricos, prefácios e notas de rodapé mostram que quem traduz existe, atuando por uma ética feminista ao traduzir, explicar e comentar, “increasingly aware that their identities as gendered rewriters enter into their work”¹⁶¹ (1997, p. 35). Logo acima brinquei com o jogo entre desbravar e bravata porque Luise comentou que alguns desses metatextos, combativos no tom de manifestos, não se refletiam em traduções tão interventoras, o que obliquamente diz algo sobre dificuldades de incorporar à prática de tradução algumas elaborações teóricas.

Luise seguiu a tratar do fenômeno canadense, comentando que a percepção de tradutorias de si era reforçada pelos paratextos das publicações, apresentando fotos e bio-bibliografias tanto de quem traduzia quanto de quem escrevia os livros, rompendo a hierarquia que costuma nem considerar a imagem de quem traduz, no máximo reservando algumas linhas sobre sua atuação. Como temos afirmado, ela sabia que “The Canadian scenario may be something of an anomaly, specific to a

¹⁵⁹ [As traduções em *Translating Slavery* seguem as estratégias re-constitutivas evidentes nos ensaios que as acompanham. Elas usam vários meios para recuperar e enfatizar a forma como suas autoras integram ideias sobre raça e gênero]

¹⁶⁰ Vale ressaltar a importância das antologias de traduções comentadas na recepção de teorias em vários contextos culturais.

¹⁶¹ [cada vez mais consciente que suas identidades como reescritoras generificadas entram em seu trabalho]

situation where related feminist interests have come together at the same time in a fortuitous mix”¹⁶² (1997, p. 36). Ainda assim, buscaram *fazer por onde*: Luise retomou os exemplos de Suzanne Jill Levine com a tradução de Guillermo Cabrera Infante em que, além de realizar licenças e agregar ao seu “efeito-de-tradutora” colocações pessoais e biográficas, se amparou em citações de teóricas como Domna Stanton, Julia Kristeva e Hélène Cixous que a legitimassem. A pesquisadora canadense enxergou esse recurso como “These references to ‘authorities’ may be due to the fact that hers is an early contribution to feminist reflection on translation. But it is also because, ‘in an era of feminism’, she needs to justify translating (co-authoring) material that is not necessarily supportive of or supported by feminist thought”¹⁶³ (1997, p. 37).

Nesse fenômeno da tradução feminista, as tradutoras não somente se posicionaram em seus trabalhos — em livros e/ou artigos —, mas também se ocuparam da responsabilidade educacional sobre o tema, como pesquisadoras e professoras. Sobre o trabalho de Barbara Godard com Nicole Brossard e France Théoret, Luise notou um papel de intérprete, educadora e especialista em experimentos literários assumido pela tradutora, em dedicada cooperação e coautoria, ainda que nem sempre seja o caso: “While Godard’s scholarly metatexts, which also include essays, book reviews and conference texts, clearly have an educational intention, brief translator’s footnotes can fulfil a similar function, though not as flamboyantly”¹⁶⁴ (1997, p. 40). É preciso cuidado, no entanto, para que essa aproximação didática não se torne limitante à medida que, por exemplo, amplas questões culturais sejam reduzidas para explicar/definir as nuances de trocadilhos traduzidos em nome de definições convencionais, não situadas.

Mais adiante, Luise rumou por um assunto até então não comentado pelos textos que temos acessado: a revisão do mito da Torre de Babel e a sugestão da

¹⁶² [O cenário canadense pode ser algo anômalo, específico à situação onde interesses feministas relacionados se juntaram ao mesmo tempo em uma mistura fortuita]

¹⁶³ [Essas referências a ‘autoridades’ podem se dar devido ao fato de que a contribuição dela à reflexão sobre tradução feminista ter sido uma das primeiras. Mas também porque, ‘em uma era de feminismo’, ela precisa justificar a tradução (co-autoria) de material que não necessariamente apoia o ou é apoiado pelo pensamento feminista]

¹⁶⁴ [Enquanto os metatextos acadêmicos de Godard — que também incluem ensaios, resenhas e textos de conferências — claramente possuem uma intenção educacional, breves notas de rodapé de tradutorias podem preencher uma função similar, ainda que não tão flamboiantemente (minha nota: ao invés de traduzir por extravagantemente ou exuberantemente, gosto da referência a essa árvore que me é tão familiar do interior de São Paulo)]

imagem de Pandora como representação feminista. De acordo com o trabalho de Karin Littau, a narrativa da punição divina sobre a ambição humana de chegar aos céus com a dispersão das línguas — e a perda daquela uma unificada, pré-babélica — é interpretada como geradora da necessidade da tradução sempre em termos negativos, com “a certain nostalgia for a mythic time when it was not necessary to distinguish between an original and a translation”¹⁶⁵ (1997, p. 46). Ela propôs, portanto, que se recorra ao mito de Pandora, que possui algumas versões conforme estudado pela crítica feminista: a mais conhecida é aquela na qual sua curiosidade de abrir a caixa liberou os males sobre o mundo, inclusive os linguísticos; em outra, fértil e positiva, mas não tão difundida, a caixa é uma cornucópia com tudo que é preciso para alimentar a humanidade. Karin afirmou, então, que Pandora é uma tradução das imagens associadas a ela, a depender de que atributos se deseja vincular à imagem daquelas que se entendem como mulheres, e que “Feminist revisions of these views, notably by Luce Irigaray, conceive of ‘woman’s body’ and ‘woman’s language’ as a multiplicity from the outset. Thus, Pandora, with her cornucopia and her *hisstory* of interpretations, functions as an example of women’s multiple meanings”¹⁶⁶ (1997, p. 46). Luise, portanto, valorizou essa metaforização da tradução, combinando leituras feministas contemporâneas com crítica literária, crítica do cinema e psicanálise, uma vez que “Littau’s Pandora in translation is thus an argument for the proliferation of difference, for excess, for multiple translations as a positive, and indeed inevitable activity”¹⁶⁷ (1997, p. 47).

Relendo e reescrevendo traduções: lendo traduções existentes (Simone de Beauvoir), reescrevendo traduções existentes (A Bíblia), comparando traduções ‘pré-feministas’ e ‘pós-feministas’ (Safo e Louise Labé), recuperando tradutoras ‘perdidas’ (atividade subversiva na Renascença inglesa, tradutoras do século dezenove, La Malinche). Se os capítulos anteriores se dedicaram às práticas de tradução feminista e aos discursos relativos à atividade através de estudos de caso, neste se visibilizam análises de traduções e da presença histórica de tradutoras.

¹⁶⁵ [uma certa nostalgia por uma época mítica quando não era necessário distinguir entre um texto fonte e uma tradução]

¹⁶⁶ [Revisões feministas dessas perspectivas, notadamente por Luce Irigaray, que concebem o ‘corpo das mulheres’ e ‘linguagem das mulheres’ como uma multiplicidade desde o princípio. Logo, Pandora, com sua cornucópia e sua história-sibilo de interpretações, funciona como um exemplo dos múltiplos sentidos das mulheres]

¹⁶⁷ [a Pandora de Littau em tradução é, portanto, um argumento em prol da proliferação da diferença, do excesso, das múltiplas traduções como uma atividade positiva e, de fato, inevitável]

Brevemente situando a presença de obras feministas traduzidas, em meio à quantidade crescente de editoras dedicadas à literatura escrita por aquelas que se entendiam como mulheres nos anos de 1970 motivadas pelo movimento feminista, um caso paradigmático de tradução foi o de *Le Deuxième Sexe* de Simone de Beauvoir, publicado em 1949, traduzido como *The Second Sex* por Howard Parshley em 1952. Sherry conhecia a discussão sobre o tema, como vimos, mas é Luise quem o trouxe com mais detalhamento, com apoio do estudo de Margaret Simons. *The Second Sex* surgiu em inglês com enormes problemas: amplos cortes de conteúdo denotando censura — como nomes, linhagens de mulheres, e temas tidos por tabu — e alterações que a fizeram ser lida como incoerente e desconexa. Considerando outros textos de Simone, problemas similares aconteceram, por culpa de posturas editoriais e de tradutorias. Citei este caso algumas páginas atrás e reafirmo: dessas traduções descuidadas, sob responsabilidade de todos os agentes de edição e tradução, se tecem leituras equivocadas em um terrível telefone sem fio que mais afasta as pessoas do que as une.

Em sua discussão sobre as traduções da *Bíblia*, no entanto, Luise se mostrou menos crítica do que Sherry, ao não acreditar que a adoção de linguagem inclusiva se faz como medida paliativa, reformista, que não ataca de fato o conteúdo patriarcal do volume; só o torna menos intragável nesse aspecto. Luise, pois, comentou os exemplos de tradução por uma linguagem inclusiva, em tom de apoio, opondo-a somente à visão de Eugene Nida, que as despreza porque não se poderia reescrever a cultura que originou a Bíblia, mas que se poderiam mudar algumas restrições de gênero à participação nas instituições religiosas contemporâneas. Luise concordou com o primeiro ponto e afirmou que: “Feminist translators do not seek to change historical fact, they want to overcome some of the patriarchal excesses imposed on the Bible through translation”¹⁶⁸ (1997, p. 56).

Tratando de traduções não tão comentadas — e a pesquisadora teceu uma observação geral de que, em seu tempo, ainda havia pouca crítica comparada de traduções que observassem questões ideológicas contextualmente situadas, exceto pelo trabalho de Antoine Berman — com uma perspectiva de gênero, Luise comentou sobre duas mulheres que receberam atenção, Safo e Louise Labé, constituintes de uma linhagem literária de mulheres ainda que de temporalidades tão

¹⁶⁸ [Tradutorias feministas não buscam mudar fatos históricos, mas superar alguns dos excessos patriarcais impostos sobre a Bíblia através da tradução]

apartadas. Como os temas são intrincados em suas especificidades, interessa-me ressaltar como Luise amarrou os exemplos que serviram de ilustração sobre o tema do capítulo, expondo uma síntese sobre a motivação feminista contemporânea de revisão e resgate bibliográfico (para quem possui acesso ao privilégio colonial de ter sua história preservada em registros):

The work currently being done to locate and rehabilitate 'lost' women translators and to reread their lives, their translations and other writings has most certainly been inspired by the late twentieth-century interest in gender. It stems from the need to recognize the contributions that women have made to society in spite of enormous obstacles; it seeks to revamp and re-establish a lineage of intellectual women who, by dint of their persistence against substantial odds, managed to have an influence on their societies. The research is made more urgent by the fact that translation has historically been described in gendered terms, closely and negatively associated with women.¹⁶⁹ (1997, p. 75)

Críticas: de fora dos feminismos, de dentro dos feminismos — experimentos elitistas, oportunismo feminista jô-vai-com-es-outres¹⁷⁰, 'ser démocratique com minorias' / revelando a diversidade cultural e política das mulheres. Talvez este seja um dos capítulos mais importantes de *Translation and Gender* em comparação ao *Gender in Translation*, pois, se Luise abordou alguns dos temas mencionados anteriormente de forma comparativamente mais sucinta, Sherry não se dedicou a discutir as críticas recebidas aos estudos feministas da tradução como Luise fez nesta parte. Em certa medida, Luise apresentou contrapontos relevantes às questões, mas alguns aspectos ficam nublados em vários pontos, por isso farei uma leitura detida sobre alguns deles.

Com relação às críticas vindas de fora dos feminismos, exceto pela referência explícita ao teórico da tradução bíblica, Eugene Nida, não existe diálogo com nenhuma pessoa em específico, mas entende-se, pelo contexto das colocações de Luise, que ela respondeu a críticas vindas do meio acadêmico e do mercado

¹⁶⁹ [O trabalho feito atualmente para localizar e reabilitar tradutoras 'perdidas' e reler suas vidas, suas traduções e outros escritos que decerto foram inspirados pelo interesse em gênero ao fim do século XX. Isso deriva da necessidade de reconhecer as contribuições que mulheres fizeram à sociedade apesar de enormes obstáculos; busca revigorar e reestabelecer uma linhagem de mulheres intelectuais que, por força de sua persistência contra entraves substanciais, deram um jeito de ter influência em suas sociedades. Uma pesquisa se faz mais urgente pelo fato da tradução ser historicamente descrita em termos generificados, associados aproximada e negativamente com mulheres.]

¹⁷⁰ Como a expressão popular brasileira Maria-vai-com-as-outras associa a ausência de opinião forte, resultando em fácil adesão às majorias, com uma figura de mulher, reforçando um estereótipo de adaptabilidade e negação a um pensamento próprio, reformulei a expressão para uma sem binarismo de gênero — Jô pode ser apelido para Joana, José ou ser apenas Jô.

editorial. Dos estudos acadêmicos, ela comentou que o simples fato das disciplinas seguirem pautando suas investigações em noções de “universalidade” e “objetividade” é uma forma de desconsideração com relação às contribuições dos Estudos de Gênero — uma das disciplinas a questionar tais perspectivas — prejudicando sua recepção. No entanto, vale destacar que o questionamento aos pressupostos de universalidade/objetividade faz parte de uma virada cultural epistemológica, muito devido à emergência dos estudos culturais, portanto não acredito que seja uma resistência somente aos estudos feministas em si, mas ao conjunto de teorias que questionam os saberes hegemônicos.

A partir de Eugene Nida, Luise rebateu as críticas sobre “neutralidade de gênero” — a princípio direcionadas à tradução da *Bíblia*, como já comentado — porque o pesquisador acredita que a diferença sexual seria um dado que deve ser refletido pela linguagem, e qualquer mudança que se possa sugerir deveria ocorrer em um plano sociopolítico. Por sua vez, Luise afirmou que “it is doubtful whether feminist work actually seeks to establish gender neutrality. This seems to be more of an argumentative move ‘from outside feminism’ than a feminist goal”¹⁷¹ (1997, p. 78), sem, no entanto, explicar sua colocação. Imagino, retomando Sherry, que isso se alinhe com a crítica sobre como a atitude reformista pode ser uma estratégia superficial, e uma ação feminista mais radical se comprometeria com análises mais profundas das estruturas sociais que causam injustiça.

Das críticas vindas de dentro dos feminismos, a autora tomou as colocações de Rita Felski contra os escritos experimentais feministas para estendê-la à tradução desses textos, relacionando-as com o caráter elitista que diversas vezes se faz presente em estéticas vanguardistas. Em linhas gerais, trouxe a acusação de Rita contra experimentalismos feministas na literatura por não conterem nada propriamente “feminino/feminista” exceto por seu conteúdo, feitos e restritos a uma elite cultural, sendo que ela defendia

writing that reflects the experiences, histories, and biographies of women in different parts of the world, in different racial and class groups and at different historical periods. This writing is as important as experimental work since it reflects and promotes feminism as the social movement it is, and moves it into a more popular public sphere.¹⁷² (1997, p. 80)

¹⁷¹ [é duvidoso dizer que o trabalho feminista busca de fato estabelecer neutralidade de gênero. Isso mais parece ser um movimento argumentativo ‘de fora do feminismo’ do que uma meta feminista]

¹⁷² [escritos que reflitam as experiências, histórias e biografias de mulheres em diferentes partes do mundo, em diferentes grupos raciais e de classe em períodos históricos diferentes. Esses escritos

Somando-se às críticas das traduções dos livros de Nicole Brossard por Robyn Gillam e Evelyne Voldeng, relatou-se uma queixa contra os experimentos no contexto quebequense por serem destinados a um pequeno grupo acadêmico bilíngue que conseguia apreciá-los, e ainda assim serem confusos. Luise pontuou, no entanto, que os jogos e estratégias operadas nessas obras possuíam uma carga política específica para quebequenses, de tal maneira que respondiam inventivamente às questões de linguagem que são pertinentes para quem vive em um contexto bilíngue. Quando a pesquisadora afirmou “Luckily, it is one of a number of feminist approaches, which, in their totality, may balance each other out”¹⁷³ (1997, p. 81), fica implícito que ela fez uma defesa dos textos e traduções experimentais quebequenses, mas também apoiando a posição de Rita Felski sobre a necessidade de uma variedade de textualidades feitas por mulheres.

Então, Luise encarou as críticas de Rosemary Arrojo, que não tiveram em vista as traduções feministas em si, mas as questões gerais que tocam, de pronto trazendo as falas da pesquisadora: “‘Opportunism’, ‘hypocrisy’ and ‘theoretical incoherence’ are terms that Brazilian critic Rosemary Arrojo (1994, 1995) has applied to feminist activism and interventionism in translation”¹⁷⁴ (1997, p. 81). Luise sistematizou o ataque — como ela chamou — de Rosemary Arrojo em três frentes: o oportunismo de afirmar fidelidade ao teor de um texto para subvertê-lo, como fez Suzanne Jill Levine; uma postura de “dois pesos, duas medidas” na estratégia de “sequestro”, como fez Susanne de Lotbinière-Harwood, ao fomentar estratégias de correção textual que seriam tão agressivas quanto aquelas criticadas pelas feministas; e uma incoerência teórica na discussão da tradução feminista, que se apropriaria das ideias desconstrucionistas ao seu próprio modo. O primeiro ponto me parece defendido, no sentido de que as tradutoras buscaram uma proliferação de sentido dentro das próprias obras traduzidas que viabilizassem uma prática subversiva, ainda que orientadas especificamente por propósitos feministas (e algumas obras não, como no caso de Suzanne). A segunda defesa expõe que as correções operadas por Susanne, comentadas pela própria Luise e Barbara Godard,

são tão importantes quanto o trabalho experimental uma vez que refletem e promovem o feminismo como o movimento social que é, e o move a uma esfera pública mais popular.]

¹⁷³ [por sorte, é uma dentre várias abordagens feministas, que, em sua totalidade, podem se equilibrar entre si]

¹⁷⁴ [‘Oportunismo’, ‘hipocrisia’ e ‘incoerência teórica’ são termos que a crítica brasileira Rosemary Arrojo (1994, 1995) aplicou ao ativismo e intervencionismo feminista na tradução]

tratam de uma assumida luta pelo controle do sentido dentro do sistema literário canadense de uma época específica. Porém, acredito que, em certa medida, torna-se desproporcional dizer que uma prática contextualizada, que respondia a uma dada realidade, repete inversamente os mesmos procedimentos patriarcais que governaram as formas de traduzir por séculos. Caberia uma nuance sobre a complexidade dessas relações de poder e suas posicionalidades.

O terceiro ponto, no entanto, sugere a seletividade pela qual Luise olhou para as críticas desse chamado ataque: como mencionei anteriormente, um dos pontos destacados por Rosemary Arrojo foi a interpretação que Luise fez em prol das traduções “abusivas” — com base em um estudo de Philip Lewis —, que não se encontram no pensamento derrideano (ARROJO, 1994). Além disso, Rosemary Arrojo mostrou que Derrida teria negado a possibilidade da recriação de sentido na tradução, mas que ele sempre se cria mais outra vez como algo novo — diferença sutil —, e, diante disso, seria uma incoerência que as tradutoras feministas buscassem recriar o sentido novamente, ao que Luise chamou de leitura ortodoxa que nega agência às mulheres de intervir na tradução. Parece-me que houve uma indisposição ao diálogo de profundidade filosófica nas questões sobre linguagem, de forma que não se foi adiante nesse contra-argumento.

Por fim, ela abordou as críticas de Gayatri Spivak e, assim como Sherry, acolheu as contribuições da teórica e tradutora bengali: ela aceitou todas as colocações e práticas de Spivak, reconhecendo os perigos de se reproduzir a violência colonial na tradução de textos de autoria de mulheres (mas não só) do chamado “Terceiro Mundo”¹⁷⁵. Contra posturas benevolentes de feministas tomadas pelo desejo de se redimirem de seu viés racial problemático, que reduzem a literatura das autoras do “Terceiro Mundo” ao documental/testemunho e concebem experimentalismos na língua somente no “Primeiro Mundo”, o argumento de Spivak em prol da retoricidade condensa uma ética comprometida. Disso, vislumbra-se a necessidade da pesquisa e empenho para reconhecer as distâncias e mover-se através delas. Logo, a aproximação de Luise não difere muito daquela de Sherry, e, por fim, também enfatiza a crítica de Spivak à uma sujeita universal dos feminismos:

¹⁷⁵ Ainda que a divisão entre “Primeiro/Terceiro mundo” seja utilizado pelos textos de Spivak e tenha sido bastante comum entre escritos feministas, ela passou por inúmeras críticas nos últimos anos — não somente pela homogeneização entre países segundo hemisférios, mas pela hierarquização implícita com relação ao sistema capitalista —, de forma que a utilizo entre aspas em respeito às autorias que recorrem a ela.

“simplistic notions about women’s solidarity were debunked well before Spivak wrote these articles, for example, when women of colour began to make themselves heard against white middle-class feminism”¹⁷⁶ (1997, p. 85). Luise se colocou em favor do que futuramente seria mais tramado:

Much of the criticism of gender-awareness in translation that comes from within the feminist camp draws attention to the cultural differences between women. Feminist thinkers have long acknowledged these differences, and there are few who would want to describe any experiences or ways of being as ‘essential’ to all women. However, the factor of gender, the effect of ‘learning to be a woman’ is felt in every society, even though it will mean something different in every society, and probably in the subgroupings within any one society. The attendant differences of political affiliation, ethnic background, religious beliefs, racial and economic difference are important enough to make understanding or solidarity between women on the grounds of gender alone relatively unlikely. This ‘truth’ has been repeatedly demonstrated by translation. On the other hand, however, translation has also opened paths for women to find new ways to see and deal with their particular situations. It has also allowed gender-conscious women to communicate and at least seek to understand something of the other women’s culture.¹⁷⁷ (1997, p. 85–86)

Perspectivas futuras: perspectivas históricas amplas, perspectivas contemporâneas (políticas públicas sobre linguagem, interpretação). Em seu último capítulo antes da conclusão, Luise continuou a partir de seu ponto anterior para mostrar como gênero foi importante nas discussões sobre colonialismo, orientalismo e para os estudos gays e lésbicos, assim como para “contemporary explorations of cultural difference which effectively undermine any claim for the universal applicability of findings about gender can only lead to more productive and creative

¹⁷⁶ [noções simplistas sobre a solidariedade entre mulheres foram desmascaradas bem antes de Spivak escrever esses artigos, por exemplo, quando mulheres consideradas racializadas começaram a se fazer ouvir contra o feminismo branco de classe média]

¹⁷⁷ [Muito da crítica sobre consciência de gênero na tradução que vem de dentro do campo feminista chama atenção para as diferenças culturais entre mulheres. Pensadoras feministas há muito tempo reconheceram essas diferenças e há poucas que despreveriam quaisquer experiências ou formas de ser como “essenciais” a todas as mulheres. No entanto, o fato de gênero, o efeito de ‘aprender a ser mulher’ é sentido em toda sociedade, ainda que isso vá significar algo diferente em cada sociedade, e provavelmente a formação de subgrupos dentro de qualquer sociedade. As concomitantes diferenças de filiação política, pano de fundo étnico, crenças religiosas, diferenças raciais e econômicas são importantes o suficiente para se fazer um entendimento ou solidariedade entre mulheres somente na base de gênero ser pouco provável. Essa ‘verdade’ repetidamente tem sido demonstrada pela tradução. Por outro lado, no entanto, a tradução também abriu caminhos para mulheres encontrarem novas formas de ver e lidar com suas situações particulares. Ela também permitiu que mulheres com consciência de gênero se comuniquem e ao menos busquem entender algo da cultura de outras mulheres.]

work”¹⁷⁸ (1997, p. 89). No entanto, acredito que os estudos sobre as diferenças culturais não somente destecem as ilusões sobre a universalidade das elaborações a partir das lentes de gênero, mas questionam a própria concepção do que é gênero, aspecto ainda pouco desenvolvido nas abordagens pelas quais percorri, sempre tomado como dado autoevidente sobre construção social da diferença sexual. De toda forma, Luise manteve as portas abertas para que os ET entrelaçados a gênero fossem afetados/cruzados por diversos outros, o que produziria suas próprias ramificações e mudas (não somente pela adição, mas pela perturbação e transformação de si).

Para concluir as ideias de seu livro, ainda se revolvendo nas questões trazidas pelos estudos culturais, Luise voltou a afirmar como o diálogo entre os ET e os EG acontece em um momento propício, devido ao grande interesse nos estudos culturais, mas que “work in cultural studies tends to reserve the concept of translation for metaphorical use to describe the increasingly global aspects of cultural production and the situation of those who are exiled, displaced or otherwise caught between different worlds and different languages”¹⁷⁹ (1997, p. 95), apoiando-se na mesma percepção por Sherry — questão que confirmo, como comentei anteriormente, ser uma tendência notável ainda hoje. As placas elaboradas por Luise trataram de aspectos práticos de investigação, mas uma reflexão teórica sobre o que orienta tais caminhos também é necessária. Como ela escreveu:

The recognition of the *gendered construction of meaning* in any textual practice makes possible a more differentiated understanding of translation processes. Not that gender is the only element in cultural difference that translators, readers, researchers, theorists, or people interested in *Kulturpolitik* need to be aware of; there are numerous others. However, the demonstration of the importance of gender coupled with the demonstration of the ‘translation effect’ in feminist translation draw attention to the subtle shading of cultural difference.

By its presence alone, feminist work in translation practice, theory and criticism undermines the temptation to formulate generally applicable theoretical models. It asserts and explores difference, not only in terms of gender attributes and limitations, but also in the ways such differences function and are expressed in language. Further, by revealing how the practical work of translation must come to terms with the enormous differences *between* women, *feminist translation studies* makes it difficult to

¹⁷⁸ [explorações contemporâneas da diferença cultural que efetivamente minam qualquer premissa de aplicabilidade universal para os achados sobre gênero, só podem levar a mais trabalhos produtivos e criativos]

¹⁷⁹ [trabalhos nos estudos culturais tendem a reservar o conceito da tradução para uso metafórico, para descrever os aspectos cada vez mais globais da produção cultural e a situação de quem está exilado, deslocado ou de outra forma tomado entre diferentes mundos e diferentes línguas]

emphasize sameness, or assert some essential qualities in women or in translation.¹⁸⁰ (1997, p. 95–96, meu destaque para a nomenclatura ali presente)

Luise já mostrava ter consciência da necessidade de saberes localizados, citando Linda Alcoff e suas contribuições sobre a relevância 1) das políticas identitárias, 2) da posicionalidade e 3) da dimensão histórica, para pensar como situar cada uma des agentes envolvidos no estudo e prática da tradução. Do primeiro aspecto, Luise destacou que “Identity politics in translation and translation criticism involve acknowledging the translator’s personal interests and needs, and viewing this individual as someone with specific cultural and political characteristics that will determine their insights, opinions and work on the text”¹⁸¹ (1997, p. 97). Da posicionalidade, ela comentou que “This concept allows translators and critics to acknowledge and account for constantly shifting personal and intellectual settings and the effects of such shifts on scholarly ‘knowledge’ and on textual production”¹⁸² (1997, p. 97). Por fim, da dimensão histórica, “This factor makes it possible to accommodate numerous different, even oppositional and highly critical approaches within the feminist purview; these differences are due to ‘historical dimensions’, examined and worked through in response to other discourses”¹⁸³ (1997, p. 98).

Parece-me que esses pontos compuseram orientações de viagem ao que viesse depois de *Translation and Gender*, que se ocupou com a defesa das propostas do fator canadense — que de fato foram e ainda são muito atacadas — e

¹⁸⁰ [O reconhecimento da *construção generificada de sentido* em qualquer prática textual torna possível uma compreensão mais diferenciada dos processos de tradução. Não que gênero seja o único elemento na diferença cultural que tradutores, leitoras, pesquisadoras, teóricas ou pessoas interessadas em *Kulturpolitik* precisem ter consciência sobre; há vários outros. No entanto, a demonstração da importância de gênero acoplada com a desmonstração de “efeito tradutório” na tradução feminista chama atenção para o sutil *shade* sobre a diferença cultural. Com sua presença em si, o trabalho feminista na prática, teoria e crítica de tradução mina a tentação de formular modelos teóricos genericamente aplicáveis. Ele afirma e explora a diferença, não somente em termos de atributos e limitações de gênero, mas também nas formas como tais diferenças funcionais são expressadas na linguagem. Além disso, ao revelarem como o trabalho prático de tradução precisa chegar a um acordo a respeito das enormes diferenças *entre* mulheres, os *estudos feministas da tradução* tornam difícil enfatizar a semelhança, ou afirmar algumas qualidades essenciais às mulheres ou à tradução.]

¹⁸¹ [A política identitária na tradução e crítica de tradução envolvem reconhecer os interesses e necessidades pessoais de quem traduz, e ver o indivíduo como alguém com características específicas culturais e políticas que vão determinar suas percepções, opiniões e trabalho no texto]

¹⁸² [Esse conceito permite que tradutores e críticas reconheçam e considerem as configurações pessoais e intelectuais em constante transformação e os efeitos de tais mudanças no ‘saber’ acadêmico e na produção textual]

¹⁸³ [Esse fator torna possível acomodar numerosas abordagens altamente críticas diferentes, até oposicionais, dentro do alcance feminista; essas diferenças se devem às ‘dimensões históricas’, examinadas e trabalhadas através da reação a outros discursos]

de centralizar o conceito de gênero como parte dessa estrutura. Encerro meus comentários sobre o livro nesta subseção com as palavras de Luise:

The conventional view of translation as a grandiose humanist bridging of differences can thus be reviewed to acknowledge the fact that translation is about difference. And it often accentuates difference. The work of ‘women-identified’ or feminist scholars and translators amply demonstrates this reality.¹⁸⁴ (1997, p. 98)

2.2 DOS APROFUNDAMENTOS EM REDES PELOS ESTUDOS FEMINISTAS DA TRADUÇÃO E SUAS ENCRUZILHADAS

“*Avui, sabeu?, les fades i les bruixes s’estimen.*”¹⁸⁵

(MARÇAL, p. 119, 2017)

Antes de começar esta seção, li e reli poemas de Maria-Mercè Marçal, pois encontrar *Degelo* (2019[1989]) marcou um novo entendimento em minha vida sobre a literatura escrita por aquelas que se entendem como mulheres, assim como sobre a prática e a teorização da tradução por uma perspectiva feminista. Esse percurso específico foi impulsionado justamente pelo campo: ao ler o volume *Translating Women* (2011), editado por Luise von Flotow, encontrei um artigo de Pilar Godayol intitulado “‘I like women’: Regarding Feminine Affinities in Translation”, que me apresentou Mercè como não somente uma poeta a elaborar sobre o amor e desejo lésbico, mas que levou sua vontade para outro campo *entrelínguas*, traduzindo exclusivamente mulheres do francês e russo ao catalão. Ao comentar meu encantamento com pessoas queridas, motivei-me a aprender catalão para traduzir sua poesia. Graças a Mary Anne Warken Sobottka, conheci Meritxell Hernando Marsal, que veio a tornar-se minha orientadora porque primeiro foi parceira de tradução da Mercè entre 2017 e 2018. Assim, palavras como “alianças”, “colaboração”, “trocas” e “afetos” passaram a se tornar cada vez mais comuns à medida que teoria e prática se moviam no encaço uma da outra, o que me faz lembrar dos versos de Mercè dedicados a Pep Parcerissa que traduzimos:

¹⁸⁴ [A visão convencional sobre tradução como uma grandiosa e humanista construção de pontes entre as diferenças pode ser revista, para que se reconheça o fato de que a tradução é sobre diferença. E ela frequentemente acentua a diferença. O trabalho de feministas ‘que se identificam como mulheres’ ou acadêmicas e tradutorias feministas amplamente demonstra essa realidade.]

¹⁸⁵ [Hoje, sabem?, as fadas e as bruxas se amam.]

S' estalonen l' infern i el paradís.
 I el bressol i la tomba, i les paraules
 i el cos: país natal, exili.

No encalço, o inferno o paraíso.
 E o berço e a tumba, e as palavras
 e o corpo: país natal, exílio.
 (MARÇAL, 2019[1989], p. 74–75)

As supostas oposições juntas, tocando-se, afetando-se para desestabilizar ideias de origem e destino: em continuum as atividades passaram a caminhar, percebendo o tempo-espaço através do qual segmentamos a vida. Dissolver essa barreira ao fim do mestrado me abriu para que outras caíssem por terra, em um amplo movimento de convergência em torno de um projeto de doutorado, gerando esta tese. Com essa abertura ao que viesse, mais textos vieram se agregar à minha pesquisa, que é o assunto sobre o qual contarei nesta seção: dos livros sobre os estudos feministas da tradução resenhados; de Maria-Mercè Marçal e Gloria Anzaldúa; da revisão mais ampla de Pilar Godayol; e de um movimento rumo aos estudos feministas transnacionais da tradução.

2.2.1 Resenhando redes: *Translating Women 1 e 2 (2011/2017)* e *Feminist Translation Studies (2017)*

Linhas das redes resenhadas. Depois da qualificação do mestrado em 2017, me encaminhei cada vez mais em direção aos estudos feministas da tradução e, com auxílio familiar, pude comprar o livro *Translating Women* (FLOTOW, 2011), citado há pouco. Outra imensa ajuda foi a de Luise von Flotow e de Olga Castro, pois ambas requisitaram exemplares de resenha dos livros que elas editaram à editora Routledge, que os enviou a mim sem custo, para que eu escrevesse resenhas sobre as publicações. O privilégio de conseguir esses acessos, que na prática soube ser uma opção comum junto às editoras que publicam trabalhos acadêmicos no exterior — geralmente a preços exorbitantes e inacessíveis no Brasil —, foi uma oportunidade de saber o que se passava nos estudos feministas da tradução lá fora¹⁸⁶. Foi nesta época, inclusive, que o campo passou a se consolidar

¹⁸⁶ Posteriormente, também resenhei mais outros dois volumes, também com a ajuda de Olga, que me apresentou às pessoas que editaram os livros: *Gender and Translation: Understanding Agents in Transnational Reception* (AKUJÄRVI, ALVSTAD, LINDTNER e LÓPEZ, 2018) e *Gender Approaches*

como estudos feministas da tradução, uma vez que antes era referenciado com várias terminologias (nomeadamente suas práticas, como “tradução feminista”, ou pelo fator canadense, em “escola quebequense de tradução feminista” e suas variações) conforme exposto pelo capítulo “A Corpus-Based Analysis of Terminology in Gender and Translation Research: The Case of *Feminist Translation*”, escrito por José Santaemillia em *Feminist Translation Studies* (2017).

Traduzindo mulheres pelo olhar a partir de Ottawa e suas diferentes vozes e novos horizontes através da Routledge. Acredito que vale a pena comentar sobre os dois volumes de *Translating Women* — de agora em diante *TW1* e *TW2* —, o primeiro (2011) editado por Luise von Flotow pela Editora da Universidade de Ottawa e o segundo (2017) por ela junto a Farzaneh Farahzad pela Routledge, conhecida editora acadêmica de ciências humanas do mundo anglófono, que funciona como um divisor de águas do se lê globalmente sobre os temas que publica. Em específico sobre os ET, ela possui a linha chamada “Routledge Advances in Translation and Interpreting Studies”, com suas próprias políticas sobre o que pode e deve ser publicado e em que formatos. A parceria com Farzaneh, importante pesquisadora da Universidade de Teerã que atualmente está trabalhando com uma historiografia de mulheres tradutoras iranianas, apresentou-se a virada do segundo volume, uma vez que o primeiro recebeu duras críticas por seu foco exclusivo em centros europeus e anglo-americanos. Nesta tese, não me deterei nos capítulos, sobre os quais pude falar com maior atenção na resenha (BARBOZA, 2018b), mas destaco o papel dos prefácios/introduções feitos por quem organiza: ainda que nem todas as autorias concordem/sigam na linha da autoria do prefácio/introdução, sua voz de abre-alas — e/ou de corta-asas — é representativa de sua proposta. Escrevo aqui muito informado pelo meu trabalho de resenha desses livros, atualizando minhas opiniões na confluência dos temas desta tese.

Não te abandono, me transformo, talvez diga o gênero, mas quem o ouve? Uma das coisas que me salta aos olhos no prefácio de *TW1* é sua necessidade de reconhecer as contribuições de Judith Butler e, simultaneamente, encontrar razões para não as considerar. Depois de situar seu volume como uma retomada da articulação entre tradução e mulheres duas décadas depois da efervescência do fator canadense, Luise afirmou que inúmeros trabalhos de tradução foram feitos,

in the Translation Classroom — Training the Doers (MARCO; TOTO, 2019). Ambas resenhas saíram na *Belas Infêis*, a primeira em 2018 e a segunda em 2021.

inspirados pelos feminismos, e que tiveram considerável influência nas humanidades e ciências sociais. Essa proliferação decerto trouxe mais credibilidade aos EG, e sua potencialidade de suscitar debates de gênero em outras disciplinas aumentou, “yet almost always tying gender studies to the female sex, staying within the ‘first paradigm’”¹⁸⁷ (FLOTOW, 2011, p. 2). Contrapondo este ponto, ela mencionou a vinda dos estudos queer que teriam incorporado os ativismos gays para jogar de escanteio a divisão binária entre “mulheres” e “homens”, o que também se fez presente nos ET com os trabalhos de Keith Harvey e Christopher Larkosh — de abordagens semelhantes aos estudos feministas da tradução, sem essa nomenclatura ainda —, mas que seus debates, no entanto, tiveram pouca reverberação nos ET em geral. A prefaciadora supôs uma das razões para esse entrave:

While gender identities may now be seen as a continuum, on a cline ranging from the two extremes of female to male, and not as a female–male binary, the much discussed performative aspects of gender, which would seem to fit nicely with the performative aspects of translation, have hardly been explored or developed. The potentially convenient fit between the contingency of meaning that translation performs and the contingency of gender that notions around performativity promote has not yet been explored to a great extent. One explanation for the lack of focus in this area may be gleaned from the work of a contemporary gender theorist, who writes, “Fixed identity categories are both the basis for oppression and *the basis for political power*” (Gamson 1998, in Lorber 1999, my emphasis).¹⁸⁸ (2011, p. 3)

O posicionamento de Luise se colocou ao lado de outras rejeições que costumam ser feitas à queerização dos conceitos, como se essa ação aniquilasse sua existência, incapacitando qualquer ação política que seja¹⁸⁹. No entanto, ela

¹⁸⁷ [porém quase sempre amarrando os estudos de gênero ao sexo fêmeo, permanecendo junto ao ‘primeiro paradigma’]

¹⁸⁸ [Enquanto os estudos de gênero podem hoje ser vistos em um continuum, em uma variação clinal que abrange em seus extremos a fêmea e o macho, e não como um binário fêmea-macho, os tão falados aspectos performativos de gênero, que pareceriam caber muito bem aos aspectos performativos da tradução, quase não foram explorados ou desenvolvidos. O ajuste potencialmente conveniente entre a contingência de sentido que a tradução performa e a contingência de gênero, que noções ao redor da performatividade promovem, ainda não foi explorado com fôlego. Uma explicação para a falta de foco nessa área pode ser recolhida do trabalho de uma teórica de gênero contemporânea, que escreve “Categorias fixas de identidade são tanto a base para a opressão quanto a base para o poder político” (Gamson 1998, em Lorber 1999, minha ênfase).]

¹⁸⁹ Em artigo de 2012, Luise sugeriu que os estudos queer foram responsáveis por uma queda na pesquisa sobre mulheres e tradução, sendo que poderíamos considerar, em seu lugar, talvez, o efeito devastador da cooptação liberal racista das pautas feministas, que, buscando empoderar mulheres brancas, tomava por vencida a luta do movimento, como demonstra bell hooks (2018[2000]). Nesse texto, Luise escreveu com outras palavras, e um pouco mais longamente, as mesmas críticas presentes no prefácio de *TW1*.

admitiu que o trabalho de Judith Butler é marcadamente ativista, imbuído de motivações políticas, opinião compartilhada por outros pesquisadores na área, como Andrew Parker e Eve Kosofsky Sedgwick — logo, haveria margem pela qual atracar à prática da tradução, também uma atividade política.

Sobre a problematização/perturbação do gênero, Luise acreditava haver uma intenção pessoal de Judith ao elaborar a ideia de performatividade, de forma que houvesse espaço reconhecido para todas as formas de vida, como a sua própria. No entanto, ela usou o foco do filósofo nos atos performativos, e não nos sujeitos — tomados como objeto dos atos constitutivos —, como um raciocínio destuidor de agência individual, o que é curioso, pois muitas já acusaram Judith do contrário e ela própria o menciona em *Corpos que importam* (2019[1993]), e acredito que ambas leituras precisam de mais nuance, o que farei no capítulo três desta tese. Além disso, há um emaranhado argumentativo neste prefácio, pois Luise mostrou uma definição de identidade de gênero através de uma citação de artigo de Judith anterior ao *Problemas de gênero* (2017[1990]) — o ensaio “Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory” de 1988 — e confirma sua hipótese através do capítulo final daquele livro. Resta-nos perguntar como se pode embasar o pensamento de uma teórica, amplamente desenvolvido em um livro, em um ensaio anterior à publicação deste, e logo saltar para a conclusão daquele outro. Além disso, Luise recorreu a *Undoing Gender* (2004) para apontar para o componente pessoal na motivação de Judith, mas desconsiderou o volume em suas contribuições ao debate sobre gênero.

Impregno o texto de minha leitura de *Problemas de gênero* (2017[1990]), em que Judith argumentou como não haveria meio de operar fora das relações de poder, mas que seria possível provocar deslocamentos, subversões, dentro da esfera do poder que contempla a realidade na forma como muitas sociedades se organizam pela matriz colonial. Porém, afirmar que “Her turn toward the power of the historical and discursive environment in creating gender effectively reduces, perhaps destroys, the possibility and value of any individualistic ways of ‘doing one’s gender’”¹⁹⁰ (2011, p. 5) me parece extrapolar uma linha argumentativa que propõe observar por quais meios acontece a subversão — não mais representada por seres, mas constituída em fazeres — e, em seu lugar, concluir que nenhuma

¹⁹⁰ [Sua virada rumo ao poder do meio histórico e discursivo ao criar gênero reduz, quiçá destrói, a possibilidade e valor de qualquer forma individualista de alguém ‘fazer seu gênero’]

subversão é possível. Se a performance de gênero se dá como repetição estilizada de atos, a cada vez que ela é feita, pode-se fazê-la subversivamente, por mais que isso implique uma (in)inteligibilidade discursiva que a torne viável — o que é contrário de afirmar que a performance predetermina e restringe totalmente, como Luise inferiu¹⁹¹.

Parece-me que Judith (2017[1990]), ao problematizar os sujeitos dos feminismos — para que sua ação política não seja calcada em noções estanques de identidade, mas filie-se em coalizões por afinidades — acaba sendo lida como quem aniquila qualquer forma de subversão organizada, o que é uma interpretação que não se apoia em sua obra. Ela não destitui os feminismos de sujeitos, mas dissolve sua rigidez definidora para permitir a mudança dos sujeitos dentro do movimento — transformação presente na própria vida —, assim como também valoriza a existência das variadas formas de vida possíveis de serem vividas. Tomar como foco os atos e/m objetivos é um jeito de descentralizar as ideias que orientam as alianças, saindo dos sujeitos para suas ações. Portanto, a crítica queerizante de Judith não desmobiliza: possibilita outros movimentos. Por outro lado, Luise valorizou a contribuição de outras pesquisadoras que estudam queer, como Andrew Parker e Eve Kosofsky Sedgwick, sobre os poderes do discurso, os aspectos performativos da identidade de gênero e o espaço interlocutório, para trabalhar as questões performativas da prática da tradução, relacionando esse eixo com os temas trazidos em *TW1*. Como ela afirmou em três planos, essas abordagens agregam ao entendimento prático dos agenciamentos coletivos envolvidos no preparo de textos para a comunidade leitora, nas transformações individuais operadas nos textos por cada pessoa que traduz e nas técnicas de tradução em si.

Uma virada transnacional mais organizada. Ainda que a complexidade de *TW2* seja maior devido ao seu escopo expandido de saberes localizados, a introdução das organizadoras do volume, Luise von Flotow e Farzaneh Farahzad, é bem menor que o prefácio de *TW1*. Por outro lado, as notas biográficas das integrantes do projeto, o que nos ajuda a localizá-lo melhor em comparação ao volume anterior em que elas não existiam, nos ajudam a conhecer um pouco dos contextos de suas autorias. Nos reconhecimentos, de pronto já desponta a

¹⁹¹ “Butler’s determinist stance that sees ‘the performative’ as always discursively predating, predetermining and thus producing a certain performance of gender identities” [A postura determinista de Butler que vê ‘o performativo’ como sempre discursivamente precedente e predeterminante, logo produzindo uma certa performance das identidades de gênero] (FLOTOW, 2011, p. 7).

localização do livro a partir de “a special mention to Christopher Larkosh for his ‘Eurocentrism’ comment to which this book is a response”¹⁹² (FARAHZAD; FLOTOW, 2017, p. xi). Outro fato é que, ainda que *TW2* tenha sido publicado no mesmo ano de *Queer in Translation* (EPSTEIN; GILLET, 2017), percebe-se a ausência de um debate sobre queer na introdução — diferentemente da grande ênfase recebida no prefácio de *TW1*, que ocupou metade de seu espaço total — e nas propostas dos capítulos, o que demonstra que o debate de fato foi deixado de lado, ainda que as ideias sobre performatividade de gênero a partir de Judith Butler apareçam pontualmente em dois capítulos. Por outro lado, a menção especial e os temas abordados na breve introdução dizem da organização do livro: no fluxo dos estudos da tradução sob influência dos feminismos transnacionais, os capítulos se dedicam a temas pautados por quatro seções, 1) O papel das tradutoras; 2) Aplicando o feminismo (“ocidental”¹⁹³) na tradução; 3) Traduzindo autoras em contexto; 4) Projetos feministas de tradução. Farzaneh e e Luise afirmaram sobre o livro:

Its agenda is transnational and feminist, deliberately reaching beyond European and Anglo-American narratives of womanhood and translation, and bringing in research from countries including Turkey, Saudi Arabia, Iran, Colombia, Morocco, Sri Lanka, China, Japan, and even Eastern Europe, the part of the continent that is very much in transformation, but has long lived under the shadow of its Western counterpart.¹⁹⁴ (2017, p. xiii)

Ampliando os horizontes a partir dos quais se elaboram práticas e teorias, elas sustentaram a proposta de centralizar as abordagens em aquelas que são entendidas como mulheres, traduzindo ou traduzidas, e que, caso venham criticá-las como essencialistas, elas declararam que não são, mas que

We are determined to expose how women experience this very essentialist world and how they experience womanhood in an essentialist context as researchers, writers, translators, and their subjects by navigating a world in which the binary of women and men is maintained via legal and civil systems, bureaucracies, and institutions, as well as popular culture, fashion,

¹⁹² [uma menção especial a Christopher Larkosh por seu comentário sobre ‘Eurocentrismo’ ao qual este livro é uma resposta]

¹⁹³ Embora o que escrevi entre parênteses não conste na nomeação da seção, as editoras admitem na introdução que “The second section of the book engages with the influence Western feminisms have had on other cultures as a result of translation” [A segunda seção do livro se ocupa da influência dos feminismos ocidentais em outras culturas que foi resultante da tradução] (2017, p. xv).

¹⁹⁴ [Sua agenda é transnacional e feminista, deliberadamente indo além das narrativas europeias e anglo-americanas de mulheridade e tradução, e trazendo a bordo pesquisas de países como Turquia, Arábia Saudita, Irã, Colômbia, Marrocos, Sri Lanka, China, Japão e até o Leste Europeu, uma parte do continente que está bastante em transformação, mas que por muito tempo viveu sob a sombra de sua contraparte ocidental.]

and traditions. We believe that this is the first step in countering essentialism, so, yes, we are looking at “people referred to as women” (Malabou, (2009) 2011). A “woman” perspective, in this case, is pragmatic.¹⁹⁵ (2017, p. xiii)

O que se lê, por essas referências, considerando es sujeites que são objetos dos textos no livro, são mulheres cisgênero cuja sexualidade só se faz visível em termos heterossexuais; a única entrada sobre lesbianidade é como tema de um dos contos de Ena Lucía Portela em um dos capítulos, apenas mencionada. Assim, fica visível que a ampliação do espectro de sujeites mulheres é parcial: seus horizontes estão mais ligados a uma ideia de territórios nacionais — transnacionais — e o que trazem esses contextos. De toda forma, ainda que sua posição fique implícita, há firmeza no que se propuseram: abordam os textos atentas para suas implicações teóricas, éticas e políticas, agrupando três percepções que comentarei a seguir.

A primeira foi a da presença dos feminismos “ocidentais” em diversas culturas e como isso se mostrou visível nos textos recebidos para o *TW2*. A segunda foi o desafio de preparação e edição desses textos, o que demandou um maior ou menor grau de adaptação deles, vindos de lugares como Marrocos, México e Sri Lanka, e muitas usam o inglês como segunda ou terceira língua, de forma que suas contribuições se bateram com “the standards of academic writing and other conventions of *English*, which, in a sense, is the very Anglo-European structure of thought we seek to broaden, if not escape”¹⁹⁶ (2017, p. xiv). Contra o efeito de “worlding” (que elas tomaram de Gayatri Spivak) — a transformação homogeneizante das narrativas de países marginalizados em *World Literature*, Literatura Mundial —, as editoras contaram que tiveram bastante cautela e trabalharam com retorno constante das autoras sobre o que se fazia com seus textos. Por outro lado, observou-se também o risco de “outrização” das autorias, aspecto ligado com o anterior, “by carefully framing the texts in order to present the broader political and cultural situations within which these authors or translators are working and to de-emphasize exotic differences in their work by locating it in a

¹⁹⁵ [Estamos determinadas a expor como mulheres experienciam este mesmo mundo essencialista e como experienciam mulheridade em um contexto essencialista como pesquisadoras, escritoras, tradutoras, e suas sujeitas ao navegarem em um mundo em que o binário de mulheres e homens é mantido por via de sistemas legais e civis, burocracias e instituições, assim como pela cultura popular, moda e tradições. Acreditamos que este é o primeiro passo ao para opor-se ao essencialismo, então, sim, estamos olhando para “pessoas entendidas como mulheres” (Malabou, (2009) 2011). Uma perspectiva ‘de mulher’, neste caso, é pragmática.]

¹⁹⁶ [aos padrões da escrita acadêmica e outras convenções do *inglês*, que, em certa medida, é a própria estrutura de pensamento europeu que buscamos ampliar, se não escapar]

specific place and time”¹⁹⁷ (2017, p. xvi), de forma que a alteridade é concebida em termos inclusivos para possibilitar alianças transnacionais. De fato, há honestidade nessa proposta do projeto, pois todos os capítulos possuem em suas estruturas elementos de contextualização tramados, ecoando as palavras de Farzaneh e Luise: “We must first see otherness before we can affect change in the treatment of others. We are progressing here toward transnational coalition building (...) in most cases, engagement with difference requires translation”¹⁹⁸ (2017, p. xvi). O olhar das editoras para essa diferença na tradução, com ênfase em questões culturais, políticas, religiosas, linguísticas e econômicas, pautou-se pela atenção feminista à diferença sexual. É essa posição sobre gênero que orienta os trabalhos, de tal forma que o conceito em si acaba sendo pouco discutido, ainda que os outros atravessamentos sejam imensamente bem situados por suas autorias.

Farzaneh Farahzad e Luise von Flotow conseguiram evocar vozes que ampliaram os horizontes de pesquisa nos estudos feministas da tradução. Os capítulos, geralmente em formatos bem semelhantes em sua estrutura, trazem informações cuidadosamente situadas, o que dá indícios de pesquisas realizadas com afinco e aprofundamento cultural, histórico, político e ético. Sua limitação, no entanto, como espero ter demonstrado brevemente, é tomar a diferença sexual como um dado a partir do qual se compreende gênero: aquelas que são entendidas como mulheres, o que não contempla a amplitude dos sujeitos afetados pelas opressões de gênero. De toda forma, é de grande valor poder conhecer os trabalhos presentes em *TW2*, apresentando uma vastidão cultural em tradução engajada com os feminismos.

Estudos Feministas da Tradução — Perspectivas Locais e Transnacionais. Começo aqui por um detalhe: diferentemente de *TW1* e *TW2*, *Feminist Translation Studies* (2017) — de agora em diante *FTS* — organizado por Olga Castro e Emek Ergun pela editora Routledge, que publica em Abingdon e Nova Iorque, apresenta uma seção de referências bibliográficas unificada, contendo todas dos 16 capítulos. Ainda que nos outros volumes as pesquisas possam ter referenciais em comum, o

¹⁹⁷ [ao cuidadosamente enquadrarmos os textos de forma a apresentar as situações políticas e culturais mais amplas em que essas autoras ou tradutoras estão trabalhando, e para retirar a ênfase de diferenças exóticas em seus trabalhos ao localizá-los em um lugar e tempo específicos]

¹⁹⁸ [Precisamos primeiro ver a outridade antes de afetar mudança no tratamento de outros. Estamos progredindo aqui rumo a uma construção de coalizão transnacional (...) na maior parte dos casos, o envolvimento com a diferença requer tradução]

fato de em *FTS* eles estarem agrupados em uma mesma seção transmite a sensação de teorias compartilhadas, por mais que nem todas dialoguem (e nem) da mesma forma. Além disso, permite visualizar com mais amplitude o quanto algumas autorias são mais acessadas, pela quantidade de trabalhos seus citados: Judith Butler com 12 textos; Luise von Flotow com 11; Gayatri Chakravorty Spivak com 9; e Olga Castro com 8. Há outras citadas 6, 5, 4 vezes em diante, como Claudia de Lima Costa, Pilar Godayol, Emek Ergun, Barbara Godard e es própries pesquisadories contribuidories, diversificando mais e mantendo alguma presença do fator canadense.

Logo, a genealogia dos estudos feministas da tradução se faz valer nos trabalhos de Luise von Flotow, desde seus primeiros movimentos reconhecidos até suas revisões e outros horizontes mais recentes, como na pesquisa de Olga Castro, acompanhados pelas reflexões filosóficas queerizantes sobre gênero de Judith Butler ao lado da crítica pós-colonial de Gayatri Spivak. Ainda que *FTS* se dedique mais às propostas para/na Europa do que *TW2*, elas coexistem ao lado de discussões políticas sobre os fluxos de teoria entre Sul e Norte, e o livro, portanto, divide-se por eixos diferentes. Há duas partes maiores sobre tradução feminista — a primeira, com enfoque na teoria, e a terceira seção, na ação —, com um divisor de águas que é a mesa-redonda transdisciplinar sobre políticas feministas da tradução envolvendo 7 intelectuais: a segunda seção, chamada de tradução feminista em transição. Em minha resenha (BARBOZA, 2018c), me orientei mais para um resumo comentado dos capítulos, pluriversos em si, mas, nesta pesquisa, gostaria de chamar atenção para três momentos do livro: seu prefácio, por Patricia Hill Collins; sua introdução, por Olga Castro e Emek Ergun; e sua mesa-redonda, com Richa Nagar, Kathy Davis, Judith Butler, AnaLouise Keating, Ayşe Gül Altınay, Claudia de Lima Costa e Sonia E. Alvarez.

O prefácio de Patricia Hill Collins, “On Translation and Intellectual Activism”, faz uma reflexão fundamental sobre a importância da tradução aos feminismos e vice-versa — ecoando a proposta da mesa-redonda mais adiante —, o que é de imensa relevância à visibilidade a esse campo de estudos, muitas vezes ignorado por quem esteja fora dos estudos feministas da tradução. Seu texto traz uma percepção sobre como a tradução se realiza como uma práxis feminista e como uma política de interpretação feminista na área acadêmica, com argumentos preciosos sobre esses dois grandes afluxos, que partem de duas premissas: “The collaborative

dialogues that are needed for feminist theory and praxis rarely occur among equals”¹⁹⁹ e “None of us is [fluent in all the languages], so by default we depend on others to translate for us”²⁰⁰ (COLLINS, 2017, p. xi). Logo, as colaborações estão atravessadas inevitavelmente por relações de poder, que podem ser subvertidas ou reafirmadas, e a tradução é incontornável para que esse diálogo aconteça — inter ou intralinguisticamente. Patricia afirmou se sentir honrada por prefaciá-la *FTS*, uma vez que o livro sintoniza com as propostas do trabalho dela, entrelaçando feminismos, tradução e poder, pois 1) “translation is central to feminist praxis. Individuals who serve as translators not only interpret the varying meanings across different intellectual, political and social settings, they create new knowledge in border spaces”²⁰¹ (2017, p. xi) e 2) “this volume speaks to my understanding of intellectual activism (...) when it comes to intellectual activism, honing skills of translation constitutes both an important intellectual challenge and a political necessity”²⁰² (2017, p. xii).

Comentando sobre as relações entre tradução e práxis feminista, Patricia discorreu sobre um exemplo real de um congresso em Viena a respeito de racismo e feminismo em que a questão das línguas se pôs como crucial: muitas das participantes não tinham como se falar entre si, por não compartilharem nenhuma língua em comum, e tradutorias foram contratadas para permitir que o evento fosse possível. No entanto, durante um dos jantares, foi uma das participantes, multilíngue, que fez a mediação entre todos, e esse fato reverberou na consciência de Patricia: “Because she could speak with everyone at the table, she had the most access to meaningful conversation. But because she also served as the unofficial translator for the table, she could not simply say the first thing that came into her

¹⁹⁹ [Os diálogos colaborativos necessários à teoria e práxis feministas raramente ocorrem entre iguais]

²⁰⁰ [Nenhum de nós é (fluido em todas as línguas), então, pelo padrão, dependemos de outros para traduzirem para nós (minha nota: gosto de manter “default” como padrão que, no linguajar computacional, associamos com as configurações iniciais de um sistema, na falta de uma definição própria nossa, que me parece muito colar às ideias normativas sobre a performatividade de subjetividade)]

²⁰¹ [a tradução é essencial à práxis feminista. Indivíduos que servem como tradutorias não só interpretam variantes sentidos através de diferentes conjuntos intelectuais, políticos e sociais, mas também criam conhecimento em espaços fronteiriços]

²⁰² [este volume conversa com meu entendimento sobre ativismo intelectual (...) quando se trata de ativismo intelectual, aguçar habilidades de tradução constitui tanto um desafio intelectual importante quanto uma necessidade política]

mind and wait for someone else to translate it”²⁰³ (2017, p. xii). Quem faz mediação diz, mas sua voz está marcada pela rede que se dispõe a mediar; onde a espontaneidade no seu gesto que não seja condicionada pelo que se supõe que será entendido? Penso no poema de Carla Diacov:

creio na rede e dela cuido com as
chaves que me são oferendas da
natureza e da natureza das coisas
ou me perco nos sinais ou me faço dançarina deles
seguem meus dedos a costela do peixe
da sorte canta ali um galo e já a trama toca a floral
cai ali uma mulher no barro sobe ali a nuvem e
são tantos mares cruzados numa só onda
tivemos dias imensos da chuva oceânica
e com que calda o vestido de ir buscar lagostim
defendo flores nos cabelos creio nos espinhos do idioma
e com que véu as noivas de buscar ostras
com que choro segue a trama do momento
central puxado de cordões da solidão
aquele homem foi tragado e cuspidado e repartido
pelo mar
voltou em dois e dos dois uma multidão
que nunca mais abriu a múltiplice boca
com que beijo com que consolação
com que pássaro tramar agora a ida de um
dos filhos a acenada mãe que trama
com que rede me apego agora quando a
fome é imensidão nos olhos de sal?
creio então no silêncio tramado a crer
tanta areia para pouco altar
com que calda com que véu acenada a
mãe a instalar redes de milagres como
é o milagre do parto antes mesmo da crendice
gestacional?

ela tecia colares de sementes
creio
ela tecia colares de sementes e búzios
previa redes previa o amor dos peixes adentro
(DIACOV, 2020, p. 31–32)

Creio na rede e nos espinhos do idioma, silêncio tramado. Da trama das vozes, quem traduz desfia e tece novamente o que está nas vozes das pessoas, como no sentimento de amor e desejo de Maria-Mercè Marçal que diz “pegue, desfaca-me, refaca-me” (MARÇAL, 2019[1989], p. 109). Entrega em movimento. É por isso que Patricia vai associar quem traduz com “intermediária do poder” (2017, p. xiii) — *power broker* —, por ser quem tem as ferramentas de pegar/desfazer/refazer apesar/por causa dos espinhos dos idiomas e, nesse gesto,

²⁰³ [Porque ela podia falar com todes na mesa, ela teve o maior acesso à conversa significativa. Mas também porque ela servia como tradutora não oficial para a mesa, ela não podia simplesmente dizer a primeira coisa que vinha à sua mente e esperar que alguém a traduzisse]

atuar tanto como quem permite que redes subversivas se formem quanto atender a interesses próprios e/ou ligados aos grupos dominantes, como “guardas das fronteiras” (2017, p. xiii) — *border guards* —, espíritos em corpos/*bodies* que decidem o que *passa* e como, atuação profundamente ética. Logo, há uma implicação epistemológica sobre quais saberes circulam pela tradução, na formação de saberes da práxis feminista, que Patricia vivenciou em sua experiência no congresso de confiar na companheira multilíngue para mediar, e “this is exactly the point of dialogical knowledge construction that is needed within relations of decolonisation and facilitated by translators who embrace intellectual activism”²⁰⁴, porque “spaces of translation are epistemological border zones, where knowledge is constructed via trust”²⁰⁵ (2017, p. xvi). Penso que um dos aspectos incontornáveis da confiança é a honestidade. Entendo que nada é autoevidente, coerente e transparente para assim ser representado na comunicação, mas quanto mais nos desvencilharmos da má-fé e nos alinharmos com as causas da justiça social, mais conseguiremos nos dispor a tentar encontrar o que possa nos ajudar a agir em prol dela.

Patricia seguiu adiante, então, em uma reflexão de seu papel como intérprete entre as comunidades que buscou colocar em contato em sua escrita de *Black Feminist Thought*: a de mulheres negras nos Estados Unidos, por si e sobre as quais desejava falar como sujeitas, e a academia estadunidense, que as excluiu da intelectualidade institucional. Isso, por si só, ela mostrou, se fez como uma tradução entre coletividades em desiguais relações de poder linguístico, cultural e epistemológico, uma vez que “scholarly scrutiny was and continues to be a power relation that invites certain material to travel into scholarly arenas while deeming other material unworthy of investigation”²⁰⁶ (2017, p. xiv), diante de que “I saw writing my book as one of speaking multiple languages, variations of English that were used by and validated by multiple interpretive communities”²⁰⁷ (2017, p. xv). Em sua escrita, portanto, ela buscou mobilizar as vozes de autorias negras para falar sobre

²⁰⁴ [esse é exatamente o ponto da construção dialógica de saberes que é preciso nas relações de decolonização e facilitada por tradutorias que abraçam o ativismo intelectual]

²⁰⁵ [espaços de tradução são zonas fronteiriças epistemológicas, onde os saberes são construídos através da confiança]

²⁰⁶ [o escrutínio acadêmico era e continua sendo uma relação de poder que convida certos materiais a viajar por áreas acadêmicas, ao mesmo tempo que julga outros materiais indignos de serem pesquisados]

²⁰⁷ [vi a escrita do meu livro como uma fala de múltiplas línguas, variações do inglês que eram usadas e validadas por comunidades interpretativas múltiplas]

feminismos, assim como o faz em sua atividade como professora, consultando inúmeras durante a elaboração do manuscrito do livro, mirando tanto uma comunidade leitora acadêmica quanto uma imensa variedade de leitoras afro-americanas, pois “My job as a scholar lay in perfecting the art of translation of such diverse perspectives on the world across these differences of culture, of experience but, most importantly, of power”²⁰⁸ (2017, p. xvi). Mediando, Patricia se posicionou sobre seu lugar como tradutora de saberes intelectuais, ativista em um sentido do conhecimento comprometido com uma ética social. É nesse espírito que ela encerrou seu prefácio, com o parágrafo que deixo como forma de encerrar esta passagem:

The world is not ours to grasp and understand as transparent, finished and ready for the taking. Within a western framework, the will to know has catalysed the belief that science can uncover all that is knowable if we follow the rules and that the unknown is typically not worth knowing. In this context, it is difficult to accept a process of perpetual translation that uncovers layers of meaning that we can never know as individuals. Yet, there is no way to know our world without crossing linguistic, cultural and epistemological borders, of taking risks both in conversation and within our own intellectual production. We can never claim or inhabit other people’s experiences or the meanings that they make of them without doing violence to their realities. In this context, working dialogically and perfecting skills of translation is an act of trust—in our own abilities and in those of others to get it right, or at least come as close as they can.²⁰⁹ (2017, p. xvi)

Em seguida, a introdução de Olga Castro e Emek Ergun, “Re-Envisioning Feminist Translation Studies — Feminisms in Translation, Translations in Feminism”²¹⁰ chega junto ao afirmar que “The future of feminisms is in the transnational and the transnational is made through translation”²¹¹ (CASTRO;

²⁰⁸ [Meu trabalho como acadêmica jaz no aperfeiçoamento da arte da tradução de tão diversas perspectivas no mundo através dessas diferenças de cultura, de experiência, mas, mais ainda, de poder]

²⁰⁹ [O mundo não é nosso para agarrá-lo e entendê-lo como transparente, acabado e pronto para ser tomado. Dentro de uma perspectiva ocidental, a vontade de saber catalisou a crença de que a ciência pode desvelar tudo que é possível de conhecer se seguirmos as regras, e que o desconhecido não vale a pena conhecer. Nesse contexto, é difícil aceitar o processo de perpétua tradução que desvela camadas de sentido que jamais poderemos saber como indivíduos. Porém, não há outra forma de conhecer nosso mundo sem atravessar fronteiras linguísticas, culturais e epistemológicas, de assumir riscos tanto na conversação quanto em nossa própria produção intelectual. Não podemos jamais demandar ou habitar as experiências de outras pessoas, ou os sentidos que elas fazem daquelas, sem violentar suas realidades. Nesse contexto, trabalhar dialogicamente e aperfeiçoando habilidades de tradução é um ato de confiança — em nossas próprias capacidades e naquelas de outres — em acertar, ou ao menos chegar o mais perto que puderem disso.]

²¹⁰ [Re-vislumbrando os Estudos Feministas da Tradução — Feminismos em Tradução, Traduções em Feminismo]

²¹¹ [O futuro dos feminismos é transnacional e transnacional se faz através da tradução]

ERGUN, 2017b, p. 1). Na realidade globalizada que vivemos, movimentos feministas se auxiliam e se inspiram através das distâncias, reverberando uns nos outros em correntes marítimas que não cessam de circular, caminho possibilitado e afetado em tradução. Marcadamente política (com seus conflitos) — Mona Baker (2007, 2008) presente —, a tradução é valorizada como meio de produção (de encontros), as editoras afirmaram seu livro tanto como uma investigação sobre sua história junto à transnacionalização dos feminismos quanto um re-vislumbre de seu futuro em um espaço polifônico de diálogo transfronteiriço, concebido como solidariedade em prol da justiça para todes.

Olga e Emek trouxeram a narrativa do fator canadense como um vir à tona dos estudos feministas da tradução, somando-se a outras contribuições da América do Norte ainda nessa época, e que gradualmente começou a ser mais tecida na Europa depois da virada do milênio — experimentando, na contemporaneidade, uma descentralização de suas cartografias “ocidentais”, com trabalhos na América Latina, Leste Asiático e Oriente Médio. As autoras pontuaram seu desejo de elaborar tais pesquisas “reconfiguring feminist translation as a substantial force and form of activism. It emphasises the critical role of translation in the trans/formation of feminist movements, locally and transnationally, diachronically and synchronically”²¹² (2017b, p. 1–2), definindo feminismos “not only in the plural, but also intersectional and interconnectionist”²¹³ (2017b, p. 2), indo além das pautas centradas em gênero que prevaleceram nas políticas de gênero dominantes no “ocidente”, enxergando a multiplicidade heterogênea atravessada por inúmeras linhas, o que provoca o próprio alargamento dos ET, elasticidade latente em seu próprio caráter inter/transdisciplinar.

Com esses saltos e mergulhos, Olga e Emek buscaram contemplar com *FTS* algumas lacunas epistemológicas nos estudos feministas da tradução (utilizando a sigla, *FTS*, para nomear o campo), como 1) a escassez de coletâneas que se assumam declaradamente feministas — que por vezes se coloca como “gênero e tradução” e “mulheres e tradução” —, nomeando-se feministas e buscando propostas que assim se denominam; 2) a falsa impressão de que a tradução feminista é um fenômeno “ocidental” e para “o ocidente” ao dissuadir e invisibilizar

²¹² [reconfigurando a tradução feminista como uma força substancial e forma de ativismo. Ela enfatiza o papel crítico da tradução na trans/formação dos movimentos feministas, local e transnacionalmente, diacrônica e sincronicamente]

²¹³ [não somente no plural, mas também interseccional e interconectivista]

pesquisas *em/de* outros focos geográficos — tendo em sua composição capítulos sobre tradução feminista na China, França, Galícia, Alemanha, Índia, Iraque, Itália, Marrocos, Polônia, Espanha, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos. Elas reconheceram que a predominância europeia e anglo-americana não atuou no volume para reafirmar uma hegemonia, mas que esses textos se colocam criticamente para “reveal the geopolitical hierarchies and disparities in regard to the global dissemination of feminist knowledges”²¹⁴ (2017b, p. 3), pois admitiram que não basta somente uma abertura de espaço para a produção de países marginalizados, mas é preciso que a Europa, o Canadá e os Estados Unidos façam uma autocrítica de suas próprias fundações e direcionamentos, ao invés de delegar essa crítica àqueles. Mais outras lacunas: 3) o excesso de foco na tradução literária, que supostamente desconsidera o potencial político e criativo de outras práticas de tradução — de forma que o livro focalizou nas viagens de teorias e práticas feministas em tradução; e 4) o pouco que se tramava a partir das aberturas contidas nos ET para um diálogo entre disciplinas — neste volume contemplando os feminismos em conversa com os estudos queer, linguística, antropologia, estudos pós-coloniais, história, filosofia, estudos culturais, estudos da globalização, literatura comparada e pedagogias críticas.

As organizadoras esperavam, assim, contribuir para “the era of transnational feminism”²¹⁵ (2017b, p. 4) sem se pretenderem totalizantes em sua abertura, assumindo francamente que tem consciência de “our own situatedness within the Anglo-American academic culture”²¹⁶ (2017b, p. 5). Elas sinalizaram os problemas derivados das assimetrias nas viagens de teoria entre Europa, Estados Unidos e Canadá com relação aos países marginalizados, diante das quais a hegemonia do inglês na globalização neoliberal concentra recursos para si e se impõe, o que elas com esforço tentaram evitar, mas que afetou a escolha dos materiais selecionados para o livro e determinou o uso do inglês como sua língua. Porém, não se fecharam em si, “As an exercise of intellectual honesty, we take full responsibility for our blind spots and invite readers to join in the conversation with what they see from where

²¹⁴ [revelar as hierarquias e disparidades geopolíticas em relação ao espalhamento de saberes feministas]

²¹⁵ [era do feminismo transnacional]

²¹⁶ [nossa própria localização situada na cultura acadêmica anglo-americana]

they stand”²¹⁷ (2017b, p. 5), nomeadamente citando o ensaio de Donna Haraway sobre o qual comentei no começo desta tese, para que mais pesquisas venham à tona/subam a bordo e desafiem o *status quo* político que também marca os estudos feministas da tradução.

Ainda com EFT, uma mesa-redonda multidimensional. Interessa-me, por fim, trazer aqui um olhar mais detido para a mesa-redonda transdisciplinar da seção II, “Tradução Feminista em Transição”, fruto da iniciativa de Richa Nagar. Como tenho proposto caminhar ao lado de certos livros/textos/trechos, este percebo ser de expressiva contribuição à mútua importância da tradução aos feminismos e vice-versa. Preferia que vocês escutassem todas as falas desta mesa, traduzidas às nossas línguas, porque é preciosa a oportunidade de ouvir Richa Nagar, Kathy Davis, Judith Butler, AnaLouise Keating, Ayşe Gül Altınay, Claudia de Lima Costa e Sonia E. Alvarez responderem às mesmas perguntas. Como não é possível²¹⁸, trago destaques de algumas falas, organizando cada parágrafo de acordo com as perguntas das editoras Emek Ergun e Olga Castro, que buscaram em sua proposta inspirar outros diálogos urgentes sobre

the enabling and disabling roles of translation in the production, dissemination, reception, appropriation and transformation of feminist theories, knowledges and practices within and across borders that paradoxically separate and connect us, albeit often through asymmetrical power relations. Our conversation has revealed not only the transgressive potential of translation as a concept, theory and practice, but also the urgency of finding out new ways of talking to one another across differences and hierarchies.²¹⁹ (NAGAR et al., 2017, p. 111)

A primeira pergunta foi “In what ways do you think translation could be used as a means for feminist activism? Can you think of any examples drawing on your own experiences?”²²⁰ (NAGAR et al., 2017, p. 111). Richa Nagar, em uma compreensão plural dos feminismos como formas críticas de elaborar sobre

²¹⁷ [Como um exercício de honestidade intelectual, assumimos total responsabilidade pelo que não enxergamos e convidamos leitorias para se juntarem na conversa com o que veem de onde estão]

²¹⁸ Busquei saber quanto custaria a permissão para traduzi-la e publicar em periódico sem fins lucrativos e fui informada pela Copyright Clearance Center da Routledge de que não sairia por menos de 600 reais, o que logo me fez desistir.

²¹⁹ [os papéis facilitadores e incapacitantes da tradução na produção, espalhamento, recepção, apropriação e transformação das teorias, saberes e práticas feministas dentro e através das fronteiras que paradoxalmente nos separam e nos unem, embora frequentemente através de relações de poder assimétricas. Nossa conversa revelou não só o potencial transgressivo da tradução como um conceito, teoria e prática, mas também a urgência de descobrir novas formas de conversar umas com as outras através das diferenças e hierarquias]

²²⁰ [De que formas vocês acham que a tradução pode ser usada como forma de ativismo feminista? Conseguem pensar em exemplos vindos de suas próprias experiências?]

violências, específicas em cada contexto, para então buscar uma transformação social, afirmou que “A significant part of my labour as a writer, educator and artist, then, focuses on how to agitate *for* ethical translations across languages of difference which are incessantly ordered, universalised or vernacularised”²²¹ (2017, p. 112). Kathy Davis, pesquisando sobre a história e espalhamento do *Our Bodies, Ourselves*, percebia a tradução como fundamental ao ativismo feminista, não somente fazendo ideias viajarem, mas também agitando grupos locais, que recebem essas traduções, a discutirem os temas tratados a partir de suas próprias necessidades. Judith Butler começou sua fala com a frase que destaquei entre as epígrafes iniciais desta tese, “I think there can be no solidarity without translation, and certainly no global solidarity”²²² (2017, p. 113), considerando a tradução necessária dentro até de territórios nacionais, pois muitos termos correntes nos feminismos não são sempre traduzíveis — como gênero e diferença — e, se forem, eles adquirem outras histórias e associações, processo que demanda um cuidado sobre quais termos viajam e como, sem que se reproduza uma lógica colonial e/ou imperial.

Claudia de Lima Costa e Sonia E. Alvarez falaram sobre o livro que editaram em 2014 com Verónica Feliu, Rebecca J. Hester, Norma Klahn and Millie Thayer, *Translocalities/Translocalidades: Feminist Politics of Translation in the Latin/Americas*, filiando-se a uma noção cultural da tradução conforme Tejaswini Niranjana, que contempla relações entre línguas, territórios e pessoas, “since the Latin/Américas is a transborder cultural formation rather than a territorially delimited one, translation is politically and theoretically indispensable to forging feminist, pro-social-justice, anti-racist, postcolonial/decolonial and anti-imperial political alliances and epistemologies”²²³ (2017, p. 114). AnnaLouise Keating partiu de sua experiência como professora na área de Estudos da Mulher e de Gênero, em desejo de ampliar as visões de mundo de seus estudantes, afirmando que “Translation facilitates activism by enabling us to develop and enact conversations among multiple

²²¹ [Uma parte significativa de meu trabalho como escritora, educadora e artista, então, focaliza em como mobilizar por traduções éticas através de línguas da diferença que estão incessantemente ordenadas, universalizadas ou vernacularizadas]

²²² [Penso que não há como existir solidariedade sem tradução, e certamente nenhuma solidariedade global]

²²³ [dado que as Américas/Latinas são antes uma formação cultural transfronteiriça que uma formação territorialmente delimitada, a tradução é política e teoricamente indispensável para forjar alianças e epistemologias políticas feministas, a favor da justiça social, antirracistas, pós-coloniais/decoloniais e anti-imperialistas]

communities, enabling us to build diverse coalitions, in diverse locations, which can work together to enhance social change”²²⁴ (2017, p. 115). Ela tramou uma teoria da pós-oposicionalidade a partir do trabalho de Gloria Anzaldúa, que se realiza como tradução criativa, e esse termo “represents relational approaches to social, epistemological and ontological transformation that borrow from but do not become limited by or trapped in oppositional thought and action”²²⁵ (2017, p. 115), em prol da multiplicidade interconectada.

Já Ayşe Gül Altınay rememorou sua juventude no começo dos anos 90 em grupos de mulheres na Turquia, que se dedicavam à tradução de textos feministas, ora buscando entender aqueles temas em suas próprias experiências e criando um vocabulário feminista próprio, ora percebendo como não eram possíveis de traduzir. Ela editou em 2000 um texto referencial nos estudos de gênero e sobre mulheres em processo interativo e colaborativo, *Vatan Millet Kadınlar* [Homeland Nation Women em inglês, em português brasileiro via inglês, Mulheres da Terra Natal], que contou com traduções muito debatidas para sua composição e textos de autoria local, e que “What marked my experience of editing, writing and translating for *Vatan Millet Kadınlar* was the enabling creative flow between the realms identified as ‘activist’ and ‘academic’”²²⁶ (2017, p. 116) na problematização do nacionalismo e militarismo local, ao buscar reconfigurações a partir das terminologias feministas emergentes, ainda que sob a falta de uma discussão sobre sexualidade.

Seguiu-se à segunda pergunta: “Considering transnational feminism in the broadest sense of the term as a ‘holistic’ and ‘polyphonic’ movement and praxis of social justice on multiple, intersecting fronts of power, what do you think about the connections between translation as a political cross-border meaning-making practice and transnational feminism?”²²⁷ (2017, p. 117). Richa trouxe uma compreensão vasta da dimensão de agentes envolvidos politicamente via tradução — de fato ou

²²⁴ [a tradução facilita o ativismo ao nos capacitar para expandir e propor conversas entre múltiplas comunidades, permitindo-nos construir coalizões diversas, em localizações diversificadas, que podem atuar juntas para potencializar a mudança social]

²²⁵ [representa aprochegos relacionais à transformação social, epistemológica e ontológica que tomam emprestado, mas não se limitam ou se prendem em armadilha do pensamento e ação oposicionais]

²²⁶ [O que marcou minha experiência de editoração, escrita e tradução de *Vatan Millet Kadınlar* foi o fluxo criativo capacitante entre os domínios identificados como ‘ativistas’ e ‘acadêmicos’]

²²⁷ [Considerando o feminismo transnacional no sentido mais amplo do termo, como um movimento e práxis de justiça social ‘holístico’ e ‘polifônico’ em múltiplos e interseccionais fronts do poder, o que vocês pensam sobre as conexões entre a tradução como uma prática política transfronteiriça criadora de sentidos e o feminismo transnacional?]

como imagem de processo — em uma metáfora vital “If the politics of knowledge form the bones of the feminism that I have described above, then, it is questions and practices associated with representation, circulation and translation that provide flesh to that skeleton”²²⁸ (2017, p. 118). Claudia e Sonia abriram sua fala questionando como saberes feministas viajam entre hemisférios, até que ponto as relacionalidades e pertencimentos de diferentes categorias analíticas influenciam sua habilidade de serem traduzidas e o que se perde e ganha em tradução por qual razão, uma vez que elas têm consciência de como a interação entre os feminismos das latinas e das latino-americanas encontram bloqueios e pontos de controle migratório na tentativa de atravessarem fronteiras. Como elas sintetizaram, um dos efeitos dessa questão é como as genealogias e histórias silenciosas estão presentes nos conceitos, e “In the travels of concepts and theories, it is often the case that a concept with a potential for political and epistemological rupture in a particular context, when translated to another context, may become depoliticised—a translational loss, if you will”²²⁹ (2017, p. 119), de forma que “one of the recurring challenges for feminist transnational alliances lies in the attempt to translate concepts that resist appropriation”²³⁰ (2017, p. 119).

Kathy Davis enfatizou como a ideia de feminismo transnacional se afastou das supostas ilusões globalizantes sobre uma unificação entre as mulheres que desconsiderasse suas diferenças, seguindo em toada semelhante à de Claudia e Sonia. Ela apontou como há termos que resistem à tradução e que tradutorias/ativistas entre fronteiras buscam inúmeras estratégias para lidar com isso, “invariably confronted with both the need to reach out across differences and develop shared political projects, while, at the same time, having to take into consideration that there will always be areas that are difficult and even impossible to understand”²³¹ (2017, p. 120). Judith assumiu que essa área é menos conhecida por

²²⁸ [Se a política do conhecimento forma os ossos dos feminismos que descrevi acima, então, são as questões e práticas associadas com representação, circulação e tradução que proveem a carne para esse esqueleto]

²²⁹ [Nas viagens de conceitos e teorias, é frequentemente o caso de um conceito com um potencial para rompimentos políticos e epistemológicos em um determinado contexto, quando traduzido a outro contexto, tornar-se despoliticizado — uma perda tradutória, pode-se dizer]

²³⁰ [um dos recorrentes desafios às alianças feministas transnacionais jaz na tentativa de traduzir conceitos que resistem à apropriação]

²³¹ [invariavelmente confrontadas tanto com a necessidade de ir além das diferenças e tramar projetos políticos compartilhados quanto, ao mesmo tempo, ter que levar em consideração que sempre haverá áreas que são difíceis e até impossíveis de entender]

elu, mas que desejava comentar sobre a indissociabilidade entre justiça social e justiça política, presente na concepção dos feminismos transnacionais, mas sugerindo também uma abordagem planetária para lidar com a crise ecológica atual. Nessas mediações para atingir tais objetivos, a tradução nos expõe à dúvida sobre quais línguas — e ideias que elas carregam — estarão em questão, de tal forma que “Translation also presumes that a conflict of interpretation is always at work in any solidaristic struggle. As a practice, it is ongoing and both solidaristic and antagonistic, and that is the way it has to be, as I understand it”²³² (2017, p. 121). Para encerrar, AnnaLouise fez uma relevante síntese “If we think of transnational feminism as a type of world travelling, a synergistic engagement in multiple locations/perspectives, translation is crucial to this process. I believe that this type of translation requires an emphasis on our radical interconnectedness with all existence”²³³ (2017, p. 121).

Como terceira pergunta, “How do you think translation has informed your own work—scholarship and/or activism—practically and conceptually? Also, what are your thoughts on the role of translation in enabling (or disabling) cross-border travels of your works?”²³⁴ (2017, p. 121). Kathy relatou sua experiência de escrita de *The Making of Our Bodies, Ourselves: How Feminist Knowledge Travels across Borders* para destacar a centralidade da tradução na pesquisa feminista, ao tramar uma análise sobre como as ideias no livro a respeito as corporalidades de mulheres — leia-se cisgênero, ainda que ela não afirme —, suas sexualidades e saúde viajaram pelo globo, mudando através das rotas percorridas e do tempo. Judith se questionou se seu trabalho e ativismo funcionam como alegoria para as questões propostas por Emek e Olga, porque elu se encontra em uma posição privilegiada de crítica nos novos movimentos sociais estadunidenses, e não considera suas pautas mais interessantes ou urgentes, mas o conceito de gênero le levou a perturbadores encontros com as questões da tradução. Claudia e Sonia deram destaque para o conceito de experiência, visto por suas dimensões epistemológicas e ontológicas,

²³² [A tradução também presume que um conflito de interpretação está sempre em ação em qualquer luta solidária. Como uma prática, ela está em andamento, tanto solidária quanto antagonista, e esse é o jeito que tem que ser, como eu a entendo]

²³³ [Se pensamos sobre o feminismo transnacional como uma forma de viajar pelo mundo, um envolvimento sinérgico em múltiplas localizações/perspectivas, a tradução é crucial para esse processo. Acredito que esse tipo de tradução requer uma ênfase em nossa conectividade radical com toda a existência]

²³⁴ [Como vocês pensam que a tradução formou seu próprio trabalho — pesquisa e/ou ativismo — na prática e conceitualmente? Além disso, quais os seus pensamentos sobre o papel da tradução na capacitação (ou incapacitação) de viagens transfronteiriças de seus trabalhos?]

para explorar a complexidade de traduzi-lo em conhecimento, debate a partir do qual entender como sempre estamos envolvidos em processos de tradução em circuitos, viagens e deslocamentos múltiplos: “as feminists, we are necessarily translators: we have to continuously translate *ourselves* across our differing locales and locations of attachment and commitment”²³⁵ (2017, p. 123).

Richa evocou a imagem da tradução em seu trabalho como uma dança, “a complex back and forth between, among and across multiply-located discursive sites—without a fixed origin or destination”²³⁶ (2017, p. 124) e cada um desses lugares contém seus agentes co-críticos e co-avaliadores das narrativas formadas nesse processo, participando ativamente de suas (re)formulações, revisões e refinamentos nessa práxis coletiva intencional. Ayşe partiu do desconforto da centralização sobre a sexualidade das mulheres cis ser reduzida à vagina ao assistir *The Vagina Monologues* para pensar como, na Turquia — consciente da hegemonia do turco que predominou em seu trabalho, desejando trazer junto o armeno e curdo adiante —, seria possível repensar uma conversa sobre a sexualidade vivida por mulheres, que ela afirma que eram quase todas cisgênero, exceto pela presença de uma mulher trans, para publicar um livro e encená-lo, em *işte böyle güzelim....* Esse processo, de tradução das histórias ao texto e do texto às leituras em público, passando pelas mãos e corpos de inúmeras pessoas, foi considerado por uma das participantes como uma das experiências mais queer já vividas, e chegou a ser traduzido ao alemão, gerando toda uma ampla gama de questionamentos sobre estereótipos das feministas alemãs a respeito das turcas. Já AnnaLouise de pronto declarou que “Translation as practice and theory informs my pedagogy and my scholarship”²³⁷ (2017, p. 127), tendo como objetivo na docência e na pesquisa focalizar “on translating complex theories and a variety of western and non-western worldviews into words and perspectives that my western, eurocentric-educated students and readers can comprehend and appreciate”²³⁸ (2017, p. 127),

²³⁵ [como feministas, somos necessariamente tradutorias: temos que continuamente *nos* traduzir através de diferentes *locales* e localizações de pertencimento e comprometimento]

²³⁶ [um complexo vaivém entre, em meio e através de lugares discursivos de múltiplas localizações — sem uma origem ou destino fixos]

²³⁷ [A tradução como prática e teoria formam minha pedagogia e minha pesquisa]

²³⁸ [em traduzir complexas teorias e uma variedade de visões de mundo ocidentais e não ocidentais em palavras e perspectivas que minhas alunas e leitorias ocidentais, educadas pelo eurocentrismo, possam compreender e apreciar]

considerando seu profundo envolvimento de estudo sobre Gloria Anzaldúa para trazer a alunes a corporeidade física, ontológica e espiritual da obra da autora.

Por fim, a última pergunta: “Could you explore the geopolitical focus of your work and situate your ideas on translation in regard to that geopolitical location?” que se segue com a explicação “In other words, what are some of the privileges, promises, pitfalls or risks associated with that specific geopolitical ‘territory’ in regard to the politics of translation as well as feminist politics?”²³⁹ (2017, p. 128). AnnaLouise, estadunidense que segue a viver e trabalhar nos Estados Unidos, comentou sobre seus privilégios e como trabalhar com visões de mundo e filosofias indígenas a fez evidenciar as limitações do monoteísmo, suas normas e ideia de “Verdade” unitária. Já Judith mostrou seu contato com as duras realidades do feminicídio, tanto pelas notícias quanto pelas lutas de feministas latino-americanas, o que passa inclusive pelo questionamento de quem é “mulher” nessa questão, isto é, se os assassinatos de mulheres trans são considerados e como a questão racial influencia nisso, destacando o trabalho da pesquisadora brasileira Berenice Bento nesse tema. Depois de uma grande volta por realidades outras sobre o feminicídio em países de histórias marcadas pela escravidão e ditaduras, latino-americanas e especificamente brasileiras, Judith afirmou que “The act of translation made me rethink the provincialism of the US views I had known on the topic, and it was only from that position of becoming decentred and uncertain, plunged into a set of languages where I had no mastery—only then could I begin to make new bonds of solidarity”²⁴⁰ (2017, p. 130).

Sobre essa pergunta, Claudia e Sonia comentaram que todes — no livro que editaram em 2014 — falaram desse tema, entendendo as Américas Latinas como translocais, tanto em um sentido de não se definirem por uma posicionalidade fixa, mas deslocada/deslocante, e, por conta desse movimento, se configurarem de formas multi-direcionais, permitindo uma investigação crítica das estruturas de privilégio/exclusão nessa dimensão mais ampla. Assim, “this translocal travelling

²³⁹ [Vocês poderiam explorar o foco geopolítico [em seu trabalho e situar suas ideias sobre tradução considerando essa localização geopolítica? Em outras palavras, quais são alguns dos privilégios, promessas, armadilhas ou riscos associados com esse “território” geopolítico específico em relação à política de tradução assim como à política feminista?]

²⁴⁰ [O ato da tradução me faz repensar o provincianismo das visões estadunidenses que eu tinha sobre o tópico, e foi somente dessa posição de me tornar descentralizado e incerto, imerso em um conjunto de línguas que eu não conhecia — só então pude começar a fazer novos laços de solidariedade]

across worlds empowers feminists to construct new instruments of vision, or partial knowledges. This is not, however, an easy voyage, for it must also take into consideration the equivocations that always exists between different worlds and that can resist translation”²⁴¹ (2017, p. 131). Já Kathy, como falante do inglês que viveu em vários países e aprendeu suas línguas, reconheceu o privilégio acadêmico de ter o inglês como primeira língua, por um lado, e a limitação de seu pensamento ao tentar se traduzir para outres, por outro. Antes mesmo de escrever sobre um tema, ela trabalha com o inglês em um modo de tradução ao situar-se sem se tomar como centro, pois “being a step away from the centre allows you to be more critical of both your own and others’ politics of location and is, therefore, an advantage for critical scholars and activists”²⁴² (2017, p. 131).

Richa já argumentou que “A translational praxis that hungers for ethical engagement through collective agitation can be deeply satisfying precisely because it does not believe in easy resolutions or closures, or in transparent rendering of meanings”²⁴³ (2017, p. 132), o que pode envolver erros e apropriações violentas das traduções, assim como acontece com os discursos. Diante disso, Richa clamou por uma responsabilidade ética contra essas agressões, trazendo o exemplo de sua iniciativa de editar *Sangtin Yatra* e suas traduções ao inglês e turco, que mobilizaram imensa discussão sobre os estereótipos a respeito daquelas que são entendidas como mulheres indianas, assim como muitas repercussões afetivas. Ayşe encerrou o ciclo de perguntas e respostas comentando o exemplo trazido por Richa, uma vez que trabalharam juntas em coletivo, para comentar da reverberação na Turquia de *Sangtin Yatra* através de suas traduções, trazendo a própria Richa para conversas com feministas de várias cidades turcas. Como ela retomou da fala desta, “The whole journey was a collective ‘dance’ of translation, as Richa puts it, through which we were all made to reflect on our geopolitical positionalities, privileges, linguistic

²⁴¹ [essa viagem translocal através de mundos empodera feministas a construir novos instrumentos de visão, ou saberes parciais. Isso não é, no entanto, uma viagem fácil, pois precisa levar em consideração as equivocações que sempre existem entre diferentes mundos e que podem resistir à tradução]

²⁴² [estar um passo fora do centro permite que você seja mais crítica tanto das suas localizações políticas quanto as dos outros e é, portanto, uma vantagem para acadêmicas e ativistas críticas]

²⁴³ [uma práxis tradutória com fome de envolvimento ético através da agitação coletiva pode ser profundamente satisfatória porque não acredita em resoluções ou conclusões fáceis, ou em uma representação transparente dos significados]

possibilities and limitations, the impossibility of perfect translation, as well as the rewards of engaging in this collective dance”²⁴⁴ (2017, p. 134).

Essa mesa abriu um leque de perspectivas e experiências sobre como feminismos e tradução se relacionam, reforçando aquilo que o fator canadense já trazia e que vimos como é imensamente pertinente e continuou aparecendo nessas coletâneas recentes que resenhei. No entanto, para continuar minha an/dança para uma revisão mais ampla sobre os estudos feministas da tradução, é preciso trazer as contribuições de Maria-Mercè Marçal e Gloria Anzaldúa, as quais cheguei através de meu envolvimento com os volumes *TW1* e *2* e *FTS*. Para encerrar esta subseção, trago como breve desvio o momento dessas confluências a seguir.

Encontros. Quando propus comentar a tradução em parceria com Meritxell Hernando Marsal de *Desglaç/Degelo* (2019[1989]) ao evento Leverhulme Network, Translating Feminism promovido pela Universidade de Glasgow, fui selecionada para apresentar nosso trabalho. Nesse evento, minha fala no painel sobre práticas colaborativas de tradução se deu após as comunicações sobre os desafios e oportunidades da tradução feminista transnacional, contando com Luise von Flotow, Olga Castro — ambas a comentar sobre os livros que editaram, *TW2* e *FTS* — e Serena Bassi, na Biblioteca de Mulheres de Glasgow. As percepções daqueles dias foram incorporadas às visões que trouxe nas últimas páginas sobre esses volumes. Nessa ocasião, *with a leer of love* também puxou suas linhas de relato de alianças e/m amizades, pois não somente eu estive presente como uma das contempladas pela bolsa de viagem e estadia para estar no evento entre 13 e 15 de junho de 2018, mas também minha amiga Sarah Valle fora selecionada para comentar sobre sua tradução da poesia lésbica de Adrienne Rich. Essa história já se tramava há anos, como condenso na plaquete *with a leer of love*, na deixa da próxima subseção:

uma das primeiras lembranças de conversa entre tradutoras é de 2016 e 2017, aqui em Florianópolis, quando Sarah me aconselhou sobre minhas traduções da Anne Sexton — quando *we are earthworms* virou *nóis é tudo verme* só na brincadeira — e lá em Indaiatuba, ela vindo de Campinas, a terra onde nascemos, revisei as suas traduções do *Twenty-One Love Poems* da Adrienne Rich. nós duas na dureza das dissertações. aquele tempo me lembra um pouco das tardes entre Maria-Mercè Marçal e Montserrat Abelló, o que me dá vontade de contar um pouco sobre as

²⁴⁴ [Toda a jornada foi uma ‘dança’ coletiva de tradução, como diz a Richa, através da qual nós todas nos colocamos a refletir sobre nossas posicionalidades geopolíticas, privilégios, possibilidades e limitações linguísticas, a impossibilidade da tradução perfeita, assim como as recompensas de envolver-se com essa dança coletiva]

catalãs que tenho conhecido por causa do degelo. (BARBOZA, 2019b, p. 10–11)

Também em Leverhulme Network, Translating Feminism, lembro-me de ouvir uma fala durante a mesa-redonda e discussão em grupo “Knowledge Exchange Workshop — Feminist Translating: Activists and Professionals”²⁴⁵ em que alguém disse, não me lembro mais quem, “o contexto precisa ser explicado e o contexto não explica tudo”. Essa percepção é fundamental para que nosso cuidado de situar (nossas) narrativas não se tome nem como objetivo final, nem se sobreponha às agências — humanas, não humanas, mais que humanas — que compõem essa premissa básica dos feminismos transnacionais na tradução. Para confluir mais saberes, seguimos à Mercè, que com Meritxell me levou para este doutorado, e Gloria Anzaldúa, que me foi apresentada também por Meritxell.

2.2.2 Fronteira de águas do degelo: literatura e/m tradução feminista com Maria-Mercè Marçal e Gloria Anzaldúa

Partilha de águas. Início esta subseção afirmando que, embora existam muitas histórias de literatura e/m tradução que se fizeram em alianças feministas, a que envolve Maria-Mercè Marçal é uma das mais marcantes que pude conhecer. Na poética dela, encontrei versos que me ressoavam e não conhecia nada semelhante em minha língua de formação: em *Desglaç*, li uma mulher expressando seu desejo por outra/s mulher/es com imagens densas e complexas, inscrevendo o corpo e desejo lésbico em formas que antes não permitiam que tivesse nome (BARBOZA; MARSAL, 2018). Em sua militância como mulher catalã socialista e lésbica atuando na área editorial, literária e tradutória — esta última a trabalhar exclusivamente com textos de mulheres cis, majoritariamente do francês por si, do russo em parceria —, encontrei ensaios e relatos sobre amizades e afetos que reverberavam os tipos de laços que vivia, também na pesquisa e escrita e/m tradução.

Essa história se tornou possível quando fui apresentada a Meritxell Hernando Marsal por Mary Anne Warken Sobottka na UFSC e aceitamos traduzir juntas, o que me levou ao aprendizado do catalão, lendo textos que antes me eram desconhecidos. Nossa parceria, que ecoa a relação de Maria-Mercè Marçal e

²⁴⁵ [Oficina de Troca de Saberes — Tradução feminista: Ativistas e Profissionais]

Monika Zgustova na tradução da poesia de Anna Akhmátova e Marina Tsvetáieva do russo ao catalão, se fez como prática feminista, assim como Mercè também se orientava, dedicação sobre o qual já escrevemos a quatro mãos também (BARBOZA; MARSAL, 2019a). Neste momento, no entanto, desejo trazer os escritos de Mercè não somente por sua importância em parte das an/danças, mas porque ajudam a refletir sobre o papel da tradução como formação/produção de alianças feministas e de que maneira esses temas estão atrelados a uma construção de genealogias coextensiva da crítica das normas opressivas. Contra o cânone, linhagens paralelas e cruzadas, tantas quantas for possível imaginar, entrelaçadas em sedução e afeto, frequentemente via tradução: Mercè me guiou para tantas outras nestes caminhos e aqui relato o que cabe deste aprendizado.

Alianças entre fronteiras. Para começar esta parte, recupero algumas palavras da poeta catalã na biografia escrita por sua amiga Lluïsa Julià: “Marçal també definia el sexe com el lloc del ‘descontrol’, de procés que ‘no saps on et portarà’, ‘com un retorn a l’espai sense fites que és la infantesa’ i, encara, com ‘un viatge, i en els viatges pot sortir i passar de tot i tornar canviada’”²⁴⁶ (JULIÀ, 2017, p. 329). Lugar potente de transformação, pungentes “perquè qualsevol canvi important implica dolor”²⁴⁷ (MARÇAL, 2004, p. 196). O desejo, como esse impulso que leva ao conflito inevitável com a semelhança e com a diferença, desestabiliza bases-raízes, que podemos (em partes e em diferentes tempos) negar ou aceitar — sem que deixe de existir —, o que me faz lembrar de suas palavras, “com que em conec, estic ullant per on em vindrà la propera cosa que em desbordi, perquè, en el fons, suposo que m’encanta que les coses em desbordin...”²⁴⁸ (JULIÀ, 2017, p. 328). Penso na palavra transbordo, relacionada com transbordamento — imagem líquida daquilo que extrapola —, mas também com a transferência de carga e/ou passageiros entre veículos, nessa tese como viagem em que pessoas/textos/ideias/emoções passam de um lugar para outro, por efeito do que chama para além de nós, sempre mudadas por essa passagem. A princípio, portanto, trago algumas contribuições da própria

²⁴⁶ [Mercè também definia o sexo como o local do ‘descontrole’, de processo que ‘não sabe onde te levará’, ‘como uma volta ao espaço sem marcos que é a infância’ e, ainda, como uma ‘viagem, e nas viagens pode acontecer e se passar de tudo e voltar mudada’]

²⁴⁷ [porque qualquer mudança importante implica dor]

²⁴⁸ [como me conheço, estou de olho em donde virá a próxima coisa que me transbordará, porque, no fundo, acho que me encanta que as coisas me transbordem]

Maria-Mercè Marçal nessas linhas, quem me abriu e fecha esta subseção sob o signo do dragão²⁴⁹ que é *Sota el signe del drac* (2004).

Além desse trajeto, chamo Gloria Anzaldúa, depois de uma imersão em *Borderlands/La Frontera* (1987) e em capítulos seus em *This Bridge Called My Back* (1981), graças a uma conversa de orientação com Meritxell. Se a espiritualidade de Maria-Mercè Marçal se desenhava por outros arcanos, a mística vivificava os textos de Gloria na voz da deusa Coatlicue desde esse centro-Kali, enraizada na experiência da escritora feminista chicana *tortillera*, trabalhadora do sul do Texas. Recuperar seu livro foi importante pela relação de *Espais de Frontera* (2000), de Pilar Godayol, com o livro de Gloria, elaborando sobre os estudos feministas da tradução em diálogo direto com ela e outras autoras chicanas, de forma que será importante ter escutado *Borderlands/La Frontera*.

Trago essas autoras pela importância de suas experiências e trabalhos ao pensamento sobre a tradução, feminismos e queer~cu-ir. Muitas outras poderiam ser evocadas, mas trago aquelas que na contingência desta tese se enredaram mais profundamente. Com Maria-Mercè Marçal, Meritxell e eu conduzimos nossa tradução de *Desglaç* inspiradas pelos pensamentos/sentimentos/intuições/ações dos estudos feministas da tradução. Considerando o trabalho de Pilar Godayol, essa relação ficará ainda mais evidente: o laço está dado em convocação no próprio título.

2.2.2.1 *Bruxas e fadas se amam, e são muitas, Mercè*

Derretendo entre línguas. Na Catalunha do outro lado do Atlântico, Maria-Mercè Marçal, irmã literária mais nova de Adrienne Rich, com quem “té uns quants i significatius punts de contacte”²⁵⁰ (IBARZ, 2004, p. 7), e de Audre Lorde, quem inclusive inspirou o nome de seu livro *La germana, l'estrangera* [A irmã, a estrangeira] com *Irmã Outsider*, foi também uma escritora da encruzilhada. Formada por sua quádrupla rebeldia como mulher cisgênero branca socialista catalã e lésbica, foi convocada a pronunciar-se sobre diversos assuntos, registrados e reunidos no

²⁴⁹ Mercè escreve um texto sobre o tema, “Elogio do dragão”, neste livro, em que situa o dragão morto por São Jorge ao lado daquelas que se entendem como mulheres, resistentes à opressão patriarcal. Meritxell e eu traduzimos esse e outro texto de Mercè sobre o tema (2022).

²⁵⁰ [tem uns vários e significativos pontos de contato]

volume *Sota el signe del drac*²⁵¹ (2004), cujos temas agrupavam inseparavelmente “l’escriptura i el sentit de les paraules, l’autodeterminació de les dones, el futur de l’idioma i la cultura catalana”²⁵² (IBARZ, 2004, p. 8). Nesses escritos, pude localizar um momento em que ela se aproximou mais de uma definição explícita do que ela entendia por gênero:

Aquest concepte de “gènere” té la virtut d’emfatitzar la dimensió social i històrica d’això que entenem per masculí i femení, bandejant o superposant-se a una visió més biològica i essencialista que pot ésser defensada des de punts de vista ideològics ben antagònics. Alhora, té també el mèrit de posar de manifest fins a quin punt els dos components d’aquest binomi, és a dir tots dos gèneres, són interdependents entre sí i no es pot modificar l’un sense redefinir al mateix temps l’altre.²⁵³ (MARÇAL, 2004, p. 190)

Ainda que mantenha a ideia de que somente gênero seja uma construção social (naturalizando a diferença sexual binária, consequentemente), a poeta deixou entreaberta a porta de seu caráter contextual pelo atributo histórico associado ao conceito, e seguiu com uma percepção aguda de que nada está fora da cultura, consequentemente, de formulações linguísticas. Mercè reconheceu que raça e uma determinada ideia de gênero foram historicamente construídas em relações hierárquicas de poder que inferiorizaram mulheres e pessoas negras. Portanto, ainda que exista essa ideia de gênero como produção da sociedade, ela não perdeu de vista que tudo passa por uma elaboração: nisso, Mercè não necessariamente

²⁵¹ O dragão, aqui, não é somente aquele que Mercè elogia — conforme mencionei em nota antes — contra a violência de São Jorge/Sant Jordi, santo padroeiro da Catalunha, tanto que seu dia é muito celebrado. Como Meritxell me conta, sua festa é de origem medieval, dedicada ao amor, formando então a tradição de presentear com rosas no século XV. Depois, em 1930, por coincidir a data com a morte de Cervantes (e aproximadamente com a morte de Shakespeare), se instituiu a festa do livro com a finalidade de promover a leitura. Mercè também fala assumidamente a partir do dragão no horóscopo chinês, uma vez que a poeta nasceu ano de 1952, do dragão de água — elemento tão importante para ela, de sol em escorpião, que fazia leituras de mapas astrais e das cartas do tarot de Marselha.

²⁵² [a escrita e o sentido das palavras, a autodeterminação das mulheres, o futuro do idioma e da cultura catalã]

²⁵³ [Esse contexto de “gênero” tem a virtude de enfatizar a dimensão social e histórica disso que entendemos por masculino e feminino, expulsando ou sobrepondo-se a uma visão mais biologizante e essencialista que pode ser defendida a partir de pontos de vista ideológicos bem antagônicos. Simultaneamente, tem também o mérito de manifestar até que ponto os dois componentes desse binômio, isto é, os dois gêneros, são interdependentes entre si e não se pode modificar um sem redefinir o outro ao mesmo tempo.]

naturalizou a diferença biológica, mas forneceu argumento que invisibiliza mulheres transgênero, como é comum de ver em muitos textos feministas de sua época²⁵⁴.

Porém, Mercè, assim como suas irmãs literárias mais velhas, enfatizou um ponto que foi crucial na discussão de Judith Butler sobre gênero: que, dentre tantas diferenças, algumas especificamente foram usadas para exercer poder — em suas palavras, “El moll de la qüestió sembla residir en la incapacitat de concebre la diferència si no és en termes jeràrquics”²⁵⁵ (2014, p. 191). É dessa diferença inferiorizada, excluída, que Mercè falou em seus ensaios e a partir dela imaginou sua poesia: de uma *língua abolida* que “no és preexistent i fixada, no existeix en un temps pretèrit, sinó que funciona essencialment com una instància mítica i utòpica”²⁵⁶ (2004, p. 190). Sem a idealizar em um antes, nem a fechando em um lugar específico — por atravessamentos construídos histórica e situadamente —, ela a localizou nessa construção imaginativa que, em sua vida, será realizada pela linguagem.

Isso se inscreve evidentemente no ensaio “Qui sóc i per què escric”²⁵⁷, em que Mercè afirmou: “Sóc algú — una dona — que escriu: aquesta frase insinua una única resposta per a la doble pregunta que encapçala aquest text. Evidentment, no sóc només això, però l’escriptura ha estat, és per a mi una activitat vertebradora”²⁵⁸ (2004, p. 21). É pela língua que Mercè articulou sua vitalidade na anunciação das vozes que foram silenciadas de forma específica, ora em atividade de genealogias de mulheres, do passado ao presente, ora pela crítica ao cânone que as oprime. Aqui se enxerga a re-visão²⁵⁹ e/m continuum lésbico²⁶⁰ de que falava Adrienne Rich,

²⁵⁴ Nessa linha, Mercè tem o péssimo hábito que internaliza violências de usar expressões como “transvestisme mental” (MARÇAL, 2004, p. 195) como sinônimo de falsa transposição de ideias de gênero.

²⁵⁵ [Parece que o cerne da questão reside na incapacidade de conceber a diferença exceto em termos hierárquicos]

²⁵⁶ [não é pré-existente e fixada, não existe em um tempo pretérito, mas funciona essencialmente como uma instância mítica e utópica]

²⁵⁷ [Quem sou e por que escrevo]

²⁵⁸ [Sou alguém — uma mulher — que escreve: essa frase insinua uma única resposta para a dupla pergunta que encabeça este texto. Evidentemente, não sou somente isso, mas a escrita tem estado, é para mim, uma atividade vertebradora]

²⁵⁹ “Re-visão — o ato de olhar para trás, de ver com um novo olhar, de entrar em um texto a partir de uma nova direção crítica — é, para nós, mais do que um capítulo na histórica cultural: é um ato de sobrevivência. Até que possamos entender as pressuposições em que estamos enraizadas, não podemos conhecer a nós mesmas. E essa vontade de autoconhecimento, para as mulheres, é mais do que uma busca de identidade: é parte de nossa recusa de uma sociedade autodestrutiva dominada pelos homens. Uma crítica radical da literatura, feminista em seu impulso, consideraria a obra prioritariamente como um indício de como vivemos, como temos vivido, como temos sido levadas a nos imaginar, como a nossa linguagem tem nos aprisionado ou liberado, como cada ato de

reconhecendo que “Rich és una de les teòriques que més va influir en Marçal”²⁶¹ (JULIÀ, 2010, p. 270).

Uma parte significativa dos ensaios de Mercè se dedicou a uma análise cuidadosa de textos escritos por mulheres, grande parte delas catalã — como um ensejo de visibilidade que foi sufocada pelo Estado espanhol e pelo cânone literário catalão patriarcal —, com as associações anglófonas e francófonas que compunham seu repertório: de Colette passando por Katherine Mansfield, Rosa Leveroni, Clementina Arderiu, Maria-Antònia Salvà, Isabel de Villena, Renée Vivien ligada a Safo, Anna Dodas relacionada com Emily Dickinson e Sylvia Plath, Helena Valentí junto de Maria Aurèlia Capmany e Montserrat Roig, Marina Tsvetáieva e Anna Akhmátova como sua tradutora, entre tantos outros nomes e suas vidas. O impulso que a motivou se vê bem em seu exercício, por exemplo, do relacionar — ainda que colocando na mesma mesa autoras que talvez não tivessem conversas afins — Rosa Leveroni e Clementina Arderiu a partir da centralidade que o marco patriarcal teve em suas obras, como forma motivadora de escrever para além/contra ele, e dizer que “interrelacionar-les suposa per a mi molt més que això [relacioná-las por esse marco], sense cap mena de dubte: respon al desig d’establir un pont simbòlic i fer del text aquell espai mític on les fades i les bruixes s’estimen”²⁶² (MARÇAL, 2004, p. 66).

Nesse espaço mítico de amor fala-se uma língua abolida e, justamente, ela é tão variada em suas formas quanto aquelas que se encontram nele, não como seu

nomear tem sido, até agora, uma prerrogativa masculina e como podemos começar a enxergar e a nomear — e, portanto, a viver — de uma nova maneira. Uma mudança no conceito de identidade sexual é essencial para que a velha ordem política não seja reafirmada em cada nova revolução. Precisamos conhecer os escritos do passado e conhecê-los de uma forma diferente daquela em que sempre os conhecemos; não passar adiante uma tradição, mas quebrar as correntes que nos prendem a ela.” (RICH, 2017[1971], p. 66–7)

²⁶⁰ “A *existência lésbica* sugere tanto o fato da presença histórica de lésbicas quanto da nossa criação contínua do significado dessa existência. Proponho que o termo *continuum lésbico* inclua uma gama — ao longo da vida de cada mulher e ao longo da história — de experiências identificadas com mulheres, não simplesmente o fato de que uma mulher teve ou conscientemente desejou ter uma experiência sexual genital com outra mulher. (...) à medida que delineamos um continuum lésbico, começamos a descobrir o erótico em termos das mulheres: como aquilo que não é confinado a uma única parte do corpo ou exclusivamente ao próprio corpo; como uma energia não apenas difusa mas, como a descreveu Audre Lorde, onipresente ao “compartilharmos a alegria, seja física, emocional, psíquica”, e ao compartilharmos o trabalho; como a alegria que nos dá força, que “nos torna menos dispostas a aceitar a impotência, ou aqueles outros estados proporcionados de ser que não me são inerentes, como a resignação, o desespero, o retraimento, a depressão, a autonegação.” (2019[1984], p. 65–6)

²⁶¹ [Rich é uma das teóricas que mais influenciou Marçal]

²⁶² [inter-relacioná-las pra mim supõe muito mais que isso [relacioná-las por esse marco], sem dúvida alguma: responde ao desejo de estabelecer uma ponte simbólica e fazer do texto aquele espaço mítico onde as fadas e as bruxas se amam]

lugar de pertencimento, mas como *terra onde enraizar-se*, como nas palavras de Mercè — *terra on arrelar* — roubadas por Fina Llorca (2004) para falar do empenho da poeta de estabelecer uma linhagem de escritoras catalãs em “la urgència de construir una genealogia i, amb una imatge que prova de superar la vella i dolorosa escissió natura-cultura, la paraula i el cos, considera la necessitat de ‘donar a llum’ les mares literàries, mares simbòliques de qui considerar-se filles i amb qui construir una tradició”²⁶³ (2004, p. 228). Contra uma ideia de filhas sem mãe, espelhadas da figura do patriarca ao internalizarem a sua lei, que Mercè (2004) deriva do mito de Atena, ela incentiva o gesto de “en certa manera donar a llum les nostres pròpies mares simbòliques”²⁶⁴ (2004, p. 166), para ela, escritora, mães literárias. No entanto, essa genealogia não se limita ao território, pois atravessa fronteiras através das afinidades — como ela visualizou na literatura de mulheres que viveram/imaginaram amores/desejos entre mulheres cis, mencionando várias como Virginia Woolf, Djuna Barnes e Marina Tsvetáieva, com grande destaque para Renée Vivien — o que demanda tradução.

Dentre diferentes tempos e espaços, Mercè trazia consigo o ímpeto de tecer os caminhos entre escritoras a partir de suas vivências e/ou desejos afins, imaginados ou não em sua literatura, e o fez: em suas falas públicas, por vezes registradas em ensaios; em citações para seus próprios poemas; e como tradutora que se dedicava exclusivamente aos textos escritos por mulheres cis (GODAYOL, 2011), tarefa também empreendida por sua grande amiga Montserrat Abelló, quem traduziu muitas poetisas anglófonas ao catalão. Desse tecido veio a ideia de mães/irmãs literárias sobre a qual tenho comentado, bastante desenvolvida por Caterina Riba (2012), que trouxe comigo para *with a leer of love*:

Abelló foi para Marçal o que Caterina Riba chamou de “irmã mais velha” dentre as “irmãs literárias”, essas que configuravam uma irmandade de escritoras e/ou jornalistas e tradutoras contemporâneas com quem teve oportunidade de conviver. além disso, possuía “irmãs mais novas”, como Anna Dodas e Berta Noy, poetisas cuja produção ela incentivava através de prêmios literários (Marçal foi jurada em vários) e prólogos motivadores; e ainda as mães literárias, escritoras de outras gerações cuja literatura a inspirava profundamente, como Virginia Woolf (...) Caterina Riba escreveu que “l’obra de Marçal es vol punt de trobada d’escriptors, port franc on mares i germanes literàries poden fondejar, i que restarà també obert a

²⁶³ [a urgência de construir uma genealogia e, com uma imagem que experimenta superar a velha e dolorosa cisão natureza-cultura, a palavra e o corpo, considera a necessidade de ‘dar à luz’ as mães literárias, mães simbólicas de quem se considerar filhas e com quem construir uma tradição]

²⁶⁴ [de certa maneira dar à luz nossas próprias mães simbólicas]

aquelles que encara han de venir”, algo mais ou menos como “a obra de Marçal se quer ponto de encontro de escritoras, zona franca onde mães e irmãs literárias podem fundear, e que permanecerá também aberto para aquelas que ainda hão de vir”, e na realidade *port franc* é uma referência mais antiga, de portos sem taxas aduaneiras ou com elas reduzidas, mas em nosso vocabulário, no máximo, temos *free port* e ela continua (e agora traduzo direto), “Para Marçal, a sua obra participa de um projeto coletivo, em diálogo permanente com uma tradição, que incorpora e atualiza, e se oferece como um espaço onde hão de ressoar os versos das escritoras que foram silenciadas ao longo dos séculos”. (BARBOZA, 2019b, p. 12–15)

De *port franc*, *free port*, deslizo para porto aberto na imagem do peito aberto²⁶⁵ ao afeto entre mulheres em uma forma de continuum lésbico, tanto que, ao falar sobre suas irmãs contemporâneas Helena Valentí, Maria Aurèlia Capmany e Montserrat Roig, Mercè começa seu texto admitindo que “No sé parlar de l’una sense parlar de les altres”²⁶⁶ (MARÇAL, 2004, p. 117), gesto que as contamina entre si e à própria mediadora, o que remete a uma das epígrafes iniciais desta tese: a tradução é um dos lugares mais conscientes da contaminação, de que não existe um estado puro exceto como abstração. Essa ideia rompe uma ilusória imagem da tradição como jogo de espelhos atualizado, no estranhamento que também existe entre as gerações²⁶⁷. Como se cada escritora fosse uma ilha em um arquipélago, a história de como se atravessa de uma à outra, as marés e luas que as tocam, é o diário de bordo dessa genealogia, relato que se realiza através de uma outra ideia de crítica literária:

Crec que tota dona escriptora, fins avui dia, ha de ser estudiada, i entesa, paral·lelament, de dues maneres: d’una banda, en relació amb el conjunt de la tradició literària i de l’obra dels escriptors i escriptores que li són contemporanis. De l’altra, en el context d’una genealogia femenina de la literatura que, cal dir-ho, tot just hem començat a esbossar.²⁶⁸ (2004, p. 89)

²⁶⁵ Que ressoa o título do livro *Peito aberto até a garganta* (2020) da amiga Mariana Marino, poeta que tem escavado em recriação sua própria genealogia em aproximação com mulheres, afastando-se dos modelos que internalizam violências.

²⁶⁶ [Não sei falar de uma sem falar das outras]

²⁶⁷ Penso na ideia de diferença em meio à ancestralidade, como nos versos de Fernanda Vivacqua — com quem conversei tanto sobre redes afetivas registradas e/ou a mover escritos, no lançamento de *with a leer of love* em Porto Alegre no 25 de outubro de 2019 — em seu livro *Maria Célia*: “falar sobre minha avó e o seu/ nome/ que não é o meu mas/ não deixa de ser quando eu/ me estranho no espelho e sei/ nem tudo que reflete/ me diz do tempo de agora” (2018, p. 88).

²⁶⁸ [Creio que toda mulher escritora, até o dia de hoje, pode ser estudada, e entendida, paralelamente, de duas maneiras: de um lado, em relação com o conjunto da tradição literária e da obra de escritores e escritoras que são contemporâneas. Do outro, no contexto de uma genealogia feminina da literatura que, vale dizer, a custo começamos a esboçar.]

Esses critérios não são completamente diferentes daqueles da literatura comparada, mas considerando a necessidade de uma crítica feminista em vista, contra as normas que em geral medem aquelas que se entendem como mulheres em relação aos homens a determinar as linhas estéticas e/m (de) conteúdo. Mercè, assim, recuperou essas escritoras como sobreviventes — ideia que Adrienne Rich cita de Tillie Olsen ao falar de Anne Sexton, e Mercè também a cita —, re-visando, tendo em panorama suas contemporâneas, em uma “memória articulada”²⁶⁹ (2004, p. 153), com postura firme e determinada:

estic convençuda que només revisitant els textos de les escriptores que ens han precedit amb una mirada altra podem “desemascarar” i “revelar” tot allò que resta fora dels paradigmes crítics pretesament neutres, construïts al marge d’aquest “plus” que no té lloc en l’ordre simbòlic patriarcal.²⁷⁰ (2004, p. 165)

Coextensiva de sua atividade é a crítica ao cânone androcêntrico da “Literatura-institució’, de la ‘Cultura-institució’, [que] encara només pot admetre la dona ‘excepcional’, la dona ‘per mostra’, la dona ‘coartada’”²⁷¹ (2004, p. 135), que também se encontra fincado na própria língua, “el caire sexista del llenguatge i fins a quin punt la teva pròpia llengua t’és hostil, i t’interrogues sobre la repercussió que això pot tenir en la teva escriptura”²⁷² (2004, p. 136). Diante disso, a revolta por vezes toma a forma de fúria e “Una fúria com aquesta és incapaç de parlar; només té dos camins: el silenci o el so inarticulat, l’esgarip, el xisclé”²⁷³ (2004, p. 137), de tal forma que aquelas que se entendem mulheres escritoras são concebidas como monstruosas, Erínias, exceto quando se adequam à instituição patriarcal, tal qual a figura de Atena. Segundo sua leitura, esse silenciamento não se impõe somente àquelas que se entendem como mulheres, mas às representações delas, o que, por exemplo, tornou raro ver o continuum lésbico expressado, como na relação nutriente

²⁶⁹ [memória articulada]

²⁷⁰ [estou convencida que somente revisitando os textos das escritoras que nos precederam com um olhar outro podemos “desmascarar” e “revelar” tudo aquilo que permanece fora dos paradigmas críticos supostamente neutros, construídos à margem deste “plus” que não tem lugar na ordem simbólica patriarcal]

²⁷¹ [‘Literatura-instituição’, da ‘Cultura-instituição’, [que] ainda somente consegue admitir a mulher ‘excepcional’, a mulher ‘para exibição’, a mulher ‘coagida’]

²⁷² [o aspecto sexista da linguagem e até que ponto a sua própria língua é hostil para você, e você se pergunta sobre a repercussão que isso pode ter em sua escrita]

²⁷³ [Uma fúria como essa é incapaz de falar; somente tem dois caminhos: o silêncio ou o som inarticulado, o estrilo, o grito]

entre mulheres que não seja mediada/voltada para homens cis²⁷⁴, e ainda mais em relacionamentos afetivo-sexuais lésbicos:

si una de les funcions del llenguatge i de la literatura és donar sentit, articular allò que prèviament era balbucejant i desestructurat, ordenar l'experiència arrencant-la del caos i oferir miralls on reconèixer la pròpia vivència elaborada, hem de concloure que una experiència convertida en "inefable" es veu privada així de toda dimensió simbòlica i cultural i, per tant, condemnada, no només a la invisibilitat i a la mudesa sinó fins i tot, en un cert sentit a la inexistència. Val a dir, de tota manera, que hi ha hagut esclatxes al llarg de la història, i progressivament més, per on s'ha filtrat la paraula sobre l'amor i les relacions entre dones.²⁷⁵ (2004, p. 201)

Esses vínculos sempre existiram, seguem sendo e podem assumir tantas outras formas por vir, como hoje concebemos na articulação de lesbianidades não binárias: práticas de tradução da vida e/m linguagem através dos tempos-espacos. Para encerrar esta passagem com as contribuições de Maria-Mercè Marçal a um pensamento crítico que abre a linguagem na história para que mais existências a habitem como desejam estar com seus próprios nomes, exercício que passa pela tradução, trago um dos poemas que tanto citamos de Mercè nessa linha:

Si perd l' amor fins el seu nom
on tota cosa recomença
sabré redir-te' l amb la pell
i amb el foc nou d' una altra llengua.

Se perde o amor até seu nome
onde toda coisa recomeça
saberei te falar dele com a pele
e com o fogo novo de uma outra língua.
(MARÇAL, 2019[1989], p. 202–203)

2.2.2.2 La mestiza é a sacerdotisa na fronteira de Exu, Gloria

²⁷⁴ Um critério contemporâneo disso é o conhecido Teste de Bechdel-Wallace, elaborado pela quadrinista Alison Bechdel em colaboração com Liz Wallace, inspiradas por Virginia Woolf, que avalia se, em obras ficcionais, mulheres ao menos dialogam entre si e que homens não sejam o assunto da conversa, dentro de uma concepção cis-heterossexista.

²⁷⁵ ["se uma das funções da linguagem e da literatura é dar sentido, articular aquilo que previamente estava balbuciado e desestruturado, ordenar a experiência arrancando-a do caos e oferecer espelhos nos quais reconhecer a própria vivência elaborada, acabamos concluindo que uma experiência convertida em "inefável" se vê privada assim de toda dimensão simbólica e cultural e, portanto, condenada, não somente à invisibilidade e à mudez, mas também, inclusive, em um certo sentido, à inexistência. Vale dizer, de toda maneira, que têm existido brechas ao longo da história, e progressivamente mais, por onde se filtraram a palavra sobre o amor e as relações entre mulheres." (MARÇAL, p. 9, 2022)]

Das raízes entranhadas/estranhadas. Ainda que vivendo em território controlado desde meados do século XIX pelos Estados Unidos, essa terra, de onde falou Gloria Anzaldúa no Vale do Rio Grande no sul do Texas, como ela escreveu nas últimas linhas de *Borderlands/La Frontera*, é, pois: “This land was Mexican once/ was Indian always/ and is./ And will be again”²⁷⁶ (1987, p. 91). A compreensão feminista chicana lésbica dela foi escavada do solo, que é a história de sua família, de sua ancestralidade asteca, seu livro é um mergulho telúrico no resgate dessa voz, sob o nome da deusa serpente Coatlicue, a partir da qual falar sobre o lugar da mestiça²⁷⁷. Na escuta do que aqui tramo entre outres, dedicarei as próximas páginas a *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*²⁷⁸ (1987).

Habitar as encruzilhadas. Ainda que os capítulos do livro possam ser lidos separadamente, a relação de passagem entre eles não pode ser perdida de vista(,) da alma. Será importante ter feito esse recorrido tendo em consideração um dos próximos tópicos, que tenta dialogar com *Borderlands/La Frontera*: o livro *Espais de Frontera* (2000), de Pilar Godayol, dedicada à tradução por uma perspectiva feminista. Partimos imaginando a fronteira situada no Vale do Rio Grande no sul do Texas com o México de que falou Gloria, mas que está além disso, pois a fronteira abarca uma marca/tintura psicológica, sexual e espiritual, como ela impregnou com as palavras.

No prefácio, a autora situou: “I am a border woman. I grew up between two cultures, the Mexican (with a heavy Indian influence) and the Anglo (as a member of a colonized people in own territory). I have been straddling that *tejas*–Mexican border, and others, all my life. It’s not a comfortable territory to live in”²⁷⁹ (1987, p. V). Atravessada por raiva, também encontrou alegrias e germinou em si potencialidades novas, outras, desse lugar da mestiça que se materializa em sua própria linguagem,

²⁷⁶ [Esta terra já foi mexicana/ sempre foi indígena/ e é./ E será de novo]

²⁷⁷ Vale dizer, no entanto, que ela já olhava nessa direção desde seus textos na coletânea *This bridge called my back* (MORAGA; ANZALDÚA, 1981), em que inclusive há capítulos de Audre Lorde, e felizmente alguns de seus textos estão na tradução realizada por Tatiana Nascimento que foi publicada pela editora Bolha.

²⁷⁸ O livro apresenta duas partes: a primeira, “*Atravesando Fronteras / Crossing Borders*”, ensaística a mesclar-se com poesia, de outres e da própria Anzaldúa; e a segunda, “*Un Agitado Viento / Ehécatl, The Wind*”, um conjunto de poemas seus que se costura por/a partir dos temas invocados em seus ensaios. Ainda que aqui olhe para os primeiros, meu coração acompanha os poemas.

²⁷⁹ [Eu sou uma mulher fronteira. Cresci entre duas culturas, a mexicana (com forte influência indígena) e a anglo (como membro de uma população colonizada em seu próprio território). Estive em cima do muro na fronteira tejana-mexicana, e em outras, toda minha vida. Não é um território confortável no qual viver]

que é uma tradução de si por si, e não para atender às demandas de outros²⁸⁰: “The switching of ‘codes’ in this book from English to Castillian Spanish to the North Mexican dialect to Tex-Mex to a sprinkling of Nahuatl to a mixture of all of these, reflects my language, a new language — the language of the Borderlands”²⁸¹ (1987, p. VI). Assim, a autora conclamou que chicanes sejam encontradas na encruzilhada e não se traduzam como um pedido de licença ao mundo de ingles, mexicanes e latines, mas que o castelhano chicano²⁸² seja ouvido.

Gloria nos levou a questionar o papel da tradução: que seu texto seja todo traduzido para o castelhano ou o inglês, a materialidade de sua existência fica nivelada, os atravessamentos se borram, assim como a compreensão do significado dos nomes em náuatle diz de uma cosmologia outra, que ela se dedicou a contar, e não pode ser vertida diretamente a um cântaro monolíngue, ainda que possa ser comparada, como diversas vezes ela faz. Como no processo de coloração dos tecidos, as tintureiras sabem que a cor final é produto de várias: quem olha de fora, talvez as imagine, no máximo. Ao invés de uma ideia de tradução que se realize entre duas realidades monolíngues, ela nos mostrou uma existência multilíngue que não se reduz em sua comunicação e, de fato, perguntemos: quantas sociedades vivem uma realidade puramente monolíngue? Retomando o texto de Judith Butler já comentado, penso que muitas vezes a imposição do monolinguismo é mais uma peça da construção colonial moderna que supõe a supressão da diferença pela norma autocentrada, materializada em um contínuo que coloniza desde as experiências mais imateriais até o “deixar morrer” e o massacre direcionado de

²⁸⁰ Em artigo que Meritxell e eu publicamos sobre Maria-Mercè Marçal, nos deparamos com uma citação de Judith Butler sobre Gloria Anzaldúa e seu modo da tradução: “A tradução também aparece no pensamento de Judith Butler enquanto metáfora — o que é corriqueiro nos debates da Tradução Cultural (PYM, 2017[2010]) —, quando ela traduz o argumento de Gloria Anzaldúa: ‘Ela está argumentando, então, que é apenas através de existirmos no modo da tradução, constante tradução, que teremos chance de produzir um entendimento multicultural de mulheres ou, de fato, da sociedade’ (BUTLER, 2004, p. 228). A importância da tradução para a existência também se materializa em práticas tradutórias literalmente, de tal forma que Claudia de Lima Costa e Sonia E. Álvarez a consideram imprescindível: ‘Propomos considerar a tradução como indispensável política e teoricamente para forjar uma justiça feminista e pró-social, para alianças políticas e epistemológicas antirracistas, pós-coloniais e anti-imperialistas’ (COSTA; ÁLVAREZ, 2014, p. 558-9)” (BARBOZA; MARSAL, 2019a).

²⁸¹ [A alternância de “códigos” neste livro, do inglês ao espanhol castelhano ao dialeto mexicano do norte ao Tex-Mex a uma borrifada de náuatle a uma mistura de todos eles, reflete minha língua, uma nova língua — a língua das Fronteiras]

²⁸² Respeito os usos da autora de “espanhol chicano” e “espanhol castelhano”, marcando o “espanhol” como uma autodenominação imperial de local ocupado nas políticas linguísticas. Assim, mantenho as citações como estão, mas opto por registrar castelhano chicano.

populações consideradas racializadas, queers, da classe trabalhadora e feminicídios (BENTO, 2018).

Assim, percorrerei “*Atravesando Fronteras / Crossing Borders*”, a seção de ensaios de Gloria em *Borderlands/La Frontera*, atentando para como essa articulação manifesta sua presença e como aqui conversa com a tradução e/m feminismos. Dividida em sete capítulos, nela se registrou a narrativa do escavar das raízes familiares/ancestrais que evoca o movimento da descida iniciática à subida que é o vir à tona da nova mestiça — uma catábase queer~cu-ir chicana.

Continuando pelo primeiro capítulo do livro, “The Homeland, Aztlán”, Gloria expressou a artificialidade violenta da fronteira que separa: “The U.S.-Mexican border *es una herida abierta* where the Third World grates against the first and bleeds”²⁸³ (1987, p. 3). O verbo e substantivo *grate* ao invés do substantivo *gate*, superfície hostil como de ralador, ao invés de portão, passagem, que delimita a centralização da norma opressora (“nós”-angles e o que isso representa) contra o exterior oprimido (“elus”-mexicanes e o que isso representa), ainda que a divisão tenha sido artificialmente imposta, um falso binarismo/dicotomia. No entanto, ser quem habita a fronteira não se refere somente a uma questão geopolítica, mas “*los atravesados*”²⁸⁴ (1987, p. 3) são caracterizadas como estranhas, não humanas, pois cruzaram os limites da “normalidade”, como es queers, e sues únicas habitantes consideradas legítimas são es que estão no poder: branques e sues aliades. É a partir desse lugar que as histórias que não sejam des angles e sues cúmplices são apagadas, de forma que Gloria as contou, começando pela narrativa da povoação das Américas e suas genealogias que então vieram a ser es mestices mexicanes, a olhar um referencial de partida: Aztlán é considerada a terra originária de astecas, e em suas coordenadas míticas ela se situa no território que atualmente se conhece como Texas.

Dessa ampla história, é no segundo capítulo, “*Movimientos de rebeldía y las culturas que traicionan*”, que Gloria relatou buscar espaço para enxergar seu próprio caminho:

To this day I'm not sure where I found the strenght to leave the source, the mother, disengage from my family, *mi tierra, mi gente*, and all that picture

²⁸³ [A fronteira Estados Unidos-México é *una herida abierta* na qual o Terceiro Mundo se rala e sangra]

²⁸⁴ [os atravessados]

stood for. I had to leave home so I could find myself, find my own intrinsic nature buried under the personality that had been imposed on me.

I was the first in six generations to leave the Valley, the only one in my family to ever leave home. But I didn't leave all the parts of me: I kept the ground of my own being. On it I walked away, taking with me the land, the Valley, Texas. *Gané mi camino y me largué. Muy andariega mi hija.* Because I left of my own accord *me dicen*, “¿Cómo te gusta la mala vida?”

At a very early age I had a strong sense of who I was and what I was about and what was fair. I had a stubborn will. It tried constantly to mobilize my soul under my own regime, to live life on my own terms no matter how unsuitable to others they were. *Terca.* (...) Nothing in my culture approved of me. *Había agarrado malos pasos.* Something was “wrong” with me. *Estaba más allá de la tradición.*

There is a rebel in me — the Shadow-Beast.²⁸⁵ (1987, p. 16)

Nesse ir para longe sem perder o referencial de sua cultura está a conhecida imagem de Gloria: “I am a turtle, wherever I go I carry ‘home’ on my back”²⁸⁶ (1987, p. 21). Seguindo seu caminho, essa rebelde interior que se opõe à Lei fora, e sua internalização como lei dentro, foi a força que ela buscou seguir e conhecer em seu percurso, pois entendia como a cultura forma crenças — feitas para favorecer os entendidos como homens e transmitidas também pelas consideradas mulheres — que moldam as possibilidades de destinos. Ela também contou sobre como essas ideias estão impregnadas na caracterização do sobrenatural: a divisão entre profano e divino propositalmente atende ao patriarcado cis-heterossexista, relegando pessoas entendidas como mulheres e/m desviantes ao lugar de condenadas como preço por terem acesso aos poderes sobrenaturais que possuem. A religião, assim como a cultura, se faz como estrutura que “protege” as pessoas dessas forças desconhecidas, como estratégia de servir-se do medo do desconhecido para impor a sua Lei²⁸⁷.

Diante da hostilidade do mundo, Gloria também comentou sobre o machismo na cultura chicana, assim como alimentou uma busca pela história das

²⁸⁵ [Até hoje não sei onde encontrei força para deixar a fonte, a mãe, largar minha família, *mi tierra, mi gente*, e tudo que isso representava. Tive que sair de casa pra me encontrar, encontrar minha própria natureza intrínseca enterrada sob a personalidade que me foi imposta.

Fui a primeira em seis gerações a deixar o Vale, a única em minha família a sair de casa. Mas eu não larguei todas as partes de mim: mantive o solo de meu próprio ser. Por ele fui para longe, andei carregando comigo a terra, o Vale, Texas. *Gané mi camino y me largué. Muy andariega mi hija.* Porque fui embora por mim mesma, segundo *me dicen*, “¿Cómo te gusta la mala vida?”

Bem cedo eu já tinha uma forte noção sobre quem eu era e qual era meu foco e o que era justo. De uma vontade teimosa. Eu tentava constantemente mobilizar minha alma sob meu próprio regime, para viver a vida em meus próprios termos ainda que fossem inadequados para outros. *Terca.* (...) Nada em minha cultura me aprovava. *Había agarrado malos pasos.* Havia algo “errado” em mim. *Estaba más allá de la tradición.*

Há uma rebelde em mim — a Besta-Sombra.]

²⁸⁶ [sou uma tartaruga, pra onde quer que eu vá, levo meu ‘lar’ nas costas]

²⁸⁷ Esse debate me remete à reescrita subversiva da oração do Pai-Nosso por Mercè em *Degelo*, uma vez que a re-visão das ideias religiosas estava presente em sua crítica feminista como mística.

mulheres indígenas que a colonização espanhola silenciou e seguiu formando o machismo mexicano, a começar pela própria distorção da vida da nahua Malintzin — que se tornou *La Chingada*, expressão de conotações sempre negativas, para aquilo que está fodido, que é cilada, literalmente “a estuprada”. Conhecida também por La Malinche, Malinalli, Doña Marina, de tradutora-mediadora que buscou reduzir ao máximo as mortes provocadas pela invasão espanhola em conflito com as populações originárias, passou a ser caracterizada como traidora, a responsável pela rendição ao domínio espanhol: “We, *indias y mestizas*, police the Indian in us, brutalize and condemn her. Male culture has done a good job on us. *Son los costumbres que traicionan. La india en mí es la sombra: La Chingada, Tlazolteotl, Coatlicue. Son ellas que oímos lamentando a sus hijas perdidas.*”²⁸⁸ (1987, p. 22), mas que “she continues to tend the flame. The spirit of the fire spurs her to fight for her own skin and a piece of ground to stand on, a ground from which to view the world — a perspective, a homeground where she can plumb the rich ancestral roots into her own ample *mestiza* heart”²⁸⁹ (1987, p. 23).

O caminho dessa busca, *el camino*, para que essa Besta-Sombra fale desde sua chama interior, a contraparte animal em si que é a serpente, reconhecendo que seu corpo é de um animal, uma alma animal. Liga-se, assim, a Coatloopeuh, que teria originado o nome da Virgem de Guadalupe — no catolicismo de prática pagã chicana —, a santidade a conectar com a ancestralidade indígena da terra e fertilidade, descendente de Coatlicue, a “Saia de Serpente”. Gloria percorreu os detalhes de uma rica cosmologia e história das sociedades originárias — astecas e mexitin/mexica — que não terei como apresentar em sua complexidade aqui, mas cabe mencionar a associação entre a terra-mãe com os ciclos de vida e morte, que até a cultura asteca, orientada por uma forma própria de patriarcado, relegou ao lugar do monstruoso subterrâneo e partido, de forma que essa divindade foi cindida em uma face luminosa, Tonantsi, e outra obscura, Coatlicue (que Gloria comparou com a indiana Kali). Com as influências posteriores da Igreja após a colonização, as

²⁸⁸ [Nós, *indias y mestizas*, policiamos a indígena em nós, brutalizamos e a condenamos. A cultura dos homens fez um bom trabalho sobre nós. *Son los costumbres que traicionan. La india en mé es la sombra: La Chingada, Tlazolteotl, Coatlicue. Son ellas que oyemos lamentando a sus hijas perdidas.*]

²⁸⁹ [ela continua a agitar a flama. O espírito do fogo a incita a lutar por sua própria pele e por um pedaço de chão onde ficar, um solo a partir do qual ver o mundo — uma perspectiva, uma terra natal onde ela pode sondar as ricas raízes ancestrais até seu amplo coração de *mestiza*.]

divisões sobre a deusa se acentuaram ainda mais, dessexualizando Coatloopeuh de sua sexualidade/serpente na figura de uma virgem como boa mãe.

A serpente, que foi separada dessas formas, no entanto, é um símbolo notável na América pré-colombiana, como afirmou Gloria, a boca da terra, útero criativo, e, segundo olmeques, o destino da humanidade é ser devorada pela Serpente: em seu processo, ela reconheceu nessa força um chamado de que algo precisa mudar ou ela como um todo morrerá, o que me faz ecoar em alguma medida o erótico para Audre Lorde (2019[1984]): “I realized she was, in my psyche, the mental picture and symbol of the instinctual in its collective impersonal, pre-human. She, the symbol of the dark sexual drive, the chthonic (underworld), the feminine, the serpentine movement of sexuality, of creativity, the basis of all energy and life”²⁹⁰ (1987, p. 35).

É com essa energia que ela dialogou, encontrando sinais em tudo, a desfazer-se dos aprendizados da sociedade que leva todos a se esquecerem das mensagens dos espíritos, inclusive indígenas e mexicanes, afetados pela racionalidade dualista branca que deslegitima o mundo espiritual como superstição pagã. Crescendo consciente da existência de tais forças, mas ainda muito polarizadas, Gloria expôs a abertura para a percepção espiritual: “*La facultad* is the capacity to see in surface phenomena the meaning of deeper realities, to see the deep structure below the surface. It is an instant ‘sensing’, a quick perception arrived at without conscious reasoning”²⁹¹ (1987, p. 38). Que algumas desenvolvam este “sexto sentido”, como a autora o chamou, por outras razões, há aqueles que, por sua vida desviante da norma, são levados a trabalhá-la por sua sobrevivência:

Those who are pushed out of the tribe for being different are likely to become more sensitized (when not brutalized into insensitivity). Those who do not feel psychologically or physically safe in the world are more apt to develop this sense. Those who are pounced on the most have it the strongest — the females, the homosexuals of all races, the darkskinned, the outcast, the persecuted, the marginalized, the foreign.²⁹² (1987, p. 38)

²⁹⁰ [Percebi que ela era, em minha psique, a imagem e símbolo mental do instintivo em seu coletivo pessoal, pré-humano. Ela, o símbolo da pulsão sexual sombria, o ctônico (submundo), o feminino, o movimento serpentino da sexualidade, da criatividade, a base de toda energia e vida]

²⁹¹ [*La facultad* é a capacidade de nos fenômenos superficiais o significado de realidades mais profundas, de ver a estrutura profunda sob a superfície. É uma ‘sensação’ instantânea, uma percepção rápida a que se chega sem racionalização consciente]

²⁹² [Aqueles que são empurrados pra fora da tribo por serem diferentes tendem a se tornar mais sensibilizados (quando não brutalizados até se tornarem insensíveis). Aqueles que não se sentem psicológica ou fisicamente seguros no mundo estão mais aptes para forjar esse sentido. Aqueles que

Essa iniciação tem um custo, ela disse, a inocência da ignorância segura e fácil, mas que é o que a permite viver e sobreviver: com essa capacidade, a faculdade, é que poderá adensar-se em “*La herencia de Coatlicue/ The Coatlicue State*” que, logo de pronto, já enfatiza ainda mais a multiplicidade do símbolo do espelho. Este é visto como meio de (auto)conhecimento e visão espiritual; um enxergar que também é ser visto, constituindo ora barreira que nos imobiliza, ora olhar que nos traz percepção para além. Gloria trouxe essa noção do saber indígena mexicano de fazer espelhos de obsidiana para que visionárias pudessem ter visões sobre seu grupo e sobre a vontade das divindades, instrumento também para deparar-se com a alma, assim como o espelho de Mercè: “The mirror is an ambivalent symbol. Not only does it reproduce images (the twins that stand for thesis and antithesis); it contains and absorbs them (...) There is another quality to the mirror and that is the act of seeing. Seeing and being seen. Subject and object, I and she”²⁹³ (1987, p. 42). Esse imobilizar-se no olhar que te retorna é o que Gloria afirmou ser um dos atributos da ctônica Coatlicue. Ela narrou, então, seu enredo de envolvimento com essa força e como o reconhecimento de sua diferença, do caráter múltiplo, entendeu-se como inadequação no mundo das normas.

Viver no mundo nesses termos de Gloria apresenta inúmeras reverberações para o modo da tradução que não é somente uma forma de operar movimentos entre línguas, mas também engloba em si disposições físicas, emocionais, mentais e espirituais. No entanto, é no capítulo seguinte que esse modo de ser foi apresentado em sua própria forma, e, neste caso, contamos com uma tradução²⁹⁴ voltada à uma comunidade que fala português brasileiro²⁹⁵, “Como domar uma língua selvagem” (2009[1987]), feita por Joana Plaza Pinto e Karla Cristina dos Santos, com revisão de Viviane Veras.

são mais atacades o tem ainda mais fortalecido — mulheres, homossexuais de todas as raças, pessoas negras e de pele mais escura, es rejeitades, perseguides, marginalizadas, estrangeires.]

²⁹³ [O espelho é um símbolo ambivalente. Ele não só reproduz imagens (es gêmeles que representam a tese e a antítese), mas também as contém e absorve (...) Há outra qualidade ao espelho, a do ato de ver. Ver e ser visto. Sujeita e objeto, eu e ela.]

²⁹⁴ Joana Plaza Pinto e Karla Cristina dos Santos buscaram traduzir a língua da chicana traduzindo as passagens em inglês para português brasileiro e deixaram aquelas em castelhano chicano e outras línguas mencionadas como são, contando com as proximidades que existem entre as línguas para que isso não demandasse notas de rodapé frequentes, embora escrevam algumas.

²⁹⁵ Em nenhuma parte do texto existe menção ao fato de ser um capítulo a compor o livro *Borderlands/La Frontera*. Na apresentação do dossiê do periódico também não há referência ao fato.

Neste capítulo, Gloria trouxe a linguagem ao centro de seu foco e a tradução, por sua perspectiva, é concebida negativamente, se ela for operada como uma lógica monolíngue rumo a outra monolíngue. Sua existência, como ela a registrou, nos mostra que o trabalho da tradução, seu modo de agir, não pode se limitar a uma tentativa de nivelamento, explicativa, porque ela apaga as multiplicidades complexas que formam cada vida. De uma tradição do silêncio em que “*Muchachitas bien criadas, garotas bem comportadas não respondem*” (2009[1987], p. 306), essa tradição que silencia mulheres, pessoas negras e consideradas racializadas, queers e mais, sobre a qual todas as autoras até agora tem falado.

Sua reflexão seguiu pelo castelhano chicano e os atravessamentos que ele carrega, como língua fronteira julgada deficiente por puristas, que ela defendeu: “*Un lenguaje que corresponde a un modo de vivir. O espanhol chicano não é incorreto, é uma língua viva*” e “*Uma língua com a qual eles [es chicanos] possam conectar sua identidade, capaz de comunicar as realidades e valores verdadeiros para eles mesmos – uma língua com termos que não são nem *español ni inglés*, mas ambos*” (2009[1987], p. 307). Pela/s língua/s se criam formas de se reconhecer como comunidade que a compartilha, ainda que se fale outras — Gloria citou outras 7 ao lado do castelhano chicano, faladas por chicanos — que acabam por atravessar a própria, compondo-a. Essa heterogeneidade se manifesta orientada por cada contexto e interlocução, que chama um determinado registro para que cada uma possa se expressar e ser entendida, e que vai mudando ao longo do tempo, como no caso do castelhano chicano: “*Depois de 250 anos de colonização espanhola e inglesa, chicanos desenvolveram diferenças significativas no espanhol que a gente fala*” (2009[1987], p. 309). Assim, Gloria se deteve a observar a formação do castelhano chicano e relatou o preconceito que se coloca contra seu uso pela cultura dominante, o “*terrorismo linguístico*” (2009[1987], p. 310), que acaba por ser internalizado em uma luta subjetiva compartilhada por maior legitimidade do que é ser chicane (o lugar em que a diferença se reduz, polarizada), mas:

Não há uma língua chicana assim como não há uma experiência chicana. Uma chicana monolíngue cuja primeira língua é o inglês ou o espanhol é tão chicana quanto aquela que fala diversas variantes do espanhol. Uma chicana do Michigan ou Chicago ou Detroit é tão chicana quanto uma

chicana do sudoeste. O espanhol chicano é tão diverso linguisticamente quanto regionalmente. (2009[1987], p. 311)

É neste ponto, então, que Gloria amarrou a relação entre vida/s e linguagens que, nessa complexidade das variantes chicanas, concebe a tradução como uma operação de apagamento:

Assim, se você quer mesmo me ferir, fale mal da minha língua. A identidade étnica e a identidade linguística são unha e carne — eu sou minha língua. Eu não posso ter orgulho de mim mesma até que possa ter orgulho da minha língua. Até que eu possa aceitar como legítimas o espanhol chicano texano, o *Tex-Mex* e todas as outras línguas que falo, eu não posso aceitar a minha própria legitimidade. Até que eu esteja livre para escrever de maneira bilíngue e permutar idiomas sem ter sempre que traduzir, enquanto eu ainda tiver que falar inglês ou espanhol quando preferiria falar *Spanglish*, e enquanto eu tiver que me acomodar aos falantes de inglês ao invés de eles se acomodarem a mim, minha língua será ilegítima.

Eu não vou mais sentir vergonha de existir. Eu vou ter minha voz: indígena, espanhola, branca. Eu vou ter minha língua de serpente — minha voz de mulher, minha voz sexual, minha voz de poeta. Eu vou superar a tradição de silêncio. (2009[1987], p. 312)

Pelo que Gloria trouxe, nosso entendimento da tradução é posto em questão, como levantado no começo do livro, em seu prefácio. Aqui, traduzir é quase uma operação cirúrgica — retomando a imagem inicial do capítulo, na qual o dentista disse a Gloria “Nós vamos ter que controlar sua língua” (2009[1987], p. 305) — que extirpa, que fragmenta, para moldar uma fala a uma determinada pessoa interlocutora. E essa fala, Gloria argumentou, compõe sua identidade:

Nosotros los chicanos temos um pé em cada lado das fronteiras. De um lado, somos constantemente expostos ao espanhol dos mexicanos; do outro lado, escutamos a reclamação incessante dos anglos para que esqueçamos nossa língua. Entre nós, não dizemos *nosotros los americanos*, ou *nosotros los españoles*, ou *nosotros los hispánicos*. Dizemos *nosotros los mexicanos* (por *mexicanos* não queremos dizer “cidadãos do México”; não estamos falando de uma identidade nacional, mas sim racial). Nós distinguimos entre *mexicanos del otro lado* e *mexicanos de este lado*. No fundo dos nossos corações, a gente acredita que ser mexicano não tem nada a ver com o país em que a gente vive. Ser mexicano é um estado da alma – não da mente, nem da cidadania. Nem águia nem serpente, mas as duas. E como o oceano, nenhum animal respeita fronteiras. (2009[1987], p. 315)

A afirmação da existência chicana como mestiça, com toda sua história que diz de relações culturais, econômicas, políticas, formadas pela colonialidade, nos ensina muito sobre a tradução: ao invés de um “eu” e um “outro” como lugares fechados e fixos conectados pela tradução, vê-se existências em encruzilhadas abertas e em deslocamento vivendo no modo de tradução que podem levar a formas outras de traduzir e de entender a própria relação com as línguas. No entanto, Gloria

afirmou que na prática isso dificulta imenso a aculturação chicana, como se esse lugar fronteiro na mescla entre mexicanes e angles não produzisse um terceiro lugar: “Eu internalizei tão bem o conflito da fronteira que às vezes sinto como se anulássemos o outro e fôssemos um zero, nada, ninguém. *A veces no soy nada ni nadie. Pero hasta cuando no lo soy, lo soy*” (2009[1987], p. 316). Apelando a diferentes categorias de acordo com as instâncias de luta por seus direitos (seja raça, ancestralidade, mexicana e/ou *tejana* e mais), chicanes seguem com sua própria língua como condição de sua vida, o que, para Gloria, também significava relacionar-se com sua própria cultura e valorizá-la ao seu modo.

No capítulo seguinte, “Tlilli, Tlapalli”, Gloria remeteu sua atividade narrativa em período noturno ao seu passado, devido ao hábito de contar histórias para sua irmã durante a insônia. Por um lado ela associou a inclinação aos *cuentos* [contos] como algo bem corriqueiro entre mexicanes, por outro retomou uma noção ancestral indígena, na qual não se realiza uma separação entre arte e cotidiano, para situar quem escreve como xamã: “The ability of story (prose and poetry) to transform the storyteller and the listener into something or someone else is shamanistic. The writer, as shape-changer, is a *nahual*, a shaman”²⁹⁶ (1987, p. 66). O próprio *Borderlands/La Frontera* lhe parece formar um padrão asteca de mosaico, ora mais fino, ora mais grosso, preocupando-se com a estrutura profunda, seus ossos, que surge durante o próprio processo da escrita em uma mescla, camadas de fios de um tecido. Essa *assemblage* [montagem] flui com sua própria mente, através das partes de si — a criança, a mulher, a deusa —, mas não sem resistência; é preciso uma imersão em que a escrita é uma performance, o próprio trabalho um rito de encarnação de presenças de pessoas, neste caso, divindades, ancestrais, poderes cósmicos e naturais em espaço de aprendizado e troca — como um lugar de tradução, podemos imaginar.

Ao viver “transes”²⁹⁷ de vozes e cenas em sua mente, Gloria situou, portanto, que seu trabalho como escritora é o de traficar imagens — aqui me ressoa o contrabando de luz de Mercè e como essa prática seria uma tradução entre mundos — a partir de seus processos de escrita em “awakened dreams” [sonhos despertos] (1987, p. 70). Escreveu entre saúde e doença, consciente e inconsciente,

²⁹⁶ [Que a história (prosa e poesia) seja capaz de transformar uma contadorie de histórias e ouvinte em algo ou alguém outre é xamanística.]

²⁹⁷ A própria autora se referencia a esses estados entre aspas.

sobre suas mudanças: de realidade, de gênero, em um jogo entre o eu e o *espíritu del mundo* [espírito do mundo], diante dos quais um bloqueio — que ela chamou de estados de Coatlicue — se instaura, uma confusão, até que se renda ao processo para que a mudança aconteça. Alinhada assim consigo mesma, atravessando essa tensão interna, ela pôde fazer vir à tona a escrita mestiça como uma *nahual*, “an agent of transformation, able to modify and shape primordial energy and therefore able to change herself and others into turkey, coyote, tree, or human”²⁹⁸ (1987, p. 74–75). Diante disso, é notório como muito se pode aprender sobre aberturas e/m escuta de *Borderlands/La Frontera*, mas que, como veremos em Pilar Godayol, esse afluxo ainda foi pouco sentido pelos estudos feministas da tradução que pude conhecer.

Chegando ao último capítulo desta parte do livro, “*La conciencia de la mestiza*”, também temos tradução²⁹⁹ orientada à uma comunidade que lê em português brasileiro, feita por Ana Cecilia Acioli Lima, com revisão de Susana Bornéo Funck. Gloria abriu o capítulo com sua leitura sobre a teoria de uma raça mestiça, elaborada pelo filósofo José Vasconcelos, que trata especificamente da *raza cósmica* [raça cósmica] a mesclar todas as outras, contra uma ideia de pureza racial fincada no pensamento branco de ingles, mas também racista por eliminar indígenas, aqueles que não são considerados homens, e idealizar uma mestiçagem, postura que Gloria não endossa. Dessa hibridização emerge a consciência da Fronteira:

Porque eu, uma *mestiza*,
 continuamente saio de uma cultura
 para outra,
 porque eu estou em todas as culturas ao mesmo tempo,
alma entre dos mundos, tres, cuatro,
me zumba la cabeza con lo contradictorio.
Estoy norteada por todas las voces que me hablan
simultáneamente.
 (2005[1987], p. 704, mudança de itálicos minha, orientando conforme livro de Gloria)

Segundo Gloria, a inquietude da personalidade mestiça se revolve num confronto de vozes, uma perplexidade mental e emocional, “em um estado constante de *nepantlismo* mental, uma palavra asteca que significa partido ao meio, *la mestiza*

²⁹⁸ [uma agente de transformação, capaz de modificar e modar a energia primordial e, portanto, capaz de mudar a si própria e outros em peru, coioote, árvore ou humano]

²⁹⁹ Mantém-se procedimento visto até agora de traduzir o inglês ao português brasileiro, mantendo o castelhano chicano.

é um produto da transferência de valores culturais e espirituais de um grupo para outro” e “ser tricultural, monolíngüe, bilíngüe, ou multilíngüe, falando um *patois*, e em um estado de transição constante” (2005[1987], p. 705). Deslocar-se através das fronteiras é uma marca de sua pluralidade ambígua, sendo que a rigidez representa a morte. É aqui que retomo as palavras que primeiro usei para abrir a escrita sobre Gloria Anzaldúa, logo após um poema seu que fala sobre Exu a abençoar a jornada da mestiça: “*Su cuerpo es una bocacalle. La mestiza* deixou de ser o bode expiatório para se tornar a sacerdotisa mor nas encruzilhadas” (2007[1987], p. 707). Essa interseccionalidade abarcada pela mestiça, como Gloria a corporificou, é de múltiplo atravessamento:

Como *mestiza*, eu não tenho país, minha terra natal me despejou; no entanto, todos os países são meus porque eu sou a irmã ou a amante em potencial de todas as mulheres. (Como uma lésbica não tenho raça, meu próprio povo me rejeita; mas sou de todas as raças porque a *queer*³⁰⁰ em mim existe em todas as raças.) Sou sem cultura porque, como uma feminista, desafio as crenças culturais/religiosas coletivas de origem masculina dos indo-hispânicos e anglos; entretanto, tenho cultura porque estou participando da criação de uma outra cultura, uma nova história para explicar o mundo e a nossa participação nele, um novo sistema de valores com imagens e símbolos que nos conectam um/a ao/à outro/a e ao planeta. *Soy un amasamiento*, sou um ato de juntar e unir que não apenas produz uma criatura tanto da luz como da escuridão, mas também uma criatura que questiona as definições de luz e de escuro e dá-lhes novos significados. (2005[1987], p. 707–708)

O caminho da mestiça, portanto, traz em essa abertura de várias janelas: existem tantas através das quais ela pode amar quanto aquelas pelas quais pode sofrer violências, compreensão que desmantela qualquer possível romantismo ou idealização sobre essa nova consciência. Além disso, mostrou como é preciso que siga com passos que sejam efetivamente seus, incorporando o que lhe é verdadeiro, “*Pero es difícil* diferenciar entre *lo heredado, lo adquirido, lo impuesto*.” (2005[1987], p. 709). Um exercício de desfazer e fazer.

Ao lado dessa jornada, Gloria também nos lembrou da importância de olhar para o que se passa com os homens — me recordo aqui das palavras de bell hooks

³⁰⁰ A tradutora Ana Cecilia Acioli Lima faz a seguinte nota sobre o uso de *queer*: “a palavra inglesa *queer*, ao longo da história, tem sido usada de diversas maneiras: para se referir a algo estranho; ou a traços negativos de uma outra pessoa, como a loucura ou qualquer deficiência. Na atualidade, além de ter-se tornado um sinônimo mais carinhoso de homossexualidade, tem sido reapropriada também por outras minorias, a fim de esvaziá-la de sua carga semântica historicamente negativa, passando a denotar e a ressaltar os aspectos positivos de todas as formas de diferenças. Continuarei usando a palavra em inglês, por falta de termo similar na língua portuguesa” (2005[1987], p. 707).

por um feminismo para todes. Apela a uma nova masculinidade, em que os homens aceitem a mulher interior, restituindo uma outra ideia de ternura, atentando para como alguns homens homossexuais já têm realizado essa abertura em si. Considerando queers como ela mesma, Gloria afirmou que “Vimos em todas as cores, todas as classes, todas as raças, todas as épocas. Nosso papel é o de conectar as pessoas entre si — os/as negros/as com os/ as judeus/ias com os/as índios/as com os/as asiáticos/as com os/as brancos/as com os/as extraterrestres” (2005[1987], p. 711–712). Ela compreendia que muitas pessoas consideradas racializadas não queiram lidar com branques, uma vez que isso demanda tempo e energia imensa, mas que ela, por si, escolhe agir como mediadora entre as diferenças, compartilhando sua cultura chicana em um chamado às alianças e que, assim, branques também façam a sua parte.

Junto disso, Gloria argumentou que é preciso que chicanes e mexicanes conheçam suas histórias: “cada um de nós devemos conhecer a nossa linhagem indígena, nossa *mestizaje*-afro, nossa história de resistência. Temos que estender a nossa história ao imigrante *mexicano* e às/aos recém-chegadas/os. Os 80 milhões de *mexicanos* e as/os latinas/os da América Central e do Sul precisam conhecer as nossas lutas” (2005[1987], p. 714). Com esse compartilhamento coletivo, pode-se partir para uma luta interior: “Devemos adquirir consciência da nossa situação antes de podermos efetuar mudanças internas, que, por sua vez, devem preceder as mudanças na sociedade. Nada acontece no mundo ‘real’ a menos que aconteça primeiro nas imagens em nossas mentes” (2005[1987], p. 714).

Por fim, ela narrou como buscou recuperar e remodelar sua identidade espiritual, o propósito de seu povo, realizando um movimento de retorno à sua terra natal, descrevendo-a em cada detalhe — memória viva daquilo que ela sentia falta, mas que também despertava um velho desespero diante da miséria no Baixo Vale do Rio Grande, essa terra em que seus habitantes lutam pela vida, que “sobreviveu à posse e ao mau uso por cinco países: Espanha, México, a República do Texas, os Estados Unidos, a Confederação, e os Estados Unidos novamente. Sobreviveu às contendas de sangue entre estadunidenses e mexicanos, linchamentos, incêndios, estupros, saques” (2005[1987], p. 717). Ela ouviu seu irmão sobre a colheita ruim de milho, lembrou-se de seu pai esperando a chuva, olhando para a roseira de sua mãe, “Rosas são as flores preferidas das/os mexicanas/os. Penso, tão simbólico — com espinhos e tudo” (2005[1987], p. 718). Esse contato com as plantas, a vida de

cultivo tão presente para chicanas, leva às últimas frases de *Borderlands/La Frontera* nesta jornada:

Crescimento, morte, deterioração, nascimento. O solo é preparado infinitas vezes, fecundado, arado. Uma constante mudança de formas, *renacimientos de la tierra madre*.

Esta terra foi mexicana uma vez
foi indígena sempre
e é.

E será novamente. (2005[1987], p. 718)

Em seguida, sopram seus poemas, mas deixo este caminhar junto ao texto de Gloria encerrar-se aqui, uma trilha para orientar como Pilar Godayol realizará seu trabalho de revisão dos estudos feministas da tradução a partir de *Borderlands/ La Frontera*. Há muito que se pode aprender sobre tradução — e esta, em específico, alinhada com as propostas feministas — com cada uma das autoras aqui confluídas, troca que depende, inclusive, de serem traduzidas. Gradualmente, isso tem ocorrido. Espero ter trazido alguns vislumbres sobre contribuições possíveis, que podem ser futuramente levadas adiante, e agora me detenho em uma obra que teve como proposta contemplar algumas delas: *Espais de Frontera* (2000), de Pilar Godayol.

2.2.3 Revisão mais ampla: *Espais de Frontera* (2000) de Pilar Godayol

Entre fronteiras deslocadas. Depois dessa travessia pelo livro de Gloria Anzaldúa, tento reencontrá-la no livro de Pilar Godayol, fruto adaptado de sua tese de doutorado. Como comentei anteriormente, só pude acessar essa revisão bibliográfica que Pilar realizou sobre tradução e gênero — marcada pela presença dos estudos culturais e atravessada nomeadamente pela contribuição das autoras chicanas — por ter aprendido a ler em catalão ao mover-me pela tradução de *Degelo* da Mercè, e porque Meritxell me emprestou sua edição xerocada do livro. Por esses afluxos, mais dedicados aos questionamentos identitários e aos estudos culturais com relação às primeiras abordagens de Luise von Flotow e Sherry Simon, o livro de Pilar se posiciona como um referencial de revisão mais ampla em meio aos ET na virada do milênio, cruzando o atlântico do Canadá à Catalunha, com uma proposta teórica de destaque.

A toada diferencial do volume se anunciou nas epígrafes que abrem *Espais de Frontera: gènere i traducció* (2000): uma de Edward Said, sobre a sobrevivência estar atrelada às conexões entre as coisas; uma de Gloria Anzaldúa, sobre aquela que vive na fronteira ser a acossada precursora de uma nova raça, um novo gênero; uma de Maria-Mercè Marçal, sobre as dores das semelhanças e diferenças entre si e a outra, das quais surge o desejo. A tradução, nesse contexto, aparece como ferramenta vital à construção dos fluxos através do reconhecimento e/ou estranhamento, o que Pilar neste livro entrelaçou às questões de gênero. De modo geral, essa foi uma das grandes contribuições de sua pesquisa, mas sua teorização apresenta vários problemas quando abstrai questões que demandam localização, o que de certa maneira mantém as polaridades das estruturas de poder (naturalizando o sexo, assim como o texto de partida, em oposição ao gênero e à tradução), talvez por ainda estar pouco afetada pelas propostas interseccionais dos feminismos negros e perturbações dos estudos queer.

Em diálogo com Gloria Anzaldúa, Coco Fusco e Gina Valdés, Pilar fez um importante convite à escuta das complexidades profundas, mas por vezes não considerou as questões materiais implicadas nos espaços fronteiros dos exemplos que ela usou. Enfatizando sua faceta dos fluxos, a imagem de fronteira aparece ao longo do livro como uma ponte de criatividade fluida e dinâmica, o que deixa pouco espaço para a dimensão violenta e de conflito existente nesse espaço. Por mais potentes para trocas que sejam as fronteiras, elas jamais são lugares seguros; quanto mais aberturas, tanto mais pontos vulneráveis.

Em sua introdução, Pilar se valeu de *Problemas de gênero* de Judith Butler para fazer a ponte com os estudos pós-estruturalistas. Ela trouxe sua visão sobre o conceito de gênero — confirmada em seu glossário ao final do livro, em “gènere” [gênero] (GODAYOL, 2000, p. 207) — com as noções de que “Butler sosté que el gènere no és una marca cultural estable sinó dinàmica, creativa, mòbil. Per a ella el gènere és quelcom que s’esdevé en una temporalitat social, però que mai no pot ser del tot complet perquè això equivaldria a demanar-ne la mort”³⁰¹ (2000, p. 16) e que “La convicció de Butler que cap subjecte no es pot encasellar en jerarquies sexuals

³⁰¹ [Butler sustenta que o gênero não é uma marca cultura estável, mas dinâmica, criativa, móvel. Para ela o gênero é algo que provém de uma temporalidade social, mas que não pode nunca ser de todo completo porque isso equivaleria a demandar-lhe a morte]

transparentes no nega cap política de representació”³⁰² (2000, p. 16). Ainda que seja importante destacar esse caráter provisório das representações, que podemos associar à performatividade do gênero, a elaboração de Judith (2017[1990]) foi além — se estende ao caráter também cultural da compreensão da divisão sexual, de toda categorização e hierarquização —, mas Pilar afirmou que “La naturalesa de les dones no té una representació absoluta; és sempre un espai aporètic que es modifica ateses les contingències”³⁰³ (2000, p. 16). Acredito que não se trata de relativizar a representação da “natureza” do que se entende por mulheres, mas questionar a própria ideia de “natureza” que se estende a todes, não só àquelas que se entendem como mulheres.

Como é corrente em muitos livros de tradução aliados aos feminismos, Pilar se apoiou no marco pós-estruturalista — evocando Michel Foucault, Julia Kristeva, Hélène Cixous, Luce Irigaray, Jacques Derrida e Jacques Lacan — para questionar a ideia de sujeito humanista, compreendendo a construção da subjetividade através da linguagem, com grande destaque para as relações de poder a formar/afetar tais processos. Segundo sua leitura de Lacan (via Juliet Mitchell e Jacqueline Rose), dentro dessa linha os significantes não seriam nada em si, mas precisam se encontrar em um contexto, uma rede significante, e “es pot dir que tota traducció és la representació textual d’una xarxa significant, el tex originari de la qual s’imagina la veritat i sobre la qual qui tradueix ha de respondre amb un text escrit, la traducció”³⁰⁴ (2000, p. 18). Aqui ela evidenciou que seu livro focaliza na tradução como operação textual e usa “originário” para qualificar textos em relação às suas traduções, o que, neste caso, contradiz o que coloca adiante. Pois, Pilar questionou atribuições prévias aos significantes que não estejam relacionadas com as redes — as genealogias, redes através do tempo —, mas tentou salientar a tradução, assim como a leitura, em um ato que “construeix una textualitat que és fruit d’una relació metonímica amb el text originari, però que mai no pot ser la versió significativa final i absoluta perquè això suposaria la pròpia anihilació. D’aquí la varietat

³⁰² [A convicção de Butler que sujeito alguma não se pode encaixar em hierarquias sexuais transparentes não nega política de representação alguma]

³⁰³ [A natureza das mulheres não tem uma representação absoluta; é sempre um espaço aporético que se modifica atentando às contingências]

³⁰⁴ [pode-se dizer que toda tradução é a representação textual de uma rede significante, o texto originário sobre o qual se imagina a verdade e do qual se traduz há de responder com um texto escrito, a tradução]

d'interpretacions i de (re)construccions escrites que permet un text"³⁰⁵ (2000, p. 18). A conclusão se alinha com as perspectivas feministas e dos estudos culturais de proliferação de traduções possíveis, mas qualifica a tradução como metonímia do texto de partida, pressupondo que ele é um todo do qual a tradução é parte.

A multiplicidade de reconstruções é enfatizada por Pilar ao retomar o mito de Pandora, proposto por Karin Littau e descrito por Luise von Flotow (de onde a pesquisadora catalã toma a referência), que já descrevi anteriormente, e que aqui se comentou que “Segons Littau, la figura de Pandora posa en evidència la impossibilitat de fixar els significats en traducció”³⁰⁶ (2000, p. 18). Essa impossibilidade não estaria, no entanto, na própria linguagem? Pois nenhuma língua existe em uma forma definitiva — daí o mito de Babel, tão recorrente aos Estudos da Tradução —, de tal maneira que é preciso ampliar a abrangência dessa colocação. Em todo caso, a operação que Karin Littau confere valor, destacada por Luise von Flotow e continuada por Pilar Godayol, à tarefa necessária de revisão de mitos para que possam contemplar mais possibilidades discursivas, ao invés de servirem à reafirmação de metanarrativas normativas: “Mentre que cada mite té moltes (re)escriptures, cada text té moltes traduccions”³⁰⁷ (2000, p. 18). Aqui acredito que se abrem caminhos para inúmeras possibilidades de prática e teorização sobre esta, que contemplem tantas demandas quanto cada texto permitir imaginar.

Além disso, Pilar não se propôs definitiva, pois seu projeto “tracta d'un debat obert que no busca contestacions categòriques ni fixacions de significats sinó provisionalitats tàctiques, fruit del mateix subtext que en fa possible la producció i la recepció textuals”³⁰⁸ (2000, p. 20). As provisionalidades táticas são uma forma interessante de promover o debate sem o encerrar, de fato, permitindo que o espaço de fronteira fale a partir de suas múltiplas frentes, de maneira que a metáfora, desde que não seja desmaterializada, pode ser bastante útil para abordar a tradução por perspectivas feministas. Portanto, a proposição do livro de Pilar Godayol, como revisão bibliográfica e elaboração teórica na prática — ela realizou uma tradução

³⁰⁵ [constrói uma textualidade que é fruto de uma relação metonímica com o texto originário, mas que não pode nunca ser a versão significativa final e absoluta porque isso suporia a própria aniquilação. Daqui a variedade de interpretações e de (re)construções escritas que permite um texto]

³⁰⁶ [Segundo Littau, a figura de Pandora põe em evidência a impossibilidade de fixar os significados em tradução]

³⁰⁷ [enquanto que cada mito tem muitas (re)escritas, cada texto tem muitas traduções]

³⁰⁸ [trata de um debate aberto que não busca contestações categóricas nem fixações de significados, mas de provisionalidades táticas, fruto do próprio subtexto que torna possível a produção e a recepção textuais]

comentada do conto “Mericans” de Sandra Cisneros ao público catalão — dos estudos feministas da tradução, possui ideias interessantes, ainda que as oriente às vezes por caminhos que não nos auxiliam mais. Assim, seguirei por algumas discussões fundamentais de seus capítulos, buscando criticamente agrupar quais são suas contribuições nesse escopo.

Seu livro se divide em três partes: a primeira trata do estado da questão entre gênero e tradução — considerando a perspectiva geral dos ET e as principais linhas de estudo sobre gênero e tradução —, a segunda aborda gênero e tradução literária — e sua proposta de traduzir como (uma) mulher³⁰⁹, enxergando uma nova etapa pós-colonial — e a terceira parte é seu *momento musicale*³¹⁰, uma tradução comentada do conto de Sandra Cisneros, com uma conclusão e últimas reflexões, seguida por um glossário.

Primeira parte. Pilar começou sua discussão na primeira parte com uma citação de Mona Baker sobre as mudanças acontecendo nos ET na década de 90: a fragmentação da disciplina entre tendências alinhadas mais à linguística e outras em confluência com os estudos culturais, frequentemente concebidas como opostas. Antes de adentrar no tópico, a pesquisadora catalã nos lembrou de que todo modelo teórico tradicionalmente se orienta por marcos prescritivos ou descritivos: o primeiro a implicar relação de poder entre sujeito e objeto a reafirmá-la, o segundo a supor uma troca, um diálogo, que a descrição realiza como gesto de leitura. Se o prescritivismo e conceitos essencialistas são abandonados ao se considerar a crítica dos estudos culturais, segundo Pilar, a forma como estes e a linguística orientam determinadas prioridades na tradução, diferentemente do que teme Mona Baker, não precisa ser analisada como uma oposição que enfraquece o campo. Ao invés de um marco teórico capaz de tudo englobar, integrador, é possível que se constitua como campo aberto de “teories parcials contaminades per molts intertextos que

³⁰⁹ Esta é minha tradução de seu conceito de “traduir com (a) dona”, que realiza uma agramaticalidade em catalão para produzir um duplo sentido: o de sugerir uma forma de traduzir que seria atribuída às mulheres e o ato de traduzir por quem se considera mulher. É por essa proposta que Pilar se referiu a quem traduz sempre no feminino, tradutora, o que parece dialogar com a proposta de tradução das chicanas Ana Castillo e Norma Alarcón de *This Bridge Called My Back*, como *Esta puente, mi espalda* (GODAYOL, 2000, p. 61), uma agramaticalidade em castelhano para feminizar a linguagem na tradução. Acredito que essa proposta de Pilar seja complicada, por isso a apresento entre aspas, o que retomarei adiante. De toda forma, mantenho as referências da autora, assim ao falar dela, no gênero gramatical feminino, ainda que acredite que as propostas feministas sejam para todes.

³¹⁰ Conceito musical de Schubert que, na leitura de Pilar, define uma composição livre e única em sua forma.

estudiïn unes àrees concretes des d'un punt de vista també concret"³¹¹ (2000, p. 27). Sem vislumbrar isso naquele momento, “Baker, intentant allunyar-se de l'essencialisme teòric, cau en un immanentisme binari que esborra la flexibilitat dialogant que ha de desenvolupar qualsevol model teòric de la traducció”³¹² (2000, p. 28). Como temos visto, a interdisciplinariedade dos ET compõe sua gênese, de forma que tentar negá-la é como viver uma vida sem mudanças.

Pilar valorizou a análise dos estudos culturais à tradução por sua percepção aguda de que tudo está imerso na cultura (inclusive a própria ideia de natureza), atravessada por ideologias, retomando o que vimos nas revisões anteriores: “estudiar les traduccions des de la perspectiva dels estudis culturals comporta desemmascarar la ideologia inherent en la traducció amb l'objectiu de desafiar els criteris de les elits dominants a través del que Lawrence Venuti (1995a) anomena, potser simplificand-ho excessivament, pràctiques estrangeirizants”³¹³ (2000, p. 30). No entanto, outras estratégias podem servir para essa finalidade, porque a forma como as ideologias dominantes atuam na tradução também afeta chamadas práticas domesticadoras, segundo a concepção de Lawrence Venuti, em um desejo de devorar o que vem de fora, que torna sua diferença semelhante ao de dentro. Esse procedimento ao lado da estrangeirização que exotiza são formas de conceber a tradução a instaurar muros culturais ou apropriações violentas, ao invés de permitir diálogos mais justos de fronteira.

No entanto, Pilar reconheceu a complexidade dessa operação, inclusive negou que existam critérios universais de avaliação de traduções, mas que o exame de cada regime de poder operando em cada momento deve ser considerado — e como foi formado — na hora de compreender quais alternativas existem: em que medida a favor e/ou contra seus parâmetros. Essa perspectiva determina estratégias de tradução variadas, exemplos que Pilar espelhou de autoras citadas por Luise von Flotow e Sherry Simon — Françoise Massardier-Kenney, Suzanne Jill Levine e Susanne de Lotbinière-Harwood — e outras que não foram mencionadas por elas,

³¹¹ [teorias parciais contaminadas por muitos intertextos que estudem áreas concretas desde um ponto de vista também concreto]

³¹² [Baker, tentando se afastar do essencialismo teórico, cai em um imanentismo binário que apaga a a flexibilidade de diálogo que qualquer modelo teórico da tradução possa desenvolver]

³¹³ [estudar as traduções a partir da perspectiva dos estudos culturais comporta desmascarar a ideologia inerente na tradução com o objetivo de desafiar os critérios das elites dominantes através do que Lawrence Venuti chama, talvez simplificando excessivamente, de práticas estrangeirizantes]

como Tejaswini Niranjana, fundamental ao pensamento sobre tradução por uma perspectiva pós-colonial.

Atravessando aos estudos linguísticos, Pilar valorizou como algunes teóriques elaboraram uma perspectiva crítica — diferentemente das tendências que não apresentam caminhos de resistência às normas hegemônicas³¹⁴ —, como Tony Trew, Bob Hodge, Gunther Kress e Roger Fowler, e “segons aquests lingüistes, no solament és possible estudiar el lligam entre la societat i la llengua des de la lingüística crítica sinó que també és possible analitzar la llengua com un mitjà de control social”³¹⁵ (2000, p. 33). Outres, como Sara Mills, auxiliaram a orientar esse olhar tendo em consideração a estilística feminista, pesquisadora com a qual Olga Castro muito dialogou. Um dos pontos fundamentais vindos das várias investigações em meio à linguística é a de reconhecer como processos ideológicos atuam a nível inconsciente com mais força e que “La funció de la ideologia és naturalitzar-se per tal d’emascarar-se textualment i operar amb diligència però d’incògnit”³¹⁶ (2000, p. 36–37). Sujeites tanto formam quanto são formades por ideologias infiltradas, de forma que as instâncias de subversão se dão em meio a esse fluxo.

Diante da discussão de Mona Baker no começo do capítulo, Pilar se questionou sobre a possibilidade de algum marco teórico ser capaz de servir de forma geral a pesquisas na tradução, tanto as que bebem dos estudos culturais quanto as que se alimentam da linguística. Por um lado, ela acreditava que, se a linguística possui “la perícia i les eines necessàries per detectar, aïllar i tractar un problema lingüístic concret”³¹⁷ (2000, p. 38), falta-lhe “els utensilis per globalitzar i contextualitzar les formacions ideològiques en el procés traductor”³¹⁸ (2000, p. 38), marcada por pouca desenvoltura na interdisciplinariedade. Por outro, os estudos

³¹⁴ Pilar falou do problema da “no-implicació, tan erma per als estudis culturals, els porta de vegades al discurs fal·laciós de les suposades equivalències” [não implicação, tão erma para os estudos culturais, os leva por vezes ao discurso falacioso das supostas equivalências] (2000, p. 34) e, de fato, percebo algo similar em algumas pesquisas nos ET. Ainda que estas possam tratar de temas que geralmente chamam a crítica feminista e/ou queer~cu~ir, a pretensão descritiva, não implicada, dá margem para análises que não se comprometem com as relações de poder e, com isso, realizam conclusões falaciosas.

³¹⁵ [segundo esses linguistas, não somente é possível estudar o elo entre a sociedade e a língua a partir da linguística crítica, mas também é possível analisar a língua como um meio de controle social]

³¹⁶ [A função da ideologia é naturalizar-se de tal forma a mascarar-se textualmente e operar com diligência, mas na incógnita]

³¹⁷ [a perícia e as ferramentas necessárias para detectar, isolar e tratar de um problema linguístico concreto]

³¹⁸ [os utensílios para globalizar e contextualizar as formações ideológicas no processo tradutor]

culturais “promouen les lectures crítiques dels textos”³¹⁹ (2000, p. 38), enxergando as causas e efeitos das condições da comunidade tradutora e como o poder afeta na constituição ou não de práticas, mas “els estudis culturals aplicats a la traducció són bastant elitistes en la tria dels documents d’anàlisi”³²⁰ (2000, p. 39), em geral textos literários, e “malgrat la seva interdisciplinarietat i aversió als valors absoluts, és una disciplina teòrica lligada a un context acadèmic, institucional per excel·lència”³²¹, assim como caberia “revisar i ampliar els criteris de lectura crítica en traducció”³²² (2000, p. 39).

Considerando esses pontos fortes e fracos entre essas tendências da época, a pesquisadora catalã voltou a defender a ideia de que “cap model teòric de traducció no és vàlid per si mateix”³²³ (2000, p. 40), porque “atesa la diversitat textual, es requereixen respostes teòriques i pràctiques variades. Identificar els paràmetres i les interseccions que en motiven l’estudi és, però, el primer pas per emmarcar el model teòric de la recerca”³²⁴ (2000, p. 40). Estendo essas considerações: assim, ao invés de chegar com um modelo teórico prévio fechado em meio aos ET, pode-se escutar o que aquilo que se pesquisa chama, que fogo pede para iluminar/aquecer seu caminho, com uma abertura firme que seja capaz de sustentar suas premissas teóricas ou a forma como elas se afetam, mesclando-se, mudando de forma, em contato com aquilo que se estuda. Seria possível, inclusive, levar um modo teórico ao colapso, propositalmente, para que se pudesse abrir espaço para outros.

Repassando as pesquisas sobre metaforização da tradução, de Lori Chamberlain a Jacques Derrida, a autora catalã defendeu a multiplicidade de suas formulações, a depender imensamente sobre um estudo crítico dos discursos hegemônicos, suas condições e características em meio às relações de poder, para elaborar novas formas de metaforizar a tradução:

³¹⁹ [promovem as leituras críticas dos textos]

³²⁰ [os estudos culturais aplicados à tradução são bastante elitistas na escolha dos documentos de análise]

³²¹ [apesar da sua interdisciplinaridade e aversão aos valores absolutos, é uma disciplina teórica ligada a um contexto acadêmico, institucional por excelência]

³²² [revisar e ampliar os critérios de leitura crítica em tradução]

³²³ [nenhum modelo teórico de tradução é válido por si mesmo]

³²⁴ [considerando a diversidade textual, requerem-se respostas teóricas e práticas variadas. Identificar os parâmetros e as intersecções que motivam o estudo é, no entanto, o primeiro passo para demarcar o modelo teórico da pesquisa]

Si la traducció s'ha de concebre com a diferència, les seves teoritzacions no es poden reduir a un únic discurs metafòric. La traducció, en tant que diferència irreductible, ens demana posar a debat, per comptes de consolidar, les retòriques que les elits dominants han emprat al llarg de la història per explicar el procés traductor. No es tracta de jutjar prescriptivament la terminologia i els procediments lingüístics, sinó de mirar d'esbrinar quines condicions socials han donat forma als discursos que han generat els criteris de jerarquització, o de quina manera aquests criteris han donat validesa a certes metaforitzacions per damunt d'altres. Tot discurs metafòric obeeix a uns valors que al mateix temps són fruit d'una contingència. Només coneixent els llenguatges repressius en traducció es poden crear noves metàfores, es pot convertir la permanència en canvi.³²⁵ (2000, p. 46)

Com gesto similar ao de Luise von Flotow e Sherry Simon, Pilar fez um percurso histórico sobre as tradutoras e teoria da tradução ao longo dos séculos em países europeus e nos Estados Unidos, recorrendo a textos dos ET como o trabalho de Douglas Robinson (citado por Luise e Sherry), de Margaret Hannay (mencionada por Sherry) e de Christina Zwarg (discutida por Luise). Essas genealogias seguem importantes para discutir como mulheres cis foram permitidas/se infiltraram no trabalho da tradução, o que traduzir significava em épocas e locais específicos, como tradutoras realizavam a atividade, e como tais possibilidades e condições eram determinadas pelas normas sociais historicamente configuradas. Pilar reafirmou o que dizia até então em termos de re-visão: “L'estudi de les traductores del passat ens ofereix un gran ventall de possibilitats de recerca. La seva recuperació pot ajudar a enaltir la professió, així com a potenciar l'esperit revisionista que necessita tota pràctica cultural fruit de l'intercanvi social”³²⁶ (2000, p. 54). Reforço, sempre em lembrete, que tal exercício precisa ser feito em todos os lugares, a respeito de todas as épocas às quais se possa obter acesso³²⁷, como um

³²⁵ [Se a tradução for concebida como diferença, as suas teorizações não se podem reduzir a um único discurso metafórico. A tradução, enquanto diferença irreductível, demanda colocar em debate, em prol de consolidar, as retóricas que as elites dominantes empregaram ao longo da história para explicar o processo tradutor. Não se trata de julgar prescriptivamente a terminologia e os procedimentos linguísticos, mas de olhar de investigar quais condições sociais deram forma aos discursos que geraram os critérios de hierarquização, e de qual maneira esses critérios conferiram validade a certas metaforizações acima de outras. Todo discurso metafórico obedece a uns valores que ao mesmo tempo são fruto de uma contingência. Somente conhecendo as linguagens repressivas em tradução se podem criar novas metáforas, pode-se converter a permanência em mudança.]

³²⁶ [O estudo das tradutoras do passado nos oferece um grande leque de possibilidades de pesquisa. A sua recuperação pode ajudar a enaltecer a profissão, assim como potencializar o espírito revisionista de que necessita toda prática cultural fruto da troca social]

³²⁷ Não tenho condições de dedicar-me a este tema nesta pesquisa, mas a existência de registros históricos, sua preservação e possibilidade de acesso são radicalmente diferentes entre países mais ricos e os mais marginalizados. Este é mais um dos efeitos da colonialidade que, neste caso, atua em apagamento sistêmico e precarização dos meios de registro e compartilhamento das histórias locais.

saber histórico que auxilie a compreender como manejar os contínuos de práticas e teorias de tradução localizadas.

Segunda parte. Saindo de seus debates de um determinado entendimento de gênero às investigações e/m práticas da tradução, em diálogo com os estudos culturais, a segunda parte se dedica à tradução literária e suas relações com um determinado entendimento de gênero. Neste momento, Pilar apresentou um elo com os diálogos que ela travava ao falar sobre “traduzir como (uma) mulher”:

Tant el gènere com la traducció són pràctiques culturals obertes al conflicte que si volen rompre les assumpcions tradicionals de la política d'identitat sexual i de la d'autor(itat), respectivament, han de fugir de les identitats fixes, immutables. Però dur a terme la desconstrucció de la identitat sexual i la de l'autor(itat) no significa pas la negació o el refús dels conceptes mateixos ni de la seva articulació textual, sinó que representa una oposició i una (re)definició subversives per desplaçar-los dels contextos en els quals havien actuat anteriorment com a instruments de poder opressius. Desconstruir els conceptes culturals en oposició binària — en aquest cas, home/dona i text originari/traducció — implica problematitzar els referents ontològics dels mateixos termes i, per consegüent, mobilitzar-ne els significats per proveir alternatives futures.³²⁸ (2000, p. 71)

Pode-se contemplar aqui uma das premissas de seu livro publicado em 2000: enxergar como o entrelaçamento feito entre gênero e tradução — atos³²⁹ que em si possuem definição em aberto: sobre gênero Pilar já se pronunciou e, sobre a tradução, o capítulo a marca, a literária — se dá pelo fato de ambos serem concebidos como práticas, não como substâncias em si, dispostas ao conflito em seu caráter de mediação. Uma prática crítica, como visada por ela, mobilizaria sentidos cambiantes, mutáveis, o que inclusive se alinha com uma perspectiva mais queer~cu-ir.

Pilar defendeu uma não fixação das identidades, em prol de seu fluxo, e reconheceu que o uso delas é uma provisionalidade tática, mas a subversão de sua proposta perde força ao metaforizar as construções feministas na tradução como

³²⁸ [Tanto o gênero quanto a tradução são práticas culturais abertas ao conflito que, se pretendem romper as suposições tradicionais da política de identidade sexual e da autor(idade), respectivamente, não de fugir das identidades fixas, imutáveis. Mas levar a cabo a desconstrução da identidade sexual e a de autor(idade) não significa a negação ou a recusa dos conceitos em si, nem de sua articulação textual, mas representa uma oposição e uma (re)definição subversivas para deslocá-los dos contextos nos quais atuaram anteriormente como instrumentos de poder opressivos. Desconstruir os conceitos culturais em oposição binária — neste caso, homem/mulher e texto original/tradução — implica problematizar os referentes ontológicos dos próprios termos e, por conseguinte, mobilizar seus significados para prover alternativas futuras.]

³²⁹ Ainda que Pilar não tenha usado essa palavra, com Judith Butler (2017[1990]) entendemos essa prática de gênero como performativa, e a tradução, relembando-nos de Barbara Godard (1989), também é, transformance.

sendo uma “tradução como (uma) mulher”, que já mencionei em nota antes. A maneira como ela provocou essa leitura é dita como central ao seu argumento, pois “La marginalitat tipogràfica esdevé el centre de l’argument (...) l’espai de liminaritat, l’espai que representa A i B alhora: text originari i traducció, home i dona, dona blanca i dona negra, aquí i allà, etc”³³⁰ (2000, p. 71). Ainda que seja importante que finalmente se considere a questão racial com mais ênfase, e não como detalhe, essa liminaridade ainda pressupõe a coexistência de binarismos não articulados por uma interseccionalidade, mas como pares que se somam e não necessariamente se afetam entre si, ainda que ela não os coloque como excludentes.

O primeiro tema a que ela se dedicou a partir deste ponto, afirmando a nova identidade da tradutora como de leitora intertextual, é o debate sobre a equivalência, pois “l’equivalència basada en la poètica de la transparència ha estat la més generalitzada en el camps dels estudis traductològics al llarg del temps”³³¹ (2000, p. 72), mas cada vez mais criticada desde a emergência dos estudos culturais em contato com a tradução, confluência a qual se agregam os feminismos e estudos queer. Amparada nas leituras derrideanas que também estão presentes nos textos de Lori Chamberlain, Barbara Godard, Luise von Flotow e Sherry Simon, Pilar entendia a desconstrução, muito apoiada pela leitura de Jonathan Culler, como “una forma de lectura i escriptura que es duu a terme en un espai aporètic, liminar (Culler, 1983)”³³² (2000, p. 73) que “busca produir desplaçaments i inversions discursives”³³³ (2000, p. 74).

Das análises que ela tomou desse autor³³⁴, a pesquisadora catalã afirmou que os significados se fixam ao texto de partida a partir de sua interpretação, de forma que sua existência se consolida posteriormente e assim “Cada persona

³³⁰ [a marginalidade tipográfica se torna o centro do argumento (...) o espaço de liminaridade, o espaço que representa A e B ao mesmo tempo: texto original e tradução, homem e mulher, mulher branca e mulher negra, aqui e lá, etc]

³³¹ [a equivalência baseada na poética da transparência tem sido a mais generalizada no campo dos estudos traductológicos ao longo do tempo]

³³² [uma forma de leitura e escrita que se realiza em um espaço aporético, liminar (Culler, 1983)]

³³³ [busca produzir deslocamentos e inversões discursivas]

³³⁴ Reconheço que, pelas demandas que esta pesquisa tem me trazido, não pude me aprofundar na forma como Pilar fez essa leitura de Jacques Derrida através de Jonathan Culler, tema de análise comparada mais profunda. Se ela é também uma superinterpretação, como aconteceu com Luise von Flotow ao apoiar-se no estudo de Philip Lewis, ou se é justa para com a desconstrução conforme descrita pelo filósofo, é uma questão que permanece em debate e abre para uma maior: como Jacques Derrida tem sido lido por seus comentadores e como isso influencia determinados campos de saberes? É visível como as primeiras elaborações dos estudos feministas da tradução, até a virada do século, ainda se apoiavam imenso nessa linha de pensamento, o que vale uma investigação por si só.

estableix un significat contaminat i, per consegüent, un text originari també contaminat. És a dir, el significat és individual i col·lectiu alhora, perquè sempre està contaminat per intertextos i contingències”³³⁵ (2000, p. 74). Esse conjunto de fluxos que convergem nos atos de leitura é o que Pilar remeteu ao “que André Lefevere ha anomenat reescriptures”³³⁶ (2000, p. 74) que podem ser de inúmeras mídias, incluindo, também, a tradução. A pesquisadora catalã, no entanto, acreditava que falar em (re)escritas é mais coerente com uma proposta desconstrucionista porque marca, pela intervenção tipográfica dos parênteses, a coexistência da ideia de reescrita como algo novo em si, mas que tem um referencial a partir do qual se gera, duplicidade que acaba subsumida na formulação de André Lefevere.

Retomando brevemente as contribuições de algumas tendências de tradução literária nos anos de fins de anos de 1970, seguindo por 1980 e 1990 — mencionou nomeadamente a escola de manipulação com seus grupos nos Países Baixos e o israelita, a que chama de escola feminista canadense e a escola pós-colonial brasileira³³⁷ —, ela sintetizou suas propostas como a desafiam os textos de partida, as noções de correto e universal na tradução. Confrontando a centralização que estabelece oposições binárias, os fluxos de termos são concebidos em materializações contingentes, estratégicas, de forma que “Traduir com (a) dona vol dir no acceptar la política d’autor(itat) de les expressions dominants. Traduir com (a) dona s’entén com una comesa mestissa, no hegemònica, no neutral”³³⁸ (2000, p. 77), que se apoia em uma relação de intertextualidade. O conceito, que Pilar demarcou como primeiro elaborado por Julia Kristeva em meio à crítica literária, pode enxergar a tradução como um texto polifônico em que se mesclam várias vozes simultaneamente:

³³⁵ [Cada pessoa estabelece um significado contaminado e, por conseguinte, um texto originário também contaminado. Isto é, o significado é individual e coletivo ao mesmo tempo, porque sempre está contaminado por intertextos e contingências]

³³⁶ [que André Lefevere chamou de reescritas]

³³⁷ Escrevendo desde uma perspectiva situada, dificilmente diria que as pesquisadoras escolhidas por Pilar Godayol — Rosemary Arrojo e Else Ribeiro Vieira — formariam parte de uma “escola pós-colonial brasileira”, mas que são pesquisadoras brasileiras nos ET reconhecidas por seu alinhamento aos estudos pós-coloniais. Acredito que o volume *Post-colonial Translation* (1999), organizado por Susan Bassnett e Harish Trivedi, contendo capítulos de ambas, pode ter contribuído para essa associação, visibilizando sua vinculação.

³³⁸ [Traduzir como (uma) mulher quer dizer não aceitar a política de autor(idade) das expressões dominantes. Traduzir como (uma) mulher se entende como uma tarefa mestiça, não hegemônica, não neutra]

Qualsevol anàlisi etiquetada d'intertextual — inclosa la traductològica — estableix el significat a partir del que Lacan ha anomenat una xarxa de significants, a partir de la contingència que acompanya i fa possible la producció i el consum de la textualitat. Per tant, la intertextualitat en traducció s'ha d'entendre com el diàleg que s'estableix entre la lectora i el text; com la descripció, tria i (re)organització dels múltiples significats que fa la traductora del text originari.³³⁹ (2000, p. 77)

A noção de intertextualidade, que esteve presente em meio às primeiras formulações dos estudos feministas da tradução no trabalho de Barbara Godard, tornou-se ainda mais importante, como se percebe neste trabalho de Pilar Godayol nos anos 2000. Para Pilar, destacou-se o papel da tradutora como leitora que participa ativamente na descodificação da multiplicidade de intertextos presentes no material que ela traduz e intervém na formação de sua reconstrução ao traduzir.

Nesta chave, toda tradução é vista por seus subtextos, uma amálgama de fatores culturais, sociais, históricos e pessoais que afetam quem traduz e todes es agentes envolvides. E justamente a agência é posta em questão neste debate, momento em que a pesquisadora brevemente dialogou com o trabalho de Judith Butler para situar a agência como sendo sempre e somente uma prerrogativa política: “Per a aquesta autora convé interrogar les condicions de possibilitat del subjecte i no assumir la seva agència com a garantia *a priori*”³⁴⁰ (2000, p. 80). Ainda que a discussão feita por Pilar a partir deste ponto se centre na constituição contínua da subjetividade, cabe refletir sobre os limites dessa agência para quem traduz, por exemplo, para outros âmbitos que não a tradução literária, já que neste ramo supostamente há uma maior liberdade criativa com relação aos outros e ainda assim está condicionada a inúmeros fatores.

Considerando a agência de sujeitos em relação às autorias traduzidas, Pilar trouxe ao debate Michel Foucault, admitidamente adaptando seu conceito de função-autor para função-autoria em prol da inclusão de gênero. Na interpretação da pesquisadora, ela buscou compreender cada autoria como ação do discurso, complexa e variável, e que a função-autoria está “històricament determinada i

³³⁹ [Qualquer análise etiquetada de intertextual — inclusive a tradutològica — estabelece o significado a partir do que Lacan nomeou de rede de significantes, a partir da contingência que acompanha e torna possível a produção e o consumo da textualidade. Portanto, a intertextualidade na tradução há de ser entendida como o diálogo que se estabelece entre a leitora e o texto; como a descrição, escolha e (re)organização dos múltiplos significados feitas pela tradutora sobre o texto originário]

³⁴⁰ [Para essa autora convém interrogar as condições de possibilidade do sujeito de não assumir a sua agência como garantia *a priori*]

subjecta a criteris variables d'aplicació"³⁴¹ (2000, p. 82), de forma que a intertextualidade, ao conceber a leitura como um espaço polifônico, não oblitera a voz da autoria, mas “un moment intertextual és una epanalepsi d'interpretacions d'altres veus i textos, essent l'autoria sempre present en el text no com una veu única sinó com una veu de naturalesa múltiple i erràtica, atesa la constitució fluida de la seva subjectivitat"³⁴² (2000, p. 83). Assim, quem traduz não assume a autoria para si, mas também não se nega, e desse ponto é possível conceber como a relação entre uma e outra se configura em re-visão:

Si tota forma de (re)escriptura, com la crítica literària, l'edició de textos, la història literària o la traducció, intervé en la conformació del cànon literari, infiltrar-hi noms i obres relegades de dones mitjançant la traducció és una estratègia vàlida per polemitzar sobre l'entronització d'alguns noms i el rebuig d'uns altres en la literatura universal. De tota manera, potser en un altre moment la infiltració no resultarà subversiva i ho serà la construcció d'un cànon paral·lel. Amb tot, tant infiltrar-se com mantenir-se en un espai paral·lel són estratègies de resistència que no convenen a qui està en el poder — persones, institucions, països i cultures dominants — perquè surten dels paradigmes convencionals de llegir, interpretar i crear literatura.³⁴³ (2000, p. 84–85)

Portanto, Pilar reconheceu que “traduzir como (uma) mulher” também é uma prática inscrita nas relações de poder que pode assumir facetas de apropriação e/ou de exercício crítico. Em prol desta última, ela nos chamou a “apostar per una etapa postcolonial en la qual la traducció qüestionari la cultura dominant i la dominada i la implicació del subjecte tradutor”³⁴⁴ (GODAYOL, 2000, p. 85). Depois de deter-se em alguns exemplos, como na relação de Maureen Ahern com Rosario Castellanos, as elaborações de Edward Said sobre a figura de viajante, a visão de Else Vieira sobre a forma de traduzir de Haroldo e Augusto de Campos e algumas questões presentes

³⁴¹ [historicamente determinada e sujeita a critérios variáveis de aplicação]

³⁴² [um momento intertextual é uma epanalepse de interpretações de outras vozes e textos, estando a autoria sempre presente no texto não como uma voz única, senão como uma voz de natureza múltipla e errática, considerando a constituição fluida de sua subjetividade]

³⁴³ [Se toda forma de (re)escrita, como a crítica literária, a edição de textos, a história literária ou a tradução, intervém na conformação do cânone literário, infiltrar nomes e obras relegadas de mulheres tendo a tradução como intermediária é uma estratégia para polemizar sobre a entronização de alguns nomes e a recusa de outros na literatura universal. De toda maneira, talvez em um outro momento a infiltração não resultará subversiva e o será a construção de um cânone paralelo. Afinal, tanto infiltrar-se como manter-se em um espaço paralelo são estratégias de resistência que não convêm a quem está no poder — pessoas, instituições, países e culturas dominantes — porque saem dos paradigmas convencionais de ler, interpretar e criar literatura.]

³⁴⁴ [apostar em uma etapa pós-colonial na qual a tradução questione a cultura dominante e a dominada e a implicação do sujeito tradutor]

entre o que ela chamou de grupo canadense feminista, ela enfatizou que somente traduzir não basta:

el fet de traduir només obres d'escriptors no comporta ni més ni menys intervencionisme per part de la traductora en el text traduït. Cada traductora, malgrat formar part sovint de grups socials que comparteixen inquietuds polítiques semblants, mostra diversos graus d'intervenció independentement — o no — de l'afinitat ideològica. La diferència en els resultats posa de manifest que cada individu té uns mecanismes personals distints per fer — o no — evident la ideologia que vol transmetre, sempre tenint en compte que tot és ideologia i que la funció d'aquesta és naturalitzar-se per tal de passar desapercebuda.³⁴⁵ (2000, p. 89)

Como temos visto, a escolha de quem se traduz é um dos fatores em questão envolvidos com uma postura feminista, mas outra, tão impactante quanto, é como isso é feito. E, nesse sentido, abre-se também a necessidade de pensar a tradução de textos escritos por pessoas entendidas como homens, que ela se inspira com o trabalho de Carol Maier e Suzanne Jill Levine. Nestes casos, Pilar acreditava que traduzir exclusivamente textos escritos por mulheres se esquivava do conflito com as textualidades de autoria de homens cis e, “en suposar això, promocionen comunitats lectores homogènies que redueixen la mateixa diferència que volen alliberar. Traduir és una operació d'exclusió en relació a què es deixa de traduir”³⁴⁶ (2000, p. 90). Assim, permitir-se realizar essa atividade pode trazer trocas enriquecedoras, a ver que “Tot depèn del diàleg que la traductora inicia amb l'objecte que tradueix i els objectius que desitja assolir amb la (re)escriptura”³⁴⁷ (2000, p. 90) e que, intervindo da forma como pudermos, seja na tradução em si ou nos paratextos que a compõem, elas interferem em sua recepção para situá-los com relação aos problemas que representam. Acrescento, inclusive, os desafios presentes na reprodução de normas opressoras por parte de mulheres, uma vez que, como temos dito, vivenciar uma condição hierarquicamente minorizada não supõe aderência a uma postura resistente ao poder que a constitui.

³⁴⁵ [o fato de traduzir somente obras de escritoras não comporta nem mais, nem menos intervencionismo por parte da tradutora no texto traduzido. Cada tradutora, ainda que seja parte de grupos sociais que compartilham inquietudes políticas semelhantes, mostra diversos graus de intervenção independentemente — ou não — de afinidade ideológica. A diferença nos resultados deixa exposto que cada indivíduo tem uns mecanismos pessoais distintos para evidenciar — ou não — a ideologia que quer transmitir, sempre tendo em conta que tudo é ideologia e que a função desta é naturalizar-se de tal forma que passe despercebida.]

³⁴⁶ [ao supor isso, promovem comunidades leitoras homogêneas que reduzem a mesma diferença que querem libertar. Traduzir é uma operação de exclusão em relação ao que se deixa de traduzir]

³⁴⁷ [tudo depende do diálogo que a tradutora inicia com o objeto que traduz e os objetivos que deseja atingir com a (re)escrita]

Em seguida, Pilar se dedicou ao que ela chama de aparato tradutológico, que ela afirmou ser conhecido como *outworks* pela crítica norte-americana, que seria o conjunto de dados históricos, filológicos, literários, linguísticos, bibliográficos, culturais, sociais a compor o processo da tradução. A pesquisadora mostrou que esse aparato pode encontrar-se como material paratextual junto à tradução publicada ou circular por outros meios que divulguem e afetem a recepção da tradução, sendo uma “*extensió de la pròpia (re)escriptura, atès que es formula com una ressonància ideològica del pensament de la traductora*”³⁴⁸ (2000, p. 94). Além de ser um auxílio, um preparo ao trabalho tradutório, dele transborda e afeta (ou não) a publicação do material, mas esse aparato também apresenta limitações e possibilidades próprias entre quem traduz, quem é traduzido, es agentes que materializam a tradução, a crítica e a comunidade leitora. Dentro desse conjunto considerado pela pesquisadora como aparato, estariam os prefácios/introduções e notas de tradução, sobre os quais temos escrito bastante a partir do fator canadense, com o qual Pilar dialogou principalmente.

Terceira parte. Neste momento do livro, Pilar se defrontou mais com a aproximação às chicanas para sua elaboração junto aos estudos feministas da tradução, o *momento musicale* dividido em algumas partes: a *introduzione* [introdução] para mostrar como se aproximou do texto de Sandra Cisneros, o *passaggio chromatico* [passagem cromática] como leitura crítica para o próprio, o *scherzo* [gracejo] como nota da tradutora introduzindo o que fez, o *forte vivace* [forte e vivaz] que é a tradução do conto “Mericans” de Sandra Cisneros ao catalão com marcas do castelhano mexicano e inglês, por fim o *adagio* [adágio] de reflexões posteriores à tradução. Pilar expôs esses movimentos como sua estratégia de “traduzir como (uma) mulher”, calcada em provisionalidades táticas na qual quem traduz ora se conforma, ora resiste às instituições tradutórias em prol do objetivo do projeto de tradução, nessa posição que não deseja permanecer nem no centro, nem na margem, mas entre essas posições se desloca. Em sua perspectiva, esse procedimento se alia com a intersecção entre os feminismos e os estudos pós-coloniais para realizar-se com uma consciência crítica. No entanto, por mais que Pilar tenha buscado valorizar a consciência da mestiça conforme expressada por Gloria Anzaldúa, ela desconsiderou a sexualidade lésbica e a presença física e/m

³⁴⁸ [extensão da própria (re)escrita, considerando que se formula como uma ressonância ideológica do pensamento da tradutora]

espiritual da autora, além de abstrair as condições materiais da experiência fronteiriça.

Em seu livro, ao aprofundar-se nos saberes sobre Sandra Cisneros junto ao texto “Mericans”, Pilar escutou as propostas da autora, sua aproximação entre escrita e sexo como vivências criativas em que se discutem representações culturais³⁴⁹ — e que isso ela partilharia com outras autoras chicanas —, e também observa que “Buscar noms i interrogar-los és una característica recurrent en el procés d’autodefinició de les escriptores *chicanas*”³⁵⁰ (2000, p. 143). Nomear(-se), como vemos em Mercè e Gloria, assim como se encontra no trabalho de Djamila, é uma questão fundamental em meio aos feminismos, compreendendo como a língua normativa não comporta as corporalidades e/m existências que foram marginalizadas, gerando discursos outros na forma de várias *línguas abolidas*.

O gesto também inclui riscos, como já mencionado anteriormente, pois: “La majoria d’autores són conscients dels riscos que comporta posar noms a les coses, però alhora saben que les coses no existeixen si no tenen nom”³⁵¹ (2000, p. 143). A afirmação de Pilar, no entanto, me parece extrema: a ausência de uma palavra para representar as especificidades do que se entende por gênero, raça, classe, sexualidade e espiritualidade jamais anularam a existência delas, mas sim as excluíram de um espaço de significação legitimado. Dizer que não existem é assumir que a norma de legitimação é onipotente. Que aquilo que não tem nome é tratado como se não existisse pelos discursos hegemônicos, sim; que as consequências dessa desconsideração podem implicar agressões e aniquilação, também. Porém, a existência e/m resistência sempre se fez, como bem pontuam Mercè e Gloria.

A consciência do risco de nomear de que falou Pilar, no entanto, é importante considerar para que se busque uma atenção que auxilie no processo durante a tradução, ao que ela continuou elaborando para ouvir poemas e textos de Sandra Cisneros. Ela explicitou que traduziu “Mericans” desta autora por ser um texto que ilustra a nova consciência da mestiça e seus paralelos com a proposta de

³⁴⁹ Há inclusive temas em que se pode aproximar Sandra Cisneros de Maria-Mercè Marçal, pois “En l’obra de Cisneros les sensacions momentànies d’experimentar l’alteritat no s’esdevenen si altri no forma part del jo” [Na obra de Cisneros as sensações momentâneas de experimentar a alteridade não se passam se outra não forma parte do eu] (2000, p. 146), que, aparece em estados de ser para Mercè em “Eu sou a outra. Você é eu mesma” (2019[1989], p. 163).

³⁵⁰ [Buscar nomes e interrogá-los é uma característica recorrente no processo de autodefinição das escritoras *chicanas*]

³⁵¹ [A maioria das autoras estão conscientes dos riscos que comporta colocar nomes nas coisas, mas ao mesmo tempo sabem que as coisas não existem se não têm nome]

“traduzir como (uma) mulher”, falando a partir dos espaços liminares. Também escutou outras traduções de “Mericans”, ao castelhano peninsular e ao mexicano, e realizou uma leitura do texto acompanhada pelas comparações com elas, exercício de preparação para quem se aproxima do contexto da obra e as possibilidades de interpretação entre línguas que se materializam ao traduzir.

Ainda sustentando a necessidade de envolver-se, a pesquisadora levantou uma questão importante: “Pertànyer a un grup hegemònic no vol pas dir haver de callar. Només la participació condueix al respecte, a la diferència. Per això Spivak defensa la indispensable implicació de tot subjecte, sobretot l’hegemònic, en les pràctiques d’estudi culturals”³⁵² (2000, p. 162). Diante disso, lembrei-me da frase de Audre Lorde, “Seu silêncio não vai proteger você” (2019[1984], p. 52), pois não se implicar com as circunstâncias torna-nos automaticamente cúmplices delas, consciente ou inconscientemente, ainda que a implicação possa se manifestar das mais variadas formas: “Tant participar com no participar comporten riscos. Però la cooperació és la millor alternativa al silenci. La resistència més efectiva és sempre la implicació del subjecte en l’ordre establert”³⁵³ (GODAYOL, 2000, p. 162). Trabalha-se, portanto, em meio aos ET com os afluxos dos estudos feministas e pós-coloniais, como estabelecer essa participação, os modos pelos quais realizar escuta e traduzir.

Pilar expôs isso na prática, ao detalhar como a mediação entre línguas para as traduções ao castelhano peninsular e ao mexicano buscaram jogar para recriar as textualidades híbridas de Sandra Cisneros, que se apresenta entre outras autorias chicanas, e como isso inspirou sua própria prática. No entanto, a pesquisadora e tradutora não nos informou de sua localização com relação ao texto, nem a da comunidade leitora catalã a que se dirige, podemos supor que falava com seus pares, por publicar seu trabalho em catalão por uma editora universitária. Essa contextualização, como parte da recepção, é relevante que exista, o que inclusive ela mesma afirmou ser importante em seus comentários posteriores, ao destacar como os contos de Sandra Cisneros tiveram diferentes formas de publicação a depender da comunidade leitora a que se destinava. Sua escolha se associa com a ideia de *thick translation* [tradução densa] de Kwame Anthony Appiah, que se apoiou

³⁵² [Pertencer a um grupo hegemônico não quer dizer que se deve calar. Somente a participação conduz ao respeito, à diferença. Por isso Spivak defende a indispensável implicação de todo sujeito, sobretudo hegemônico, nas práticas de estudo culturais]

³⁵³ [Tanto participar quanto não participar comporta riscos. Mas a cooperação é a melhor alternativa ao silêncio. A resistência mais efetiva é sempre a implicação do sujeito na ordem estabelecida]

na noção de *thick description* [descrição densa] da antropologia de Clifford Geertz, que traz um grande aporte de fortuna crítica — valorizando glossários, anotações e reflexões — voltada à feitura e recepção da tradução.

Essa abordagem, como se encontra em *Espais de Frontera*, “està estretament lligat a projectes didàctics que volen construir noves possibilitats de transmissions traductològiques entre persones de cultures, geografies i temporalitats diferents”³⁵⁴ (2000, p. 176). Porém, muitas vezes esse aparato pode mais afastar do que aproximar determinadas comunidades leitoras, como ela visualizou no trabalho de Maureen Ahern através da crítica de Carol Maier, que mais dificulta e pesa a recepção da obra de Rosario Castellanos. Portanto, diferentes projetos para distintas comunidades leitoras são colocados em questão no refinamento do que é preciso à conexão que torne possível a tradução ser recebida, sem que para isso se realizem operações colonizadoras/reductoras.

Na sua coda, que ela definiu em seu glossário — junto de outros conceitos importantes ao final do livro — como uma “fórmula harmònica no conclusiva que ajudi a acabar el *momento musicale*”³⁵⁵ (2000, p. 204), Pilar retomou uma questão exposta por Edward Said: a diferença entre as migrações reais, que muitas vezes se dão por motivos e/ou condições brutais, atravessadas de miséria e morte, e a mobilidade defendida por intelectuais, otimista, que se opõe às atitudes coloniais sobre os saberes e “n’adopta d’erràtiques i flexibles, emmarcades, como diria Anzaldúa, per una consciència de mestissa”³⁵⁶ (2000, p. 183). Neste momento, ela trouxe questionamentos que poderiam, por exemplo, se opor a uma desmaterialização/idealização:

és factible construir uns postulats traductològics sobre la possibilitat d’articular la veu d’uns subjectes històrics subalterns que han patit i pateixen repressions socials? Es pot comparar l’experiència de qualsevol dona, en tant que subjecte no hegemònic, amb la del que en aquest escrit s’anomena “traduir com (a) dona”?³⁵⁷ (2000, p. 184)

³⁵⁴ [está estreitamente ligada a projetos didáticos que querem construir novas possibilidades de transmissões tradutológicas entre pessoas de culturas, geografias e temporalidades diferentes]

³⁵⁵ [fórmula harmônica não conclusiva que ajude a acabar o momento musical]

³⁵⁶ [adota as erráticas e flexíveis, marcadas, como diria Anzaldúa, por uma consciência de mestiça]

³⁵⁷ [é factível construir uns postulados tradutológicos sobre a possibilidade de articular a voz de uns sujeitos históricos subalternos que sofreram e sofrem repressões sociais? Pode-se comparar a experiência de qualquer mulher, enquanto sujeito não hegemônico, com a do que neste escrito se nomeia “traduzir como (uma) mulher”?]

Pilar se associou à crítica de Gayatri Spivak para abordar as relações de poder implicadas nesse processo: “La qüestió de la negociació marca la diferència entre el subjecte hegemònic i el no hegemònic perquè, com afirma Spivak (1990, 72), ‘the more vulnerable your position, the more you have to negotiate’”³⁵⁸ (2000, p. 184). Assim, a pesquisadora catalã expôs a lógica de que, para intervir no sistema em que se foi criada, deve-se considerar que ele formou nossa subjetividade: age-se de dentro, deslocando.

Retomando o conceito de subalternidade de Gayatri Spivak, elaborado por Antonio Gramsci, Pilar olhou especificamente para a maneira como a intelectual indiana operou uma estratégia em que é preciso nomear para veicular interesses políticos, mas visando que os nomes eventualmente desapareçam, uma vez que a existência do que cada nome representa se dá dentro da lógica opressora que se luta para transformar. Dentro dessa necessidade, Pilar destacou que “Segons Spivak, davant la nominalització d’un discurs polític els subjectes poden adoptar dues posicions diferents: la de sentir-se categòricament *named* o *naming*”³⁵⁹³⁶⁰ (2000, p. 185). Acredito que este argumento é bastante importante para que, na tradução, busque-se atentar para os nomes em seus movimentos sintáticos para recriá-los, evitando ao máximo a imposição de noções que estejam contra suas propostas: que os lugares de fala, os saberes localizados, em sua tradução, existam como deslocamento potente e não como apropriação desmobilizada. Parece-me que essa é uma das ideias fundantes do livro de Pilar Godayol, pensando criticamente as dinâmicas coloniais nas relações entre o “Primeiro Mundo” e o “Terceiro Mundo”.

Entre suas últimas palavras antes da Cadência, parte em que registra o conto “Mericans” de Sandra Cisneros sem as intervenções gráficas em sua tradução ao catalão, atravessada pelo castelhano mexicano e inglês, Pilar reafirmou que “Si la veritable naturalesa de la traducció i de les dones no es pot encabir en posicions ni en significacions definitives, caldrà inscriure-la en espais fronterers que es modifiquin

³⁵⁸ [A questão da negociação marca a diferença entre o sujeito hegemônico e o não hegemônico porque, como afirma Spivak (1990, 72), ‘quanto mais vulnerável sua posição for, mais você tem que negociar’]

³⁵⁹ Acrescentaria, contudo, que aqui se descreve um binário que, por uma leitura interseccional, torna-se insuficiente diante da multiplicidade de fatores identitários: é possível que uma mesma pessoa seja nomeada em alguns sentidos e nomeante em outros, como, por exemplo, sujeitos homossexuais brancos que, ainda que oprimidos pela homofobia, detêm os privilégios da branquitude.

³⁶⁰ [Segundo Spivak, diante da nominalização de um discurso político, os sujeitos podem adotar duas posições diferentes: a de sentir-se categoricamente nomeados ou nomeantes]

contínuament”³⁶¹ (2000, p. 197). Ainda que me oponha à ideia de que exista uma verdadeira natureza do que seja, informada pelos estudos queer~cu-ir, acredito que olhar para a tradução como espaço de fronteira, nutrida pelas elaborações feministas críticas chicanas como as de Gloria Anzaldúa, é uma forma de incorporar a interseccionalidade e queerizar~cu-irizar sentidos, práticas da encruzilhada. Pilar se aproximou das chicanas e repassou algumas bases da conexão entre o que se entende como gênero e tradução, expandindo para uma perspectiva feminista que se bate contra as ideias de universalização. Observemos como esses temas caminharam, então, em um salto de vinte anos, com as reelaborações críticas do campo, com as quais meus caminhos se cruzaram.

2.2.4 Aproximos transnacionais: um editorial e um artigo de conceitos e metodologias

As redes se ampliam. Em 2019, juntaram-se Luise von Flotow (Universidade de Ottawa, Canadá), Olga Castro (Universidade de Warwick, Reino Unido), Emek Ergun (Universidade do Norte da Carolina em Charlotte, Estados Unidos) — as organizadoras dos volumes de 2017 que há pouco citei, embora Farzaneh Farahzad não tenha se mantido — e María Laura Spoturno, quem nos acenou desde a Universidade Nacional de La Plata na Argentina, para realizar a chamada do dossiê temático “Hacia una traductología feminista transnacional” [Rumo a uma tradutologia feminista transnacional] no periódico colombiano *Mutatis Mutandis*, publicado em 2020. Sobre essa proposta, Luise von Flotow já havia se pronunciado em artigo³⁶² que prefiro considerar como um preparo de solo ao que aqui veio a ser pensado coletivamente.

Como a edição foi publicada no fim de fevereiro de 2020, podemos dizer que ela representou um dos movimentos mais atuais nos estudos feministas da tradução³⁶³, campo nomeado de estudos feministas transnacionais da tradução, e

³⁶¹ [Se a verdadeira natureza da tradução e das mulheres não pode ser enfiada em posições nem em significações definitivas, será necessário inscrevê-la em espaços fronteiriços que se modifiquem continuamente]

³⁶² FLOTOW, Luise von. “On the Challenges of Transnational Feminist Translation Studies”. *TTR*, vol. XXX, n. 102, 2017, p. 173–194.

³⁶³ Em meados de 2020, foi publicado o livro *The Routledge Handbook of Translation, Feminism and Gender* (FLOTOW; KAMAL, 2020), que só pude ter acesso depois graças à ajuda de pesquisadoras estrangeiras. Como o volume envolve propostas queer, será a partir da próxima parada-entrega que

dois de seus textos me interessam trazer aqui: o editorial, expondo como se articulou essa coletividade de vozes para introduzir os diálogos da edição, e o artigo “Feminismos y traducción: apuntes para una traductología feminista transnacional” que se afirmou como referência para a perspectiva assim nomeada. No entanto, destaco que importante presença brasileira se fez com o Coletivo Sycorax, um grupo de tradutoras engajadas com a tradução ao português brasileiro da obra de Silvia Federici e ligadas à Universidade de São Paulo, e Pâmela Berton, doutora pela Universidade Estadual Paulista, que foi supervisionada por Olga Castro em um estágio de pesquisa na Universidade de Warwick.

Do editorial. Apresentado em formato multilíngue, com texto de partida em inglês, o editorial foi traduzido ao castelhano colombiano por Martha Pulido, vinculada à Universidade de Antioquia na Colômbia, instituição a qual o periódico *Mutatis Mutandis* pertence, e por mim ao português brasileiro. Como introdução, as autoras se posicionaram em “um esforço coletivo e crítico para dar destaque ao feminismo transnacional como uma perspectiva teórica produtiva para os estudos feministas da tradução, que ajuda na construção de vias para o desenvolvimento de novas direções no campo” (CASTRO; ERGUN; FLOTOW; SPOTURNO, 2020, p. 2). Olga, Emek, Luise e María Laura enxergavam na tradução um meio de (im)possibilitar alianças, através de encontros entre feministas ao redor do mundo, ao mesmo tempo que esse gesto põe em xeque “o modelo colonial do ‘feminismo (ocidental) como imperialismo’ (Mohanty, 1988)” (2020, p. 3).

As autoras também destacaram que desejavam tratar da tradução em suas inúmeras modalidades, contra o que Pilar e as autoras de *TW1*, *TW2* e *FTS* apontaram como as limitações das primeiras elaborações feministas nos ET, centralizadas na tradução literária, contemplando “todos os tipos de práticas translinguísticas/culturais/midiáticas, incluindo o campo dos estudos da interpretação, tradução intersemiótica, a tradução de línguas de sinais, tradução automática, assim como a viagem de teorias e tradições” (2020, p. 3). Com essa ampla visada, tanto na conceituação de tradução quanto às múltiplas direcionalidades que são valorizadas, as autoras afirmaram uma tradução comprometida política e eticamente para “transnacionalizar nossas visões políticas e práticas de solidariedade, justiça e libertação (Khader, 2019), porque essas mesmas

terei em vista suas contribuições, inclusive porque o livro se inscreve dentro dos estudos feministas transnacionais da tradução que na *Mutatis Mutandis* foram delineados.

fronteiras e limites frequentemente são feitas e/ou operadas para separar as pessoas (e colocá-las contra) umas das/às outras” (2020, p. 3).

Para conceituar como os estudos feministas da tradução se associam com o feminismo transnacional, as pesquisadoras delimitaram que este foi “Originalmente desenvolvido na América do Norte pelas chamadas feministas racializadas (Grewal & Kaplan, 1994; Alexander & Mohanty, 1997)” (2020, p. 3) e definido como “uma solidariedade política desejável e possível entre feministas através do globo que transcenda classe, raça, sexualidade e fronteiras nacionais” (MENDOZA, 2002, p. 296 apud CASTRO; ERGUN; FLOTOW; SPOTURNO, 2020, p. 3). Nesse projeto, “Isso torna a tradução central ao debate sobre políticas feministas globais” (2020, p. 3), o que é confirmado pelo trabalho de Olga Castro e Emek Ergun, assim como pelo de Luise von Flotow, valorizando a potência de comunicação e colaboração transnacionais. No entanto, a materialidade desses fluxos ainda é muito precária, a ver como o livro *The Routledge Handbook of Translation, Feminism and Gender*, editado por Luise von Flotow e Hala Kamal em 2020, contém 41 capítulos e apenas 3 apresentam envolvimento com a América Latina.

Para que essa articulação aconteça, as autoras também defenderam a necessidade da perspectiva interseccional, cunhada por Kimberlé Crenshaw como já foi comentado, uma vez que “Uma ênfase crescente na interseccionalidade e na reconfiguração das relações de poder entre os vetores ‘Oeste/Leste’ e ‘Norte/Sul’ na viagem de saberes feministas em/atraves (da) tradução revitaliza as agendas tanto dos feminismos quanto dos estudos da tradução” (2020, p. 3). Como temos visto ser pontuado, as autoras também destacaram que essa postura já existe há tempos: “feminismos racializados, operários, pós-coloniais, coloniais, indígenas, lésbicos e *queer* nos EUA identificaram a opressão dupla ou tripla sofrida por mulheres definidas como não brancas, não heterossexuais e que não pertencem às classes médias ou altas (Anzaldúa & Moraga, 1981)” (2020, p. 3).

Além destas referências que já são mais comentadas, as autoras do editorial consideraram o contexto em que estão a publicar essa edição temática, olhando como “Na América Latina, a conceitualização da interseccionalidade já estava presente em textos dos séculos XIX e XX (Viveros Vigoya, 2016; Femenías, 2019)” (2020, p. 3), contando com estudos brasileiros sobre, que “sublinham tanto a necessidade de ‘enegrecer’ o feminismo de forma a revisar estruturas sociais a partir de um ponto de vista decolonial e interseccional (Bambirra & Kleba Lisboa, 2019;

Melo, 2019)” (2020, p. 4), assim como as abordagens localizadas “oferecidas pelos feminismos comunitários, negros e pós-coloniais que são desenvolvidos em áreas rurais (Fernandes, 2019; Pinheiro, Silva & Rodríguez, 2019)” (2020, p. 4). Por fim, também mencionaram o eixo gênero-nação sobre “nações sem Estado de uma ‘Espanha pós-colonial’ (Bermúdez et al., 2002; Miguélez-Carballeira 2017)” (2020, p. 4), contemplando outras formas de disputa feminista articulada com reivindicações políticas territorialmente delimitadas (com as quais Maria-Mercè Marçal, catalã, imagino que dialogaria).

Portanto, nota-se como as pesquisadoras incentivaram a investigação sobre caminhos outros dos saberes, exemplificando que esta edição da *Mutatis Mutandis* “parte de um movimento transnacional para reconhecer e mobilizar a importância dessas (e outras) contribuições, para articular uma visão mais ampla e abrangente da abordagem transnacional quando aplicada aos feminismos e (estudos de) tradução” (2020, p. 4). Por isso afirmaram que escolheram esse periódico para veicular o dossiê, uma vez que ele é gratuito, de acesso aberto e multilíngue, de base colombiana, para que os conteúdos fossem disponibilizados sem barreiras³⁶⁴ e se fizesse “uma ruptura na dominação anglófona da produção de conhecimento e de tendências de disseminação, particularmente no campo (dos estudos) da tradução feminista” (2020, p. 4).

Para conseguirem abarcar a proposta, as autoras admitiram que se exigiram pesquisar mais sobre os estudos da tradução com perspectivas feministas e feminismos transnacionais de base latino-americana, ibérica e chicana nos Estados Unidos, de culturas acadêmicas outras que não pautadas pelas diretrizes anglófonas, e assumiram que “há uma tradição forte de abordagens feministas latinas e latino-americanas que se relacionam diretamente com as premissas dos feminismos transnacionais não hegemônicos e contra-hegemônicos na América do Norte” (2020, p. 4). Inclusive, sublinharam uma publicação recente do periódico *Revista Estudos Feministas* sobre o tema, com a seção temática “Feminismos Transnacionais: saberes e estéticas pós-descoloniais”, em que Caroline Bozzano afirmou um ímpeto na América Latina por alianças transnacionais que não reproduzam violências coloniais. Esta edição da *Mutatis Mutandis*, portanto, procurou contribuir com esse diálogo, como uma materialização de um encontro

³⁶⁴ Sabemos como o acesso à grande parte dos periódicos e livros acadêmicos publicados na Europa, Canadá e Estados Unidos é impossibilitado por seu excessivo custo.

transnacional de propostas, que “serviu para ampliar nossas visões necessariamente limitadas sobre os estudos feministas da tradução e assim abranger novas visões, conceitos e epistemologias” (2020, p. 5). Elas retomaram as palavras de Patricia Hill Collins à introdução de *Feminist Translation Studies* para expressar como conhecer nosso mundo, para além do reconhecido conosco, envolve atravessar fronteiras de diversas ordens, o que implica riscos tanto nos diálogos quanto em seu registro em pesquisa.

Esta edição, como as autoras assumiram, demonstra que “uma concepção plural, interseccional e transnacional do feminismo requer, sem dúvida, uma articulação crítica da tradução” (2020, p. 7). Essa questão é particularmente necessária uma vez que, por exemplo, um evento como Fazendo Gênero, reconhecido congresso feminista brasileiro, teve em 2020 — que foi adiado para 2021 devido à pandemia da Covid-19 — apenas dois simpósios temáticos sobre estudos feministas da tradução confirmados. Embora não seja novidade, o tema da tradução como fundamental aos debates feministas só recentemente tem sido ressaltado. Resta, também, uma maior inclusão dessa perspectiva aos ET em si, como tenho exposto, para que não se sustente essa separação que isola grande parte das pesquisas de uma reflexão política comprometida, o que, por sua vez, dificulta seu afluxo em práticas informadas. Como orientação a isso, ando agora ao artigo de Olga Castro e María Laura Spoturno.

Feminismos e tradução: apontamentos conceituais e metodológicos para uma tradutologia feminista transnacional. O artigo de Olga e María Laura nos trouxe uma proposta metodológica crítica aos ET tendo em vista os feminismos que possui abertura interseccional e transnacional, revisando brevemente a historiografia dos estudos feministas da tradução e as contribuições dos feminismos transnacionais, a considerar a tradução como um amplo conjunto de atividades, pensada em sua teoria, ensino e prática. O campo dos estudos feministas transnacionais da tradução³⁶⁵, como proposto pelas autoras, é uma inovação ao campo, partindo de um entendimento de mulheres diferenciado do que até então havia se esboçado, pois “Nossa utilização do plural ‘mulheres’ é inclusiva e deve ser entendida para além das categorias normativas cisgênero e/ou binárias” (2022[2020], p. 5). Sem

³⁶⁵ As autoras propõem a “tradutología feminista transnacional” (2020, o. 13), com a sigla tft, porque o termo tradutologia é mais corrente no meio hispanófono, mas no Brasil o campo é conhecido por Estudos da Tradução, o que me levou a adaptar a nomenclatura, cuja sigla então se torna eftt.

generalizar ideias e materialidades atribuídas às mulheres — inclusive deixaram a definição em aberto —, Olga e María Laura tentaram propor uma metodologia atenta às colaborações entre a tradução feminista e os feminismos transnacionais, com principal valorização à interseccionalidade, que possa unir sem apartar.

As pesquisadoras se posicionaram, em diálogo com Donna Haraway, para expor que o artigo está marcado “por nossas experiências de vida e pela parcialidade geopolítica e interdisciplinar iniludível de nossas localizações como pesquisadoras de instituições universitárias e científicas que constituem centros de poder em países localizados nos eixos denominados *Norte global* e *Sul global*”³⁶⁶ (2020, p. 14). Na especificidade em questão, as autoras estavam na contracorrente da hegemonia do inglês, tanto nos estudos acadêmicos gerais quanto nos ET e na teoria feminista, ao escreverem em castelhano, ainda que, para Olga, seja uma língua de imposição hierárquica, uma vez que é galega. Nesse entremeado, as pesquisadoras reconheceram seus próprios limites, qualificando seus saberes de incompletos e limitados, e chamaram ao diálogo colegas que desejem construir a partir de diferentes experiências e saberes localizados, como minha própria tese se situa em diálogo afim com elas.

Dessas demarcações, as autoras situaram o contexto que chamaram de era dos feminismos transnacionais, estes que encaram de frente os problemas decorrentes do imperialismo neoliberal globalizado em busca da justiça social a todos os seres humanos³⁶⁷. Com relação ao qualificador “transnacional”, Olga e María Laura traçaram sua origem nas universidades “dos Estados Unidos e Canadá a partir de duas publicações pioneiras: *Scattered Hegemonies: Postmodernity and Transnational Feminist Practices* (Grewal e Kaplan) e *Feminist Genealogies, Colonial Legacies, Democratic Futures* (Alexander e Mohanty)” (2022[2020], p. 7). Pelo que destacaram dessas obras, percebe-se uma crítica às universalizações coloniais homogeneizantes, mas também admitiram que “a própria categoria de transnacional possui riscos, já que pode levar a “hierarquias disfuncionais” (Alexander, 183) que

³⁶⁶ Elas explicam que se referem aos termos “Norte e Sul globais”, devido ao seu uso em meio às elaborações feministas, ainda mais as transnacionais, embora sejam criticados pelas ciências sociais. De fato, a divisão é simplificadora, mas serve de apoio para que as nuances contextuais postas em aberto para cada análise desfie sua complexidade real, de forma que Olga e María Laura afirmaram que “Somos conscientes de que as relações geopolíticas do mundo contemporâneo não podem se classificar através desse binarismo” (2022[2020], p. 6).

³⁶⁷ As autoras também mencionam a exploração da natureza e de outras espécies mais adiante (Cf. 2020, p. 16–17), de forma que fica evidente que, embora valorizem existências não humanas, elas desejam se centralizar nas mulheres — em sua ampla concepção — como sujeitas dos feminismos.

ocultam os mecanismos explícitos através dos quais os processos transnacionais interagem, criando novas desigualdades” (2022[2020], p. 8).

As autoras tomaram o exemplo das hegemonias linguísticas, como a do inglês e outras línguas coloniais, como um dos aspectos dessa replicação de desigualdades no campo dos estudos feministas transnacionais da tradução a se observar, mas ainda defenderam a abordagem transnacional, uma vez que ela possui “seu potencial para desvelar as “histórias coloniais, neocoloniais e imperialistas” (Alexander e Mohanty, ‘Cartographies of knowledge and power. Transnational feminism as radical praxis’, 24) que definem certos contextos feministas transformando-os em excludentes (2022[2020], p. 8), responsáveis por formar as “propostas hegemônicas que considera(va)m as mulheres brancas, cisgênero, de classe média e heterossexuais como sujeitos do feminismo” (2022[2020], p. 8). Nota-se, portanto, que transnacional é uma forma de relacionar-se com a realidade globalizada que nela observa como os diversos sistemas de opressão se articulam. Junto aos feminismos, essa perspectiva focaliza como isso afeta mulheres, nutrindo-se “legados intelectuais e políticos de propostas dos feminismos racializados, de classe, marxistas, pós-coloniais, decoloniais, indígenas, do autodenominado terceiro mundo, dissidentes, lésbicos e *queer*, para citar alguns (2022[2020], p. 8).

Nessas várias localidades que se afetam reciprocamente, essa articulação foi vista pela lente da interseccionalidade, tida por Olga e María Laura como princípio vertebrador. A partir dos feminismos transnacionais, a crítica interseccional faz uma “crítica aos feminismos internacionais e globais, por tomarem como referência o sujeito *mulher ocidental*, por centrarem-se nos limites fronteiriços dos Estados-nação (os primeiros) e serem cúmplices do poder do capital e das políticas neoliberais impostas pelo primeiro mundo (os segundos)” (2022[2020], p. 9). Opondo-se a ambos, pode-se dizer que a postura transnacional não se pauta por limites territoriais, mas não os desconsidera, e não se deveria se coadunar à lógica capitalista que inclusive foi a base da suposta divisão global em primeiro/segundo/terceiro mundo, já muito criticada, para que os feminismos realizem encontros transfronteiriços em que se possa “entender as desigualdades de gênero de maneira interseccional e contextualizada em cada situação geopolítica” (2022[2020], p. 10). A tradução, nessa postura, é ferramenta fundamental para a existência de “espaços de encontro colaborativos que sejam deliberadamente

polifônicos (Reimóndez, “We need to talk... to each other. On Polyphony, postcolonial feminism and translation”) (2022[2020], p. 10) e que não reproduzam desigualdades na forma como agentes se expressam, são escutadas e se transformam.

Neste ponto, Olga e María Laura destacaram a necessidade de favorecer fluxos Sul-Sul³⁶⁸ e Sul-Norte, ao contrário da inundação dominante do Norte — aqui posto pelas autoras como o amplo espectro do “Ocidente” — em direção ao resto do mundo, e que as alianças estabelecidas em todas essas direcionalidades não sejam despolitizadas. Por um lado, com a circulação de saberes outros e seu fortalecimento, confrontam-se as visões exotizantes e generalizantes sobre o Sul, por outro, essa crítica, legitimando-se, põe em questão as assimetrias de poder e os valores que elas carregam consigo. Seu entendimento dos feminismos transnacionais, portanto, se manifestou como

[um] conjunto interseccional de conhecimentos, ferramentas e práticas com capacidade para (a) ocupar-se de raciocínios racializados, de classe, masculinizados e heteronormativos, assim como de práticas de globalização e de patriarcados capitalistas e da multiplicidade de formas nas quais se (re) estruturam as relações coloniais e neocoloniais de dominação e subordinação; (b) lutar contra as formas complexas e contraditórias nas quais esses processos definem e, ao mesmo tempo, são definidos por uma gama de subjetividades e conhecimentos de agência individual e coletiva; e (c) entrelaçar críticas, ações e autorreflexão para opor resistência a expectativas apriorísticas sobre o que pode constituir uma política feminista em um lugar e tempo determinado. (Nagar e Lock Swarr, 5, apud CASTRO e SPOTURNO, 2022[2020], p. 11-12)

Estabelecidas essas bases com relação aos feminismos transnacionais, as ideias de Olga e María Laura para a possibilidade de alianças transfronteiriças trouxeram consigo uma atenção autocrítica e um chamado à tradução. As autoras pontuaram, porém, que este segundo aspecto foi largamente negligenciado pela teoria feminista em geral e pelos feminismos transnacionais em particular: “No espaço anglófono (no qual nos centramos por ser ali onde se gestam os feminismos transnacionais), os manuais e livros-texto raramente dedicam espaço à tradução

³⁶⁸ Nessas vias, as autoras destacaram a importância do volume *Translocalities/Translocalidades: Feminist Politics of Translation in the Latin/a Americas*, editado por Sonia E. Alvarez, Claudia de Lima Costa, Verónica Feliu, Rebecca Hester, Norma Klahn e Millie Thayer em 2014, em que analisam os fluxos de saberes feministas nas Américas através de uma política translocal da tradução: neste espaço privilegiado, pode-se observar quais fluxos são (des)favorecidos e assim rastrear o que está no fundamento desses fatores. Também mencionam a edição da revista *Signs* de 2014 sobre a qual comentei anteriormente, que conta com um dossiê sobre tradução, estudos feministas e a hegemonia do inglês.

(mas sim à literatura e à linguagem), com bem poucas exceções como o recente *The Bloomsbury Handbook of 21st-Century Feminist Theory*, que inclui um capítulo sobre tradução (Flotow, 'Translation'.) (2022[2020], p. 13).

Há, assim, um monolinguismo imperante na formulação e circulação dos feminismos transnacionais mais visibilizados, ainda que existam publicações em outras línguas que demonstrem interesse na perspectiva, como as pesquisadoras destacaram no dossiê temático "Feminismos Transnacionais: saberes e estéticas pós/descoloniais" feito em 2019 pela Revista Estudos Feministas. Nesse sentido, as pesquisadoras posicionaram como inaugurais os estudos de Claudia de Lima Costa, frequentemente junto de Sonia E. Alvarez, sobre como a tradução é responsável por tornar (im)possíveis os encontros feministas e como isso afeta os fluxos de saberes. Olga e María Laura apontaram outras autoras que também destacam essa questão em suas pesquisas, como Kathy Davis, Millie Thayer, Richa Nagar e Min Dongchao, o que mostra haver espaço em meio aos feminismos para discutir o tema da tradução, ainda que seja pouco desfiado até o momento.

Neste ponto, as autoras do artigo rumaram a uma breve revisão bibliográfica sobre o que até agora temos conhecido como estudos feministas da tradução, de pronto assumindo que é "impossível traçar o início exato das primeiras práticas e teorias que questionam os papéis de gênero tradicionais" (2022[2020], p. 15), uma vez que muitas estratégias de tradução, assim como registros teóricos sobre a tradução, que poderiam ser vistas como alinhadas aos feminismos, existem antes mesmo da organização destes enquanto movimentos. Como temos acompanhado, isso gerou a linha de resgate historiográfico, re-visão das tradições, e Olga e María Laura contribuíram neste artigo com um vasto anexo bibliográfico de pesquisas nesse fio não somente em âmbito "ocidental", mas também latino-americanas.

No entanto, considerando uma proposta deliberada de articular a tradução e feminismos, o que se conhece, como as pesquisadoras afirmaram e se mencionou nos trabalhos de Luise von Flotow e Sherry Simon, começou nos anos 80, com os trabalhos de Suzanne Jill Levine, Carol Maier e Miriam Díaz-Diocaretz, ainda que o fator canadense, aqui chamado de escola canadense, siga sendo o mais reconhecido: "um grupo de escritoras, tradutoras e acadêmicas, rodeadas pela produção literária feminista de vanguarda do Quebec, um território bilíngue, bicultural, atravessado por lutas de independência política e reivindicação de identidades linguísticas e culturais" (2022[2020], p. 16). Tendo em vista como essas

tradutoras e intelectuais receberam críticas, Olga e María Laura reafirmaram que elas foram mal direcionadas em alguns sentidos, uma vez que aquelas estavam “muito conscientes do público para o qual escreviam e sem pretensões universalistas quaisquer (Flotow, “Feminist translation: Contexts, practices and theories”)" (2022[2020], p. 17). Por mais que algumas autoras tenham exposto como algumas críticas estavam equivocadas, infelizmente elas se mantiveram e cristalizaram-se como acusações que minaram as forças dos estudos feministas da tradução no final do século XX.

Como já venho delongadamente me dedicado a comentar esse histórico, salto para o momento em que as pesquisadoras abordaram a retomada de interesse pelo campo, que elas admitiram não se poder chamar de nova tradição europeia, conforme sugerida por José Santaemilia, uma vez que se encontra em diversas localidades. Nessas várias novas pesquisas, outros horizontes³⁶⁹ foram contemplados e “a expansão epistemológica alcança tanto uma ampliação do objeto de estudo quanto uma maior sofisticação e complexificação das categorias de análise” (2022[2020], p. 19). A existência desse efeito, primeiro, foi influenciado pela virada cultural dos ET, segundo, foi alimentado pela problematização/reelaboração das categorias feministas na tradução dos anos 80 e 90 que algumas pesquisas passaram a realizar.

Nesse sentido, as autoras repassaram os trabalhos de María Rosario Martín Ruano, que criticava conceitualizações estanques e monolíticas sobre mulheres e homens; o de Pilar, a propor um gesto de “traduzir como (uma) mulher” em espaço fronteiro que desnaturaliza categorias patriarcais; e ressaltam como Nuria Brufau Alvira³⁷⁰ foi a primeira a propor a interseccionalidade como relevante à tradução feminista na era dos feminismos transnacionais. Olga e María Laura também consideraram pesquisas que, recentemente, estão ganhando espaço, principalmente no Brasil:

³⁶⁹ Neste momento, as autoras realizam uma autocrítica ao trabalho da própria Olga de 2009, no qual ela propunha uma terceira onda aos estudos feministas da tradução: “O posicionamento político que adotamos no marco dos feminismos transnacionais torna inadequado o uso da metáfora das ‘ondas feministas’, com a que se historiciza os feminismos nos Estados Unidos e também em algumas regiões da Europa, uma vez que invisibiliza o pensamento feminista não ocidental desenvolvido historicamente em outros lugares do planeta (Nicholson, “Feminism in ‘waves’: useful metaphor or not?”) (2022[2020], p. 20)

³⁷⁰ A tese “Traducción y género: propuestas para nuevas éticas de la traducción en la era del feminismo transnacional” de Nuria Brufau Alvira (2009) chegou a fazer parte do meu percurso, mas, por mais relevante que seja sua contribuição de tradução interseccional e virada tradutológica dos feminismos, o tom geral da pesquisa e de seus argumentos é bastante conservador.

A problematização da categoria mulher (e, em especial, “mulher negra”, por não ser unívoca nem universal) se realiza também a partir dos estudos sobre tradução e negritude (Andrade Salgueiro; Adeaga; Araújo, Silva e Silva-Reis, “Estudos da tradução & mulheres negras à luz do feminismo”.; Curiel; Melo), uma área emergente e muito prolífica no Brasil, a que recentemente a revista feminista de gênero e sexualidade *Ártemis* dedicou um número especial com o título *Dossiê: Tradução e feminismos negros* (Araújo, Silva e Silva-Reis, “Dossiê: Tradução e feminismos negros”). (2022[2020], p. 21-22)

As contribuições dos estudos queer aos ET são listadas em anexo bibliográfico, mas como um movimento outro: “Na paralela, a proliferação de estudos sobre a tradução que dialogam com e se inscrevem no ativismo lgbti+ e *queer* paulatinamente deram lugar à criação de áreas que, atualmente, oferecem desenvolvimentos de suas próprias categorias e metodologias” (2022[2020], p. 22). Porém, os estudos sobre queer desde o começo estiveram a questionar quem é a sujeita dos feminismos (ANZALDÚA, 1987; SULLIVAN, 2003; BUTLER, 2017[1990]), então acredito que os campos também tenham muita conversa em comum a ser estabelecida, ponto que será o marco de encruzilhada teórica para o próximo capítulo desta tese.

Voltando ao artigo de Olga e María Laura, rumamos para seu momento de direcionamentos às pesquisas nos estudos feministas transnacionais da tradução. As autoras do artigo se dedicaram a comentar a contribuição dos volumes *Translating Women: Different Voices and New Horizons* (FLOTOW e FARAHZAD, 2017) e *Feminist Translation Studies – Local and Transnational Perspectives* (CASTRO e ERGUN, 2017), que atravessamos nesta pesquisa. Um dos pontos fundamentais de suas colocações, considerando que Olga foi uma das organizadoras envolvidas, é como esses volumes implicaram desafios não só institucionais com relação aos ET — o reconhecimento dos estudos feministas da tradução como legítimos —, mas também acadêmicos a respeito das normas padronizadoras de grandes editoras do ramo, como se vê nas

pautas da escrita acadêmica em inglês, o que implica um trabalho muito intervencionista (e esmerado) das editoras sobre os manuscritos recebidos (Flotow, 2017). Possivelmente, esses mesmos textos teriam sido admissíveis em outras culturas acadêmicas, mas não em uma publicação regulada por uma corporação editorial anglo-saxã com um lugar consolidado no mercado. (2022[2020], p. 26)

Que as editoras tenham se comprometido a preparar e organizar tais volumes, acolhendo as propostas sem as desviar de seus intentos e trabalhando junto aos textos para torná-los publicáveis dentro desses parâmetros, é exposto

como um gesto de solidariedade comprometida. Consciente, no entanto, de quais concessões são feitas nesse processo em prol das adequações: as assimilações ao padrão hegemônico em negociação.

Em seguida, as autoras nos ofereceram sua definição para a proposta ao campo:

Definimos os efft como a transdisciplina que aborda o estudo daquelas intervenções sociais e discursivas que buscam contribuir, tanto através da prática efetiva da tradução, quanto da reflexão sobre essa prática, para a justiça social global, o fim das hierarquias (incluindo as existentes entre mulheres) em nosso mundo globalizado e neoliberal, assim como a erradicação da discriminação de gênero, entendida ineludivelmente em chave interseccional. Em diálogo com os feminismos transnacionais, os efft se comprometem com uma perspectiva crítica, ética e solidária sobre a tradução como ato de mediação presente nos encontros transfronteiriços plurilíngues que vinculam todas as pessoas em centros hegemônicos e não hegemônicos. Reafirmamos assim a convicção de que, ao traduzir, refletir sobre a tradução ou ensinar seus aspectos práticos e teóricos, deve-se adotar uma posição política consciente, a fim de que a tradução não responda a valores que perpetuam as assimetrias, mas que possa socavá-las, promovendo a possibilidade de que todas as vozes sejam ouvidas, independentemente do espaço a partir do qual falem. (2022[2020], p. 27)

Essa estruturação é mais porosa, capaz de acolher os instrumentos que cada tarefa tradutória demandar — entre teoria, prática e ensino —, sem, no entanto, negligenciar seu comprometimento político. Além disso, as pesquisadoras trouxeram a tradução também em uma concepção abrangente, compreendida como “operação translinguística, transmedial e transcultural” (2022[2020], p. 28), afetando línguas, textos, meios e agentes. Nota-se, assim, uma amálgama outra:

Diferentemente de outros enfoques, fragmentários ou parciais, propostos dentro dos estudos feministas da tradução (feminismo decolonial e tradução, feminismo racializado e tradução, entre outros), a formulação de uma perspectiva feminista transnacional permite articular e explicar os fatores linguístico-discursivos, socioculturais, geo/gltopolíticos e interseccionais que atravessam, necessariamente, cada exercício prático da tradução e cada reflexão metodológica sobre a tradução, sem limitar sua enunciação e aplicação a um tipo de feminismo particular, nem a um tipo ou modo de tradução determinado. (2022[2020], p. 28)

Admitindo que não é possível definir estratégias e técnicas de tradução aplicáveis a todos os casos, Olga e María Laura propuseram alguns caminhos de intervenção à prática e pesquisa nos estudos feministas transnacionais da tradução, divididos em dois fluxos: um com exemplos de textos literários, filosóficos e acadêmicos e o outro imaginou linhas futuras.

Com relação ao primeiro, as pesquisadoras destacaram alguns aspectos a serem cuidados na seleção, de maneira interrelacionada e crítica através dos feminismos transnacionais: na escolha de textos e línguas, tópicos que Olga e María Laura observaram mais de perto, mas que envolvem diferentes procedimentos discursivos, estratégias de tradução, tipos de suporte aos textos traduzidos, assim como meios de circulação e difusão das traduções. Com relação aos textos, mostraram como é importante situar como as ideologias presentes neles se manifestam e que métodos usar, em cada contexto, para expor seus problemas e acentuar seus valores.

Além disso, incentivaram em específico a tradução de textos feministas acadêmicos para avolumar e questionar os debates no campo “dar fim à ‘colonização do pensamento’, também dissimuladamente imposta pela teoria feminista ocidental (Min Dongchao, ‘Toward an alternative traveling theory’, 584). Trata-se de lutar contra a já denunciada ‘violência epistêmica’ (Spivak, *In other worlds: Essays in cultural politics*, 282) que situa certos conhecimentos como mais válidos e/ou valiosos que outros” (2022[2020], p. 31). Elas defenderam a produção de saberes feministas de vozes várias e outras, que sejam reconhecidas por ainda mais outras em tradução, e também em inglês, com honestidade sobre a localização dos saberes de quem escreve e quem traduz, para que se forje uma hospitalidade transfronteiriça. Meios de possibilitá-lo, segundo as autoras, pode dar-se através: da criação de periódicos sobre tradução e feminismos, de acesso livre e aberto, que publiquem textos em várias línguas e garantam sua tradução a alguma das línguas mais utilizadas em produções acadêmicas; assim como intervenções junto à Wikipedia de tradução de conceitos feministas a diversas línguas; e também a criação de bibliografias de acesso aberto sobre estudos feministas da tradução, com publicações em diversas línguas, que facilitem encontrar materiais sobre o tema.

Com relação às línguas, Olga e María Laura se posicionaram a favor do estudo de línguas menos traduzidas para que nelas se possa acessar textos que se considerem relevantes de traduzir, desde as atuais até as de tempos passados, que não foram contempladas por sua situação minorizada. Logo nos lembramos das palavras de Gayatri Spivak sobre os primeiros gestos sobre solidariedade com outras mulheres estar também no aprendizado de sua língua. Nesse sentido, relembrou-nos das propostas de Claudia de Lima Costa a favor dos diálogos Sul-Sul, assim como os do Sul-Norte colocados por Gayatri Spivak também. No entanto,

como elas próprias admitiram com o uso desses termos, não se deve ter uma compreensão simplista desses binômios, o que me faz pensar em línguas minorizadas em diferentes localidades, como é nossa tradução, minha e de Meritxell, da poesia catalã de Maria-Mercè Marçal ao português brasileiro. Por outro lado, também não se deve rechaçar traduções que se façam das línguas que se impõem como hegemônicas para outras minorizadas, uma vez que estas podem realizar uma atitude crítica nesse eixo que fica exposto pela tradução, como tive com Julia e Emanuela em *Bash Back! Ultraviolência Queer* do inglês.

Logo, como as próprias pesquisadoras confirmaram, cada projeto terá seus próprios termos enunciativos de tradução particulares, sempre variáveis com relação a um conjunto contextual de fatores, que inclusive contam muito com a comunidade leitora a que se destinam e como a revisão e edição do texto conjugará essa mira. A relação entre quem traduz e editoras, por sua vez, também é vista a partir de um campo de negociações em que se sugere encontrar formas de obter direitos, para quem traduz e as autorias traduzidas, o que acaba encontrando espaço, geralmente, nas editoras independentes. No entanto, Olga e María Laura se manifestaram a favor da publicação de obras feministas dentro de editoras maiores, ou que não sejam de nicho, para que tais leituras não fiquem restritas aos círculos que já as nutrem, ainda que tais projetos demandem cuidado diante de, por exemplo, preparações de traduções que negligenciem os temas feministas.

Sobre linhas futuras, são inúmeras, pois os estudos feministas transnacionais da tradução podem expandir seus temas e questionamentos em muitos sentidos ainda, mas as pesquisadoras sublinharam algumas como “a tradução para língua de sinais e a interpretação, mas também a de textos científicos, técnicos, legais, médicos, financeiros, audiovisuais ou de videogames” (2022[2020], p. 36) e também compeliram a desenrolar “a presença da tradução (e, muito especialmente, da interpretação) como peça-chave em movimentos feministas de ativismo social social para a (trans)formação de alianças transfronteiriças, necessariamente plurilíngues” (2022[2020], p. 36-37). Consideraram também a tradução indireta, que pode ser valiosa para colocar em contato comunidades feministas falantes de línguas minorizadas através de uma segunda língua compartilhada como ponte, mas que implica riscos se apelar a línguas que se impõem como hegemônicas. Nessas formas de estabelecer vínculos, também sugeriram como a tradução automática pode vir a auxiliar os diálogos feministas, o

que merece uma análise sobre como essas tecnologias podem ser úteis. Além disso, Olga e María Laura comentaram brevemente também sobre a pesquisa com relação às condições econômicas e profissionais de atuação de quem traduz, o que estará em contato direto com a forma como o neoliberalismo afeta essa profissão, impactando diferenciadamente mulheres em suas várias especificidades. Por fim, enfatizam também a importância da pesquisa sobre o ensino e formação de quem traduz pela perspectiva dos estudos feministas transnacionais da tradução, tendo em vista seu potencial transformador, a constar tanto nos programas dos ET quanto nos de estudos de gênero, feministas, relações internacionais e globalização.

Como se percebe, são vários os caminhos. Conjugando a interseccionalidade em meio aos feminismos transnacionais e os estudos feministas da tradução, a proposta dos estudos feministas transnacionais da tradução observa um campo bem mais vasto, traçando rotas próprias por seus meandros. Acredito que este artigo de Olga e María Laura seja muito importante para alimentar uma comunicação entre pesquisas de aprofundamento feminista nos ET hoje, uma vez que as diferentes nomenclaturas muitas vezes dificultam a localização de trabalhos que poderiam dialogar entre si (SANTAEMILIA, 2017b), mas sempre vale nos atentarmos às concessões unificadoras feitas em prol da estratégia. É por isso que proponho outra possibilidade para o campo através desse diálogo, declarando minhas afinidades com o que as pesquisadoras realizaram, ao andando por uma encruzilhada teórica com os estudos queer~cu-ir, para afetar os estudos feministas da tradução e convocar outras maneiras de abordar seus conceitos fundamentais.

3 NÓS, ESTRANHES: ESTUDOS FEMINISTAS DA TRADUÇÃO E/M QUEER~CU-IR

3.1 TATEANDO NA ENCRUZILHADA: DJUNA, O QUE TEM O QUEER~CU-IR A VER COM AS CALÇAS?

*Yes, we who are full to the gorge with misery, should look well around, doubting everything seen, done, spoken, precisely because we have a word for it, and not its alchemy.*³⁷¹ (BARNES, 1936, p. 122)

Nomes. Começo este capítulo com uma fala do doutor Matthew O'Connor, personagem de *Nightwood* escrito por Djuna Barnes, não somente porque o livro estará presente ao final deste capítulo como provocação à proposta dos estudos feministas da tradução e/m queer~cu-ir que faço, mas também porque este trecho traz consigo uma das posturas implicadas nela: a dúvida como um recorrente (ainda que não necessariamente constante) estranhamento diante da língua (e/m tradução: línguas). Dúvida que eu mesma atravessei enquanto (me) debatia sobre gênero no capítulo anterior, processo que foi acompanhado por mergulhos em estudos queer~cu-ir nos quais pude conhecer *duas palavras juntas* — não binária — que nomeiam uma possibilidade de movimento que me abarca, mas que, na lógica cis-heteronormativa, permanecia indizível até então. No máximo, localizava minha ruptura de gênero a partir de uma masculinidade feminina sapatão (HALBERSTAM, 1998), ainda sob uma suposta salvaguarda da cisgeneridade e seu rígido controle de fronteiras (que, por exemplo, legitimam dildos nas práticas sexuais, mas repudiam packers no uso cotidiano). Logo, como espero trazer neste capítulo, queer~cu-ir tem a ver também com as calças (mas não só) na medida em que a imposição do binário de gênero na/s língua/s e/m tradução endossa formulações discursivas opressoras em que se pressupõe quais genitais devem existir sob os tecidos segundo atribuições normativas de gênero, construindo o sexo, e quais desejos podem ou não fazer parte deles e como — com os inúmeros atravessamentos e derivações que estão implicadas nesta questão.

³⁷¹ [Sim, nós, que estamos cheias até a garganta com a miséria, deveríamos olhar bem ao redor, duvidando de tudo que se vê, faz, diz, precisamente porque temos palavras para tudo isso, mas não sua alquimia.]

Muito se discutiu entre os estudos feministas da tradução para complexificar a/s sujeita/s em/de suas pesquisas, mas, ao se conceber LGBTI+ e queer como estudos em paralelo, com “suas próprias categorias e metodologias” (CASTRO e SPOTURNO, 2022[2020], p. 22), parece-me que há pouca porosidade para que essas categorias de fato se afetem — isolando-as nessa imagem paralela — e/ou que sejam *estranhadas*, criticadas em sua própria lógica de categorização. Por outro lado, como retomarei adiante, se já houve quem sinalizou a necessidade de um campo de estudos queer da tradução a partir de uma lacuna em meio aos estudos feministas da tradução (LEWIS, 2010) — vertente que têm proliferado nos últimos anos (BAER, 2021) e que pôde beber de estratégias desenvolvidas por feministas e por tradutorias pós-coloniais (LEWIS, 2010) —, há um apagamento das contribuições feministas em alguns recentes estudos queer na tradução, conforme Olga Castro e eu pudemos notar ao trabalharmos juntas no começo de 2021 (CASTRO; BARBOZA, no prelo). Além disso, como também pontuarei a seguir, percebo como o entendimento que se faz de queer em meio a esses estudos ainda está muito calcado na genealogia anglófona desta palavra, como um grande guarda-chuva para temas LGBTI+ (no qual temas homossexuais são privilegiados em detrimento dos transgênero), de forma que também retomarei o sinuoso e complexo assunto que é debater sobre queer, para que possamos ouvi-lo no estica e puxa pelo qual passou e ainda pode vir a sentir no Brasil em cu-ir.

Diante dessas ausências, desencontros e entendimentos diferenciados, considero os estudos feministas da tradução e/m queer~cu-ir como um convite ao olhar bem ao redor, duvidando de tudo que vemos, fazemos e dizemos, não porque temos palavras (entre línguas) para tudo isso (embora a norma assim se afirme), mas porque ainda estamos as *re/des/conhecendo* (entre as que já existem e são invisibilizadas; as que não foram permitidas existir, mas as existências a que se referem vivem e resistem; e aquelas que ainda serão criadas; e mais e mais). No entanto, é preciso sustentar que jamais as teremos, sua alquimia, pois não há posse — as palavras para nomear conceitos e categorias aqui talvez sejam inapropriadas, catacréticas³⁷² (BUTLER, 2019[1993]) ou talvez até modos de despossessão

³⁷² Lembro-me de Jules a comentar como a noção de catacrese, via tradução cultural de Gayatri Spivak, estava afetando sua própria teorização como tradutora de Anne Carson em sua tese de doutorado; também me lembro de Cláudia de Lima Costa que, também em diálogo com Spivak, afirmou sobre o conceito de tradução em *Translocalities/Translocalidades* ser entendido de tal maneira que “translation can only be understood as a catachresis, as an always already misuse of

(BUTLER, 2004), o que comentarei mais adiante. Como a falta de entendimento entre queer e os estudos feministas da tradução já foi acompanhada no capítulo anterior, gostaria de brevemente situar como o outro lado também se desencontra, para que possa haver um reconhecimento mútuo.

3.2 QUEER NA TRADUÇÃO E/M SUA COMPLEXA RELAÇÃO COM OS ESTUDOS FEMINISTAS DA TRADUÇÃO

Que os estudos feministas da tradução reconhecem a existência da *queer theory* ao ponto de se perturbarem (*gender trouble* fez efeito) e necessitarem elaborar uma defesa do porque não a consideram, tivemos oportunidade de ver em livros dos anos 90. Uma recente virada de convivência mais propositiva, no entanto, pôde ser percebida entre algumas pesquisadoras, como vimos no trabalho de Pilar Godayol e Olga Castro com María Laura Spoturno, para mencionar apenas algumas. De fato, como observei em artigo escrito em novembro de 2020 e que ainda será publicado (BARBOZA, no prelo), existem pessoas dentro dos estudos feministas da tradução que consideram epistemologias queer e essa abertura fez parte de uma demanda por um campo próprio, como argumentou Elizabeth Sarah Lewis em “‘This is My Girlfriend, Linda’ — Translating Queer Relationships in Film: A Case Study of the Subtitles for *Gia* and a Proposal for Developing the Field of Queer Translation Studies”. Segundo a autora, “it is now necessary to advocate for a queer form of translation that gives queer people³⁷³ greater visibility and helps them struggle against the subordinative power of the heteronormative hegemony”³⁷⁴ (2010, p. 3). O

words, an impropriety and inadequacy that underpins all systems of representation” (2014, p. 19). Isso de pronto me levou aos escritos de Gilles Deleuze e Félix Guattari no “1227 – Tratado de nomadologia: a máquina de guerra”: “Todo o pensamento é um devir, um duplo devir, em vez de ser o atributo de um Sujeito e a representação de um Todo” (2012[1980]b, p. 53). Tradução como devir que expõe o movimento das diferentes multiplicidades através de palavras e/m categorias inapropriadas. É interessante perceber o entrecruzamento das noções de tradução, gênero e catacrese e um dos pontos que gostaria de sugerir é como os modos de despossessão podem tornar essa catacrese uma estratégia de apropriações inapropriadas, mas não inadequadas (aqui estaria talvez o seu limite ético) ao trabalharmos com os estudos feministas da tradução e/m queer, ponto ao qual pretendo retornar mais adiante.

³⁷³ Aqui reitero minha nota no artigo: “A autora, em nota de rodapé, diz reconhecer que usar queer enquanto categoria é contraditório por si próprio, uma vez que é uma terminologia que rejeita categorizações, mas afirma que, na prática, é útil como ferramenta política para representar ‘uma miríade de identidades de gênero e orientações sexuais que compartilham do mesmo solo por serem não heteronormativas’ (2010, p. 3)” (BARBOZA, no prelo)

³⁷⁴ [agora é necessário defender uma forma *queer* de tradução que dê às pessoas *queer* maior visibilidade e as ajude a lutar contra o poder subordinante da hegemonia heteronormativa.]

destaque para a existência desse campo é importante para a pesquisadora, uma vez que, embora queer possa ter motivações afins com os feminismos e pós-colonialismos, as alianças precisam ser tecidas a partir de suas especificidades tendo em vista práticas de suas comunidades envolvidas. Como o entendimento de Elizabeth Sara Lewis sobre queer nesse texto se refere em oposição à heteronormatividade, percebe-se aqui um enfoque nas sexualidades. Naquele momento, esse debate possuía pouco espaço nos ET — a contar com poucos livros, como *Intercultural Moviments: American Gay in French Translation*, lançado por Keith Harvey em 2003, e *Re-Engendering Translation*, editado por Christopher Larkosh em 2014 — e ficava à margem nas publicações voltadas à questão de gênero, como, por exemplo, no livro *Gender, Sex and Translation*, editado por José Santaemilia em 2005.

Mais de uma década se passou e muitos trabalhos foram publicados dentro desse campo emergente. Como Pauline Henry-Tierney muito bem sintetizou em “At the confluence of queer and translation” (2020) — por sinal, presente em *The Routledge Handbook of Translation, Feminism and Gender* —, essas pesquisas em geral se detiveram em temas como: a tradução de textos queer literários, fílmicos e dramáticos; o papel da tradução na política de identificação; o uso de aparatos teóricos queer para pensar sobre a prática da tradução; e a tradução da teoria queer em si, considerando a geopolítica de suas viagens, a participação dos ativismos nessas mediações, desafios linguísticos e muito mais. Ao conhecer algumas dessas pesquisas, pude encontrar uma grande variedade de abordagens, ora mais próximas dos estudos feministas da tradução, ora invisibilizando completamente o que aquelas pesquisadoras fizeram nos anos 80/90 e continuam a fazer até hoje, o que de certa maneira expõe a diferença entre uma *queer theory* que se fez como uma crítica interna aos feminismos (como no trabalho de Judith Butler) e o campo derivado dos estudos gays e lésbicos que se deu “na paralela” (como apontaram Olga Castro e María Laura Spoturno). Pelos próximos parágrafos, gostaria de apresentar alguns textos e/m livros de queer na tradução que se destacaram pelas relações que estabeleceram (ou não) com os estudos feministas da tradução.

Um pesquisador conhecido por seu trabalho na tradução e nos estudos pós-coloniais de enfoque queer, William J. Spurlin, possui um amplo estudo sobre o tema na África do Sul e mais países do continente africano, sobre os quais comentou em “Queering Translation”, capítulo presente em *A Companion to Translation Studies*

(BERMAN; PORTER, 2014). Ao confrontar questões tradutórias relativas às sexualidades, sua pesquisa expôs não somente os limites da palavra “queer” em sua genealogia anglófona, mas a própria categorização das sexualidades e/m identidades que é feita com referenciais “ocidentais” modernos. Um de seus interesses, portanto, é “asking how translation theory may be broadened through the pressures of queer theoretical orientations, while exploring the extent to which translation operates as a queer practice”³⁷⁵ (2014, p. 299), enfatizando uma postura relacional: o que se dá nos encontros entre textos e culturas. Ao analisar os escritos da antropóloga Judith Gay sobre laços afetivos e eróticos entre mulheres no Lesoto e dos escritos feministas de Assia Djebar na Argélia, William nos exemplificou como noções “ocidentais” de categorias sexuais, afetividades e sexualidades caem por terra e manifestam a necessidade de outros olhares para a tradução e/m estudos:

At the same time, translation work implies that analyses of gender and sexual difference are not reducible to feminist and queer studies respectively; rather, they intersect with each other as well as with other disciplines and modes of inquiry, as I have argued elsewhere (SPURLIN, 1998). As Christopher Larkosh indicates, working across languages can both complement and question the ways in which we think about gender and sexuality within established disciplines, such as feminist and queer studies, while challenging our sense of certainty around our own gender and sexual positionality (LARKOSH, 2011, p. 4), through bringing to the foreground the slippages I mentioned earlier, and the gaps in the spaces between languages and cultures.³⁷⁶ (2014, p. 302)

Como alguns têm apontado, William também enfatizou como análises queer e feministas se interseccionam e que questões de gênero e sexualidade não se reduzem a esses campos: importar-se com os atravessamentos marcadores das subjetividades é um exercício de atenção para como a linguagem na tradição humanista, imposta como epistemologia dominante pela colonização (e esta depende da tradução), foi se fazendo segundo demandas de assujeitamentos a partir dos quais nos constituímos. É com base neste ponto que William dialogou com

³⁷⁵ [perguntar como a teoria da tradução pode ser ampliada através das pressões de orientações teóricas queer, e simultaneamente explorar até que ponto a tradução opera como uma prática queer]

³⁷⁶ [Simultaneamente, o trabalho da tradução implica que análises sobre a diferença de gênero e sexual não se reduzem aos estudos feministas e queer respectivamente; ao invés disso, elas se interseccionam umas com as outras assim como com outras disciplinas e modos de investigação, conforme argumentei em outro momento (Spurlin, 1998). Como Christopher Larkosh indica, trabalhar entre línguas pode tanto complementar quanto questionar as formas pelas quais pensamos sobre gênero e sexualidade nas disciplinas estabelecidas, como os estudos feministas e queer, ao mesmo tempo que desafia nossa noção de certeza a respeito de nossa própria posicionalidade de gênero e sexualidade (LARKOSH, 2011, p. 4), ao trazer para o primeiro plano os deslizamentos que mencionei antes, assim como as lacunas nos espaços entre línguas e culturas]

o conceito de performatividade para Judith Butler e como essa noção, na tradução, nos faz entendê-la como uma prática queer:

when Butler writes about the impossibility of separating out “gender’ from the political and cultural intersections in which it is invariably produced and maintained” (Butler [1990] 1999, 6), what she is saying about gender can similarly be said about translation insofar as it exposes the myth of an “original” textual body and speaks to the uneven correspondence between languages and to translation as a performative act that is always already influenced by culture and not reducible to the textual body alone. This, in my view, takes the metaphors of femininity, heterogeneity, and multiplicity further and creates a space between languages that is amorphous, ambiguous, different, and quite possibly queer.³⁷⁷ (2014, p. 302)

Quando consideramos as palavras de Christopher Larkosh no começo desta tese sobre os ET como uma disciplina queer, podemos juntar os pontos que William trouxe aqui para argumentar como a tradução pode ser entendida como uma prática queer, cujos estudos se fazem de forma queer, e que, quando se atenta às questões de gênero e sexualidade entre culturas e suas imensas complexidades, também expõe demandas queer ao campo dos ET. Como Brian James Baer e Klaus Kaindl comentaram na introdução de *Queer(ing) Translation, Translating the Queer*, um dos primeiros e importantes volumes sobre o tema:

To the extent that queer theory problematizes the representation of otherness, and translation studies highlights the otherness inherent in representation, bringing together queer theory and translation studies should productively destabilize not only traditional models of representation, understood as mimesis, reflection, and copying, but also the authorial voices and subjectivities they project.³⁷⁸ (2017, p. 1)

Como pudemos ver no capítulo anterior desta tese, os estudos feministas da tradução questionaram esses modelos tradicionais, as noções hierárquicas de autoridade e subjetividade e/m tradução, de forma que essa relação estabelecida encontra afinidades imensas com aquele campo. De fato, muitos capítulos desse livro de Baer e Kaindl dialogam com os estudos feministas da tradução através das

³⁷⁷ [quando Butler escreve sobre a impossibilidade de “separar a noção de ‘gênero’ das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida” (BUTLER, 2017[1990], p. 21), o que ela está dizendo sobre gênero pode ser dito de forma similar sobre a tradução, na medida em que ela expõe o mito de um corpo textual “original” e fala de uma correspondência desigual entre línguas e da tradução como um ato performativo que está sempre sob influência da cultura e não é redutível somente ao corpo textual. Do meu ponto de vista, isso leva adiante as metáforas da feminilidade, heterogeneidade e multiplicidade, criando um espaço entre línguas que é amorfo, ambíguo, diferente e bem possivelmente queer.]

³⁷⁸ [À medida que a teoria queer problematiza a representação da outridade e os estudos da tradução enfatizam a outridade inerente à representação, juntar a teoria queer aos estudos da tradução deveria desestabilizar produtivamente não só os modelos de representação, entendidos como mimese, reflexão e cópia, mas também as vozes autorais e subjetividades que eles projetam.]

pesquisas de Lori Chamberlain, Luise von Flotow, Massardier-Kenney, Pilar Godayol, José Santaemilia e Serena Bassi — essas duas últimas são autorias presentes no volume, inclusive. Porém, outro livro com a presença de tais diálogos foi publicado ainda antes — com meses de diferença — de *Queer(ing) Translation, Translating the Queer*, que é a obra *Queer in Translation* (2017), editado por B. J. Epstein e Robert Gillet.

Apresentado como o primeiro “multi-focus in-depth study on translating queer, queering translation, queer as translation and translation as queer”³⁷⁹ (2017, p. 7), essa descrição sintetiza alguns aspectos mencionados antes por William Spurlin — que, inclusive, está presente nesta obra — ao mostrar talvez os três principais eixos abordados por queer na tradução: as problemáticas da tradução envolvendo sexualidades e/m intersecções de estudos críticos e descritivos, propostas que perturbam as formas de traduzir em prol de outras práticas, e as produções teóricas multidirecionais ao relacionar queer e tradução. Neste livro, os referenciais dos estudos feministas da tradução também são reconhecidos, como nas pesquisas de Shalmalee Palekar e Emily Rose. Emily considerou os estudos de Luise von Flotow, Sherry Simon e Susanne de Lotbinière-Harwood no processo de tradução de gênero e identidades, e Shalmalee trouxe a importante contribuição de Deborah Giustini³⁸⁰ ao reconhecer os pontos de contato entre feminismos e queer na tradução:

Giustini then tracks the beginnings of feminist translation works in English Canada in the 1980s as a direct response to the avant-garde work of Quebecker radical feminist writers in the 1970s. She traces the impetus behind these works to a ‘desire to build transcultural bridges between women’. She further maintains that the application of these practices to both heteronormative and queer texts could result in ‘productive’ examples of queer translation. She notes that while it is important to rigorously contextualize practices of oppression, queer(ying) translators can learn a lot from subversive feminist translation techniques and strategies, and work to defamiliarize entrenched gender and heteronormative stereotypes³⁸¹ (PALEKAR, 2017, p. 13)

³⁷⁹ [estudo multifocal e profundo sobre traduzir queer, queerizar tradução, queer como tradução e tradução como queer]

³⁸⁰ Cf. GIUSTINI, Deborah. “Gender and Queer Identities in Translation From Sappho to present feminist and lesbian writers: translating the past and retranslating the future”. *Norwich Papers*, vol. 23, 2015.

³⁸¹ [Então, Giustini rastreia os primórdios dos trabalhos de tradução feminista no Canadá inglês nos anos 80 como uma resposta direta ao trabalho vanguardista quebequense de escritoras feministas radicais nos anos 70. Ela delinea o ímpeto por trás desses trabalhos como um “desejo de construir pontes transculturais entre mulheres”. Ela também sustenta que a aplicação dessas práticas em textos tanto heteronormativos quanto queer poderia gerar exemplos “produtivos” de tradução queer. Ela percebe que, ao mesmo tempo que é importante contextualizar rigorosamente as práticas de

Esse potencial aprendido de tradutorias queer e/ou queerizantes com práticas subversivas feministas é algo particularmente relevante com relação aos ET, uma vez que foram os experimentalismos e/m teorizações feministas que abriram espaço para discussões sobre gênero e/m sexualidades na disciplina, como pudemos ver ao longo desta tese. Ponto semelhante é abordado pelo capítulo de Pauline Henry-Tierney na compilação *Routledge Handbook of Translation, Feminism and Gender*, já mencionado anteriormente e que se encontra em uma seção chamada “Feminism, gender, and queer in translation”. Depois de duas décadas de relações conturbadas, incluiu-se um debate sobre queer nos estudos feministas da tradução, mas acredito que, ao ser tomado como uma parte (na forma de uma seção, por exemplo), perde-se de vista sua existência como um campo de estudos que problematiza a própria constituição dos feminismos e sua conceituação sobre gênero. Logo no começo de “At the confluence of queer and translation”, Pauline localizou a difícil comunicação entre os campos nos ET:

despite their overlapping origins and practices, the critical intermeshing of translation studies and queer studies has been relatively tardy despite translation studies’ prolific engagement with gender and feminisms since the mid-1990s.³⁸² (HENRY-TIERNEY, 2020, p. 255)

Como a própria disputa dos estudos feministas da tradução em meio aos ET não foi fácil — e continua não sendo —, arrisco-me a dizer que a resistência desse campo ao diálogo com os estudos queer pode ter influenciado na barragem de acesso aos espaços que se abriam a partir das investigações feministas. No entanto, como pudemos ver nesses últimos textos, esse entrave comunicativo não justifica o apagamento de todo o empenho realizado pelos estudos feministas da tradução, como encontramos em uma das mais recentes publicações sobre queer na tradução: *Queer Theory and Translation Studies — Language, Politics, Desire* (2021).

Publicado pela renomada Routledge e com um título marcante sobre o tema, o livro escrito por Brian James Baer invisibiliza completamente os estudos feministas

opressão, tradutorias queer(izantes) podem aprender muito com as técnicas e estratégias feministas subversivas, e trabalhar para desfamiliarizar estereótipos arraigados de gênero e heteronormatividade]

³⁸² [apesar de suas origens e práticas sobrepostas, o entrelaçamento crítico dos estudos da tradução e estudos queer foi relativamente tardio apesar do engajamento prolífico dos estudos da tradução com gênero e feminismos desde os anos 90.]

da tradução, como Olga Castro me apontou enquanto dialogávamos para escrever juntas (CASTRO; BARBOZA, no prelo). O pesquisador, em sua introdução, ao situar a virada dos ET que possibilitaram abordagens mais atentas às políticas da tradução desde os anos 80 até os anos 90, não fez menção alguma aos estudos feministas:

This reorientation of the field opened it up to a variety of approaches from other disciplines, such as Cultural Studies, Postcolonial Studies, and Sociology, that would help it address issues of power, identity, and agency, and to embed translation in societies, networks, and global configurations, characterized by profound political and economic asymmetries. Queer theory, too, would be productively challenged in the late 1990s by new fields of scholarly inquiry.³⁸³ (2021, p. 1)

Embora ele destaque um ponto relevante, que é o fato de ser surpreendente a ausência de relação entre a teoria queer e os ET³⁸⁴, não somente por suas afinidades políticas, quanto pelo fato de James Holmes ter sido uma pessoa queer ativa nessa militância e/m tradução (conforme pudemos conhecer melhor pelo trabalho de Christopher Larkosh), isso não justifica um apagamento tão completo. Não se torna total apenas por uma breve menção ao trabalho de Lori Chamberlain sobre a metafórica da tradução, novamente apresentada de forma breve, apenas para situar as hierarquias sexuais na tradução. A razão para tal recorte, podemos depreender, dá-se por seu enfoque nas sexualidades:

My elaboration of translation as a method for understanding the transnational circulation of queer sexualities is not restricted to critical readings of translations proper but extends to the packaging or framing of these translations for a new readership in a different cultural location, a different language, and often in a different historical period, with special attention paid to the framing of queer life writing. Such attention to framing is warranted based on a queer understanding of the nature of sexuality, namely, that “sex is heterogenous, multiple, and fundamentally indeterminate” (Dinshaw 1999, 1), setting up an inevitable tension between the frame and the framed.³⁸⁵ (2021, p. 11)

³⁸³ [Essa reorientação do campo o abriu para uma variedade de abordagens de outras disciplinas, como os Estudos Culturais, os Estudos Pós-Coloniais e a Sociologia, que pudessem ajudar a lidar com questões de poder, identidade e agência, assim como incorporar a tradução em sociedades, redes e configurações globais caracterizadas por assimetrias políticas e econômicas profundas. A teoria queer também seria contestada produtivamente no final dos anos 90 por novos campos de investigação acadêmica.]

³⁸⁴ Sua pesquisa também traz um dado interessante: o primeiro registro que se tem da palavra *queer* como algo esquisito ou estranho foi um adjetivo para uma tradução, no caso, o trabalho de Gavin Douglas de tradução da *Eneida* de Virgílio, em 1513 (2021, p. 4).

³⁸⁵ [Minha elaboração da tradução como um método para entender a circulação transnacional de sexualidades queer não se restringe às leituras críticas de traduções em si, mas abrange o acondicionamento ou enquadramento dessas traduções para um novo público leitor em um local cultural diferente, em uma língua diferente, e frequentemente em um período histórico diferente, prestando atenção especial ao enquadramento dos textos sobre vida queer. Essa atenção ao enquadramento se justifica por um entendimento queer da natureza da sexualidade, especificamente

Se pensarmos como Judith Butler expôs em *Corpos que Importam* que sexo é gênero (retomarei esse ponto adiante ao comentar seu livro), tal separação da sexualidade como algo destacado dos estudos de gênero parece um entendimento dos estudos queer bastante parcial, talvez derivado das mutações dos estudos gays e lésbicos. Curiosamente, o autor deu destaque aos estudos transgênero e conclama uma participação maior de pesquisas nesse eixo, um argumento que não se faz presente nos livros mencionados anteriormente (BAER e KAINDL, 2017; EPSTEIN e GILLET, 20217), de enfoques majoritariamente cisgênero. No entanto, por mais que Brian James Baer tenha trazido uma compreensão pós-colonial fundamental de crítica ao imperialismo do *global gay* — a representação “ocidental” hegemônica da homossexualidade de homens cisgênero brancos e de classe média alta —, atento às dimensões raciais deste debate, a exclusão dos estudos de gênero a partir do apagamento dos estudos feministas da tradução é controversa, ainda mais quando consideramos que, na conclusão de seu livro, o autor enumera estratégias queer à tradução que já tinham sido elaboradas através de uma perspectiva feminista por autoras como Luise von Flotow, Olga Castro, Barbara Godard e Françoise Massardier-Kenney, por exemplo. Minha hipótese para essa postura de Baer se atrela ao foco que o pesquisador assumiu: “because I am critically examining the emergence of a modern Western sexual epistemology as consolidated in the gay liberation movement, this work inevitably replicates some of that movement’s occlusions, by focusing mostly on the white, middle-class men who were central to it”³⁸⁶ (2021, p. 18)³⁸⁷.

Portanto, por mais que *Queer Theory and Translation Studies — Language, Politics, Desire* seja uma contribuição de valor à relação entre estudos queer e os ET, importa-me olhar para esses complicados diálogos entre estudos feministas da tradução e queer na tradução, a considerar talvez outros caminhos de troca. Como pudemos ver por outros exemplos acima, assim como pelo trajeto do segundo capítulo, essas pontes já existem, mas ainda se encontram bambas por parte de

que “o sexo é heterogêneo, múltiplo e fundamentalmente indeterminado” (Dinshaw 1999, 1), estabelecendo uma tensão inevitável entre o quadro e aquilo que se enquadra.]

³⁸⁶ [porque estou examinando criticamente o surgimento de uma epistemologia sexual da modernidade ocidental como algo consolidado no movimento de libertação gay, este trabalho inevitavelmente replica algumas oclusões do movimento ao focalizar sobretudo em homens brancos de classe média que foram centrais que foram centrais nele]

³⁸⁷ Vale ressaltar, no entanto, que Brian James Baer faz um importante chamado à inclusão de pesquisas trans* nos ET, devido ao seu envolvimento com pesquisadorias da tradução nos estudos transgênero.

ambos os lados. É nesta encruzilhada que me situo, a buscar a existência de caminhos vitais de diálogo entre os campos, uma trilha própria. Como vim dos estudos feministas, será preciso uma imersão mais longa sobre queer e/m reformulações.

3.3 ESTRANHANDO FÓRMULAS

*There is no truth, and you have set it between you; you have been unwise enough to make a formula; you have dressed the unknowable with the garments of the known*³⁸⁸ (BARNES, 1936, p. 193)

Ainda que tenha esboçado algumas percepções sobre queer no começo desta tese — Guacira Lopes Louro, Christopher Larkosh —, o fiz na medida daquele momento para situar os “como”s desta pesquisa; agora, tratando de mais uma multiplicidade de “o quê”s que se encontra com os estudos feministas da tradução, trago novamente a voz de Matthew em uma das suas conversas com Nora também sobre Robin. Se não temos a alquimia, também me parece uma falta de sabedoria criar fórmulas, de forma que, como muitos outros, também resisto ao gesto de “definir” aquilo que se faz a partir das bordas do definível — que assim circunscreve os seus contornos —, buscando atentar-me, talvez, para algumas das várias formas pelas quais queer~cu-ir se movimenta, na escuta de algúmes, dentre muitos, que também têm feito isso. Importa-me falar de movimentos e seus efeitos, uma vez que assim se observa mais o que podemos chegar a entender por queer~cu-ir hoje, dado que, entre as etimologias do termo e seus usos ao longo do tempo no contexto anglófono, muitas mudanças ocorreram, inclusive nas dimensões que o termo passou a ter nas geopolíticas epistemológicas ao viajar para outras línguas, como o português brasileiro. Portanto, ainda que me interesse o queerizar~cu-irizar, é difícil escrever sobre o que isso pode afetar sem circular através de várias discussões fundamentais sobre queer~cu-ir, nesse espaço hesitante entre a alquimia e as fórmulas.

³⁸⁸ [Não há verdade e você a colocou entre vocês; você não teve sabedoria quando chegou ao ponto de criar uma fórmula; você vestiu o incognoscível com os trajes do conhecido]

3.3.1 Queer dando algumas voltas e/m estudos

Annamarie Jagose foi uma das pesquisadoras que, na década de 90, se deteve nas mutações da palavra “queer”. Ao traçar uma geneologia anglófona de termos como “homossexualidade” (segundo ela, elaborada por Károlyy Marfa Benkert em 1869 e popularizada em inglês a partir dos trabalhos de sexologia de Havelock Ellis em 1890), “gay” (gíria datada do século XIX para designar “mulheres de moral duvidosa” e reapropriada na década de 1930) e “queer” (palavra usada entre anos de 1910 e 1920 para uma identificação marcada pelo desejo de homens por outros homens, segundo George Chauncey, quem a autora citou, e que tornou-se uma forma de xingamento), Annamarie argumentou que: “*Queer* não é simplesmente o exemplo mais recente de uma série de palavras que descrevem e constituem o desejo entre iguais de forma trans-histórica, mas, pelo contrário, é uma consequência da problematização construtivista de qualquer termo supostamente universal” (2017[1996], p. 439). Com os anos 80 e 90, movimentos sociais e estudos mobilizaram a palavra em sentidos outros. Nas ruas, queer circulava como substantivo relativo a muitos dissidentes do sistema sexo-gênero-desejo, reapropriando-a para deslocá-la de seu uso depreciativo como uma reiteração subversiva. Na academia, com a emergência dos pós-estruturalistas, a palavra passou por transições em meio aos estudos gays e lésbicos, assim como outros termos, tais como “mulheres” e “raça”, conforme Annamarie nos contou a partir das reformulações vividas dentro dos estudos feministas e pós-coloniais. De fato, como pudemos ver no trajeto que percorri nesta tese, os estudos feministas da tradução estiveram em constante autocrítica sobre quem seriam as suas sujeitas de análise desde o fim dos anos 80 até hoje.

Um dos pontos de virada que contribuiu ao que atualmente associamos com queer a partir de estudos pós-estruturalistas, como a pesquisadora nos expôs, foi a insurgência de uma crítica ao próprio conceito de identidade, craquelando-o, expondo sua ficção culturalmente informada como efeito da/pela linguagem enquanto sistema de significação, abordagem comumente atribuída à *queer theory*, assim nomeada por Teresa de Lauretis em 1991, o que já envolve uma controvérsia, narrada por Sayak Valencia:

La versión oficial sitúa su uso teórico en 1991 cuando Teresa de Lauretis, publica su emblemático artículo “Queer Theory. Lesbian and Gay

Sexualities.” en la revista *Differences*. Sin embargo, y quizá en la misma lógica blanca del capitalismo académico, que invisibiliza lo minoritario, no se considera como uso “teórico” el que le da Gloria Anzaldúa en su libro *La Frontera/Borderlands*, publicado en 1987.³⁸⁹ (VALENCIA, 2015, p. 24)

A barreira epistêmica é perceptível: ainda que *Gender Trouble* (1990) anteceda o artigo de Teresa e não se nomeie como teoria queer (a palavra queer sequer é utilizada), a obra é muito mais considerada como um dos textos referenciais do campo³⁹⁰ do que *Borderlands/La Frontera* (1987), ainda que Gloria escreva sobre queer e tenha feito uma crítica às noções identitárias estanques em seu livro. Felizmente, essa percepção tem se alterado no Brasil, a ver como a divulgação do livro *A vulva é uma ferida aberta & outros ensaios* de Gloria Anzaldúa, traduzido por Tatiana Nascimento, afirma que “Anzaldúa também desempenhou um papel formativo no desenvolvimento da teoria queer” (2021, contracapa). Neste livro, inclusive, encontramos a tradução de um ensaio fundamental à discussão sobre o tema, “Esqueerzita(r) demais a escritora — loca, escritora y chicana” (2021[1991]). Neste texto, Gloria alertou sobre o falso poder unificador da palavra queer, assim como o de palavras como “lésbica” ou até “chicana”, uma vez que este se dá ao custo do apagamento das diferenças quando imposta e não escolhida por si, e enfatizou a importância da automeação como “tática de sobrevivência” (2021[1991], p. 129). Contra a imposição das categorias elaboradas pelas elites culturais brancas, ela afirmou que “luto por nomear sem fragmentar, sem excluir” (2021[1991], p. 133), compreendendo as identidades como processos fluidos, “identidade é um rio — um processo” (2021[1991], p. 133). Como águas passadas não movem moinhos, também não se há de esperar que determinadas categorias possam carregar a complexidade das narrativas possíveis sob cada identidade; e essas elaborações de Gloria foram/são fundamentais ao dismantelar de conceitos identitários mobilizados em sua época e ainda hoje.

³⁸⁹ [A versão oficial situa seu uso teórico em 1991, quando Teresa de Lauretis publica seu emblemático artigo “Queer Theory. Lesbian and Gay Sexualities” na revista *Differences*. No entanto, talvez devido à própria lógica branca do capitalismo académico que invisibiliza o minoritário, não se considera como uso “teórico” o que Gloria Anzaldúa faz em seu livro *La Frontera/Borderlands*, publicado em 1987.]

³⁹⁰ Como apontado por Carla Rodrigues (2019), isso está entre um dos efeitos complicados da recepção da obra de Judith no Brasil desde a publicação de *Problemas de Gênero* em 2003. Ainda que Judith mesmo afirmasse, em uma entrevista de 1994, que estava dialogando com as feministas e considerava-se antes de tudo uma teórica feminista, neste texto se discutiu o que ia contra a teoria queer porque se acreditava que esta viria a substituir os estudos feministas. Agradeço ao Rafael Cavalheiro pela indicação do texto.

Voltando ao capítulo de Annamarie, vale mencionar como outres, assim como Gloria, também contribuíram com críticas queer a questionar as premissas identitárias nos anos 90 do contexto anglófono, tais como Eve Kosofsky Sedgwick (publicando seu reconhecido livro, *Epistemology of the Closet*, um ano depois de *Gender Trouble*), Jack Halberstam (então assinando como Judith) e David Halperin. Essas investigações têm apontado para como os sistemas de categorização se orientam como regimes de regulação (bordas) que determinam as zonas de normalidade (áreas internas) e, portanto, de abjeção (uma vasta exterioridade). Questionando as lógicas que estabelecem tais divisões, os estudos queer~cu-ir dialogam a partir de quem as perturba e expõem a violência que elas exercem sobre suas vidas de inúmeras formas, logo, “Dado a extensão do seu compromisso com a desnaturalização, *queer* não pode ter nem uma lógica fundacional, nem um grupo de características consistentes” (JAGOSE, 2017[1996], p. 467).

No entanto, se por um lado queer~cu-ir passou a se relacionar com “uma suspensão da identidade como algo fixo, coerente e natural” (2017[1996], p. 469) em um sentido teórico, Annamarie também nos lembrou de que o termo foi mobilizado como categoria identitária que rompe com as noções convencionais daquelas que existiam até então, assim como se usa para “descrever uma constituição aberta, cuja característica comum não é a identidade em si, mas um posicionamento antinormativo em relação à sexualidade” (2017[1996], p. 470). Antinormativo, desviante, subversivo, dissidente: são vários os possíveis adjetivos e que não se restringem à sexualidade, mas frequentemente se referem ao sistema sexo-gênero-desejo.

Como comentei acima, queer já se tratava de uma realidade vivida no contexto anglófono antes de ser um interesse de estudo, seja a princípio como aqueles agredidos pelo termo quando usado na forma de xingamento, seja por aqueles que posteriormente se reapropriaram da palavra de forma estratégica (ainda que conscientes do risco de tais palavras, como Gloria), agrupando inúmeros dissidentes do sistema sexo-gênero lutando por suas vidas, como por exemplo na atuação do ACT-UP e do Queer Nation diante da crescente violência lgbtfóbica e da epidemia do HIV. Fenômeno semelhante aconteceu nos anos 80 e 90 no Brasil, uma vez que quando a epidemia chegou aqui, trouxe uma visibilidade aos temas ligados à homossexualidade (na época com destaque aos homens gays) e às travestis (ainda que com muito menos espaço de representação em comparação às

lideranças gays) como nunca antes havia ocorrido (TREVISAN, 2018). Isso nos remete aos debates oriundos do texto de Annamarie: se queer nos usos anglófonos envolveu um processo histórico e de luta social, considerarmos como o termo viajou nos leva à própria questão das geopolíticas epistemológicas da tradução. Como comentaram Miriam Adelman e Milena Costa de Sousa sobre esse capítulo:

Seguindo a ideia de flexibilidade e contingência do *queer*, podemos pensar que o texto de Jagose ganha sentido em nossa realidade quando lido em conjunto com as produções de autoras/es como Berenice Bento, Richard Miskolci e Larissa Pelúcio, as/os quais vêm pensando o *queer* a partir das possibilidades de um estranhamento das normatizações e convenções culturais brasileiras. Como bem propõe a autora, *queer* está dentro e fora das reflexões teóricas e, com isso, se fazem necessárias análises acerca das tensões entre as lutas identitárias e pós-identitárias a partir dos movimentos LGBTTT locais, bem como as reivindicações contemporâneas pela despatologização das sexualidades dissidentes (BENTO; PELÚCIO, 2012). Ou seja, assim como o termo *queer*, a tradução de textos e saberes exige processos reflexivos que proporcionem diálogos e trânsitos (...) Pensarmos o *queer*, no Brasil, nos proporciona possibilidades de transcendermos noções binárias e rígidas, assim como práticas normalizadoras relacionadas às sexualidades e gêneros (2017, p. 480)

Como muitos têm apontado³⁹¹, se queer possui uma história de ressignificação subversiva em inglês, sua entrada em territórios como o Brasil se deu muitas vezes pela circulação da chamada teoria queer através da academia, como apontou Berenice Bento: “Qual a potência do queer na sociedade brasileira? Nenhuma. Se eu falo transviado, viado, sapatão, traveco, bicha, boiola, eu consigo fazer com que meu discurso tenha algum nível de inteligibilidade local. O próprio nome do campo já introduz algo de um pensamento colonizado” (BENTO, 2015, p. 147). A crítica da pesquisadora reverbera a de várias, como as citadas acima, Helena Vieira, Abigail Campos Leal, Vi Grunvald, Pedro Paulo Gomes Pereira, Anselmo Peres Alós e, na América Latina falante de castelhano, Héctor Domínguez Ruvalcaba, Felipe Rivas, Sayak Valencia, Hija de Perra e Diego Falconí Trávez, entre tantos outros, e nas próximas páginas quero trazer elaborações de alguns deles.

Reviradas. Em *Translating the Queer — Body Politics and Transnational Conversations*, Héctor Domínguez Ruvalcaba chamou queer, na forma da teoria

³⁹¹ Em quase todos os artigos que pude acessar durante essa pesquisa, destaca-se sempre o fato da teoria queer ter entrado no Brasil através das elites acadêmicas brancas, no mínimo bilíngues, que puderam acessar textos da *queer theory*, como exemplo de colonialidade na academia; e história semelhante se passa com nossas vizinhas (cf. RIVAS, 2011; PEREIRA, 2012; PELÚCIO, 2014; TRÁVEZ, 2014; VALENCIA, 2015; PERRA, 2015; PELÚCIO, 2014; MOMBAÇA, 2017; LEAL, 2017; GRUNVALD, 2017; RODRIGUES, 2019; REA, 2020[2017]; PEREIRA, 2020[2012]; HOLLANDA, 2020).

queer, de uma “poetics of normalcy disruption”³⁹² (2016, p. 7), de forma que não lhe interessava discutir qual seria uma tradução correta do termo, mas investigar o que essa poética — como “a field of study, a political position, an aesthetic proposal, and a lifestyle”³⁹³ (2016, p. 7) — diz por si própria na América Latina através de seu corpo e significado, focalizando mais naquilo que se encontra do que naquilo que se perde com a tradução. De fato, seu texto traz um vasto acervo de narrativas das dissidências sexuais e de gênero na América Latina hispanofalante³⁹⁴, desde registros pré-coloniais até as resistências contemporâneas, considerando os efeitos racializantes, sexuais e de gênero da colonialidade às existências não convencionais e não normativas que rompem com os binários. Neste livro, Héctor realizou a sua tradução do que os estudos queer fazem para abordar as realidades de dissidências sexuais e de gênero latino-americanas a partir de seus próprios referenciais. Esse é um trabalho que parece conseguir fazer uma ponte teórica que muitas não realizam, sob efeito da colonização epistêmica, tema que aponta para a complexa questão da crítica à chegada da teoria queer na América Latina.

Como temos visto, a palavra queer possui sua própria história que, descontextualizada, perde sua potência de reapropriação subversiva do pejorativo. Para referir-se a essas teorias, Felipe Rivas comentou do uso de “cuir” em “Diga ‘*queer*’ con la lengua afuera: Sobre las confusiones del debate latinoamericano”:

La escritura de la palabra “*queer*” como “cuir”, hace alusión en Latinoamérica al modo en que suena ese término, a su presencia fonética en nuestras hablas castellanas. Al mismo tiempo, esa forma de escritura, se ha planteado como un modo de crítica y resistencia a la importación de términos sin considerar sus contextos y trayectorias políticas.³⁹⁵ (2011, p. 59)

Ainda que exista esta proposta (entre várias outras, como kuir, cu-ir, cuy(r)³⁹⁶ e outras), Felipe apontou em seu texto como seus usos ainda outorgam aos estudos

³⁹² [poética de disrupção da normalidade]

³⁹³ [um campo de estudo, uma posição política, uma proposta estética e um estilo de vida]

³⁹⁴ O Brasil é breve e pontualmente mencionado através de referências ao Grupo Gay da Bahia e estudos que envolvem cultura gay em grandes cidades e o carnaval, como os de Jossiana Arroyo-Martínez, James N. Green e Rafael de la Dehesa, assim como sobre os michês pesquisados por Néstor Perlongher.

³⁹⁵ [A escrita da palavra “*queer*” como “cuir” se refere ao modo como esse termo soa na América Latina, à sua presença fonética em nossas falas castelhanas. Ao mesmo tempo, essa forma de escrita foi proposta como um modo de crítica e resistência à importação de termos sem considerar seus contextos e trajetórias políticas.]

³⁹⁶ Diego Falconí Trávez sugere o cuy(r) em referência ao animal cuy, nome sem gênero vindo do quéchua, que se come empalado na região andina: “cuy(r) —sin autoría determinada y con un

queer uma proeminência que por vezes soterra os estudos locais sobre gênero e sexualidade, como se houvesse alguma superioridade ou pioneirismo nessa teoria, ou na própria palavra queer, em detrimento das investigações locais e seus próprios nomes:

Lo que este tipo de posiciones pasan por alto al asumir esta “hegemonía de la inteligibilidad *queer*” es su complicidad con una interpretación académica que en su consagración teórica del gesto performativo contenido en el uso político de la palabra *queer*, creó la ilusión de que las formas de apropiación afirmativa de la injuria homofóbica fueron inventadas en Norteamérica y luego exportadas al resto del mundo que las asumió de manera entusiasta³⁹⁷ (2011, p. 66)

Desta forma, o pesquisador nos atentou para o fato de que a teoria queer não é o mesmo que a *queer theory*, uma vez que as implicações genealógicas são distintas em cada língua e, no caso latino-americano, esse apagamento na travessia tradutória produz um efeito glamourizante de teoria importada dos Estados Unidos. Outro aspecto desses deslocamentos é que os próprios referenciais acabam sendo distintos, uma vez que inúmeros teóricos do debate estadunidense não foram traduzidos, assim como outros não foram traduzidos ao inglês, como ele destaca sobre a importância e circulação de Paul Preciado (na época Beatriz) em territórios hispanofalantes antes de haver traduções suas ao inglês.

Logo, ele propôs que se pense em termos de uma “genealogia diferencial” (2011, p. 70), rachando as linearidades narrativas no fluxo teórico hegemônico norte > sul para não somente contextualizar suas elaborações, mas para também ter em conta as teorias feitas no sul — não como precursoras da teoria queer, que a tomaria como referencial de baliza, portanto —, enxergando o que já se fazia na América Latina e que pode dialogar com os estudos queer. Como no exemplo

necesario cabreo sudaca— y no dejé de pensar cómo ese juego de fonemas es también parte, entre muchas otras tradiciones, de la herencia queer/cuir y su estética del desenfado, así como de la posibilidad decolonial. Que, quizá, denuncia y parodia nuestra situación de animalito empalado a través de los orificios bucal y anal, recintos a los que tanto temen ciertas miradas” [cuy(r) — sem autoria determinada e com uma brabeza sudaca necessária — e não tive como não pensar em como esse jogo de fonemas também é parte, entre muitas outras tradições, da herança queer/cuir e sua estética da audácia, assim como da possibilidade colonial. Que, talvez, denuncie e parodie nossa situação de bichinho empalado através dos orificios bucal e anal, recintos tão temidos por certos olhares] (2014, p. 6)

³⁹⁷ [Ao assumir essa “hegemonia da inteligibilidade queer”, esse tipo de posições desconsidera sua cumplicidade com uma interpretação acadêmica que, em sua consagração teórica do gesto performativo contido no uso político da palavra *queer*, criou a ilusão de as formas de apropriação afirmativa da injúria homofóbica foram inventadas na América do Norte e, então, exportadas para o resto do mundo, que as assumiu de maneira entusiasta]

chileno, existe a *Disidencia Sexual*³⁹⁸, que “corresponde ao nombre bajo el que se articulan una serie de prácticas políticas, estéticas y críticas recientes y de gran intensidad, que han generado un quiebre con respecto a las formas tradicionales de la política homosexual chilena”³⁹⁹ (2011, p. 74). Dentre esses, podemos destacar *Hija de Perra*, cujo texto “Interpretações imundas de como a *Teoria Queer* coloniza nosso contexto *sudaca*, pobre de aspirações e terceiro-mundista, perturbando com novas construções de gênero aos humanos encantados com a heteronorma” vejo ser lido por inúmeros grupos de estudo e cursos críticos sobre feminismos e queer, como os de Helena Vieira.

Contra a baliza epistemológica importada que suporia as elaborações latino-americanas como “proto-queer”, *Hija de Perra* escreveu com afiada ironia que “Parece que tudo o que tínhamos feito no passado, atualmente se amotina e se harmoniza dentro do que São Foucault descrevia em seus anos na História da Sexualidade e que mesclado com os anos de maravilhoso feminismo finalmente acabam no que Santa Butler inscreveu como queer” (2014, p. 3). Como Héctor trouxe e Felipe sinalizou, *Hija de Perra* também se colocou contra o apagamento histórico que a importação de teorias pode supor (tanto as de lá quanto as de cá), além da higienização subsequente pela falta de tradução dos termos de fora, pois “Compreendemos que não é o mesmo dizer na América Latina teoria bicha e dizer teoria queer” (2014, p. 6). No entanto, como colocarei mais adiante, a crescente perseguição da direita conservadora latino-americana a tudo que seja associado com a chamada “ideologia de gênero” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017) tornou o termo queer um sinal de perigo, ainda que não se entenda o que significa (e também por isso).

Assim, *Hija de Perra* sugeriu que, se quisermos tomar algo de proveito da teoria queer diante desse contexto de viagem, pode ser por sua “virtude de oferecer uma novidade que implica etimologicamente um cruzamento dos limites sem se referir a nada em particular, o qual deixa a questão das suas denotações abertas à

³⁹⁸ A preferência pela terminologia da dissidência sexual também é apoiada por Norma Mogrovejo, segundo Sayak Valencia (2015). No Brasil, também encontramos muitas ativistas e/m pesquisadoras que optam pelo termo e que, também do outro lado do Atlântico e do hemisfério, se encontra nos textos de Paul Preciado (2020).

³⁹⁹ [corresponde ao nome pelo qual se articula uma série de práticas políticas, estéticas e críticas recentes e de grande intensidade que geraram uma quebra com relação às formas tradicionais da política homossexual chilena]

controvérsia e à revisão” (2014, p. 7). Com essa abertura implicada em uma postura crítica, “Sua colaboração é a possibilidade de subverter e deslocar aquelas noções de gênero que foram naturalizadas e reificadas, apoiando a hegemonia masculina e o poder heterossexual” (2014, p. 7). Desnaturalizar, estranhar, desviar-se, extraviar-se, desafiar, tantos verbos possíveis, daqui, entre línguas, para conversarmos com essas colaborações, tendo em vista o questionamento de Hija de Perra:

Poderei sonhar que o queer seguirá seu legado de resistência e liberdade de expressão e não se transformará em uma moda ou em uma norma? Tomara que a utópica ideia de minha mente transtornada se faça realidade e o queer se transmute em uma constante destruição e criação amorosa onde todos possamos viver com sabedoria e prazer. (2014, p. 8)

Podemos enxergar aqui um chamado à tradução entre sentidos considerando vários pontos de partida que jamais são originários, mas historicamente situados em processos de ruptura e/m tradições, como na passagem de queer a cuir e tantas outras formas. Como bem apontou Sayak Valencia em “De *queer* al *cuir*, *ostranénie* geopolítica y epistémica desde el sur glocal”, as propostas puristas ou separatistas são praticamente impossíveis: “En un contexto mestiz* y g-local como el nuestro todo atisbo de purismo es imposible. Por eso, mejor pensar en la migración y la resignificación de los conceptos”⁴⁰⁰ (2015, p. 31). Em prol de cuir, Sayak argumentou que:

Cuir, representa una *ostranénie* (desfamiliarización) del término queer, es decir, una desautomatización de la mirada lectora y registra la inflexión geopolítica hacia el sur y desde las periferias en contraofensiva a la epistemología colonial y a la historiografía angloamericana. Así, el desplazamiento del queer al cuir refiere a un locus de enunciación con inflexión decolonial, tanto lúdica como crítica.⁴⁰¹ (2015, p. 32)

Em toada muito parecida, Diego Falconí Trávez apontou para as “dolorosas prácticas neocoloniales” (2014, p. 1) das travessias dos estudos de gênero e feministas, considerando sua experiência com eventos envolvendo artistas, ativistas e pesquisadores sobre a teoria queer na região dos Andes. Entendendo-a como possibilidade (des)identificatória diante de políticas hiperidentitárias e como arcabouço epistêmico para uma crítica multifocal, “la tarea queer plantea que las

⁴⁰⁰ [Em um contexto mestiç* e g-local como o nosso, qualquer vislumbre de purismo é impossível. Por isso, melhor pensar na migração e na resignificação dos conceitos]

⁴⁰¹ [Cuir representa uma *ostranénie* (desfamiliarização) do termo queer, isto é, uma desautomatização do olhar leitor e registra a inflexão geopolítica na direção do sul e a partir das periferias, em contraofensiva à epistemologia colonial e à historiografia anglo-americana. Assim, o deslocamento do queer ao cuir se refere a um locus de enunciação com inflexão decolonial, tanto lúdica quanto crítica.]

(des)identidades y la crítica puedan traducirse para realizar tareas desestabilizadoras” (2014, p. 3), que se torna uma armadilha quando funciona como mais um aparato da violência epistêmica da Europa, Estados Unidos e Canadá com relação aos países marginalizados. Porém, Trávez nos alertou que rechaçá-la completamente também traz seus riscos, pois ignora tudo aquilo que poderia contribuir para a discussão sobre sexo-gênero-sexualidade no contexto Latino-Americano quando criticamente traduzida:

Me preocupa que las voces disidentes de lo cuir se queden en su traducción (¿des?)identitaria y no en su rico aparataje crítico que puede ayudar a combatir ciertas preconcepciones; que esta Conferencia que reunió a artistas, activistas, académicos de modo mucho más horizontal que en los congresos en los que he estado (aunque requiere, sin duda, de nuevas metodologías, auspicios y diálogos Sur-Sur) se deslegitime totalmente sabiendo incluso que entre sus ponentes magistrales hubo gente que cuestionó lo cuir y que, lo más importante, se gestaron redes afectivas a varios niveles; que la mirada anticolonial se quede en lo evidente y que no plantee, como María Lugones y Julieta Paredes han hecho, las varias colonizaciones inherentes en todos los estudios de género en América Latina. Y me preocupa, lo tengo que decir, que se crea que quienes hemos estudiado e interpelado esta teoría desde fuera, en Europa o Estados Unidos, seamos satanizados (¿exotizados?) como la Malinche o Felipillo, traductores de los colonizadores que nos vienen a recolonizar, como si la migración no estuviera plagada, también, de desplazamientos, de sentimientos racializados o clasistas del poder colonial desde el centro colonial, de sures, de diálogos con otros cuerpos y circuitos, de muertes de gente cercana (también carcomida por el implacable aunque ahora controlable espectralidad del sida) y, desde luego, de resistencias (13). Esa posibilidad diaspórica de la teoría badea (como la llamo a veces, pues más que queerizar, entunda), de repensarla y resentirla es la que ha abierto nuevos diálogos respecto a la vigencia del poder hetero-patriarca-colonial para quienes lo hemos visto (y lo vemos) in situ e interseccionalmente. En definitiva, me preocupa que se renuncie al diálogo y al uso estratégico de la teoría, calificándola de modo simplista como moda, sin entender la colonialidad de nuestras vidas, pero también la posibilidad inherente de interpelar los discursos hegemónicos creativamente para lidiar con la violencia epistémica de nuestra historia. Para resentirse con lo cuir es un prerequisite haber sentido las cosas malas (y las buenas) de esta y caer en cuenta de la colonialidad de nuestras posturas liberadoras.⁴⁰² (2014, p. 5)

⁴⁰² [Me preocupa que as vozes dissidentes do cuir fiquem em sua tradução (des?)identitária e não em seu rico aporte crítico que pode ajudar a combater certos preconceitos; que esta Conferência, que reuniu artistas, ativistas e acad micos de forma muito mais horizontal do que nos congressos em que estive (embora demande, sem dúvida, novas metodologias, incentivos e diálogos Sul-Sul), se deslegitime totalmente, mesmo sabendo que entre seus palestrantes magistrais teve gente que questionou o cuir e que, acima de tudo, redes afetivas de vários níveis foram gestadas; que o olhar anticolonial fique no evidente e que não proponha, como María Lugones e Julieta Paredes fizeram, as várias coloniza es inerentes em todos os estudos de gênero na América Latina. E me preocupa, tenho que diz -lo, que se acredite que quem estudou e interpelou essa teoria lá fora, na Europa ou nos Estados Unidos, seja satanizado (exotizado?) como a Malinche ou Felipillo, tradutores dos colonizadores que vêm nos recolonizar, como se a migra o não estivesse infestada, também, por deslocamentos, por sentimentos racializados ou classistas do poder colonial a partir do centro colonial, por sues, por diálogos com outros corpos e circuitos, por mortes de pessoas próximas (também carcomidas pelo implacável, ainda que hoje controlável, espectro da AIDS) e, também, por

Contra mitos de pureza que rejeitam a estrangeira (como se fosse possível nos desvincularmos completamente das marcas deixadas pela colonização, como também sinalizou Sayak), a compreensão crítica dos fluxos globais pode ajudar a formular estratégias menos simplistas que aceitar/recusar as teorias elaboradas na Europa, Canadá e Estados Unidos, mas intervir na forma como teorias viajam e são traduzidas. Ao invés de excluir, mediar. Considerando a *queer theory*, suas conversas com demandas e propostas latino-americanas nos estudos de gênero e feminismos podem ser feitas por essa chave:

Lo queer, no se puede negar, es poscolonial. Creo, no obstante, que deben existir críticas dialógicas y estratégicas que en países como el Ecuador pasan por desestabilizar el género (a veces casado, sin saberlo, con discursos coloniales) desde la contingencia de la nomenclatura. Lo que no creo es que la crítica sea sinónimo de renuncia o borramiento. No vaya a ser que por no dialogar entre nosotros y con otros, sin saberlo, escondamos de manera victimista extraños nacionalismos o regionalismos que ayuden a recolonizar nuestros cuerpos.⁴⁰³ (TRÁVEZ, 2014, p. 6)

No contexto brasileiro, outras propostas também foram feitas. Pesquisadoras das dissidências sexuais e de gênero que são críticas às viagens epistemologicamente colonizantes dos estudos queer, tanto Larissa Pelúcio quanto Berenice Bento propuseram outras nomenclaturas para o campo que abarcassem suas premissas des/apropriadas, como teoria cu (PELÚCIO, 2014) ou estudos/ativismos transviados (BENTO, 2015). Por outro lado, em tom parecido ao de Sayak, Anselmo Peres Alós comentou em seu texto “Traduzir o *queer*: uma opção viável?” (2020) que empréstimos sempre aconteceram e parece haver uma seletividade sobre os incômodos (ele cita, por exemplo, como a presença da palavra “gay” não suscita tanto debate quanto “queer”, que passou a conviver junto de outras palavras brasileiras como “bicha”, “viado/a” e mais). Diferentemente de Sayak, no

resistências. (13) Essa possibilidade diaspórica da teoria estragada (como a chamo às vezes, pois, além de queerizar, lança feitiço maléfico), de repensá-la e ressentir-la é o que a abriu para novos diálogos com relação à vigência do poder heteropatriarcal colonial, como temos visto (e vemos) in situ e interseccionalmente. Definitivamente, me preocupa que se renuncie ao diálogo e ao uso estratégico da teoria, qualificando-a de como simplista como moda, sem entender a colonialidade de nossas vidas, mas também a possibilidade inerente de interpelar criativamente os discursos hegemônicos para lidar com a violência epistêmica de nossa história. Para se ressentir com o cuir, é um pré-requisito que se tenha sentido as coisas ruins (e as boas) de nossa história e dar-se conta da colonialidade de nossas posturas libertadoras.]

⁴⁰³ [O queer, não se pode negar, é pós-colonial. No entanto, acredito que devem existir críticas dialógicas e estratégicas, em países como o Equador, que desestabilizem o gênero (às vezes casado, sem saber, com discursos coloniais) a partir da contingência da nomenclatura. O que não acredito é que a crítica seja sinônimo de renúncia ou apagamento. Que não seja porque não dialogamos entre nós e com outros que, sem saber, acabemos escondendo de maneira victimista estranhos nacionalismos ou regionalismos que ajudem a recolonizar os nossos corpos.]

entanto, o pesquisador acreditou que talvez o caminho não seja traduzir queer, mas recorrer às ressignificações que a palavra passou a ter para que seja possível criar e manter articulações, mobilizando transnacionalmente grupos e/m diálogos: “dizer que não se traduz o *queer* não implica dizer que não seja possível uma prática ou uma operacionalização da teoria *queer* à brasileira” (2020, p. 7). O que dificultou e muito esse processo é a recepção da palavra, como bem lembrou abigail Campos Leal:

Há pelo menos vinte anos já escutamos/lemos, aqui e ali, essa estranha palavra: queer. Entretanto, a atmosfera “hupada” com que ela foi recebida e trabalhada nos contextos *sudaka*, sobretudo no Brasil, dificulta uma compreensão mais atenta e, portanto, uma reapropriação mais experimental e localizada do termo, por parte das dissidências sexuais e de gênero desde *aká*. Nesse sentido, muito do rico e explosivo contexto sexo-político que envolve “queer” — como⁴⁰⁴ palavra, identidade e movimento sexo-político — acaba por se perder ou se esfumçar nessa atmosfera saturada, de modo que a palavra, drenada de todo o seu afronte lakrativo, esvazia-se num modismo estéril e ritualístico. (LEAL, 2017, p. 35)

Referindo-se a Eve Kosofsky Sedgwick, abigail Campos demarcou como “queer” abre uma problemática de muitas maneiras inominável e que, assim, deveria permanecer aberta, sem se referir a uma “identidade substancial positiva com um sujeito soberano, mas uma interpelação situacional ou oposicional, marcando um lugar problemático, que desvia em relação a uma norma, ou que faz a própria norma (se) desviar” (2017, p. 36). Diante desse inominável, inúmeros nomes que se fazem através de práticas sob contínua contestação em aberto. Recorrendo, então, a Judith Butler, abigail Campos leu elu em *Corpos que Importam* a contribuir com uma perspectiva em que “valendo-se das reflexões dos estudos raciais, que deslocam a noção cristalizada e naturalizante de ‘raça’ pela mais complexa e potente ‘racialização’, afirma que não haveria uma substancialização de algo que seria o ‘queer’, mas apenas processos múltiplos e descontínuos de ‘queerização’ [queering]” (2017, p. 37). Como muitos têm apontado, queer tem se mostrado mais interessante enquanto verbo, justamente pois questiona o primado da substância, entendida pela epistemologia colonial segundo critérios normativos.

Enquanto aliança dos opositorantes e ruptura contra os assimilacionistas, queer em recepção latino-americana pode ser entendida como “processo múltiplo, diferencial, situado, localizado e ainda está em curso, de modo

⁴⁰⁴ As citações feitas de *cidade Queer, uma leitora* envolvem por vezes uma fonte desenvolvida pelo Laboratório Gráfico Desviante, a Cuír Roman Times, mas que infelizmente não consegui transpor para este arquivo.

que não existe uma explicação única nem um final para esse processo” (2017, p. 38). Logo, “Em vez de procurar uma tradução única e final para ‘queer’, deve-se deixar a dimensão do desvio e do entortamento ‘queer’ multiplicar-se na infinidade situada — tal qual ela aparece, imemorialmente — das atmosferas marginais do esgoto sudaka” (2017, p. 40). Se Abigail Campos Leal trouxe os exemplos de experimentos trans monstruosos sudaka de Lino Arruda e Susy Shock de uma “*monstransidade*, [que] não pede permissão, não exige reconhecimento, ela só (se) *afirma*, errantemente nas experimentações infinitas do corpo como estradas, encruzilhada, desvio, retorno, beco sem saída, ponte, atalho...” (2017, p. 42), com sua imagem de esgoto, acima mencionada, inevitavelmente me lembro de mais outra referência queerizante~cu-irizante que deixo para comentário de rodapé⁴⁰⁵.

Considerando algumas formas como essa queer~cu-ir tem se feito no Brasil, ainda que de maneira fragmentária e de circulação difusa, é perceptível a sua potência, hoje bem mais frequente entre movimentos sociais e em debates públicos do que 30 anos atrás, inclusive ao receber um outro estatuto depreciativo a partir da lastimável ascensão de alas conservadoras na religião e/m política. Lembremos, como João Silvério Trevisan destacou ao narrar quando Judith Butler foi atacada por integrantes da “nova direita” em 2017, vindo a São Paulo para participar de um debate, que “segundo entendimento das cabeças pensantes do grupo, era ela a culpada: teria inventado o conceito de ‘identidade de gênero’ e a teoria queer” (2018, p. 482). Como mencionado antes a partir do texto de Annamarie, embora os estudos queer anglófonos já contassem com os trabalhos de Eve Kosofsky Sedgwick, Teresa de Lauretis, Jack Halberstam, Paul Preciado (em tradução ao inglês), Lee Edelman e David Halperin, a associação com Judith estava feita⁴⁰⁶:

⁴⁰⁵ Aqui me vem a memória das samambaias que despontam das bocas de lobo nas ruas do Rio Tavares, que encontrei junto da Cynara quando estávamos coletando ervas para levar à gira de terreiro: em outras palavras, ela me explicou como aquelas samambaias eram plantas de Nanã, nascidas do lodo, a vida que se faz entre a morte. Queerizantes~cu-irizantes, tão diferentes das samambaias em vasos de apartamentos no centro das grandes capitais.

⁴⁰⁶ Como não é meu objetivo cartografar a recepção dos estudos queer no Brasil, reservo-me a apenas comentar que, se acadêmiques podiam ler esses autor/es em suas línguas, o público leitor em português brasileiro tinha acesso ao trabalho de Judith há mais tempo, endossando essa tendência observável em outros lugares de associá-la com à teoria queer: *Problemas de Gênero* teve sua primeira tradução em 2003; Eve Kosofsky Segwick teve apenas um capítulo traduzido seu livro *Epistemology of the closet* em 2007; Jack Halberstam teve seu *Queer Art of Failure* traduzido somente em 2020; Teresa de Lauretis teve um capítulo de *Technologies of Gender* traduzido em 1994 e outros soltos desde então, como “Teoria Queer, 20 anos depois: identidade, sexualidade e política” em 2019; David Halperin não tem traduções ao português brasileiro publicadas no Brasil; Lee Edelman tem um capítulo de *No Future* traduzido em 2021; Paul Preciado talvez seja quem tem

Havia ali dois mal-entendidos ou distorções de má-fé. Apesar de teorizar sobre feminismo, questões de gênero e teoria *queer*, Butler não era a inventora do conceito cultural sobre os gêneros e, menos ainda, das questões de identidade de gênero. Além do mais, sua extensa obra estava longe de se esgotar no tratamento desses temas, abordando desde ética até sionismo, sempre num contexto de aprimoramento democrático. Tanto que viera, a convite da equipe organizadora, participar de um seminário sobre “Os fins da democracia”, no Sesc Pompeia. Após uma petição na internet com mais de 300 mil assinaturas não conseguir o cancelamento da sua palestra, aconteceu um protesto estrondoso diante do local onde o evento se realizava. O grupo, pequeno mas barulhento, reuniu pessoas motivadas por convicção religiosa ou inclinação militarista, especialmente revoltadas pela proposta subversiva de que alguém nascido com pênis pudesse se julgar mulher, ou vice-versa. (TREVISAN, 2018, p. 482)

Dias depois, Judith e sua companheira, Wendy Brown, foram alvos de violência física e verbal e, como João Silvério lembrou-se dos registros policiais, “uma mulher negra levou um tapa e foi agredida em termos racistas ao tentar defender Butler” (2018, p. 483). Como o autor pontuou, reações desse nível também estiveram presentes nas manifestações conservadoras e contra a exposição “Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira” em Porto Alegre, que, também em 2017, levaram ao seu encerramento⁴⁰⁷. Portanto, se em 2015, ano da entrevista com Berenice Bento que mencionei algumas páginas atrás (em toada semelhante às críticas de muitas que trouxe aqui), queer talvez não tivesse potência — lembremos que em 2016, o ano que divide esse período, houve o golpe que retirou Dilma Rousseff da presidência e marcou uma das viradas retrógradas na política brasileira que desde então tem se acentuado violentamente —, hoje tornou-se um termo um pouco mais difundido, localizado pelos setores conservadores como

mais traduções ao lado de Judith, com seu *Manifesto Contrassexual* publicado em 2015 e *Testo Junkie* em 2018, assim como *Um apartamento em Urano* em 2020, mas de trabalho mais recente.

⁴⁰⁷ O que não exige a exposição de críticas à sua concepção, como bem pontuado por Tiago Sant’Ana em “‘Queermuseu’: A apropriação que acabou em censura”: “Há uma apropriação do termo [queer], mas não é acompanhada de uma reflexão crítica e histórica sobre o que ele significava articuladamente. Creio que isso se dá por diferentes motivos. Um deles é o mais óbvio: a associação de uma temática ‘queer’ com um banco privado interessado exclusivamente em lucro. (...) Queermuseu traz em seu contexto obras que possuem temáticas relacionadas ao gênero e à sexualidade, mas a representatividade da exposição é embaraçosa – já que a maioria das pessoas artistas sequer são LGBT ou, se são, muitas estão emaranhadas nos próprios sistemas da arte e do capital. (...) Ao ver as entrevistas do curador da mostra Gaudêncio Fidélis, além de todo material institucional divulgado, a mostra tinha uma visão muito simplista e integracionista sobre a estranheza queer, higienizando uma pauta que se insurgiu aos próprios modelos sociais e também de produção artística.” (2017, online).

algo pejorativo ligado à chamada “ideologia de gênero”⁴⁰⁸ e reapropriado por várias das dissidências do sistema sexo-gênero-desejo e aliadas de forma subversiva.

Dentre essas articulações realizadas em debates brasileiros, importa-me tratar dos estudos transgênero, pois, se a teoria queer surge como crítica aos estudos feministas e aos estudos gays e lésbicos, “A emergência dos estudos transgênero se deu em paralelo à ascensão dos estudos *queer*, com o qual desenvolveu uma relação próxima e por vezes tensa” (STRYKER, 2021[2006], p. 8). Como Susan Stryker pontuou em “Saberes (des)sujeitados: uma introdução aos estudos transgênero” (2021[2006]), algumas colocações de autorias na teoria queer fazem vista grossa para a transgeneridade, focalizando mais em sexualidades como se elas pudessem ser isoladas dos conceitos de sexo e gênero: “estudos *queer* às vezes perpetuam o que pode ser chamado de ‘homonormatividade’, isto é, o privilegiamento de modos homossexuais de divergir de normas heterossociais, e uma antipatia (ou pelo menos uma cegueira irrefletida) em relação a outros modos de diferença *queer*” (2021[2006], p. 9). A pesquisadora reforçou que os estudos transgênero estão firmados na interseccionalidade e “convidam estudos *queer* e comunidades gays e lésbicas a analisar com outra perspectiva os muitos modos com que corpos, identidades e desejos podem ser entrelaçados” (2021[2006], p. 9). Portanto, trarei algumas contribuições de estudos transfeministas brasileiros para que possamos situar seus parâmetros afetando uma queerização~cu-irização dos estudos feministas da tradução.

3.3.2 Alguns atravessamentos trans

o gênero segue feroz como sempre entre nós. Ele está com algumas rugas, mas foi refeito de várias maneiras. E há um mundo em processo trans que faz de gênero o substantivo errado (HARAWAY, 2021[2006], p. 125)⁴⁰⁹

⁴⁰⁸ Vale acentuar a amplitude do fenômeno: como Paul Preciado nos relatou, Michel Onfray foi mais outro que caluniou Judith Butler desonestamente, como parece ser costumeiro entre muitos outros que o fazem: “ainda mais grave quando se pensa na agressividade de seus ataques contra Judith Butler, poderíamos concluir que Onfray não leu a obra da filósofa estadunidense (...) a instrumentalização política prevalece sobre o rigor no uso de fontes” (PRECIADO, 2020, p. 111). Esse fenômeno diz muito do atual estado político de muitos países, também como o Brasil, em que fake news e informações falsas são mobilizadas com intenções conservadoras para fins fascistas.

⁴⁰⁹ Agradeço pela amiga Emanuela Siqueira que me passou essa citação enquanto se preparava para sua fala junto da também amiga Mariana Marino no evento “Um quarto só para as espécies companheiras”, em diálogo ecofeminista entre os livros de Donna Haraway e Virginia Woolf.

Longe de conseguir narrar a imensidão de linhas que compõem um possível mapa de pesquisas realizadas por teóricas e ativistas e artistas travestigêneres⁴¹⁰, desejo confluír algumas vozes brasileiras para delinear atravessamentos importantes do transfeminismo que orientam e se nutrem dos estudos transgênero de perspectiva feminista. Dentre tantos e/m caminhos associativos, meus encontros se fizeram com alguns pontos levantados por Bia Pagliarini Bagagli e Helena Vieira, algumas das pesquisadoras que foram convidadas a compor o capítulo “Transfeminismo” de *Explosão Feminista* (HOLLANDA, 2018), aprofundando-se pelo tema através do livro *Transfeminismo* de Letícia Nascimento, com uma contribuição fundamental de Ian Guimarães Habib para finalizar.

Em “O transfeminismo como resultado histórico das trajetórias feministas”, Helena Vieira contextualizou algumas genealogias dos debates sobre o sistema sexo-gênero para situar que “Quando surge o transfeminismo, ligado à teoria queer e às críticas pós-estruturalistas ao feminismo, ele nasce como forma de afirmar as identidades e as feminilidades subalternizadas, esquecidas pelo feminismo cisgênero” (2018, p. 358). Como pudemos ver também ao analisar textos dos estudos feministas da tradução, se décadas atrás as pautas mais visíveis eram as de mulheres brancas heterossexuais cisgênero, as (auto)críticas ao campo puderam abrir brechas nesses mecanismos de exclusão que são heteronormativos e racistas, mas ainda persistiu a invisibilização das existências trans. Faltou-lhes localizar-se a partir de um dos conceitos basilares mobilizados pelos transfeminismos, o da cisgeneridade:

A compreensão da cisgeneridade indica não apenas uma constatação sobre o gênero ou sobre o corpo, mas um determinado arranjo do mundo. O corpo cisgênero é o centro ordenador das formas de funcionamento do mundo, das relações sociais, da noção de heterossexualidade, da reprodução da saúde. A essa organização do mundo chamamos cisonormatividade, um conceito profundamente relevante para um aporte transfeminista da realidade. (VIEIRA, 2018, p. 360)

Arranjos de mundo que silenciam, constroem, agredem, que expõem à violência e morte: a arquitetura binária dos banheiros públicos, o sistema de saúde que não considera a saúde da próstata das travestis e do útero dos transmasculinos e a qualquer órgão de não binários — e as pesquisas científicas por trás que

⁴¹⁰ Termo cunhado por Indianara Siqueira e Érica Hilton que inclui as nomeações transexual (mais evitado por seu viés patologizante), transgênero (o que se abre para transmasculines) e travesti. Durante o texto, oscilarei entre este termo e “trans” para referir-me às pessoas trans e/ou ao que diz respeito a elas.

favorecem a existência de uma medicina que atende às necessidades cis-hétero patriarcais racistas e especistas —, um mercado de trabalho infinitamente mais reduzido pela transfobia inculcada em cada uma desde criança pela mídia, pela família e por inúmeras religiões; e o assunto vai longe. Além disso, como muitos têm destacado, a cisnormatividade afeta a todes: ainda que sapatões e bichas se identifiquem respectivamente como mulheres e homens pela cisgeneridade, suas corporificações de gênero borram os limites do binarismo cisgênero, o que, pela régua da norma, desperta a fúria da violência disciplinadora. Por outro lado, como bem destacou Paul Preciado (2018), existe toda uma indústria farmacopornográfica de adequação à cisgeneridade: desde os esquemas ilegais de homens cisgênero para o contrabando de anabolizantes esteroides nas academias de ginástica até as cirurgias plásticas de implante de silicone, labioplastia e depilação a laser para mulheres cisgênero. E como Helena Vieira nos lembrou: a existência de não binários é tida por “impensável” (2018, p. 363) justamente porque ela se recusa a localizar-se em algum ponto preciso do espectro binário e, então, a cisgeneridade pergunta, como Leslie Feinberg trouxe em seu livro *Trans Liberation: Beyond Pink or Blue* no capítulo “Você é um cara ou o quê?” (2022[1998]). Páginas adiante em *Trans Liberation*, Michael Hernandez responde sobre os questionamentos ao seu gênero: “Há mais que o dois ou até que o três [gêneros]. Gênero e comportamento são tão variáveis quanto as estrelas no céu.”⁴¹¹ (FEINBERG, 2022[1998], p. 15).

Considerando essas realidades, posturas importantes para a articulação do transfeminismo, segundo Bia Pagliarini Bagagli em “Breve levantamento de questões transfeministas e o caso brasileiro”, envolvem o fato de que “Precisamos discutir questões como representatividade, visibilidade e inserção de pessoas trans nos mais diversos espaços, além de nos questionar diversos estigmas sociais que se associam a nós. Precisamos também denunciar as violências de gênero a que pessoas trans são expostas” (BAGAGLI, 2018, p. 346). Como uma das responsáveis pela criação do blog Transfeminismo⁴¹², ela contou como sua experiência trabalhando com o blog a permitiu mapear temas importantes às pautas transfeministas: diferenças internas à comunidade e os significados atribuídos às

⁴¹¹ [Há mais que o dois ou até o três [gêneros]. Gênero e comportamento são tão variáveis quanto as estrelas no céu.]

⁴¹² Criado junto de Hailey Alves Kaas, mantido tanto como blog quanto como página de Facebook, ao lado de Viviane Vergueiro, Nicholas Athayde-Rizzaro e Luc Athayde-Rizarro, entre 2011/2012 (BAGAGLI, 2018).

nomeações, questões ligadas à transfobia, sexualidade, emprego, subjetividade, vínculos afetivos, despatologização e autonomia sobre os próprios corpos dentro do grande campo da saúde, e mais, envolvendo perspectivas interseccionais. Bia Pagliarini enfatizou algo que para nós deveria ser óbvio, mas para uma imensa quantidade de pessoas não é: que as vidas trans importam e merecem ser vividas. A transfobia, associada ao racismo, ao machismo e à homofobia, atravessada por questões de classe, expõe vidas trans à necropolítica que mata e deixa morrer aqueles que desviam da norma.

Portanto, o transfeminismo envolve tanto questões urgentes e necessárias para pessoas trans, quanto também realiza uma crítica à construção do sistema, orientado para a reprodução colonial do modelo familiar cis-hétero:

como as verdades sobre o gênero e o corpo estabilizam as relações de poder no mundo? Produzindo para as desigualdades uma natureza e uma ontologia e tirando delas, portanto, sua relação com a produção social e a agência humana. O transfeminismo, nesse contexto, borra o gênero, o sustentáculo das relações de poder. Portanto, o transfeminismo é uma emergência político-epistemológica para além das demandas das pessoas trans, colaborando para a construção de uma nova forma de estar no mundo, novas relações com o desejo, o corpo, as identidades e as categorias de intelecção do real. (VIEIRA, 2018, p. 366–7)

Como emergência político-epistemológica, podemos contar agora com uma obra que contribui muito para suas formulações, o livro *Transfeminismo* (2021), escrito pela professora Letícia Nascimento. O livro organiza uma série de discussões fundamentais para compreender como os feminismos, em seus processos de (auto)crítica históricos, marginalizaram inúmeros sujeitos e/m suas pautas, especificamente pessoas trans e que, portanto, o transfeminismo traz saberes e/m práticas fundamentais para romper com essa exclusão. Abordando os conceitos de gênero, de cisgeneridade, despatologização e autodeterminação, Letícia realizou críticas necessárias sobre os feminismos, que trarei pelos próximos parágrafos.

Ao enfatizar a dimensão histórica e cultural do conceito de gênero, Letícia destacou a “necessidade constante de desnaturalização dessa categoria” (2021, p. 26) considerando abarcar as distintas mulheridades e feminilidades — a autora menciona que algumas travestis e pessoas não binárias não se identificam com as primeiras, mas se sentem afetadas pelos regimes regulatórios que atravessam as segundas. Ao contrário de algumas autoras que sinalizam a crescente importância do conceito de gênero, em detrimento de mulher/es, como um sinal de despolitização e cooptação acadêmico-institucional (MOGROVEJO, 2020), Letícia

valorizou esse deslocamento como uma abertura de espaço para que análises interseccionais pudessem ser realizadas, fruto do empenho de feministas negras, lésbicas, socialistas e anti-imperialistas desde os anos de 1960 — e acredito que ambas as opiniões têm fundamento. No entanto, a autora também reconheceu como a importância do conceito de gênero não pode ser instaurada como mais outra dicotomia que relega a biologia ao campo do natural:

Infelizmente, para muitas pessoas, continua sendo difícil entender gênero numa perspectiva cultural, e mais difícil ainda entender que gênero é o dispositivo que produz o sexo, como propõe Judith Butler (2017), uma vez que várias feministas seguem repetindo a ladainha “sexo é biológico e gênero é cultural”. Se essa relação binária de dividir biologia e cultura é útil para explicar que a opressão é produzida socialmente e não é algo natural, tal binarismo mantém o sexo como uma verdade que determina nossos corpos. Quanto a isso, reitero que qualquer verdade universal sobre os nossos corpos é um entrave para o feminismo. Não é a nossa “anatomia biológica” que produz o gênero, mas o gênero, como indica Butler (2017), é o próprio processo pelo qual os corpos se tornam matéria. Afinal, nós não somos nossos corpos, nós fazemos nossos corpos. (NASCIMENTO, 2021, p. 40)

Ao conferir importância ao conceito de gênero e entender como ele também produz o sexo, Letícia enfatizou que isso não exclui a relevância das mulheridades, feminilidades e travestigeneridades, mas as compreende como “uma estratégia política, e não condição ontológica, uma vez que se reivindicar dentro de uma performance de gênero relaciona-se diretamente à possibilidade de tornar-se alguém dentro das sociedades ocidentais” (2021, p. 56), ou seja, aquilo que Helena Vieira chamara de inteligência do real parágrafos acima. Letícia atribuiu essa perspectiva sobre sexo e gênero como uma das maiores contribuições do transfeminismo ao feminismo, conectada às elaborações da teoria queer e do pós-estruturalismo (2021, p. 81). Dentre estas, encontram-se várias referências em *Transfeminismo* ao trabalho de Judith Butler, acredito que devido à sua compreensão filosófica da constituição generificada dos sujeitos, diante da qual a recusa de conformidade dos dissidentes les relega às categorias monstruosas, não humanas, abjetas, mecanismo de exclusão presente também dentro dos feminismos e do movimento LGBTI+. Em diálogo com Audre Lorde, *Irmã Outsider*, Letícia afirmou, então, que “Como transfeministas, desejamos definir a nós mesmas em nossas relações com as *outriedades* experimentadas por nossas corporalidades *outsiders*, a cis-heteronormatividade” (2021, p. 57). A importância de automear-se,

fazer-se em corpo e/m identidade, e ser reconhecida, uma vez que, diante do sistema, as existências trans são relegadas à precariedade de um não lugar.

Porém, como a autora matizou, “Se fraturamos o feminismo para fazer florescer a diversidade entre nós, não podemos esperar agora que todas nós falemos a mesma língua. Ao contrário, precisamos pensar uma comunidade feminista discordante⁴¹³ consigo mesma” (2021, p. 64). É inevitável falar da necessidade da tradução — intra e interlingual — como condição para que as discordâncias entre feministas possam levar ao movimento e não à estagnação; por outro lado, como a tradução precisa se encontrar apta à escuta do que está sendo mobilizado (o ponto desta tese, com relação aos ET). Seja nos encontros presenciais, nas organizações, nos debates de internet, o tempo todo a mediação tradutória se encontra presente para facilitar associações ou aprofundar cisões: “Não há possibilidade de exercício de *sisterhood* (sororidade) sem reconhecimento recíproco e participação mútua” (2021, p. 84) e “O ponto é compreender criticamente nossas diferenças para que possamos construir alianças” (2021, p. 160).

Dentre as palavras que transfeministas falam e feministas cis precisam ouvir — ainda que muitas vezes ainda não o façam —, encontra-se a cisgeneridade, um dos pontos levantados por todas as autoras, uma vez que:

O conceito de cisgeneridade coloca em disputa a percepção de que os corpos — de que nenhum corpo, para ser mais específica —, é naturalmente sexuado, ou generificado. Denuncia ainda o modo colonial de produção de nossos gêneros, que vai além de uma assimetria entre os gêneros, como muitas feministas historicamente abordam; o conceito colonial de gênero se ancora numa base bioessencialista de definição das nossas experiências, impondo um padrão exclusivamente binário de correspondência entre sexo (supostamente biológico) e gênero (cultural). Assim, o processo de patologização, criminalização e subalternização das identidades trans* faz parte dos interesses do Cistema colonial moderno de gênero. (2021, p. 100–101)

Lembrando-nos da fala de Michael Hernandez páginas atrás, gêneros não são apenas dois, ou três, este terceiro que supostamente seria um guarda-chuva de todes que não se enquadram nos polos. A cisgeneridade é uma das réguas dicotômicas e essencialistas que estabelecem as medidas do mundo colonial e os

⁴¹³ Como Elsa Dorlin abordou em *Sexo, gênero e sexualidades: introdução à teoria feminista*, “O sujeito político do feminismo deve então ser compreendido como uma categoria flutuante, volátil e intrinsecamente errática. Ele não pode ser definido *a priori* e, caso esteja no fundamento dos movimentos e das lutas, incorre no risco de reproduzir e reiterar exclusões (...) A filosofia política do feminismo deve, portanto, produzir constantemente uma identidade em devir e, por consequência, aceitar o conflito entre os feminismos.” (2021[2008], p. 93–94)

transfeminismos nos convidam a escutar outras maneiras de estar, que não se pretende mais outra homogeneização de categorias:

As experiências trans* performam em um contexto das diferenças e precisam se distanciar das normatizações excessivas sobre o gênero. É necessário pensar de modo diferente das violências colonizadoras e não formular prescrições, laudos e diagnósticos sobre nossas autodeterminações de modo rígido, inflexível e hierárquico, o que não significa dizer que não existam alguns critérios — eles, na verdade, surgem a partir dos reconhecimentos mútuos. Não há como instituir um único conceito sobre travestigeneridade, transexualidade, não binariedade, mulheridade travesti, feminilidade travesti; e por aí vão as diferenças que constituem nossas performances trans*. Essas variações e conceituação devem ser disputadas, negociadas, definidas e validadas entre as pessoas trans*. É por isso que a ideia de reunir uma série de identidades e performances a partir de um único termo, “trans*”, é extremamente problemático. (NASCIMENTO, 2021, p. 106–107)

Além de não pretender uma outra ideia fechada de sujeitos, Leticia enfatizou como nos transfeminismos também não se busca entender os processos desses sujeitos como acabados, é preciso haver espaço para mudança, a transição nunca acaba⁴¹⁴:

Concordo com Judith Butler (2017), “nós não somos nossos corpos, nós fazemos corpos”, um processo contínuo de produção de si a partir de diálogos com as normas regulatórias de gênero. Por meio de diversos modos, todos os corpos trans* rompem com as normas cisgêneras, reinventando modos de ser para além das feminilidades e masculinidades, como, por exemplo, a emergência da não binariedade. (2021, p. 15)

No entanto, como Helena Vieira também trouxe, nossa materialização de gênero envolve processos para todes: não somente pessoas trans buscam criar suas corporalidades, mas pessoas cisgênero também se engajam em práticas de fabricação de seus corpos. A questão crítica aqui trata das interdições e zonas de abjeção estabelecidas pelas normas regulatórias, de forma que o transfeminismo busca “afirmar a potência das subjetividades transgêneras na luta contra a cis-heteronormatividade compulsória” (NASCIMENTO, 2021, p. 156).

Essa insurgência político-epistemológica, então, atravessa o que temos tratado sobre gênero, mas não se esgota neste ponto: embora o livro de Leticia discorra com profundidade sobre vários temas fundacionais ao transfeminismo e considere a não binariedade, os parâmetros ali delineados ainda se vinculam mais

⁴¹⁴ Como diz le artista Arca, “We’re all transitioning: from birth to death, it’s inevitable” [Estamos todes transicionando: do nascimento à morte, é inevitável]. Disponível em:< https://i-d.vice.com/en_uk/article/4ayavj/arca-were-all-transitioning-from-birth-to-death-its-inevitable>. Acesso em 06 de janeiro de 2022.

às experiências das mulheridades e/ou feminilidades. No entanto, pessoas que foram designadas como mulheres ao nascer, mas não se reconhecem nesse gênero, transicionando como não bináries, homens trans, transmasculinos/es, boycetas, mascucetas e mais, não devem ser consideradas fora dos transfeminismos: como muitas frequentemente reafirmam⁴¹⁵, homens trans (e aqueles que não se identificam com as mulheridades e/ou feminilidades, como as mencionadas acima) não são homens cis. Várias estiveram presentes na constituição dos movimentos feministas, inúmeras vezes como sapatões antes de transicionar. Considerando tais aspectos e/m demandas interseccionais, é nesse sentido que gostaria, então, de trazer a definição de transfeminismo elaborada por Ian Habib, pesquisador, artista visual e performer que tem feito um trabalho imenso com sua pesquisa sobre epistemologias trans nas artes da cena e é responsável pela criação do Mutha, o primeiro museu transgênero de história da arte no Brasil. Segundo ele:

O Transfeminismo é um movimento que tem como base a busca de direitos para todas as pessoas constituídas como Outro⁴¹⁶ por estruturas cisheteronormativas e falocêntricas em esferas jurídicas, biomédicas, educacionais, das lutas por empregabilidade, dentre outras. O Transfeminismo Interseccional abriga todas as pessoas trans em tópicos como gestação, parentalidade, saúde pública, saúde reprodutiva e violências – sexual, doméstica, epistêmica, carcerária e policial – , considerando aspectos étnico-raciais, deficiência, classe, diversidades corporais e de gênero. (HABIB, 2021, p. 23)

Com essa abrangência, é possível contemplar os sujeitos marginalizados pela norma através de inúmeros atravessamentos, atentando para o que é específico de cada singularidade, com o destaque dado para as pautas das pessoas trans e outras imaginações de mundo que desmontam a centralidade do Sujeito humano, avizinhandose das monstrosidades e animalidades e além, como, por exemplo, na concepção de Ian de transespécie⁴¹⁷ (2021). De fato, alguns estudos trans e algumas pesquisas queer~cu~ir não somente se colocam contra categorizações rígidas, estanques e binárias que excluem e reduzem a todos, mas

⁴¹⁵ Grande parte desse debate tem circulado através de redes sociais, com não bináries e transmasculines engajadas na discussão sobre o tema, e destaco a importância da *Revista Estudos Transviados*.

⁴¹⁶ * Nota de rodapé de Ian: “Outro, masculino genérico e escrito com letra capitalizada, segue, nesta pesquisa, a mesma utilização conceitual de Kilomba (2019)” (HABIB, 2021, p. 23).

⁴¹⁷ “Transespécie questiona o limite específico, rompendo os limiares do humano e do mais-que-humano, do vivo e do mais-que-vivo, do animado e do mais-que-animado, do sexo e do gênero, da natureza e da cultura, do corpo e da alma, do exterior e do interior, do visível e do invisível, da literalidade e da figuração.” (HABIB, 2021, p. 191).

também questionam a própria centralidade dos sujeitos humanos, como já pontuei anteriormente sobre as monstruosidades. Retomando a discussão sobre categorias, então, gostaria de retornar às elaborações de algumas autorias dos estudos queer~cu-ir, tendo conosco os conceitos de cisgeneridade e cisheteronormatividade, para aprofundar-me em nas propostas do que seria um queerizar~cu-irizar dos estudos feministas da tradução.

3.4 ALGUMAS TÁTICAS QUEER~CU-IR: VERBOS DE ESTRANHAMENTOS, CATACRESES, DESPOSSESSÕES

Depois de trazer um pouco da genealogia de queer e dos estudos queer~cu-ir, atravessadas por alguns debates latino-americanos e estudos transfeministas, gostaria de me debruçar em alguns conceitos de obras de Judith Butler, escolha que reconheço como subjetiva — o afeto dos encontros —, mas também pela importância que ela atribui à linguagem e, particularmente, à tradução, como já pudemos ver anteriormente. Antes, reabro a discussão sobre os estudos queer com Claudia Mayer e Guacira Lopes Louro, seguindo pelas sínteses de Nikki Sullivan para, então, realizar mergulhos em *Corpos que Importam* e *Undoing Gender*, uma vez que considero bastante interessantes as elaborações de Judith em ambos os livros para uma crítica queer~cu-ir aos estudos feministas da tradução.

Estranhamentos queer. Na zine *queer no Brasil: resistência e empoderamento na (re)apresentação de si*, Claudia Mayer trouxe sua compreensão situada dentro e fora da academia a partir deste debate que veremos circular ao longo dos últimos textos: o que é queer? como isso nos chega em português brasileiro, uma vez que o xingamento em inglês reapropriado por movimentos sociais tem uma história própria que, no Brasil, teve outros nomes e outros caminhos? o que, então, passa a significar? Em resposta:

ao invés de pensar o *queer* como perspectiva identitária, escolho, junto a outras pessoas que fazem estudos *queer*, pensar o *queer* como perspectiva crítica: um modo de fazer aberto e atento ao que nos constitui — tanto às partes que nos são violentamente impostas pelos sistemas hegemônicos quanto às partes que nós mesmas construímos à medida que resistimos e constantemente (re)afirmamos nossas identificações e associações. O *queer* se constitui entre fazeres críticos contra as hegemonias, contra o controle, contra as violências epistemológicas, contra a precarização e patologização de nossas vidas; o *queer* se constitui como produção de coisas novas, imprevistas pelos sistemas binários. Resistência e criação, reinvenção constante. (MAYER, 2019, p. 2)

É nesse sentido que Claudia conectou os estudos queer com uma proposta de *estranhar* “aquilo que vem sendo construído e disseminado como normal, que é estabelecido como natural” (2019, p. 6), seguindo a gênese polissêmica da palavra anglófona. Guacira Lopes Louro embarcou em toada semelhante em “O estranhamento queer”, capítulo de *Um corpo estranho* (2018) que fora publicado pela primeira vez em 2007, com a ênfase no verbo:

Mais do que uma nova posição de sujeito ou um lugar social estabelecido, queer indica um movimento, uma inclinação. Supõe a não-acomodação, admite a ambiguidade, o não-lugar, o trânsito, o estar-entre. Portanto, mais que uma identidade, queer sinaliza uma disposição ou um modo de ser e de viver. (2018, p. 96)

Em seu texto, Guacira enfatizou que essas disposições e/ou modos de fazer, considerando os estudos queer, frequentemente se ocupam mais com desconstruções do que com proposições. Ao invés de fórmulas — o perigo delas, nos alertou Matthew —, “o debate, a provocação mútua” (2018, p. 98). Ao não restringir essa crítica às dissidências sexuais, como muitas da homonormatividade seguiram teorizando a partir dos estudos gays e lésbicos, a pesquisadora trouxe algo simples, mas que é de grande interesse ao que proponho nesta tese: é possível estranhar qualquer coisa. Quando entendemos *queer*, nesses caminhos de transformação que a palavra atravessou, como um verbo, torna-se “uma disposição para o questionamento e a inquietude, um estranhamento de tudo ou de qualquer sujeito ou prática que se apresente (ou se apresente como) ‘norma’, ‘natural’ e incontestável” (2018, p. 100–1). Esse amplo horizonte estranhado é o que me leva para uma revisão bibliográfica anglófona de estudos queer, publicada por Nikki Sullivan em 2003, da qual destacarei alguns pontos.

Em *A critical introduction to queer theory*, Nikki justamente apontou uma das bases que tem orientado grande parte — se não todas — as pesquisas mencionadas até agora, que é a falácia da suposta naturalidade de determinadas categorias sociais, expondo, por sua vez, como passaram por um processo de naturalização: “these very categories for defining particular kinds of relationships and practices are culturally and historically specific and have not operated in all cultures at all times”⁴¹⁸ (2003, p. 1). A pesquisadora se juntou àquelas que partem da

⁴¹⁸ [essas mesmas categorias que definem determinados tipos de relacionamentos e práticas são cultural e historicamente específicos e não funcionaram em todas as culturas por todas as épocas]

premissa de que cada uma dessas formas de organização são invenções e que, portanto, quando falamos de identidades, “their intelligibility is context-specific, as is the value accorded to particular identities”⁴¹⁹ (2003, p. 83), como por exemplo a própria noção de heterossexualidade: datada de 1869, ela foi criada pelo médico Karoly Maria Benkert (antes mencionado por Annamarie Jabose no seu papel de também criar a palavra para a homossexualidade), mas só se popularizou um século depois, história que constitui sua naturalização como heterossexualidade compulsória no capitalismo (RUBIN, 2017; RICH, 2019[1980]). Como foi dito na Biblioteca das Mulheres de Glasgow e comentei anteriormente, “o contexto precisa ser explicado e o contexto não explica tudo”, justamente porque não há estratégias ou propostas universais. É por isso que muitas, como Nikki, preferiram tratar de queer mais como um verbo em meio às epistemologias e práticas calcadas na identidade:

it may be more productive to think of queer as a verb (a set of actions), rather than a noun (an identity, or even a nameable positionality formed in and through the practice of particular actions) (...) Queer, in this sense, comes to be understood as a deconstructive practice that is not undertaken by an already constituted subject, and does not, in turn, furnish the subject with a nameable identity.⁴²⁰ (2003, p. 50)

Com esse aprocheço, percebemos que “a deconstructive analysis would highlight the inherent instability of the terms, as well as enabling an analysis of the culturally and historically specific ways in which the terms and the relation between them have developed, and the effect they have produced”⁴²¹ (2003, p. 51). Um dos pontos fundamentais do que Nikki nos sintetizou a partir de vários estudos é que demonstrar a instabilidade dos termos não nega a sua existência — como muitas acusam queer de seu potencial “desmobilizador” que por vezes se sustentaria em uma possibilidade idealista de existência a partir da recusa às definições —, mas

⁴¹⁹ [sua inteligibilidade é contextualmente específica, assim como o valor de determinadas identidades também é]

⁴²⁰ [pode ser mais produtivo pensar em queer [como um verbo (um conjunto de ações) ao invés de um substantivo (uma identidade ou até uma posicionalidade nomeável formada por e através da prática de ações específicas) Queer, nesse sentido, pode ser entendido como uma prática que não é levada a cabo por um sujeito já constituído e, por sua vez, não fornece ao sujeito com uma identidade nomeável]

⁴²¹ [uma análise desconstrutivista destacaria a instabilidade inerente dos termos, assim como possibilitaria uma análise das formas específicas pelas quais os termos e as relações entre eles se desenvolveram cultural e historicamente, e os efeitos que eles produziram]

consegue manejá-los como ficções reguladoras construídas de acordo com fatores culturais e históricos e interseccionalmente constituídas.

Como Nikki retomou das próprias ideias de Gloria Anzaldúa — e, como outros têm dito, apontando sobre o apagamento dela como pensadora de queer, utilizando o termo desde 1987, e, por sua vez, localizada como escritora chicana nos debates sobre raça —, a identidade é um processo. A tradução, como temos visto desde a virada cultural dos ET, também tem sido observada como um processo. Uma das questões nesta tese, então, tem sido traçar essas proximidades entre a pesquisa sobre a tradução afetada pela elaboração crítica feminista e queer com relação à identidade para entendê-los como um fazer e/m, concebendo queer como uma ruptura epistemológica (PRECIADO, 2020), sem pressupor uma compreensão total dos processos de assujeitamento interseccionalmente marcado, que são as fórmulas, mas respeitando a sua opacidade (GLISSANT, 2008), a sua ausência de transparência e coerência, translucidez ambígua. Em diálogo com Judith Butler em *Corpos que Importam*, Nikki nos sintetizou que o fato de que “its is the very nature of signification (as multiplicitous, inter-subjective, and constitutive), and the subject’s inability to control signification, that make subversion at once possible and unpredictable”⁴²² (2003, p. 91). Gostaria, então, de me deter um pouco mais em conceitos trabalhados em dois livros de Judith, maneiras de observar esses processos de significação que inevitavelmente constituem o que se traduz.

Corpos que Importam, Desfazendo o Gênero e algumas palavras depois. Ainda que *Problemas de Gênero* (2017[1990]) seja um dos livros mais citados de Judith Butler, talvez porque tenha sido seu único livro sobre gênero⁴²³ que foi traduzido até 2019 (ano da tradução de *Corpos que Importam*), acredito que revisões importantes foram feitas nos volumes seguintes, como, por exemplo, a respeito da performatividade de gênero. Diversas críticas, como vimos com algumas pesquisadoras dos estudos feministas da tradução, interpretavam a leitura de Judith dos atos de fala — segundo John Austin — para conceitualizar a performatividade de gênero como se este fosse construído puramente através do discurso, de modo dissociado da materialidade. Podemos dizer que *Corpos que Importam* é justamente

⁴²² [é a própria natureza da significação (como múltipla, intersubjetiva e constitutiva) e a incapacidade de sujeito de controlar a significação que tornam a subversão tanto possível quanto imprevisível]

⁴²³ Para uma lista de traduções de livros seus sobre outros temas filosóficos, como subjetividade, ética, democracia e judaísmo, conferir Rodrigues (2019).

uma resposta a essa interpretação, de forma que Judith logo no começo afirmou que:

Em primeiro lugar, a performatividade deve ser entendida não como um “ato” singular ou deliberado, mas como uma prática reiterativa e citacional por meio da qual o discurso produz os efeitos daquilo que nomeia. O que espero que fique claro no que se segue é que as normas regulatórias do “sexo” trabalham de forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual. (2019[1993], p. 16)

Um dos pontos fundamentais de sua argumentação é como a produção do sexo pela performatividade de gênero é uma das condições da existência do sujeito então tal, esse sujeito legado pelo humanismo europeu que se impôs colonialmente como modelo universal de assujeitamento, “é o que qualifica um corpo para a vida dentro do domínio da inteligibilidade cultural” (2019[1993], p. 17). No entanto, ao invés de simplesmente inverter a lógica de várias correntes feministas — para as quais o corpo viria antes e o gênero seria um tornar-se posterior —, Judith não propôs outra ordem, mas sua mútua constituição: “Assujeitado pelo gênero, mas também subjetivado por ele, o ‘eu’ não precede nem sucede ao processo de atribuição de gênero, apenas emerge internamente a ele como a matriz das próprias relações de gênero” (2019[1993], p. 24). Assim, contra o argumento voluntarista, ela reafirmou:

Mesmo correndo o risco de me repetir, gostaria de sugerir que a performatividade não pode ser entendida fora de um processo de iterabilidade, uma repetição regulada e restritiva de normas. E essa repetição não é realidade *por* um sujeito; essa repetição é o que permite a um sujeito existir como tal e o que constitui sua condição temporal. (2019[1993], p. 168)

É a partir dessa inteligibilidade que advém a abjeção — aquilo que rompe com as possibilidades de leitura, o que acontece no processo de subjetivação como assujeitamento que desvia da coerência interna ao sistema sexo-gênero-sexualidade:

O “abjeto” designa aqui precisamente aquelas zonas “não-vivíveis” e “inabitáveis” da vida social que, não obstante, são densamente povoadas por aqueles que não alcançam o estatuto de sujeito, mas cujo viver sob o signo do “inabitável” é necessário para circunscrever o domínio do sujeito. (2019[1993], p. 18)

Mas esse indizível encontra suas próprias línguas para se fazer escutar, o “amor que não ousa dizer seu nome”, o pajubá, os cânticos nagô e yorubá, a língua abolida a que se refere Maria-Mercè Marçal, os fluidos corporais de vulvas que Monique Wittig foi chamar de ciprina, a linguagem não binária. Gênero é um dos componentes das normas regulatórias que estabelecem as condições de assujeitamento, de maneira que todes aqueles que habitam essas zonas mencionadas acima não são considerados dignos de viver: gays e travestis assassinados, terreiros de umbanda e candomblé incendiados, a existência lésbica não somente ignorada e apagada dos registros literários e históricos, mas considerada alvo dos estupros e morte, o genocídio de pessoas negras e indígenas, os projetos de lei proibindo linguagem não binária no Brasil e a perseguição de professorias em escolas que ousam utilizá-la. Poderia ir ainda mais longe, mas não resta dúvida: as zonas de abjeção são imensamente povoadas. Em prol da articulação de tantes, Judith comentou que queer

trata-se de uma politização da abjeção, em um esforço para reescrever a história do termo e para forçá-lo a uma rigorosa ressignificação. Tal estratégia, sugiro, é crucial para criar o tipo de comunidade em que seja possível sobreviver com aids, em que vidas *queer* se tornem legíveis, valiosas, dignas de apoio, em que paixão, ferida, sofrimento e aspiração se tornem reconhecidas sem que se fixem os termos de tal reconhecimento em mais uma ordem conceitual de falta de vida e rígida exclusão. (2019[1993], p. 50)

Acredito que essa ressignificação se movimenta de algumas maneiras pelo livro de Judith: ora pela *necessidade da desidentificação*, na capacidade das práticas feministas de se ajuntarem por afinidades políticas de coalizão, uma vez que “uma política de coalizão que requeira que uma identificação exclua outra inevitavelmente produzirá uma cisão violenta, uma dissensão que terminará por fazer derrocar a identidade forjada pela violência da exclusão” (2019[1993], p. 206) — a ver como o transfeminismo tem apontado as exclusões de travestis, mulheres trans, não binárias e transmasculines dos movimentos e suas pautas; a marginalização dos temas bissexuais; e mais —, ora pela *abertura da categoria “mulher”*, que podemos entender como catacrética. Ainda que Judith não tenha feito uma ampla discussão sobre a catacrese, gostaria de recuperar o que ela comentou sobre a partir dos estudos de Luce Irigaray, nos quais:

Não admira, então, que o feminino apareça para Irigaray somente na *catacrese*, isto é, nas figuras que funcionam inapropriadamente, como uma transferência indevida de sentido, o uso de um nome adequado para

descrever aquilo que não pertence propriamente a ele e que retorna para assombrar e cooptar a própria linguagem da qual o feminino é excluído. (2019[1993], p. 73)

Se as normas de gênero fazem parte da regulação de inteligibilidade de sujeitos — frase inapropriada em si, pois, conforme a norma, somente existem sujeitos —, o gesto de ressignificar significantes tanto expõe o seu caráter ficcional quanto permite seu movimento. A dependência performativa do sancionado nos alerta sobre os perigos das identidades coerentes como pontos de partida, pois elas nos conduzem à redução e paralisia da inteligibilidade — um monolinguismo de sexo-gênero-sexualidade-raça-classe-posicionamento/deslocamento geopolítico e mais — de forma que

O “fracasso”⁴²⁴ do significante [de identidade] em produzir a unidade que parece nomear não é o resultado de um vazio existencial, mas o resultado dessa incapacidade do termo para incluir as relações sociais que ele provisoriamente estabiliza mediante um conjunto de exclusões contingentes. Essa incompletude será o resultado de um conjunto específico de exclusões sociais que retornam para perturbar as reivindicações da identidade definidas por meio da negação; essas exclusões devem ser lidas e utilizadas na reformulação e expansão de uma reiteração democratizante do termo. (2019[1993], p. 365)

Como temos visto que Judith se deteve nas críticas necessárias aos feminismos e como mobilizam a identidade “mulheres”, ainda mais tendo em vista que seu texto foi publicado no começo da década de 90, foi um movimento importante de estranhamento da categoria a sua proposta de “Entender o termo *mulheres* como lugar permanente de contestação, ou como lugar feminista de luta polêmica, é supor que não possa haver encerramento do debate sobre a categoria e que, por razões politicamente significantes, nunca deveria haver” (2019[1993], p. 366), ponto compartilhado por muitos outros (DORLIN, 2021[2008], NASCIMENTO, 2021). Elu convocou o aprendizado de um “movimento duplo: invocar a categoria e, por conseguinte, a título provisório, instituir uma identidade e, ao mesmo tempo, abrir a categoria como um local de disputa política permanente” (BUTLER, 2019[1993], p. 367). Em toada semelhante do que foi mencionado antes, Judith reconheceu como queer também foi um termo apropriado de seus usos historicamente contextualizados, que marcam tanto seus limites quanto condições, e que

⁴²⁴ Vale mencionar como esse tema será retomado em muitos outros sentidos por Jack Halberstam em *A arte queer do fracasso* (2020[2011]).

nunca foi plenamente possuído, mas que é sempre e apenas apropriado, torcido, estranhado [*queered*] por um uso anterior que se orienta para propósitos políticos urgentes e expansivos. Isso também significa que o termo irá, sem dúvida, ter que ceder parte de seu lugar a outros termos que realizem de forma mais eficaz esse trabalho político. (2019[1993], p. 377–8)

Este ponto justamente expõe a possibilidade de traduções do termo, ou escuta relacional de outros conceitos politicamente afins com os quais o diálogo permitiria coalizões. Esse olhar estratégico para as palavras, usando-as sem as tornar fórmulas fechadas, para conseguir mobilizar ações, se condensa na ideia de que “a identidade é um erro necessário” (2019[1993], p. 380), inclusive quando se trata de queer, abrindo-a para ressignificação. Afinal, como ele nos lembrou ao debater sobre gênero e o monolinguismo, a língua que aprendemos é uma dentre tantas que, diante da tradução, percebe-se diante de atravessamentos e movimentos — despossuímos a casa da língua, o que acreditávamos que cada palavra significava:

Uma das consequências ambivalentes da descentralização do sujeito é que sua escrita se torna o local de uma expropriação necessária e inevitável. Mas a cessão de propriedade daquilo que se escreve tem um importante conjunto de corolários políticos, pois a ocupação, a reformulação e a deformação das palavras abrem um difícil terreno futuro de comunidade, um campo em que a esperança de chegar a se reconhecer plenamente nos termos pelos quais se significa certamente terminará em desapontamento. Entretanto, essa despossessão de palavras está ali desde o início, uma vez que falar é sempre, de certa forma, o falar de um estranho através de e como si mesmo, a reiteração melancólica de uma linguagem que nunca se escolhe, que não é considerada o instrumento que se quer utilizar, mas pela qual se é utilizado, expropriado, por assim dizer, como condição instável e contínua de “si” e do “nós”, a condição ambivalente do poder que obriga. (2019[1993], p. 399)

Com essa despossessão diante das palavras catacréticas, Judith seguiu elaborando sobre gênero e/m identidade. Embora não acredite que as ideias de alguém necessariamente avançam com o passar do tempo, desconfiando de qualquer suposição de linearidade progressista, é no caminhar dos anos que surgem oportunidades de revisão, (auto)crítica e reelaboração. No próprio *Corpos que Importam*, Judith disse, a respeito das críticas que recebeu à ênfase discursiva nos atos performativos em *Problemas de Gênero*, que: “Ninguém poderia simplesmente ter me dado um toque?” (2019[1993], p. 10). *Undoing Gender*, ao meu ver, consegue aproveitar algumas dessas chances, ampliando sua abrangência, e apresenta reformulações pertinentes. De pronto, vale ressaltar como, ao contrário de como tentaram situar a teoria queer como pós-feminista, Judith já se posicionou: “None of

these movements [queer, trans* e intersexo] is, in my view, postfeminist. They have all found important conceptual and political resources in feminism, and feminism continues to pose challenges to these movements and to function as an important ally”⁴²⁵ (2004, p. 8).

Uma das primeiras reelaborações deste livro trata do próprio conceito de gênero como “a practice of improvisation within a scene of constraint. Moreover, one does not ‘do’ one’s gender alone. One is always ‘doing’ with or for another, even if the other is only imaginary”⁴²⁶ (2004, p. 1). Opondo-se às leituras voluntaristas que foram feitas à performatividade de gênero, essa relacionalidade expõe como “If I have any agency, it is opened up by the fact that I am constituted by a social world I never chose. That my agency is riven with paradox does not mean it is impossible. It means only that paradox is the condition of its possibility”⁴²⁷ (2004, p. 3). Ou seja, “to understand gender as a historical category, however, is to accept that gender, understood as one way of culturally configuring a body, is open to a continual remaking, and that ‘anatomy’ and ‘sex’ are not without cultural framing (as the intersex movement has clearly shown)”⁴²⁸ (2004, p. 9–10).

Esse refazer contextual do gênero e/m sexualidade que depende da existência de outre faz com que Judith o apresente para nós como “modes of being dispossessed”⁴²⁹ (2004, p. 19), o que dissolve uma oposição binária rasa entre o sujeito voluntarista e o sujeito totalmente destituído de agência. No entanto, ao invés de opor uma relacionalidade à autonomia, ou “re-describe autonomy in terms of relationality”⁴³⁰ (2004, p. 19), Judith nos abriu à ideia do êxtase, um estado de fora de si que pode nos vincular a outres ao colocar-se ao lado de, movidos por paixão, raiva ou medo, por exemplo, e, “In this sense, the predicament is to understand what

⁴²⁵ [Nenhum desses movimentos é, do meu ponto de vista, pós-feminista. Todos encontraram importantes recursos conceituais e políticos no feminismo e o feminismo continua a estabelecer desafios para esses movimentos e a funcionar como um importante aliado]

⁴²⁶ [uma prática de improviso em uma cena de restrição. Além disso, ninguém “faz” seu gênero sozinho. Uma pessoa está a “fazê-lo” sempre com ou para alguém, mesmo que esse outre seja apenas imaginário]

⁴²⁷ [Se tenho alguma agência, ela foi aberta pelo fato de que eu sou constituído por um mundo social que nunca escolhi. Por mais que minha agência esteja fendida pelo paradoxo, isso não significa que ela seja impossível. Isso significa apenas que o paradoxo é a condição de sua possibilidade]

⁴²⁸ [no entanto, entender gênero como categoria histórica significa aceitar que o gênero, entendido como uma forma cultural de configurar um corpo, está aberto para ser refeito continuamente e que “anatomia” e “sexo” não existem sem enquadramento cultural (como o movimento intersexo demonstrou muito bem)]

⁴²⁹ [modos de estar despossuído]

⁴³⁰ [redescrever a autonomia nos termos da relacionalidade]

kind of community is composed of those who are beside themselves”⁴³¹ (2004, p. 20).

Nesse movimento de des/afetos, comunidades se aglutinam e fragmentam, vez após vez, e nessas trocas passamos a conhecer o que antes não imaginávamos, assim como nos apresentamos a outres como algo que antes não consideravam. Diante desses encontros e como elas afetam a formação de comunidades e seus objetivos políticos, Judith expôs como

I would say that it is not a question merely of producing a new future for genders that do not yet exist. The genders I have in mind have been in existence for a long time, but they have not been admitted into the terms that govern reality. So it is a question of developing within law, psychiatry, social, and literary theory a new legitimating lexicon for the gender complexity that we have been living for a long time. Because the norms governing reality have not admitted these forms to be real, we will, of necessity, call them “new”.⁴³² (2004, p. 31)

Abrir os significantes para a entrada subversiva des excluídas, não como inclusão assimilacionista à norma, mas como ocupação que implode os próprios referenciais deles, em um processo des/contínuo de esvaziamento e deslocamento para a construção de outros imaginários e seu reconhecimento:

I have tried here to argue that our very sense of personhood is linked to the desire for recognition, and that desire places us outside ourselves, in a realm of social norms that we do not fully choose, but that provides the horizon and the resource for any sense of choice that we have. *This means that the ec-static character of our existence is essential to the possibility of persisting as human.*⁴³³ (2004, p. 33)

Aqui encontramos um dos pontos controversos de Judith em 2004, no qual a ideia de humanidade também passa por uma ressignificação: “we must learn to live and to embrace the destruction and rearticulation of the human in the name of a more capacious and, finally, less violent world, not knowing in advance what precise

⁴³¹ [Nessa linha, o dilema é entender que tipo de comunidade é composta por aqueles que estão ao lado umes des outres]

⁴³² [Eu diria que não é uma questão de meramente produzir um novo futuro para gêneros que ainda não existem. Os gêneros que tenho em vista existem há muito tempo, mas ainda não foram admitidos nos termos que governam a realidade. Então, é uma questão de desenvolver na lei, na psiquiatria, na teoria social e literária um novo léxico que legitime a complexidade de gênero que está viva há tanto tempo. E porque as normas que governam a realidade não admitiram essas formas como reais, acabamos necessariamente chamando-as de “novas”.]

⁴³³ [Tentei argumentar que nosso próprio sentido de ser uma pessoa está ligado ao desejo por reconhecimento, e esse desejo nos situa para fora de nós mesmas, em uma esfera de normas sociais que não escolhemos de todo, mas que fornece o horizonte e os recursos para qualquer sentido de escolha que tivermos. *Isso significa que o caráter ex-tático de nossa existência é essencial para a possibilidade de persistirmos como humanas.*]

form our humanness does and will take”⁴³⁴ (2004, p. 35), o que demandaria uma “cultural translation”⁴³⁵ (2004, p. 38) e “*translation will compel each language to change in order to apprehend the other, and this apprehension, at the limit of what is familiar, parochial, and already known, will be the occasion for both an ethical and social transformation*”⁴³⁶ (2004, p. 38). Como ela abordava as transformações sociais como parte de um projeto crítico democrático, o tema de quais sujeitos são contemplados pela categoria se vê sob disputa.

Segundo Judith, compreender gênero e/m sexualidade como performativos e historicamente situados, fazendo-se conosco umes ao lado de outros, através de nossos corpos que são marcados por sinais ao mesmo tempo materiais e culturais (e ambas esferas se constituem uma à outra, contra a leitura pela qual uma se subjugava à outra), nos permite indagar o que isso pode significar em cada contexto e/m tradução, quais normas estão em ação e o que elas delimitam. Esse ponto me leva a deter-me principalmente nos capítulos “Gender Regulations”, de tamanha importância que o levou a ser traduzido no volume *Traduções da Cultura: Perspectivas críticas feministas (1970–2010)* (2017), e “The End of Sexual Difference?”.

Em “Gender Regulations”, de pronto se fez uma importante distinção com o pensamento foucaultiano sobre o poder: ao invés do gênero ser mais uma instância regulada pelo poder, aqui Judith nos contou como o gênero “exige e institui um regime regulatório e disciplinar próprio e distinto” (2017[2004], p. 693). Como já colocado em *Corpos que Importam* e aqui retomado por Judith, o fato de gênero ser regulado por normas⁴³⁷ supõe processos de normalização, o que significa que o gênero produz uma forma de inteligibilidade social de ações, definindo-as conforme o seu sistema regulatório (operações de categorização e valoração), mas que não

⁴³⁴ [precisamos aprender a viver e abraçar a destruição e rearticulação do humano em prol de um mundo mais espaçoso e, finalmente, menos violento, sem saber de antemão qual é a forma precisa que nosso caráter humano tem e terá]

⁴³⁵ [tradução cultural]

⁴³⁶ [a tradução forçará cada língua a mudar de forma a apreender a outra e esta apreensão, no limite do que é familiar, bairrista e já conhecido, será a ocasião para a transformação tanto ética quanto social]

⁴³⁷ Vale destacar que a existência de normas não é um fator negativo por si só, Judith comentou como elas constituem formas de organização social que permitem o estabelecimento de laços, associações; seria idealista supor uma convivência na qual não existisse nenhuma forma de orientar ações em meio aos vínculos sociais. O problema, acredito, reside nas maneiras como as normas são concebidas e operam e quem se outorga o direito de estabelecê-las.

se confunde com as ações produzidas (instâncias em que essas operações incidem, expondo seu “sucesso” e/ou “fracasso”):

Gênero é o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino ocorrem, juntamente com as formas intersticiais hormonais, cromossômicas, psíquicas e performativas que gênero assume. Supor que gênero, sempre e exclusivamente, representa a matriz do “masculino” e do “feminino”, significa não compreender precisamente o ponto mais crítico, que é o fato de que esse binário coerente é contingente, que ele existe a um custo, e que aquelas alterações de gênero que não se encaixam no binário fazem tanta parte de gênero quanto os seus exemplos mais normativos. Confundir a definição de gênero com sua expressão normativa significa, inadvertidamente, reconsolidar o poder da norma em restringir a definição do gênero. Gênero é o mecanismo pelo qual noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas também pode muito bem ser o aparato pelo qual tais termos são desconstruídos e desnaturalizados. (2017[2004], p. 685)

Dentre tantas definições (ou suposições, na ausência de) sobre gênero, acredito que esta seja uma das mais úteis para compreender como o gênero foi instrumentalizado pelo sistema héteropatriarcal branco⁴³⁸ que tanto produz suas manifestações inteligíveis — naturalizando-as como hegemônicas — quanto suas zonas de abjeção, bordas instáveis que podem ser perturbadas a cada instância de sua reiteração. Ao repassar determinadas lógicas da psicanálise lacaniana e do estruturalismo de Lévi-Strauss sobre como foram associadas as noções de sexo-gênero-sexualidade, Judith nos apresentou ideias como a do desejo não ser radicalmente determinado, ainda que possa ser radicalmente condicionado — através dos processos de assujeitamento que negam acesso, palavra, nome, aos desejos desviantes —, para que se possa olhar para estruturas regulatórias como abertas ao deslocamento e subversão a partir de dentro “potencialmente passando por um processo de desidealização e despojamento” (2017[2004], p. 703). Isso é possível porque uma norma não existe como abstração isolada, imutável, supostamente exercendo um poder independentemente daquelas que se fazem através dela:

De fato, a norma apenas persiste como uma norma na medida em que é materializada na prática social e reidealizada e reinstituída nos e por meio dos rituais sociais diários da vida corporal. A norma não possui um *status*

⁴³⁸ A interseccionalidade é fundamental para compreender como essas normas se articulam entre si na produção de sujeitos e de existências abjetas, pois “Gênero é, portanto, uma norma reguladora, mas é também uma norma que é produzida a serviço de outros tipos de regulações” (2017[2004], p. 710). Como Judith apontou, ao mesmo tempo que é preciso realizar uma análise de atravessamentos, os estudos queer nos convocam a estabelecer disjunções: por exemplo, determinados gêneros não necessariamente supõem práticas sexuais específicas e/ou sexualidades e vice-versa.

ontológico independente, embora não possa ser facilmente reduzida a suas materializações; é ela própria (re)produzida a través da sua corporificação por meio de atos que se esforçam para se aproximar dele, e por meio das idealizações reproduzidas nos e por esses atos. (2017[2004], p. 704).

Ao retomar as elaborações foucaultianas, Judith explicou-nos como o a norma age em nome da regulação, mas esse ato se constitui como “modo de *disciplina e vigilância* dentro das formas de poder da modernidade tardia” (2017[2004], p. 713). Como processo categorizador e valorativo que estabelece balizas de sua manutenção, pois se faz na iteração citacional, “Na medida em que as regulações operam por meio de normas, elas se tornam momentos-chave nos quais a idealidade da norma é reconstituída, sua historicidade e vulnerabilidade, temporariamente apagadas” (2017[2004], p. 713). Quando Judith mencionou o fato da regulação governamental da adoção por parte de casais homossexuais ser algo que reforça um ideal do significado da família — excluindo, por exemplo, outros tipos de estrutura familiar, garantindo acesso aos direitos legais de parentalidade a todos —, percebemos como regulações permitem ou restringem ações através de processos de normalização que constituem “parâmetros de humanidade” (2017[2004], p. 714).

Queerizar~cu-irizar, na esteira de Judith, pode ser um questionamento radical aos parâmetros de humanidade que tornam determinadas vidas dignas de viver e outras abjetas para desmantelar essa separação, não em prol de uma inclusão normalizante, mas de um estar-ao-lado-de entre existências singulares. Articular essa demanda em pautas feministas nos chama para um contínuo questionamento das terminologias utilizadas, pois, como Judith trouxe no capítulo “The End of Sexual Difference?”,

Sexual difference is not a given, not a premise, not a basis on which to build feminism; it is not that which we have already encountered and come to know; rather, as a *question* that prompts a feminist enquiry, it is something that cannot be quite stated, that troubles the grammar of the statement, and that remains, more or less permanently, to interrogate.⁴³⁹ (2004, p. 178)

Lembrando-nos da discussão em “Gender in Translation/Beyond Monolingualism” (BUTLER, 2018/2019), se sexo é gênero (BUTLER, 2019[1993]) —

⁴³⁹ [A diferença sexual não é um dado, uma premissa, uma base na qual construir o feminismo; não é aquilo que já encontramos e passamos a conhecer; ao invés disso, como uma *questão* que impulsiona a investigação feminista, é algo que não pode ser bem declarado, que perturba a gramática da declaração e que permanece, de forma mais ou menos permanente, como algo a ser interrogado]

na medida em que a diferença sexual é regulada por um conjunto de normas que produzem noções de feminino e masculino (BUTLER, 2004) —, então a *questão* da diferença sexual, assim como o gênero, permanece sob questionamento de maneira tanto intra- quanto interlinguística. Tratando do termo “feminismo” em si, essa pergunta busca evidenciar “how it plays, what investments it bears, what aims it achieves, what alterations it undergoes”⁴⁴⁰ (2004, p. 180). Como esses temas mobilizam discussões mais amplas sobre “o universal” e “humanidade”, Judith os situou entre esses termos:

The human, it seems, must become strange to itself, even *monstrous*, to reach the human on another plane. This human will not be “one”, indeed, will have no ultimate form, but it will be one that is constantly negotiating sexual difference in a way that has no natural or necessary consequences for the social organization of sexuality. By insisting that this will be a persistent and open question, I mean to suggest that we make no decision on what sexual difference is but leave that question open, troubling, unresolved, propitious.⁴⁴¹ (2004, p. 191–192, meu destaque)

Porém, tendo em vista os debates sobre queer~cu-ir, ainda me questiono a pertinência do apego à categoria “humano”, pois parece contraditório supor um estranhamento de humanas ao ponto da monstruosidade para abarcá-las em uma humanidade mais ampla, uma vez que as zonas de abjeção há séculos colocam pessoas homossexuais, transexuais, negras, indígenas, mulheres, não binárias e mais como monstruosas. Pode acontecer de, ainda que mantenhamos os conceitos abertos para questionamentos sem que se busque uma resposta definitiva, estejamos fazendo as perguntas inadequadas. No entanto, uma abertura como essa, se entendida em práticas de tradução cultural que realmente se disponham à transformação que devém dos encontros, talvez seja capaz de afetar as perguntas que fazemos sobre feminismos, gênero, diferença sexual e muito mais⁴⁴². E uma

⁴⁴⁰ [como ele se apresenta quais investimentos carrega, quais metas alcança, quais alterações atravessa]

⁴⁴¹ [Parece que o que é humano precisa se tornar estranho para si próprio, até *monstruoso*, para alcançar novamente o que é humano em outro plano. Esse humano não será “um”, de fato, não terá uma forma definitiva, mas será uma que está constantemente negociando a diferença sexual de maneira que não gere consequências naturais ou necessárias à organização social da sexualidade. Ao insistir que isso será uma questão persistente e aberta, quero sugerir que não decidamos sobre o que a diferença sexual é, mas que deixemos a questão em aberto, perturbando, não resolvida, propícia.]

⁴⁴² É nesse sentido que Judith evocou a escrita de Gloria Anzaldúa como esse convite à mediação entre mundos, questionando as bases do que entendemos, para expandir capacidades imaginativas: “She is asking us to be able to work in coalitions across differences that will make a more inclusive movement. What she is arguing, then, is that it is only through existing in the mode of translation, constant translation, that we stand a chance of producing a multicultural understanding of women or,

parte dessas transformações também diz de como os estudos queer chegaram na América Latina, uma vez que citar Judith Butler como teórica de perturbações queerizantes~cu-irizantes não se faz como um gesto isolado desse contexto, mas que pede por suas torções. Afinal, como disse Teresa de Lauretis em “Teoria queer, 20 anos depois: identidade, sexualidade e política”: “Sugerir que a teoria queer encontre também tradutores admiráveis como esse [considerando o trabalho de Stuart Hall sobre Antonio Gramsci como tradutor das teorias de Karl Marx] é o melhor que posso fazer para o ‘otimismo queer’ — apesar de não ser otimista, apenas queer” (LAURETIS, 2019[2010], p. 408). Agir como tradutorie que teoriza sobre a tradução me pediu, então, escutar o que outros consideraram nesse ato de tradução epistemológica, para então sugerir o que seriam esses estudos feministas da tradução e/m queer~cu-ir.

3.5 A PROPOSTA DOS ESTUDOS FEMINISTAS DA TRADUÇÃO E/M QUEER~CU-IR

Neste capítulo, nós, estranhes, fomos tramades a partir de outras perguntas, aquelas que precisamos fazer justamente porque temos palavras, mas não a alquimia das coisas nomeadas. Sustentar a dúvida como uma postura de contínuo estranhamento entre línguas que aqui nos faz questionar como se movem as categorias pelas normas de sexo-gênero-desejo de atravessamentos inúmeros. Se os estudos feministas da tradução conseguiram complexificar as sujeitas em/de suas pesquisas, frequentemente vimos/vemos como o enfoque permanece/u em mulheres cisgênero heterossexuais, minimizando o espaço de lésbicas e pessoas trans no campo, ainda que se tenha ampliado os horizontes de raça e de classe. Por outro lado, os estudos queer na tradução muitas vezes ignoram as contribuições e alianças feministas, frequentemente analisando temas gays e/ou lésbicos, com pouco espaço para os estudos transgênero. Aqui, na escolha inapropriada da palavra não binária, encontro-me nesta encruzilhada, desejando que essas pesquisas conversem a partir de estratégias que têm manejado ao longo das

indeed, of society.” [Ela nos pede que sejamos capazes de trabalhar em coalizões através das diferenças que farão um movimento mais inclusivo. Seu argumento, então, é que apenas através de existirmos no modo da tradução, constante tradução, que teremos chance de produzir um entendimento multicultural de mulheres ou, de fato, da sociedade]. (2004, p. 228)

décadas, reconhecendo suas contribuições com abertura para auto/críticas e reformulações de conceitos e práticas.

Nesse percurso, vimos a dificuldade comunicativa entre os campos, mas vários sinais de abertura. Encontramos a valorização dos estudos queer entre os trabalhos de Pilar Godayol, Olga Castro com María Laura Spoturno e mais veementemente nas pesquisas de Elizabeth Sarah Lewis e Pauline Henry-Tierney, por parte das feministas; e o reconhecimento das contribuições feministas nas pesquisas de William Spurlin, B. J. Epstein, Robert Gillet e Klaus Kaindl, por parte de queer. No entanto, um livro de relevância como *Queer Theory and Translation Studies* de Brian James Baer manifestou a invisibilização das feministas, que, do outro lado, é replicada pelos estudos feministas da tradução com relação aos estudos queer, seja criticando-os completamente para justificar sua ausência, seja ignorando-os. Há pesquisadorias de ambos os lados que abrem caminhos, enquanto outros reafirmam muros através de seu silêncio.

Se realmente levarmos a interseccionalidade em conta, qualquer intenção de separar os estudos feministas da tradução e queer na tradução por causa de um enfoque em gênero, no primeiro, e em sexualidades, no segundo, cai por terra assim que compreendemos como o sistema sexo-gênero-sexualidade se constituiu e está presente em várias culturas e/m línguas de maneira indissociável. Basta escutarmos Gloria Anzaldúa, como o fizemos, para entendermos como as relações de fronteira expõem tanto a comunicação entre mundos quanto a violência da lógica binária separatista; também apreensível pelos estudos transgênero, o que, em minha vida como não binária que veio de um reconhecimento anterior como sapatão, pôde ser sentido (e segue sendo) diariamente. Lembremos de Djuna em *Nightwood*: não há verdade e não é sábio fazer fórmulas para o desconhecido a partir daquilo que se conhece, ainda que seja necessário o cuidado para lidar com a ambivalência dessa frase, uma vez que vivemos em uma época de negacionismos conservadores e fake news. Estranhar diz mais de uma escuta atenta às relações entre do que uma recusa dos fatos, trata de outras definições que podem envolver outros vocabulários, outras sintaxes, expansões ou viradas semânticas, que frequentemente se fazem em tradução.

Vimos que queer no contexto anglófono possui sua genealogia própria, desde usos relativos à homossexualidade entre homens cis ao xingamento, sua reapropriação subversiva mais ampla nas ruas e uma entrada nos estudos

acadêmicos sobre as dissidências do sistema sexo-gênero-desejo que colocaram em disputa concepções tanto dos estudos gays e lésbicos quanto feministas. Um dos pontos fundamentais entre várias escritories no fim dos anos 80 e começo dos anos 90, como vimos nos escritos de Gloria Anzaldúa, Teresa de Lauretis, Judith Butler e Annamarie Jagose, foi a crítica ao conceito de identidade. Quando se fala das ressignificações latino-americanas do termo, essa crítica não somente envolveu uma tradução de conceitos e epistemologias, mas uma contaminação, quebra e torção, um diálogo com outros saberes que já a realizavam antes de sua chegada através de elites acadêmicas.

Com *queer~cu-ir*, sugeri uma torção e/m convivência em diálogo com outros que questionam o empréstimo descontextualizado de *queer*. Contra a suposição da inteligibilidade que se baseia em uma hegemonia exportada, como apontou Felipe Rivas, é preciso quebrar a ideia de unidade do que seria esse campo de estudos, com quem conversa de fora, com quem dialoga dentro, em prol das “genealogias diferenciais” (2011, p. 70). Como Hija de Perra também salientou, a invisibilização dos saberes locais e a ausência de traduções do que chega impedem articulações atentas, nas quais as críticas ao sistema sexo-gênero-desejo permanecem desprovidas das interseccionalidades vividas nas inúmeras realidades sudacas.

No entanto, proponho uma convivência dos termos justamente porque, como tradutorie, não acredito na eficácia de purismos e separatismos, lembrando-me das palavras de Maria-Mercè Marçal entre as epígrafes desta tese: “A pureza — toda pureza, como a morte — é estéril. Tudo aquilo que pertence ao âmbito da vida é pura contaminação somente” que traduzi de “La puresa — tota puresa, com la mort — és estèril. Tot allò que pertany a l'àmbit de la vida és només pura contaminació” (2004, p. 158). No entanto, em tempos como os da pandemia de Covid-19 em que a contaminação do vírus provocou milhares de mortes e tantas outras sobreviventes com sequelas, não podemos nos fiar ingenuamente em tais manejos de palavras. Duvidar de tudo ao redor, recusar as fórmulas, estranhar e não criar novas regras não significa que tudo vale, que não existem limites: cada letra se faz com a tinta de um corte aberto pela linguagem, é uma escolha de riscos, na polissemia dessa palavra. Contra o império monolíngue e o separatismo conservador, as multiplicidades entre línguas — como no caso de *queer* — podem encontrar mediações cuidadosas e responsáveis de deslocamentos e ressignificações, como nos trouxe Sayak Valencia e Diego Falconí Trávez. Em território brasileiro,

encontramos inúmeras proposições, considerando as de Larissa Pelúcio, Berenice Bento, Anselmo Peres Alós, Abigail Campos Leal e, com esta, recupero a ideia de manter o inominável em aberto.

Essas possibilidades sem dúvida são afetadas pelos estudos trans que, conforme pudemos ver com os estudos de Bia Pagliarini Bagagli, Helena Vieira, Letícia Nascimento e Ian Guimarães Habib, enfatizam a visibilidade da categoria da cisgeneridade — e cisnormatividade, portanto — como integrante dos sistemas de opressão, o sistema. Considerar as vidas trans incorpora outras questões e perspectivas ao que entendemos por gênero e posicionamentos feministas e/m queer~cu-ir, desnaturalizando-o para que se possa compreender como cada uma faz seus próprios corpos — e as linguagens deles/sobre eles/a partir deles — em constante negociação com os termos hegemônicos como condição de intelecção do real. Autonomear-se e ser reconhecido é uma luta constante — a ver como o uso da linguagem não binária em minha frase jamais seria aceita pelas normas da língua portuguesa brasileira vigentes, pois não é considerado algo possível e, como um desvio, um erro, deveria ser corrigido. No entanto, através de práticas e/m estudos de movimentos dos transfeminismos, alargam-se as línguas, como insurgência político-epistemológica intencional sobre as mutações que elas atravessam ao longo dos tempos.

Ao *re/des/conhecer* categorias, o que proponho com feminismos e/m queer~cu-ir nos ET conversa com o que alguns estudos de gênero já tem sugerido, concebendo táticas de estranhamentos, catacreses e despossessões. Com relação à primeira, na escuta de Claudia Mayer e Guacira Lopes Louro que conjugam o estranhar de queer, vimos o apelo à desnaturalização de determinadas categorias, apontando para as dimensões opressoras que orientam processos de normalização. Verbo de movimento, de inclinação, de disposição a desconstruir o que quer que seja, assim como Nikki Sullivan também afirmou. No entanto, como tenho repetido, essas autorias não negam a existência dos termos, apenas expõem sua condição de ficções regulatórias e, assim, de possível deslocamento e subversão. Por outro lado, também não se assume que essas categorias sejam coesas e transparentes, mas que comportam complexidades de processos interseccionalmente marcados, opacos.

É com base nessas premissas que me aprofundei em alguns estudos de Judith Butler para tratar das outras táticas mencionadas acima. Começando com

Corpos que Importam, importou-me situar aquilo que Helena Vieira e Letícia Nascimento trouxeram para o transfeminismo depois: que a performatividade de gênero produz o sexo como condição de assujeitamento, ambos mutuamente constituídos na matéria, legitimada pela linguagem, cujas normas regulatórias delimitam as margens de abjeção, todes es chamades de indizíveis. No entanto, ao politizar a abjeção, segundo Judith, encontramos reescritas possíveis de queer, ressignificando o termo, o que pode ser estendido para várias outras palavras que povoam esses campos marginalizados. Ora despossuindo-nos dos nomes em prol da desidentificação, articulando através de afinidades, ora abrindo as categorias conhecidas, usando-as como catacréticas sob constante contestação, outros usos das palavras e/m existências tidas por abjetas podem ser possíveis.

Trata-se de mobilizar desconstruções entre erros necessários que permitam que línguas abolidas falem e sejam escutadas — inclusive entre línguas, pela tradução —, em luta desde tempos imemoriais com a casa da linguagem que, por mais não pertença a ninguém, fora moldada pelas instituições de poder ao longo da história. Afinal, não se faz gênero e/m sexualidade sozinho, ele é refeito contextualmente, e é disso que se trata a despossessão. Não possuímos a língua, ela nos possui, mas o que fazemos com ela nesse encontro? E quando esse encontro se faz entre culturas, entre línguas? Aí também surgem as mudanças, os deslocamentos, as subversões. Falar em estudos feministas da tradução e/m queer~cu-ir evoca o êxtase de que fala Judith como esse descentramento de si que acontece na relação da tradução, como as categorias se bagunçam e se desfazem, tomam outras formas, se desterritorializam e se reterritorializam novamente, a autonomia escrita em termos de relacionalidade que também nos abre para novas palavras. Des/continuamente esvaziando e deslocando ao questionar as normas, provocar um estranhamento a cada vez que processos assimilacionistas normativos enrijecerem as palavras, inclusive através da tradução cultural, que mobiliza tais processos.

É importante nos lembrarmos que as normas, em si, não precisariam ser algo negativo, pois constituem os vínculos sociais, mas o problema jaz na distribuição desigual do direito de re/formulá-las e como elas operam segundo os mecanismos opressores do poder. Ainda que sejamos condicionadas pelas regulações de gênero que constituem o sistema sexo-gênero-desejo, não estamos determinadas, diante do que podemos nos empenhar em desidealizar categorias e

nos despojarmos delas em nossas corporificações, provocando uma ruptura nos processos de iterações citacionais. Atentes, no entanto, ao fato que os modos pelos quais tais processos acontecem são bem menos conscientes e coesos do que a ficção de sujeitos humanistas nos fizeram acreditar, e estamos sob o risco de reproduzir nas tentativas subversivas os mesmos mecanismos contra os quais dizemos nos opor. Quando elaboramos sobre tais ideias em pesquisas como esta, realizo um esforço no sentido de formular algo que afete tais processos, mas consciente do alcance bastante limitado que escritos em pesquisa podem ter diante da complexidade das vidas inscritas e/m tradução.

Com os estudos feministas da tradução e/m queer~cu-ir, queria que as ausências, desencontros e entendimentos diferenciados pudessem encontrar meios de *re/des/conhecer* técnicas e/m estratégias para outras descrições, histórias, críticas, políticas e práticas de tradução. Entre elas, nomeações foram entendidas como inapropriadas, catacréticas, modos de desposseção, para que permitam a comunicação entre línguas, mas não enrijeçam aquilo que é expressado. O limite da ética de tradução, nesta proposta, seria a catacrese dos usos inapropriados — pois nada seria permanentemente suficiente para abarcar as substâncias, os sistemas de representação não dão conta dos nós, muito menos considerando a multiplicidade de línguas e/m culturas, é um estado de desposseção —, mas não inadequados.

Acredito que, à medida que pude atravessar alguns textos dos estudos feministas da tradução, tive oportunidade de questionar o que era gênero ali, como isso mobilizava uma determinada noção binária da diferença sexual e o que isso dizia dos feminismos em jogo. Enquanto tática queerizante~cu-irizante de perturbar a ordem das definições estabelecidas, essa indagação, ao invés de buscar uma resposta definitiva sobre gênero, diferença sexual e feminismos, desfia os tecidos para seguir tramando adiante por onde ainda não fora, agregando linhas até então ignoradas ou nem vistas. Queer~cu-ir afeta os feminismos, também na tradução. Lembrando-nos que é preciso questionar o que tomamos válido de indagação, repensando as próprias perguntas que nos orientam, sugiro com os estudos feministas da tradução e/m queer~cu-ir questionem: quais categorias têm sido utilizadas para construir histórias da tradução, critérios de críticas de traduções, parâmetros de teorias da tradução e orientações para práticas da tradução? quais realidades — e dinâmicas de poder que as constituem — essas categorias reafirmam e o que elas excluem? como podemos mobilizar outras histórias, outros

critérios críticos, outras teorias, outras formas de traduzir? *Re/des/conhecendo*, a escutar atente às relações entre, como uma ética de pesquisa e/m tradução.

3.6 UM EXEMPLO DE ANÁLISE NOS ESTUDOS FEMINISTAS DA TRADUÇÃO E/M QUEER~CU-IR: *NIGHTWOOD* COMO *NO BOSQUE DA NOITE*

Como forma de exemplificar esse aprofundamento, acredito que realizar uma breve análise comparativa pode ser um caminho para expor as contribuições dos estudos feministas da tradução e/m queer~cu-ir. É também por isso que tenho conversado com a tradução de *Nightwood* (1936) como *No bosque da noite* (2004[1936]) e, como já me deti antes no passado (BARBOZA, no prelo), desejo reapresentá-lo aqui (já exposto brevemente na seção 1.4) para destacar alguns de seus meandros e expor minha proposta em análise. O motivo da escolha desse livro foi, assim como muito dessa tese, contingencial e subjetivo: em 2012, ao pesquisar sobre obras de “temática lésbica” — na escassez de narrativas com as quais pudesse me relacionar — e com acesso às bibliotecas da Universidade Estadual de Campinas, encontrei *No bosque da noite*. O impacto da leitura foi tamanho que minha atenção se voltou para Djuna Barnes (e para os ET), fazendo como monografia de conclusão de curso a tradução de seu livreto *The Book of Repulsive Women*, como já comentei anteriormente. Envolvide pela trama de *No Bosque da Noite*, reli-o várias vezes: em 2013, em 2015, entre 2017 e 2018, assim como em 2019, mas foi em 2020 que fiz uma leitura comparada com *Nightwood* e só então pude perceber algumas questões de tradução que me moveram ao tema desta tese, sobre as quais comentarei a seguir. Reconheço que um estudo como o que esse livro pede demandaria uma outra tese, de crítica de tradução, de forma que esta seção, ao mesmo tempo que constitui o coração da minha pesquisa, também é sua fraqueza, por não ser ampla como mereceria. No entanto, espero que os exemplos comentados a seguir auxiliem na materialização do que proponho com os estudos feministas da tradução e/m queer~cu-ir e possam an/dar adiante em algum futuro.

Da noite entre línguas. Para começar neste presente, é importante comentar que, já nas orelhas da publicação brasileira de *Nightwood* como *No Bosque da Noite* em tradução de Caetano Waldrigues Galindo — que não sabemos se foram escritas pelo próprio tradutor ou por alguém responsável pela editoração do livro —, vemos a

recepção do romance como uma obra que, tanto em sua forma quanto em conteúdo, podemos situar como queer:

Seria fácil resumir o livro como uma história de amor homossexual. Mas a leitura atenta mostra que ele se expande e se abre para um mundo que *perdeu completamente sua identidade*. Ninguém aqui é o que é ou o que parece ser, e o exemplo mais destacado, e até caricato, dessa atitude é uma festa na qual todos os participantes portam títulos, mas nenhum deles é nobre: são todos atores de circo.

Neste sentido, o livro traz uma linguagem e um uso dos gêneros narrativos que poderiam até *colocar em dúvida a sua própria identidade como romance*. A força dos diálogos, por exemplo, remete o leitor ao teatro; a linguagem refinada e onírica de Barnes nos envia ao poema em prosa. E é novamente Eliot quem salienta que certamente o leitor de poesia seria o melhor apreciador deste livro. (BARNES, 2004[1936], orelha do livro, meus destaques em itálico)

Perder a identidade, colocar em dúvida a identidade. Essas percepções ecoam muito do que se diz da própria obra de Djuna Barnes, como o fez Monique Wittig, sua tradutora ao francês, ao afirmar que “Djuna Barnes cancels out the genders by making them obsolete”⁴⁴³ (WITTIG, 1983, p. 64). Neste romance em específico, essa obsolescência se produz através de um efeito de paródia subversiva, como nos trouxe a pesquisadora Jane Marcus: “*Nightwood* is also a *dangerous* novel, if we use Mary Douglas’s concept of ‘purity and danger,’ for the whole social order of this novel is ‘impure’. The world is turned upside down for carnival; it is the reversible world of the circus, the night world of lesbian, homosexual, and travestite Paris”⁴⁴⁴ (1989, p. 147). Esgarçando as ideias concebidas sobre os padrões de gênero, sexualidade, raça, religião, classe e pertencimentos nacionais, *Nightwood* re/vira todes pelas noites parisienses-berlinenses-vienenses entre as décadas de 20 e 30 do século XX, principalmente através das personagens já mencionadas no começo desta tese: Nora Flood, Robin Vote, Felix Volkbein, Matthew O’Connor e Jenny Patherbridge. Interessa-me agora, no entanto, enfatizar nuances de algumas delas, principalmente a figura de Matthew

⁴⁴³ [Djuna Barnes anula os gêneros ao torná-los obsoletos]

⁴⁴⁴ [*Nightwood* é também um romance *perigoso*, se formos usar o conceito de ‘pureza e perigo’ de Mary Douglas, pois a ordem social desse romance é toda ‘impura’. Vira-se o mundo de ponta-cabeça para o carnaval; é o mundo reversível do circo, o mundo noturno da Paris lésbica, homossexual e *travestite* (nota de tradução: não traduzo “travestite”, variação de “transvestite”, em cumplicidade com le tradutorie Lux que, sobre sua tradução ao português brasileiro deste termo, escreveu: “Uso ‘*transvestite*’ sem traduzi-lo para seu homônimo ‘travesti’ porque se referem a experiências subjetivas de gênero consideravelmente distintas. Ao longo da história estadunidense, ‘*transvestite*’ foi usado de modo mais consistente como forma de identificação por pessoas (tanto as designadas ao sexo masculino quanto as designadas ao feminino ao nascer) cujas expressões de gênero eram mutáveis, impermanentes, e assumiam formas variadas” (STRYKER, 2021[2006], p. 20)]

e a relação entre Nora e Robin, uma vez que os temas abordados nas questões de tradução que me inquietaram as entrelaçaram.

Em paródia das práticas analíticas, que se difundiam na época de publicação do romance a partir da psicanálise de Sigmund Freud e seus discípulos⁴⁴⁵, Matthew — ginecologista gay e *travestite* entre paredes — age como uma voz ativa que não somente expressa suas opiniões ácidas sobre os mais variados temas que atravessam o romance, mas também atua como analista do relacionamento dramático entre Nora e Robin e como Jenny se colocou entre elas. Segundo Jane Marcus, Nora é analisada como uma histérica e o doutor Matthew parodia Freud, porém rompendo a dinâmica do divã na medida em que Nora traz perguntas e Matthew as responde em longos monólogos em que “The doctor sits in bed in a granny nightgown and wig, powdered and rouged, and the patient stands by his bed; it is three in the morning, not three in the afternoon. The patient is rational, puritanical, and analytical; the doctor is mad”⁴⁴⁶ (MARCUS, 1989, p. 164). Dentre várias imagens, Nora surge frequentemente como alguém marcada pela divisão corpo/mente, receosa de seus próprios desejos, ao que Matthew aconselha que ela “let herself go, deal with the animal in herself”⁴⁴⁷ (1989, p. 165) e que, assim, reage tentando enquadrar Robin na relação como uma maneira de contenção, enquanto Robin, vista como “beast turning human”⁴⁴⁸ (BARNES, 1936, p. 59), “doesn’t want to be saved; she wants to be free”⁴⁴⁹ (MARCUS, 1989, p. 171). Percebe-se, portanto, que “*Nightwood*’s project is to expose Freudian psychoanalysis’s collaboration with fascism in its desire to ‘civilize’ and make ‘normal’ what is considers to be the sexually aberrant misfit (...) Barnes makes us all misfits, claiming that in human misery we can find the animal and the divine in ourselves”⁴⁵⁰ (1989, p. 164). Em certo ponto, os discursos delirantes de Matthew sobre esse assunto podem reverberar a crítica de Gilles Deleuze e Félix Guattari à psicanálise freudiana:

⁴⁴⁵ Lembremos que o Instituto Psicanalítico de Berlim funcionou entre os anos de 1920 e 1928 e o romance é de 1936.

⁴⁴⁶ [O doutor se senta na cama em uma camisola de vovó e de peruca, empoado e de rouge, e a paciente fica ao lado da cama; são três da manhã, não três da tarde. A paciente é racional, puritana e analítica; o doutor é louco]

⁴⁴⁷ [se deixe levar, que lide com o animal nela mesma]

⁴⁴⁸ [besta virando humana]

⁴⁴⁹ [não quer ser salva; ela quer ser livre]

⁴⁵⁰ [O projeto de *Nightwood* é expor a colaboração da psicanálise freudiana com o fascismo em seu desejo de ‘civilizar’ e tornar ‘normal’ o que considera como deslocado e aberrante sexualmente (...) Barnes nos torna todos deslocados, afirmando que na desgraça humana podemos encontrar o animal e divino em nós mesmos]

Queremos dizer uma coisa simples sobre a psicanálise: ela encontrou frequentemente, e desde o começo, a questão dos devires-animais do homem. (...) O que se pode dizer, no mínimo, é que os psicanalistas não entenderam, Jung inclusive, ou que quiseram não compreender. Eles massacraram o devir-animal, no homem e na criança. Não viram nada.⁴⁵¹ (2012[1980]a, p. 47)

No romance de Djuna Barnes encontramos personagens que tiveram seus devires-animais massacrados, com maior ou menor intensidade, marginalizadas como abjetos, e podemos escutar seus lamentos como os uivos e silêncios entre si e diante de si mesmas. Como argumentei no capítulo (BARBOZA, no prelo), Deborah Parsons (2003) expôs esse desespero como emblemático das rejeitadas da sociedade, diante do qual elas buscam significados, mas a linguagem, constituída pela norma, se mostra insuficiente: não se tem a alquimia. Diante dessa angústia, a normatividade se infiltra nas próprias dinâmicas do desejo como uma estrutura de resposta. Ecoando de forma deslocada o par neurótico da matriz cis-héterossexista da mulher ansiosa que espera-busca quem a deseja e do homem evitativo que foge-e-retorna a quem ele deseja (ROLNIK, 1986), Nora deseja e lamenta a ausência de Robin e Robin, desejada, reclama — ou nem se pronuncia em sua esquiva, o silêncio como esse indizível na linguagem da norma — contra o aprisionamento a que todes tentam sujeitá-la, primeiro Felix Volkbein, depois Nora, então Jenny Patherbridge.

No entanto, essa divisão em binários fracassa: pois, se Nora incorpora a Razão patriarcal constituída culturalmente e Robin é relacionada à natureza normativamente “feminilizada”, tudo se inverte quando aquela ocupa uma posição “feminilizada” e Robin a “masculinizada” nessa dinâmica neurótica do desejo — as categorizações são insuficientes, e Djuna escavou a incoerência delas. É nesse sentido que a pesquisadora Susana Martins (1999) comentou como o romance joga com termos da psicanálise para minar as estruturas patriarcais do desejo e desconstrói binários aparentemente fundamentais de identidade que mobilizam as personagens desejantes a partir de dentro, inclusive em sua própria implosão e obscena exposição da catástrofe resultante dela: “I have suggested that *Nightwood*

⁴⁵¹ O que não quer dizer que Gilles Deleuze e Félix Guattari tenham visto: Donna Haraway fez uma dura crítica aos pesquisadores em “Os manifestos de Donna Haraway: do ciborgue às espécies companheiras. Quando jamais fomos humanos, o que fazer? Entrevista com Donna Haraway por Nicholas Gane”: “Deleuze e Guattari são muito, muito piores [que Derrida]. Acho que o seu capítulo sobre o devir-animal é um insulto porque eles não estão nem aí para os animais — os bichos são uma desculpa para o seu projeto antiedípico” (2021[2006], p. 136).

disarranges casual, ordinary notions of identity, exposing linguistic categories as insufficient, distorting, exclusionary, and misleading”⁴⁵² (1999, p. 114).

Entre tantas questões no romance, vemos as vísceras reviradas de relações em que, como Jane Marcus comparou com a personagem Molly em *Ulysses* de James Joyce, “Molly’s ‘yes’ is answered by Robin Vote’s ‘no’ to marriage, ‘no’ to motherhood, ‘no’ to monogamous lesbianism. Robin’s ‘no’ is a preverbal, prepatriarchal primitive bark”⁴⁵³ (1989, p. 160). Aqui o latido é mencionado porque a única cena em que Nora e Robin de fato se veem, desejando-se uma à outra e sendo desejadas uma pela outra, é ao fim do romance, quando, nos Estados Unidos, Robin é conduzida até Nora pelo cão desta, “the two are united by a beast”⁴⁵⁴ (MARTINS, 1999, p. 122) e, “in her boy’s trousers”⁴⁵⁵ (1936, p. 237) Robin estabelece sua vizinhança com aquele cão, de quatro, farejando-o, latindo.

A partir destas noções, podemos começar a perceber a complexidade que *Nightwood* envolve. Nem uma obra positivamente subversiva, nem negativamente normativa: ela questiona a própria divisão entre positivo/negativo e subversivo/normativo e, também, entre natureza/cultura. Assumindo sua própria forma estranha, ainda que as personagens se debatam contra espaços reduzidos demais (seja a própria casa, sejam as estruturas do desejo, seja a linguagem), o romance produz sensações perturbadoras e ambivalentes, aspecto contemplado pela crítica de Jane Marcus: “I believe *Nightwood* is the representative modernist text, a prose poem of abjection, tracing the political unconscious of the rise of fascism, as lesbians, blacks, circus people, Jews, and transvestites — outsiders all — *bow down* as the text repeats, before the truly perverted, Levitical prescriptions for Hitler’s racial purity”⁴⁵⁶ (1989, p. 161). Gostaria de ressaltar que não terei oportunidade aqui de me deter mais profundamente nas nuances de *Nightwood* — o que seria toda uma tese de crítica —, mas este aspecto traz um questionamento fundamental a respeito do que implica sua tradução: se o texto mobilizou imagens

⁴⁵² [eu sugeri que *Nightwood* bagunça noções de identidade ordinárias e eventuais, expondo categorias linguísticas como insuficientes, excludentes, que distorcem e induzem ao erro]

⁴⁵³ [os ‘sim’ de Molly é respondido por Robin Vote com um ‘não’ ao casamento, ‘não’ à maternidade, ‘não’ à lesbianidade monogâmica. O ‘não’ de Robin é um latido pré-verbal, pré-patriarcal e primitivo”]

⁴⁵⁴ [as duas são unidas por uma besta]

⁴⁵⁵ [com suas calças de garoto]

⁴⁵⁶ [Acredito que *Nightwood* é o texto modernista representativo, um poema em prosa sobre a abjeção, traçando o inconsciente político da ascensão do fascismo, enquanto lésbicas, negres, pessoas do circo, judies e *transvestites* — todes *outsiders* — se *curvam* à medida que o texto repete, diante des verdadeires pervertides, as prescrições levíticas de pureza racial para Hitler]

complexas que rompem definições identitárias e, ao mesmo tempo, trouxe ideias opressoras nas falas de alguns personagens em determinadas ocasiões, inclusive carregando categorizações e essencialismos sobre identidades, como pode se situar a ética da tradução diante disso? Não me interessa responder a essa pergunta de maneira fechada, mas observar exemplos tomados do próprio romance em tradução para refletirmos juntas sobre o que pode estar implicado nessa ética.

No bosque da noite (2004[1936]), tradução brasileira realizada por Caetano Waldrigues Galido, renomado e conhecido por ter traduzido *Ulysses* de James Joyce, foi publicada em maio de 2004 com uma impressão de dois mil exemplares. O livro, que aparentemente não teve reimpressões pelo que pude observar através de pesquisa online, chegou a custar — em setembro de 2021 — 190 a 210 reais na Estante Virtual; a editora Códex, que o editou, não existe mais. Essa informação nos interessa porque eventuais acidentes de editoração, revisados entre uma tiragem e outra, não tiveram ocasião de serem resolvidos. Nesse sentido, notei algumas poucas omissões na tradução, assim como questões de digitação, que podem ter passado despercebidas no processo de preparação e revisão, uma vez que não é raro que isso aconteça, e que, na maior parte dos casos, não incidiam em questões queer da obra, exceto em um momento, que comentarei adiante, junto de outros trechos relevantes à crítica⁴⁵⁷. Gostaria de ressaltar que valorizo como essa tradução foi feita, recriando o ritmo envolvente da prosa de Djuna em inúmeras passagens de formas muito inventivas, assim como a densidade e impacto das imagens e sua riqueza de sons. Meu ponto aqui é questionar quais outras dimensões também afetam o traduzir e como elas se relacionam com a pertinência de uma perspectiva como a dos estudos feministas da tradução e/m queer~cu-ir.

Um dos primeiros aspectos, já esboçado anteriormente (BARBOZA, no prelo) foi o uso generalizado de masculino na tradução de substantivos em inglês que se referiam a coletividades ou a sujeitos indeterminados. Esse procedimento, que toma o masculino como universal e feminino por específico, desconsiderando uma rota não binária, é frequente no padrão normativo de tradução entre línguas com diferentes sistemas gramaticais de gênero (CASTRO, 2010). Essa leitura, como apontou Monique Wittig (1985) com relação ao *they* do inglês (quando ainda não

⁴⁵⁷ Como já discorri detalhadamente sobre alguns exemplos do capítulo “Night Watch” / “Vigília Noturna” em (BARBOZA, no prelo), retomarei apenas a cena da avó que moveu minhas inquietações para o romance todo, aquela em que consta “with a leer of love” (1936, p. 69).

havia o uso corrente não binário do pronome), supõe uma hierarquização na qual a experiência vivida por aqueles que são entendidos como homens — referidos pelo masculino gramatical — é tida por sinônimo do universal, invisibilizando mulheres (e todes outres). No entanto, como muitos demonstraram (RIBEIRO, 2019; NASCIMENTO, 2021), vale lembrar que o que a norma considera como homens não leva em conta homens negros e indígenas, nem transmasculines, e, sob o espectro da exclusão das mulheres dentro desse binário, Letícia Nascimento afirma como “somos completas *outsiders* no CISTema sexo-gênero-desejo” (2021, p. 53), de forma que mulheres trans, travestis, travestigêneres e não binárias também permanecem à margem dessa representação gramatical. Podemos acrescentar como essa divisão também desconsidera a linguagem não binária, que não somente contempla pessoas não binárias, mas atua de maneira a abarcar coletividades: “todes” refere-se a mulheres, homens (cis e trans) e pessoas não binárias, operação que anos atrás, no português brasileiro (assim como em outras línguas), era realizada ora pelo uso do @ (tod@s) e depois pelo recurso ao X (todxs), mas que caíram em desuso por não serem pronunciáveis (FREITAS, 2015).

Diante desses tópicos, quais argumentos serão levantados para encarar a diferença entre diferentes sistemas gramaticais de gênero na tradução, como acontece entre inglês e português brasileiro, e como eles vão variar conforme cada conjunto interseccional de fatores e agências que determinam a materialização dessa tradução? Um dos primeiros pontos que me ocorre é que *Nightwood* já possui quase 100 anos de publicação, portanto, uma das perguntas que pode surgir: é preciso traduzir conforme os usos linguísticos da época em que a obra foi escrita em sua língua de partida? Ainda que haja quem defenda que sim, acredito que não — a ver como inúmeras obras antigas possuem atualizações que adaptam sua linguagem, como foi o caso da tradução coletiva de *Metamorfoses* de Ovídio (2017), ainda que se trate de uma distância temporal muito maior — então, partindo dessa abertura possível, quais estratégias podem ser mobilizadas em sintonia com o romance? Muitas podem ser imaginadas, envolvendo também uma postura crítica consciente das suposições raciais e de gênero expostas acima, que, sob a noção de heterossexualidade compulsória, também são associadas com conjecturas a respeito da sexualidade.

Logo, desejo trazer aqui uma percepção mais nuançada, mas não exaustiva, sobre alguns procedimentos internos da tradução de *Nightwood* como *No Bosque da*

Noite para expor como incide o que proponho. Em termos de organização, ao invés de agrupar questões segundo alguma forma de categorização, a interseccionalidade e/m queer~cu-ir chama para outra postura, uma vez que há passagens que mobilizarão vários atravessamentos. Logo, acredito que pode ser mais interessante percorrer o livro conforme seu próprio andamento: seguirei com exemplos tomados da narrativa ao longo de suas páginas.

O primeiro capítulo, “Bow Down” / “Curve-se”, conta a narrativa de origem de Felix Volkbein em Viena, filho de um judeu, que renegou sua ancestralidade e inventou uma genealogia cristã de realeza, e de uma mãe rígida que morreu no parto. Assumindo essa história criada pelo pai, autointitulando-se de Barão e com um apego à “Velha Europa”, “ele sentia que o passado grandioso podia ser um pouco refeito se ele se curvasse o suficiente, se sucumbisse e prestasse homenagem” (BARNES, 2004[1936], p. 29). Ao mudar-se para Paris em 1920, Felix imiscuíra-se entre as pessoas do circo e do teatro, entre as quais conheceu o doutor Matthew O’Connor, “um irlandês de puro sangue” (2004[1936], p. 34). O doutor apresenta Nora Flood, que estava a trabalho para divulgar o circo, e então começa um de seus monólogos, dirigindo-se a Felix: “I’m no tumbler, neither a friar, nor yet a thirteenth-century Salome dancing arse up on a pair of Toledo blades — try to get any lovesick girl, male or female, to do that to-day!” (1936, p. 35–36). A tradução, então, fala “Eu não sou um acrobata, nem um padre e muito menos uma Salomé do século XIII dançando de traseiro empinado sobre um par de lâminas de Toledo — tente fazer qualquer menininha apaixonada de hoje fazer uma coisa dessas!” (2004[1936], p. 39). Curiosamente, essa menininha apaixonada, que no texto de Djuna surge como uma imagem tanto de um homem quanto de uma mulher, não mais apresenta essa torção de gênero em prol de uma coerência normativa: o binário, fragmentando seu estereótipo em um homem apaixonado como uma garota, deixa de ser tensionado com a eliminação do trecho “male or female”.

Logo em seguida, Matthew elabora de forma ácida suas visões sobre a igreja luterana e a católica: ele caracteriza o começo da virada de Lutero em uma nova igreja como o momento em que “he went wild and chattered like a monkey in a tree and started something he never thought to start” (1936, p. 37). Na tradução, vemos essa imagem como “ele enlouqueceu e saiu papagueando como uma dona de casa e começou algo que nunca pensou em começar” (2004[1936], p. 40). Apesar de todo cinismo e rígidos julgamentos que saem de algumas falas de

Matthew, trocar o som de um animal macaco falando muito pela imagem de uma dona de casa papagueando não nos faz pensar nos binários entre natureza-cultura/sentimento-razão que se encontram na matriz da norma cis-héteropatriarcal? Se a fala de Matthew já rebaixa o animal macaco, reduzindo sua comunicação ao da loucura de um ser humano em uma leitura especista e capacitista, na tradução a associação se torna ainda mais depreciativa pela norma que a vincula às mulheres. Mais especificamente, essa marcação acaba introduzindo um preconceito arraigado à divisão social do trabalho que desvaloriza a palavra das mulheres brancas e de classes média/alta cujo trabalho fora confinado às obrigações conjugais da casa onde nem havia tal suposição no texto de partida. Além disso, considerando como a mística (BEAUVOIR, 2016[1949]) fora descrita como um dos estereótipos de posição das mulheres que se tomam e são tomadas por objetos e não como sujeitas, pode haver nessa tradução uma associação moralista entre religiosidade e sua vinculação às mulheres.

O capítulo “La Somnambule” / “La somnambule” nos conta mais dos hábitos do doutor, os lugares que frequenta, e como trouxe Felix ali. Em seus devaneios sobre o estranho fascínio que as falas de Matthew lhe geravam, a voz da narração caracteriza seu estado com a seguinte imagem e sua tradução:

as the *corsage* of a woman is made suddenly martial and sorrowful by the rose thrust among the more decorous blooms by the hand of a lover suffering the violence of the overlapping of the permission to bestow a last embrace, and its withdrawal: making a vanishing and infinitesimal bull’s eye of that which had a moment before been a buoyant and showy blossom (1936, p. 50)

assim como a guirlanda de uma mulher se faz repentinamente marcial e entristecida pela rosa enfiada entre as flores de mais decoro pela mão de um amante que sofre a violência da sobreposição da permissão de receber um último abraço e de sua recusa, tornando em evanescente e ínfimo alvo negro o que um momento antes era um colo farto exuberante (2004[1936], p. 50–51)

Além da própria expressão “alvo negro” apresentar conotações racistas em meio à necropolítica que toma por alvos os corpos negros, quando é associada com uma imagem negativa da recusa, em um corpo marcado como de mulher, não se torna ela ainda mais carregada? Por mais que “bull’s eye” como o jogo de dardo possa conter um centro pintado com a cor preta, assemelhando-se à origem da palavra como olho de touro, a tradução resvala em racismo estrutural em uma fala da narração, na qual não é comum ver esse tipo de estereótipo violento —

geralmente são as falas do doutor as que costumam ser as que mais apresentam o tensionamento entre a subversão e a opressão da norma.

Neste capítulo também se encontra uma das imagens já citadas sobre o debate natureza-cultura levantado pelo romance: a de Robin. A voz da narração comenta sobre a personagem, que aparece em uma emergência na qual o doutor é convocado e, nesse momento, Felix a encontra desmaiada e retornando à consciência pela ajuda de Matthew. Os olhos dela são descritos como de um “long unqualified range of the iris of wild beasts who have not tamed the focus down to meet the human eye” (1936, p. 59) traduzido como “longo e indefinido escopo da íris das bestas selvagens que ainda não domaram seu foco para encontrar o olho humano” (2004[1936], p. 57). O impacto de ver Robin começa a ser descrito pela narração como “The woman who presents herself to the spectator as a ‘picture’ forever arranged, is, for the contemplative mind, the chiefest danger. Sometimes one meets a woman who is beast turning human” (1936, p. 59) e, em tradução, torna-se “A mulher que se apresenta ao espectador como uma ‘pintura’ para sempre composta é, para a mente contemplativa, o maior dos perigos. Por vezes encontra-se uma mulher que é animal virando humano” (2004[1936], p. 57). Se o alcance da íris das bestas selvagens manteve a distância entre o que Robin traz de não humano, a mesma palavra, “beast” quando traduzida como “animal”, em algum sentido já não operaria uma aproximação que não havia antes? Em vários momentos da tradução ao português brasileiro houve alternância entre “besta” e “animal” como tradução para “beast”, mas, neste caso, a escolha reduz a distância na qual se situa Robin e o drama que ela enfrenta ao negar-se à domesticação representada pelas normas da maternidade, do casamento e da relação lésbica convencional.

Estereótipos de gênero também recaem sobre ela quando, mais adiante no capítulo, sabemos que Felix se casa com Robin, impondo sobre ela suas fantasias de realeza ao chamá-la de *Baronin*, e ele percebe o fracasso de suas expectativas: “He said to himself that possibly she had greatness hidden in the non-committal” (1936, p. 69). Se a imagem aqui mostra como Robin não se esforça, nem tenta, adequar-se ao que é esperado dela, na tradução o gesto parece maquinado, deliberado: “Ele se dizia que talvez ela tivesse grandeza ocultada na dissimulação” (2004[1936], p. 64). Além do fato da dissimulação muitas vezes ser uma característica negativa atribuída normativamente às mulheres, especialmente no

contexto conjugal dos jogos de sedução por interesse financeiro dentro da matriz cis-heteropatriarcal branca capitalista, pode-se dizer que há uma moralização imposta sobre Robin, sendo que, talvez, um dos grandes aspectos queer de sua personagem é como ela se situa além da moral e Nora, ao relacionar-se com ela, lamenta como Robin não aceita compactuar com seu juízo puritano. Curiosamente, sua agência é invertida em outro momento da tradução: algumas páginas adiante, quando sabemos que ela pariu um filho de Felix e foi embora, diz-se que Robin passou a vaguear e “People were uneasy when she spoke to them” (1936, p. 75) o que, na tradução, tornou-se “As pessoas ficavam pouco à vontade quando falavam com ela” (2004[1936], p. 69). Se antes seu gesto não era intencional, mas passou a parecer que foi dentro de algum suposto jogo de interesses, aqui a sua fala ativa é transformada em ação passiva, o que atenua a força de sua capacidade de falar/agir logo após o importante ato de deixar Felix e filho.

Adiante, no capítulo “Night Watch” / “Vigília Noturna”, aquele no qual Nora e Robin se conhecem e passam a relacionar-se juntas, uma das questões fundamentais ao desejo de Nora é escrita na forma de um sonho. Como já pude argumentar anteriormente, *Nightwood* subverte a estrutura edipiana do desejo, segundo a qual a psicanálise da época do romance se orientava, ao inscrever a avó como figura simbólica desejada por Nora, relacionando-a com Robin na medida que esta a fazia lembrar-se da avó:

a personagem volta a ter um sonho que é familiar, envolvendo o quarto de sua avó — “interdito, tabu” (2004 [1936], p. 83) —, mas que até então “não havia sido ‘bem sonhado’ antes. Onde fora o sonho incalculável, agora estava completo com a entrada de Robin” (2004[1936], p. 82). Assim, quando no sonho Nora convida Robin para subir no quarto da avó, a estrutura do desejo recebe outros matizes, associando o desejo por Robin à avó (BARBOZA, no prelo)

A importância dos significantes mobilizados por essa passagem foi tamanha que me detive muito nela — daqui o título da minha plaquete *with a leer of love*, mencionada anteriormente —, com sua tradução por Caetano Galindo na sequência:

the grandmother who, for some unknown reason, was dressed as a man, wearing a billycock and a corked moustache, ridiculous and plump in tight trousers and a red waistcoat, her arms spread saying with a leer of love, “My little sweetheart!” (1936, p. 69)

a avó que, por alguma razão desconhecida, estava vestida como um homem, usando um chapéu-coco e um bigode de rolha queimada, ridícula e roliça em calças justas e com um colete vermelho, de braços abertos

dizendo com um olhar lascivo de afeição, “Minha queridinha!” (2004[1936], p. 84)

O que moveu minha atenção foi como uma cena tão emblemática ao desejo de Nora teve sua carga emocional suavizada: o amor se torna afeição. Manteve-se o componente sexual, importante para a imagem, mas houve uma deslegitimação desse amor ao trocá-lo por afeição. Isso de alguma maneira ressoa os estereótipos cis-héteropatriarcais brancos que até consideram a atração sexual entre mulheres, muitas vezes sob o custo de tê-la fetichizada, mas invalidam relações profundas de amor. E poderia estar aí implícita em certa medida alguma forma de censura à expressão incestuosa contida na cena, julgamento que requisita uma cisão entre corpo e emoção, ecoando a divisão entre natureza e cultura, ao reduzi-la ao corpo (entendido como inferior pela Razão) para torná-la culturalmente aceitável. Considerando como a expressão qualifica o olhar, esse meio fundamental para demarcar as posições de poder no desejo (MARTINS, 1999) entre quem é autorizada a olhar e ser olhada, assim como quem tem acesso ao prazer de olhar e o prazer de ser olhada, percebemos a dimensão deste trecho na representação do desejo de Nora e como a tradução surge sob efeito normativo.

A relação com o poder reaparece em outros momentos da narrativa que me inquietaram sobre a forma como foram traduzidas, ainda que um tanto quanto espaçados entre si: na próxima, trata-se de um desejo de Jenny Patherbridge, uma personagem bastante ridicularizada no romance e qualificada como aquela que “se apossa” de Robin, retirando-a da relação com Nora por algum tempo, no capítulo “The Squatter” / “A Grileira”; e na outra, em um dos lamentos de Nora para Matthew sobre Robin, quase ao fim do livro, no capítulo “Go Down, Matthew” / “Caia, Matthew”.

Nessa primeira ocasião, expõe-se a insegurança de Jenny em “she wanted to be powerful enough to dare the world — and knowing she was not, the knowledge added to that already great burden of trembling timidity and fury” (1936, p. 104). Na tradução, lemos “queria ter força suficiente para enfrentar o mundo — e sabendo não tê-la, a certeza fazia crescer ao já grande fardo de trêmulas timidez e fúria” (2004[1936], p. 92). Em um sentido, não seriam as forças (como na tradução) apenas uma das formas de poder (como no texto em inglês, *powerful*) e, assim, não acaba reduzido o sentido do que está em jogo neste enfrentamento de Jenny? E, em outro aspecto, não poderíamos afirmar que existem diferentes agenciamentos

quando se trata de ser “poderosa” ou “ter poder”, que podem ser de uma ordem mais estrutural, atravessada por inúmeras questões interseccionalmente, e que talvez as “forças” aqui referidas na tradução tratem de uma dimensão muito mais subjetiva? Ainda que exista um componente subjetivo no acesso ao poder, enfatizar esse atributo talvez acabe isolando Jenny do contexto no qual ela se sente dessa forma.

Na outra ocorrência, bem mais adiante, Nora diz para Matthew que “And I, who want power, chose a girl who resembles a boy” (1936, p. 194) e, em tradução, encontramos “E eu, que me ressinto da falta de forças, escolhi uma menina que lembra um menino” (2004[1936], p. 160). Aqui há uma brusca intervenção na forma como escutamos Nora, uma vez que uma fala de desejo por poder é trocada pelo ressentimento devido à falta de forças, implicando também a discussão feita acima entre poder/forças. Ainda que a personagem esteja em uma das noites em que expõe suas emoções para Matthew sobre as dores que sente pela complicada relação com Robin, acentuar o tom lamurioso acaba destituindo Nora de sua própria assertividade. E não seria essa uma forma de polarização estereotipada entre feminino-masculino no ato de torcer a frase, mostrando Nora como a ressentida abandonada diante da Robin, esta cuja expressão de gênero afronta a cisgeneridade na direção das masculinidades?

A relação entre ambas e o que as afeta são fatores de imensa complexidade, pedindo atenção para cada instância da narrativa, o que inclusive remete à outra passagem de algumas páginas anteriores a esta: ao não saber como conduzir sua vida sem Robin, Nora diz que “She is myself. What am I to do?” (1936, p. 182). Em tradução, lemos “Ela e eu somos uma e a mesma coisa. O que eu posso fazer?” (2004[1936], p. 151). Quando a formulação especular (Ela sou eu) se duplica na forma de simbiose que gera uma terceira entidade (Ela e eu somos uma [coisa]) e identificação (mesma coisa), a quantidade de atributos envolvidos nesse espelhamento acaba minimizada ao tornar-se uma superfície de mescla homogênea. Como esses exemplos de tradução parecem sugerir, se por um lado os tensionamentos na relação entre ambas às vezes podem se tornar ainda mais polarizados, em outros momentos sua união perde os contornos excessivamente.

Adiante pela narrativa, também me saltou aos olhos como o masculino genérico sobre o qual comentei anteriormente não somente carrega a suposição do Homem como norma em vários substantivos coletivos e indeterminados, mas afeta a

representação da sexualidade de Robin também. Embora a personagem evidentemente mantenha relações com pessoas de vários gêneros, a fala em que Matthew comenta com Nora sobre as constantes saídas de Robin “To treat her lovers to the great passionate indifference” (1936, p. 197) é traduzida como “Para adular seus amantes com a grande e passional indiferença” (2004[1936], p. 162). Aqui vemos como o masculino genérico se faz como uma das manifestações linguísticas da cis-heterossexualidade compulsória, invisibilizando a bissexualidade de Robin.

Como mencionei mais cedo nesta tese, também foi através do exercício de leitura de *Nightwood* junto de *O Bosque da Noite* que pude saber que a palavra queer foi utilizada em uma passagem, na qual Matthew, no café que costuma frequentar, comenta com um ex-padre opiniões pejorativas sobre as outras personagens, destacando o sofrimento que atravessam em suas relações: “What people! All queer in a terrible way. There were a couple of queer *good* people once in this world — but none of you,’ he said, addressing the room, ‘will ever know them” (1936, p. 227). Em “‘Que gente! Todos curiosamente invertidos de um jeito terrível ou outro. Houve um dia um casal de pessoas curiosamente invertidas e *boas* nesse mundo — mas nenhum de vocês’, disse ele, dirigindo-se à sala, ‘jamais conhecerá esse casal” (2004[1936], p. 184) a tradução de queer empresta de outras passagens do livro⁴⁵⁸, ecoando os usos de inversão/invertid- para referir-se aos homossexuais no século XIX (FOUCAULT, 1984) compartilhada pelo significado pejorativo de queer no século XX (VALENCIA, 2015), mas que extrapola as divisões de gênero sexualidade⁴⁵⁹. Se a tradução se orienta pela historicidade das terminologias de sexo-gênero entre línguas e isso é condizente com os debates presentes no livro, acontece um nivelamento ao traduzir-se tanto queer quanto invert por invertido/a.

⁴⁵⁸ Como em: “what is this love we have for the invert, boy or girl? (...) for in the girl it is the prince, and in the boy it is the girl that makes a prince a prince — and not a man” (1936, p. 194) [o que é este amor que temos pelo invertido, garoto ou garota? pois na garota está o príncipe, e no garoto está a garota que faz de um príncipe um príncipe — e não um homem]

⁴⁵⁹ Quando a autoria Drew Sims lembrou-se que a escritora Radcliffe Hall (1880–1943) era entendida como “invert”, levantou essa questão: “Scholars speculate on whether Radcliffe Hall was a trans man or a butch lesbian, which is an unanswerable question because at the time the only language available was ‘invert’: a conflation of gender and sexuality” [Acadêmicos especulam se Radcliffe Hall era um homem trans ou uma sapatão, o que é uma pergunta sem resposta, porque naquela época a única linguagem disponível era a de ‘invertid-: fundindo gênero e sexualidade] (2020, p. 230).

Por fim, considerando apenas mais uma questão em que os binarismos se fazem presentes, uma das últimas falas de Matthew para o ex-padre traz a seguinte imagem: “If you don’t want to suffer you should tear yourself apart” (1936, p. 231). Na tradução, temos “Se você não quer sofrer, você precisa se rasgar em dois” (2004[1936], p. 187). Embora “apart” possa se referir a uma separação entre dois objetos ou seres, a palavra também contém o sentido de estilhaçamento. Assim, não poderíamos considerar que esse rasgar supõe que o não sofrimento seria alcançado mediante alguma forma de dissociação de ordem binária? Em última instância, diante de tamanha angústia vivida pelas marginalizadas, não haveria nessa tradução uma forma de redenção pela norma? Longe de idealizar o estilhaçamento como um estado de não sofrimento, podemos enxergá-lo como uma recusa às dores de quem ainda tenta e fracassa em submeter-se a norma, em direção às dores de experimentar viver de outras maneiras. Assim, por mais que o romance não ofereça visões esperançosas às marginalizadas, muito pelo contrário, por que não sustentar uma fresta onde o trânsito entre línguas pode permitir?

O que espero ter exposto aqui, através de alguns exemplos dentre vários outros possíveis na tradução de *Nightwood* como *No bosque da noite*, é a complexidade envolvida em cada um dos casos: o que destaquei não somente entrecruza aspectos de interesse aos feminismos (gênero, sexualidade, raça, religião, espécie, as divisões entre natureza-cultura e psicológico-social, a própria questão da epistemologia normativa binária), mas nos faz questionar o que entendemos por cada um deles, postura que muitas vezes é contemplada pelos estudos queer~cu-ir. Por mais que uma crítica descritiva de tradução pudesse notar os procedimentos que focalizei, ela talvez não lhes conferisse a dimensão política que um aprochejo feminista e/m queer~cu-ir pode trazer: é nesse sentido que o livro de Djuna me inquietou para mobilizar-me na direção dessa proposta.

Abordagens nesse sentido, no entanto, existem — dentro e fora dos ET — sem uma filiação teórica aos estudos feministas da tradução e/ou queer~cu-ir na tradução há tempos, como em “Language, Gender and Sexuality” (2003). No capítulo, Deborah Cameron discorreu sobre o papel da linguagem na produção e manutenção dos sistemas de gênero e sexualidade, entendendo-os como *interrelated* [inter-relacionados], e, ao mencionar as categorias sexuais na antiguidade romana através do estudo de Holt Parker, expôs como “we cannot just translate their terms into our terms: the way the Romans conceptualised gender and

sexuality must be understood in its own terms”⁴⁶⁰ (2003, p. 204). Nesse exemplo, a divisão das ações sexuais com relação à vagina, ao ânus e à boca na Roma antiga, nomeada como “tabela teratogênica”, nos leva às monstrosidades:

The word ‘teratogenic’ which Parker uses for his grid means ‘giving birth to monsters’. One function of this system of sexual classification, or indeed any other such system, is to produce some people and practices as monstrous, freaks of nature, outside the range of normal or intelligible sexuality.⁴⁶¹ (CAMERON, 2003, p. 206)

Como proposição para olhar temas, a pesquisadora nos sugere buscar quais são os recursos linguísticos disponíveis para falantes de uma cultura ou comunidade significarem gênero e sexualidade, assim como qual é a distribuição social desses recursos: “what is it possible for users of a given language to say about gender and sexuality? What desires and identities are recognised within the speech community as intelligible?”⁴⁶² (2003, p. 213). Lembrando-me do “Elogio do dragão” de Maria-Mercè Marçal e sua língua abolida, é possível dizer que o monstruoso⁴⁶³, portanto, existe como o que não parece viável dizer através dos recursos da linguagem (entendida na sua forma normativa), que são historicamente situados; e no que não é reconhecido como inteligível por determinadas comunidades linguísticas — o que também precisa levar em conta a intersecção racial, de classe, religiosidade e mais.

As bordas delineadas pelo que é possível e/ou reconhecível marcam não somente os usos nas comunidades em uma mesma língua, mas tornam-se emaranhados ainda mais complexos em tradução, como vimos entre as personagens de Djuna. Ao observar mulheres, negres, judies, pessoas do circo, dissidentes do sistema sexo-gênero-desejo e animais na narrativa de *Nightwood* como *No bosque da noite*, passei a questionar o que (não) estava sendo traduzido e de que maneira, assim como o que se entendia por cada uma dessas palavras.

⁴⁶⁰ [não podemos simplesmente traduzir seus termos como os nossos: a forma como romanes conceituavam gênero e sexualidade precisa ser entendida em seus próprios termos]

⁴⁶¹ [A palavra ‘teratogênica’ que Parker usa para sua tabela significa “dar à luz monstres”. Uma função desse sistema de classificação sexual, ou de qualquer outro sistema na realidade, é produzir algumas pessoas e práticas como monstruosas, aberrações da natureza, fora dos limites da sexualidade normal ou inteligível.]

⁴⁶² [o que é possível para falantes de uma língua de falar sobre gênero e sexualidade? Que desejos e identidades são reconhecidas pela comunidade de falantes como inteligíveis?]

⁴⁶³ O tema das monstrosidades atravessa inúmeras obras de pessoas trans, como no texto “não se nasce monstra, tampouco uma se torna”, de Jota Mombaça, presente na publicação *cidade queer uma leitora*, na tese “Monstrans: figurações (in)humanas na autorrepresentação travesti/trans* sudaca”, de Lino Alves Arruda, disponível no repositório institucional da UFSC, e no poema “Yo Monstruo Mío” de Susy Shock, que pode ser encontrado em seu blogspot.

Pude verificar que padrões normativos incidiam de diversas maneiras na tradução, percepção que me demandou uma escuta atenta às relações entre para que pudesse ser elaborada como postura. Ao realizar essas perguntas e críticas, questionei-me sobre o que os ET estavam fazendo (ou não) sobre o tema em suas pesquisas e isso me levou à encruzilhada entre os campos feministas e queer~cu-ir. Com essa motivação, sugiro os estudos feministas da tradução e/m queer~cu-ir como método relacional de desdobramentos teóricos, descritivos, críticos e práticos, uma postura sensível nos ET. No entanto, faço essa proposta como uma parada que a mente faz entre incertezas, reconhecendo minhas limitações e as contingências sob as quais realizei esta tese. Deixo-a aberta para outros trançados e estranhamentos, justamente porque temos palavras (entre línguas) catacréticas, mas não sua alquimia: despossuídes, lembremo-nos de que existe o êxtase.

4 EPÍLOGO: ANDAR ATENTE ÀS RELAÇÕES ENTRE

Ainda que tantas trans/mutações tenham acontecido na an/dança desta tese, sigo acreditando firmemente nas práticas rituais e na necessidade de encerrar os trabalhos. Depois de tantos esc/ritos, na forma de acompanhamento crítico e de proposição, é preciso endereçar as energias mobilizadas — a entrega que é abertura em movimento — para que essa *imagem petrificada de um percurso, escrita [que] é uma parada que a mente faz entre incertezas*, exista como apoio a outros passos, sujeito à erosão, sendo apenas um dentre tantos caminhos. Não temos a alquimia e acessamos nomes e gestos inapropriados — mas não inadequados —, acrescentando perguntas aos estudos feministas da tradução e perturbando as premissas de outras que já existiam entre o campo. Um caminho de pesquisa cuja experiência fora fragmentada pela pandemia de Covid-19, estabelecendo outros limites: a abundância e expansão de movimentos de 2018 e 2019 deu lugar para imersões mais internas e vagarosas em 2020 e 2021, encarnadas por an/danças pela ilha.

No entanto, como se pode esperar, o imprevisível sempre nos atravessa: é muito concreto como criticar o que os estudos feministas da tradução entendiam por gênero foi um dos envolvimento que fez a palavra mulher se descolar de mim, como uma roupa apertada demais que, sob movimentos, se esgarçou. Mas, ao relacionar-me com outres, senti outra vez mais como essa ficção regulatória era sim

muito real. Se gênero e sexualidade para mim se abriram em um existir não binário, esvaziando de significado as divisões que aprendera e inclusive guiaram minha vida — com muito fracasso, como muitas recuperam do referencial queer de Jack Halberstam (2020[2011]) —, foi no encontro com algumes outres que senti essas e outras cisões atravessarem meu corpo e afetos, ainda que sob os privilégios de ser branque e com acesso à segurança econômica. Nesses lugares, encontrei recursos em queer~cu-ir como energia disruptiva afim com os feminismos, forma de sustentar estranhamentos e confrontar práticas e/m ideias opressoras ao re/des/conhecer conceitos e estratégias, tanto na minha vida quanto em minha pesquisa politicamente informada. Em an/dança atenta às relações entre, de fluxo teórico escrito pela ética queer da primeira pessoa, esta tese cartografou algumas possibilidades de sensibilização feminista e/m queer~cu-ir aos ET.

Tendo James S. Holmes em consideração ao potencial queer~cu-ir das cartografias nos ET, que concebeu provisoriamente as divisões de caminhos puros (descritivos e teóricos) e aplicados em relação dialética, com dimensões históricas e metodológicas/meta-teóricas, quis propor uma encruzilhada teórica contextualmente situada. Constituída por descrições e/m práticas (e propondo-se a afetá-las) entre feminismos e/m queer~cu-ir na tradução, volta-se para us agentes envolvidos com o traduzir de algum modo (dentre tantos) e como suas histórias são contadas (inscrevendo-as, também, diante dos silêncios da norma). Afeta o que está implicado em questionar quem pode traduzir e ser traduzido, o que acontece quando oprimides traduzem e/ou são traduzidos, o que é permitido dizer e ser traduzido, quando, por quais razões e para quem, e inúmeras outras perguntas podem surgir. Pois ainda que render-se (quem se rende? para quem/o quê?) na tradução seja mais erótico do que ético, esta dimensão orienta as possibilidades (e reverberações) da primeira, pois não se trata de um binário de oposição excludente.

Um dos encontros que me afetou muito minha an/dança foi o texto de Judith Butler, “Gender in Translation/Beyond Monolingualism” (2018/2019). Ao estranhar o que se entendia por gênero — e a suposição de sexo atrelada — ao concebê-lo como articulação linguística diante de contextos multilíngues, Judith expôs a especificidade do conceito em sua trajetória e por isso é tão fundamental considerar que gênero depende da tradução para ser uma categoria útil de análise. Foi isso que busquei trazer como postura à minha an/dança, reconhecendo como os estudos feministas da tradução ressitavam gênero ao longo do tempo, abrindo-o

interseccional e transnacionalmente, mas ainda sem questionar a fundo o que o conceito supunha.

Ao atravessar fluxos teóricos que confluíam tantas vozes, molhade pelo *Degelo*, busquei feministas que dissolvessem dicotomias reducionistas, que me formaram na hora aberta e desarmada do degelo na escuta dos tremores telúricos, ainda que depois não mais me reconhecesse em seus nomes ao assumir minha transição de gênero. Estão comigo, ainda, estranhadas, em diferentes línguas abolidas, no fogo novo de outras peles: pegando, desfazendo, refazendo a partir da entrega e/m movimento. Como escutamos de Patricia Hill Collins, tradutories agem como intermediárias de poder, como arcane Mague do tarot diante de sua mesa de três pernas — a quarta não sabemos onde está, se é que existe —, a escolher quais ferramentas usar em cada caso, sendo que haverá vezes em que nem as teremos: precisaremos forjá-las.

Nessa prática, importa nos lembrarmos sempre que o contexto precisa ser explicado e o contexto não explica tudo, quando realizamos e/ou pesquisamos sobre os contrabandos de luz através das encruzilhadas que são as fronteiras, atentes para o fato de que os fluxos não se dão entre realidades monolíngues, mas são complexidades de atravessamentos. Por mais sedutoras que sejam as imagens de fluidez, transbordamento e travessias, frequentemente os processos de desterritorialização sem reterritorialização conduzem ao aniquilamento: o respeito às diferenças também diz de limites éticos; o mesmo jorrar da fluidez aberta e viva pode ser aquele que afoga e destrói outre. Ao tomar a fronteira como metáfora de conexão entre tradução e gênero para falar das dissidências que habitam nelas, vimos como é importante evitar abstrações desmaterializantes para que seja possível abarcar de forma honesta os fluxos vitais e de morte que cruzam esses lugares.

Ainda que uma das propostas mais recentes dos estudos feministas da tradução, na sua formulação de estudos feministas transnacionais da tradução, definam-se em uma proposta plural, interseccional e transnacional para os feminismos e/m tradução, ainda há limitações que busquei questionar. Se os estudos feministas transnacionais da tradução são uma transdisciplina crítica, ética e solidária sobre a tradução (em suas várias formas) e o que ela envolve, ainda existe a demanda de considerar não binárias e transmasculinidades entre as pautas feministas (uma vez que seu foco ainda trata de mulheres, mesmo que sob

perspectiva não binária e/ou cisgênera). Além disso, também é preciso reconhecer a existência dos estudos queer~cu-ir como algo que afeta os feminismos, portanto, os estudos feministas da tradução — perturbando o que suas categorias significam —, uma encruzilhada teórica, ao invés de um campo paralelo.

Foi a partir dessa inquietação que desfieei os nós, estranhes, em conversa mais próxima com queer~cu-ir para elaborar minha proposta dos estudos feministas da tradução e/m queer~cu-ir e senti-la agir ao observar *Nightwood* de Djuna Barnes como *No Bosque da Noite*. Capítulo estranho tanto no seu tema quanto no momento em que foi feito, aprofundando-me no processo de minha transição de gênero e também sob alguns efeitos da pandemia do Covid-19. Foi revisando a cartografia dos trechos anteriores que rompi nomeadamente com o binarismo de gênero, na vida e na pesquisa: olhei bem ao redor e duvidei do visto, feito e dito, justamente por termos palavras para isso e não sua alquimia.

Para tanto, encontrei em queer~cu-ir um modo de re/des/conhecer os estudos feministas da tradução — compreendendo a falta de diálogo recíproca entre os estudos —, e, para isso, precisei repassar o que se entendia e entende por queer, sua torção em queer~cu-ir entre críticas latino-americanas, os atravessamentos trans, em uma escuta de várias autorias, com uma aproximação maior com Judith Butler, assumidamente eletiva, para falar de categorias inapropriadas, catacrese e desposseção, em prol de verbos de estranhamento das categorias historicamente naturalizadas, abrindo espaço para inúmeras traduções. Diferentemente do que muitos afirmam para criticar os estudos queer, expor a instabilidade dos termos não nega a sua existência, mas permite estratégias mais abertas à reelaboração crítica e que não pressupõem verdades autoevidentes como bases de ação: importam os processos e questionar o que está envolvido neles.

Assim, nesta tese, caminhei pelas propostas e críticas de várias autorias para formular perguntas aos estudos feministas da tradução, me aprofundando em seus argumentos. Se a performatividade de gênero produz o sexo como condição de existência do sujeito enquanto tal pela epistemologia dominante, demarcando as zonas de abjeção, e queer a politiza para ressignificações vitais, como as traduções participam desses processos discursivos? Sugerindo uma outra postura sensível sobre terminologias em prol de outras, mas também mantendo as anteriores nunca como as mesmas, re/des/conhecendo-as abertas em uso catacrético e despossuído, é possível que outras escutas se façam não para reafirmar determinadas noções de

sexo-gênero-sexualidade-raça-classe-posicionamento/deslocamento geopolítico e mais, mas permitam que as formas de existir possam se manifestar em suas singularidades entre línguas.

Encerro este trabalho agradece pelas energias que aqui foram mobilizadas e que estas sugestões possam se encarnar, também transformadas sob crítica, em outras investigações de re/des/conhecimento. Chego ao final dessa pesquisa com outra concepção sobre gênero e/m tradução que, em an/dança por fluxos teóricos, afetou e foi afetada por minha própria prática de traduzir em um fazer não binário. Que as propostas feitas nesta tese, despossuídas, catacréticas, estranhadas, possam ser compartilhadas entre mais pesquisadores e pesquisadas, fortalecendo a necessidade dos feminismos e/m queer~cu-ir para que as formas de existir, também entre línguas, não se aprisionem em categorias que não abarquem nossos movimentos de vida.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADELMAN, Miriam; SOUZA, Milena Costa de. “Apontamentos sobre ‘queer’ em Jagose”. In: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Claudia de Lima; LIMA, Ana Cecília A. (orgs.). In: *Traduções da Cultura: Perspectivas críticas feministas (1970–2010)*. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017, p. 478–482.

AKUJÄRVI, Johanna; ALVSTAD, Cecilia; LINDTNER, Synnøve Skarsbø; LÓPEZ, Isis Herrero (org.). *Gender and Translation: Understanding Agents in Transnational Reception*. Québec: Éditions québécoises de l’œuvre, 2018.

ALÓS, Anselmo Peres. “Traduzir o queer: uma opção viável?”. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, n. 2, 2020, p. 1–11.

ALVAREZ, Sonia E.; COSTA, Claudia de Lima; FELIU, Verónica; HESTER, Rebecca; KLAHN, Norma; THAYER, Millie (orgs.). *Translocalities/Translocalidades: Feminist Politics of Translation in the Latin/a Américas*. Durham: Duke University Press, 2014.

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/ La Fronteira: The New Mestiza*. São Francisco: Aunt Lute, 1987.

ANZALDÚA, Gloria. “Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo”. Tradução de Édna de Marco, revisão de Simone Schmidt e Claudia de Lima Costa. *Estudos Feministas*, v. 8, n. 1, 2000[1981].

ANZALDÚA, Gloria. “La Prieta”. In: MORAGA, Cherríe; ANZALDÚA, Gloria (Orgs.). *This bridge called my back: writings by radical women of color*, 1ª edição [porém o arquivo usa paginação de outra edição, que não tive acesso a qual é]. Watertown, Massachussets: Persephone Press, 1981, p. 220–233.

ANZALDÚA, Gloria. “Como domar uma língua selvagem”. Tradução de Joana Plaza Pinto e Karla Cristina dos Santos, revisão de Viviane Veras. *Cadernos de Letras da UFF — Dossiê: Difusão da língua portuguesa*, nº 9, 2009[1987], p. 297–309.

ANZALDÚA, Gloria. “La conciencia de la mestiza / Rumo a uma nova consciência”. Tradução de Ana Cecilia Acioli Lima, revisão de Susana Bornéo Funck. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(3), 2005[1987], p. 704–719.

ANZALDÚA, Gloria. *A vulva é uma ferida aberta & outros ensaios*. Tradução de tatiana nascimento. Rio de Janeiro: A Bolha Editora, 2021.

ANZALDÚA, Gloria. “Esqueerzita(r) demais a escritora loca, escritora y chicana”. In: ANZALDÚA, Gloria. *A vulva é uma ferida aberta & outros ensaios*. Tradução de tatiana nascimento. Rio de Janeiro: A Bolha Editora, 2021[1991], p. 125–149.

ARROJO, Rosemary. “Fidelity and The Gendered Translation”. *TTR: traduction, terminologie, rédaction*, v. 7, n. 2, 2o semestre, 1994.

ARRUDA, Teresa de. *Linhas da vida / Lifelines — Chiharu Shiota*. São Paulo: Centro Cultural Banco do Brasil, 2019. 7 p.

BAER, Brian James; KAINDL, Klaus. *Queering Translation, Translating the Queer*. Nova York e Abingdon: Routledge, 2017.

BAER, Brian James. *Queer Theory and Translation Studies. Language, Politics, Desire*. Abingdon: Routledge, 2021.

BAGAGLI, Bia Pagliarini. “Breve levantamento de questões transfeministas e o caso brasileiro”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 344–351.

BAKER, Mona. “Reframing Conflict in Translation”. *Social Semiotics*, 17:2, 151-169, 2007.

BAKER, Mona. “Ethics of Renarration”. *Cultus*, vol. 1, no. 1, 10- 33, 2008.

BARBOZA, Beatriz Regina Guimarães. *Tradução comentada da obra The Awful Rowing Toward God de Anne Sexton*. 2018. 126 f. Dissertação (Mestrado) — Curso de Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018a.

BARBOZA, Beatriz Regina Guimarães. “Flotow, Luise von (Org.). *Translating Women*. Ottawa: University of Ottawa Press, 2011, & Farzaneh Farahzad; Luise von Flotow (Org.). *Translating Women: Different Voices and New Horizons*. Routledge: New York, 2017”. *Revista da Anpoll*, v. 1, no 44, Jan./Abr., 2018b, p. 415-435.

BARBOZA, Beatriz Regina Guimarães. “CASTRO, Olga; ERGUN, Emek. *Feminist Translation Studies — Local and Transnational Perspectives*. New York: Routledge, 2016, 281 p.”. *Cadernos de Tradução*, v. 38, n. 2, mai-ago, 2018c, p. 383–391.

BARBOZA, Beatriz Regina Guimarães. “Traduzindo *The Awful Rowing Toward God*, de Anne Sexton, para o português brasileiro através da perspectiva dos Estudos Feministas de Tradução”. *Ilha do Desterro*, v. 72, n. 2, mai/ago 2019a, p. 103–126.

BARBOZA, Beatriz Regina Guimarães (beatriz rgb). *with a leer of love: das relações entre mulheres pela literatura*. Juiz de Fora: Edições Macondo, 2019b.

BARBOZA, Beatriz Regina Guimarães (beatriz rgb). “Breve orientação sobre revisão não sexista”. 2019c. Disponível em:<
https://drive.google.com/file/d/1AHZjK3zNjVojfUDZiSrQO265yD_0FI9/view?usp=sharing>. Acesso em 4 de março de 2020.

BARBOZA, Beatriz Regina Guimarães; MARSAL, Meritxell Hernando. “‘Pren-me, desfes-me, refes-me’: Maria-Mercè Marçal traduzida em/como parceria”. *Gragoatá*, Niterói, v. 24, n. 49, mai-ago, 2019a, p. 343–367.

BARBOZA, Beatriz Regina Guimarães; MARSAL, Meritxell Hernando. “Estudos feministas de tradução e/m queer: afetos cruzados”. In: CRISTMANN, Fernanda; MATOS, Morgana Aparecida de; MOURA, Willian Henrique Cândido. *Caderno de Resumos do XII Seminário de Pesquisa em Andamento da PGET* [recurso eletrônico] (Orgs.). Florianópolis: DLLE/PGET/UFSC, 2019b, p. 121–121.

BARBOZA, Beatriz Regina Guimarães. “Tradução como crítica feminista: os Estudos Feministas de Tradução”. In: (sem dados de organização, título e editora), no prelo.

BARBOZA, Beatriz Regina Guimarães (beatriz rgb). “o nosso amor sem casa a gente traduz no cu-ir”. *Kuir*, 2022.

BARBOZA, Beatriz Regina Guimarães; MARSAL, Meritxell Hernando. “Falar em língua abolida: a tradução de *Desglaç*, de Maria-Mercè Marçal, para o português”. *Criação & Crítica*, no. 20, 2018, p. 137–151.

BARBOZA, Beatriz Regina Guimarães. “desejo com amor, Djuna, como se traduz? metendo(-me) com a tradução de *Nightwood* como *No Bosque da Noite* junto aos estudos feministas da tradução e/m queer”. In: SILVA-REIS, Dennys; FLORES, Vinícius Martins. *Estudos de Tradução & Questões LGBTQI+*. Salvador: Editora Devires, no prelo.

BARKER, John-Meg; GUPTA, Kat; TWIST, Jos. “Introduction”. In: BARKER, John-Meg; GUPTA, Kat; TWIST, Jos. *Non-Binary Lives — An anthology of intersecting identities*. Londres: Jessica Kingsley Publishers, 2020, p. 14–27.

BARNES, Djuna. *Nightwood*. London: Faber & Faber, 1936.

BARNES, Djuna. *No Bosque da Noite*. Tradução de Caetano Waldrigues Galindo. São Paulo: Códex, 2004[1936].

BARROS, Anna. “Espaço, lugar e local”. *Revista USP*, São Paulo, n. 40, dezembro/fevereiro, 1998–99, p. 32–45.

BASSNETT, Susan. *Translation*. Abingdon e Nova Iorque: Routledge, 2014.

BASNETT, Susan; TRIVEDI, Harish. *Post-colonial translation: theory and practice*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1999.

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*, vol. 2. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nove Fronteira, 2016[1949], 3a. edição.

BENJAMIN, Walter. “A Tarefa do Tradutor”. Tradução de Susana Kampff Lages. In: HEIDERMANN, Werner (Org.). *Antologia Bilingue: Clássicos da Teoria da Tradução*. 2ª edição, revisada e ampliada. Florianópolis: UFSC/Núcleo de Pesquisas em Literatura e Tradução, p. 202–231, 2010[1923].

BENTO, Berenice. “Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação?”. *Cadernos Pagu*, n. 53, 2018.

BENTO, Berenice. “É o *queer* que tem pra hoje? Conversando sobre as potencialidades e apropriações da Teoria Queer ao Sul do Equador — Entrevista com Berenice Bento por Felipe Padilha e Lara Facioli”. *Áskesis*, v. 4, n. 1, janeiro/junho, 2015, p. 143–155.

BERMAN, Antoine. *A tradução e a letra ou o albergue do longínquo*. Tradução de Marie-Hélène C. Torres, Mauri Furlan, Andréia Guerini. 2a ed. Tubarão: Copiart; Florianópolis: PGET/UFSC, 2013[1985].

BLUME, Rosvitha Friesen. “Teoria e prática tradutória numa perspectiva de gênero”. *Fragmentos*, número 39, p. 121/130 Florianópolis/ jul - dez/ 2010.

BRUFAU ALVIRA, Nuria. *Traducción y género: propuestas para nuevas éticas de la traducción en la era del feminismo transnacional*. 2009. 686 f. Tese (Doutorado) — Curso de Tradução e interpretação, Universidade de Salamanca, Salamanca, 2009.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 15a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017[1990].

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: Os limites discursivos do “sexo”*. Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 edições e crocodilo edições, 2019[1993].

BUTLER, Judith. *Undoing gender*. Nova Iorque, Abington: Routledge, 2004.

BUTLER, Judith. “Regulações de gênero”. In: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Claudia de Lima; LIMA, Ana Cecília A. (Orgs.). *Traduções da cultura. Perspectivas críticas feministas (1970-2010)*. Florianópolis: Editora Mulheres/EdUFAL, 2017[2004], p. 692–716.

BUTLER, Judith. “Gender in Translation/ Beyond Monolingualism”. *Fala para o Congresso Mundial de Filosofia em Beijing*, 2018, manuscrito não publicado.

BUTLER, Judith. “Gender in Translation: Beyond Monolingualism”. *philoSOPHIA*, vol. 9, n. 1, inverno de 2019, p. 1–25.

CAMPOS, Haroldo. “Da tradução como criação e como crítica”. In: TÁPIA, Marcelo; NÓBREGA, Thelma Médici (Orgs.). *Haroldo de Campos — Transcrição*. São Paulo: Perspectiva, 2015[1963].

CAMERON, Deborah. “Language, Gender and Sexuality”. In: SANTAEMILIA, José. *Género, lenguaje y traducción*. Valencia: Departament de Filologia Anglesa i Alemanya, Universitat de València, Generalitat Valenciana, Conselleria de Benestar Social, Direcció General de la Mujer, 2003, p. 202–214.

CASTRO, Olga. “(Re)examinando horizontes nos estudos feministas de tradução: em direção a uma terceira onda?”. Tradução de Beatriz Regina Guimarães Barboza. *TradTerm*, v. 29, Julho/2017[2009], p. 216-250.

CASTRO, Olga. “Traducción no sexista y/en el cambio social: el género como problema de traducción”. In: BOÉRIE, Julie Boérie; MAIER, Carol (orgs.). *Translating/Interpreting and Social Activism – Compromiso social y Traducción/Interpretación* [Bilingual edition]. Manchester, St. Jerome Publishing & Granada, Ecos, 2010.

CASTRO, Olga; ERGUN, Emek (orgs.). *Feminist Translation Studies: Local and Transnational Perspectives*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2017a.

CASTRO, Olga; ERGUN, Emek. “Introduction: Re-Envisioning Feminist Translation Studies — Feminisms in Translation, Translations in Feminism”. In: CASTRO, Olga; ERGUN, Emek (orgs.). *Feminist Translation Studies: Local and Transnational Perspectives*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2017b.

CASTRO, Olga; SPOTURNO, María Laura. “Feminismos e tradução: apontamentos conceituais e metodológicos para os estudos feministas transnacionais da tradução”. Tradução de Beatriz Regina Guimarães Barboza e Maria Barbara Florez Valdez. *Cadernos de Tradução*, vol. 42, 2022[2020], p. 1–59.

CASTRO, Olga; ERGUN, Emek; FLOTOW, Luise von; SPOTURNO, María Laura. “Rumo aos Estudos Feministas Transnacionais da Tradução”. Tradução de Beatriz

Regina Guimarães Barboza. *Mutatis Mutandis. Revista Latinoamericana de Traducción*, vol. 13, n. 1, 2020, janeiro-junho, p. 2-10.

CASTRO, Olga; BARBOZA, Beatriz Regina Guimarães. “Tradução feminista além dos binários: os gêneros como desafios de tradução”. In: SILVA-REIS, Denny; FLORES, Vinícius Martins. *Estudos de Tradução & Questões LGBTQI+*. Salvador: Editora Devires, no prelo.

CHAMBERLAIN, Lori. “Gender and Metaphorics of Translation”. In: *Signs*, vol. 13, n. 3, Spring, 1988, p. 454–472.

CHESTERMAN, Andrew. “O nome e a natureza dos Estudos do Tradutor”. Tradução de Patrícia Rodrigues Costa e Rodrigo D’Avila Braga Silva. *Belas Infiéis*, v. 3, n. 2, 2015[2009], p.33–42.

COLLINS, Patricia Hill. “On Translation and Intellectual Activism”. In: CASTRO, Olga; ERGUN, Emek (orgs.). *Feminist Translation Studies: Local and Transnational Perspectives*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2017, p. xi–xvi.

COSTA, Claudia de Lima. “Equivocação, tradução e interseccionalidade performativa: ética e prática feministas descoloniais”. In: KAMITA, Rosana Cássia; FONTES, Luísa Cristina dos Santos (Orgs.). *Mulher e literatura*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2015, p. 259–286.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 4*. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 2ª edição, 2012[1980]a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 5*. Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 2ª edição, 2012[1980]b.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Tradução de Miriam Schnaiderman e Renato Janini Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DE TOLEDO, Leslie Campaner; DA ROCHA, Maria Anita Kieling; DAMIN, Rita Alves; DERMMAM, Marina Ramos; PACHECO, Mauren (orgs.). *Manual para o uso não sexista da linguagem: O que bem se diz bem se entende*. Porto Alegre: Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2014.

DIACOV, Carla. *A menstruação de Valter Hugo Mãe*. Juiz de Fora: Edições Macondo, 2020.

DORLIN, Elsa. *Sexo, gênero e sexualidades — Introdução à teoria feminista*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: edições crocodilo e Ubu Editora, 2021[2008].

ECHAVARREN, Roberto. “Animalaccio”. In: PERLONGHER, Néstor. *Caribe Transplatino — Poesia neobarroca cubana e rioplatense*. Tradução de de Josely Vianna Baptista. São Paulo: Iluminuras, 1991, p. 97–109.

EPSTEIN, B. J.; GILLET, Robert. *Queer in Translation*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2017.

FARAHZAD, Farzaneh; FLOTOW, Luise von (org.). *Translating Women: Different Voices and New Horizons*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2017.

FALEIROS, Álvaro. *Traduzir o Poema*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

FEDERICI, Eleonora. “Context Matters: Feminist Translation between Ethics and Politics in Europe”. In: CAMUS, Carmen Camus; CASTRO, Cristina Gómez; CAMUS, Julia T. Williams. *Translation, Ideology and Gender*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2017, p. 132–154.

FEINBERG, Leslie. “Você é um cara ou o quê?” com textos de Michael Hernandez e Dragon Xcalibur. Tradução de be rgb. Belo Horizonte: Chão da Feira, 2022[1998].

FLOTOW, Luise von. “Feminist Translation: Contexts, Practices and Theories”. *TTR: traduction, terminologie, rédaction*, v. 4, n. 2, 2º sem., 1991.

FLOTOW, Luise von (org.). *Translating Women*. Ottawa: University of Ottawa Press, 2011, p. 341.

FLOTOW, Luise von. *Translation and gender — translating in the ‘era of feminism’*. Ottawa: University of Ottawa Press, 1997.

FLOTOW, Luise von. “Traduzindo mulheres: de histórias e re-traduições recentes à tradução ‘queerizante’ e outros novos desenvolvimentos significativos”. Tradução de Tatiana Nascimento dos Santos. In: BLUME, Rosvitha Friesen e PETERLE, Patricia (orgs.). *Tradução e relações de poder*. Tubarão: Ed. Copiart ; Florianópolis : PGET/UFSC, 2012, p. 169–192.

FLOTOW, Luise von; KAMAL, Hala. *Routledge Handbook of Translation, Feminism and Gender*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2020.

FLOTOW, Luise von. “On the Challenges of Transnational Feminist Translation Studies”. *TTR*, vol. XXX, n. 1-2, 2019, p. 171–192.

FREITAS, Monique. “O ‘x’ da questão: gênero neutro como ato ético e estético?”. In: BRITO, Pedro Amaro de Moura; BRITO, João Rodrigo de Moura. *Palavras e contra palavras: cortejando a vida na estética do cotidiano*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2015, p. 159–170.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 2; o uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

GENTZLER, Edwin. *Teorias Contemporâneas da Tradução*. Tradução de Marcos Malvezzi. São Paulo: Madras, 2009[2001].

GLISSANT, Édouard. “Pela opacidade”. Tradução de Henrique de Toledo Groke e Keila Prado Costa. *Revista Criação & Crítica*, n. 1, 2008, p. 53–55.

GODARD, Barbara. “Theorizing Feminist Discourse/Translation”. *Tessera*, vol. 6, primavera, 1989.

GODAYOL, Pilar. *Espais de Frontera: gènere i traducció*. Vic: Eumo editorial, 2000.

GODAYOL, Pilar. ‘I like women’: regarding feminine affinities in translation. In: FLOTOW, Luise von (org.). *Translating Women*. Ottawa: University of Ottawa Press, 2011. p. 119-134.

GRUNVALD, Vi. “algumas reflexões pessoais sobre a descolonização da queer”. *cidade Queer, uma leitora*. São Paulo: Edições Aurora, 2017, p. 22–33.

HABIB, Ian (Lilian, Anali, Sebastian, Ian Geike) Guimarães. *Corpos transformacionais: a transformação corporal nas artes da cena*. 2021. 345 f. Dissertação (Mestrado) — Curso de Dança, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

HALBERSTAM, Jack. *Female Masculinity*. Durham e Londres: Duke University Press, 1998.

HALBERSTAM, Jack. *A arte queer do fracasso*. Tradução de Bhuvi Libanio. Recife: Cepe, 2020[2011].

HAN, Byung-Chul. *Sociedade da Transparência*. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Editora Vozes, 2017[2012].

HARAWAY, Donna. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. Tradução de Mariza Corrêa. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7–41, 1995[1988].

HARAWAY, Donna. “Os manifestos de Donna Haraway: do ciborgue às espécies companheiras — Quando jamais fomos humanos, o que fazer? Entrevista com Donna Haraway por Nicholas Gane”. Tradução de Fernando Silva e Silva. In: HARAWAY, Donna. *O manifesto das espécies companheiras — Cachorros, pessoas*

e alteridade significativa. Tradução de Pê Moreira. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021[2006], p. 121–163.

HATHERLY, Ana. *A idade da escrita e outros poemas*. São Paulo: Escrituras Editora, 2005[1998].

HAWKESWORTH, Mary (edit.). *Signs: Journal of Women in Culture and Society*. Chicago: University of Chicago Press, 2014.

HENRY-TIERNEY, Pauline. “At the confluence of queer and translation”. In: FLOTOW, Luise von; KAMAL, Hala. *Routledge Handbook of Translation, Feminism and Gender*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2020, p. 255–265.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. “Introdução”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: sexualidades no sul global*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 11–28.

HOLMES, James. “The Name and Nature of Translation Studies”. In: VENUTI, Lawrence. *The Translation Studies Reader*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2000[1972], p. 172–185.

hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Tradução de Ana Luiza Libânio. 2ª edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018[2000].

IBARZ, Mercè. “Silencis, interrupcions, mites”. In: MARÇAL, Maria-Mercè. *Sota el signe del drac — A cura de Mercè Ibarz. Proses 1985–1997*. Barcelona: Proa, 2004.

JAGOSE, Annamarie. “Queer”. Tradução de Ana Cecília Acioli Lima. In: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Cláudia de Lima; LIMA, Ana Cecília A. (orgs.). In: *Traduções da Cultura: Perspectivas críticas feministas (1970–2010)*. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017[1996], p. 436–477.

JAKOBSON, Roman. “Aspectos lingüísticos da tradução”. In: *Linguística e Comunicação*. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2010.

JULIÀ, Lluïsa. *Maria-Mercè Marçal: Una vida*. Barcelona: Galàxia Gutenberg, 2017.

LARKOSH, Christopher. “James S. Holmes, Translation Studies, and the queer ethics of the first person”. In: SANTAEMILIA, José (Org.). *Traducir para la igualdad sexual — Translating for Sexual Equality*. Granada: Editorial Comares, 2017, p. 157–172.

LARKOSH, Christopher (ed.). *Re-engendering translation. Transcultural practice, gender/sexuality and the politics of alterity*. Manchester: St. Jerome, 2011.

LAURETIS, Teresa. “Teoria queer, 20 anos depois: identidade, sexualidade e política”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019[2010], p. 397–410.

LEAL, abigail Campos. “no olho do cu(ir): centro e margens de uma palavra desgastada”. *cidade Queer, uma leitora*. São Paulo: Edições Aurora, 2017, p. 34–43.

LEOPOLDO, Rafael. *Cartografia do pensamento queer*. Salvador: Editora Devires, 2020.

LEWIS, Elizabeth Sara. “‘This is My Girlfriend, Linda’ — Translating Queer Relationships in Film: A Case Study of the Subtitles for *Gia* and a Proposal for Developing the Field of Queer Translation Studies”. In *Other Words... The Journal for Literary Translators*, n. 35, Winter, 2010, p. 3–22.

LLORCA ANTOLÍN, Fina. “‘Terra on arrelar’: la construcció de genealogia literària femenina segons Maria-Mercè Marçal”. *Lectora — revista de dones i textualitat*, n. 10, 2004, p. 217–231.

LORDE, Audre. *Irmã Outsider*. Tradução de Stephanie Borges. Autêntica: São Paulo, 2019[1984].

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho — Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 3ª edição revista e ampliada. Belo Horizonte: Autêntica Editora (Argos), 2018.

MARÇAL, Maria-Mercè. *Degelo*. Tradução de Beatriz Regina Guimarães Barboza e Meritxell Hernando Marsal. Bragança Paulista e Pontevedra: Urutau, 2019[1989].

MARÇAL, Maria-Mercè. *Sota el signe del drac — A cura de Mercè Ibarz. Proses 1985–1997*. Barcelona: Proa, 2004.

MARÇAL, Maria-Mercè. *Llengua abolida – Poesia Completa 1973-1998*. Barcelona: Edicions 62, 2017.

MARÇAL, Maria-Mercè. *La passió segons Renée Vivien*. Barcelona: Edicions 62, 2018[1995].

MARÇAL, Maria-Mercè. *Fragmentos do discurso sobre a autoridade feminina — Entre mulheres*. Tradução de be rgb e Meritxell Hernando Marsal. Belo Horizonte: Chão da Feira, Caderno de Leitura 149, 2022.

MARÇAL, Maria-Mercè. *Elogio do Dragão — Sob o signo do dragão*. Tradução de be rgb e Meritxell Hernando Marsal. Belo Horizonte: Chão da Feira, Caderno de Leitura 150, 2022.

MARCO, Marcella De; TOTO, Piero. *Gender Approaches in the Translation Classroom — Training the Doers*. Londres: Palgrave Macmillan, 2019.

MARCUS, Jane. “Laughing at Leviticus: ‘Nightwood’ as Woman’s Circus Epic”. *Cultural Critique*, no. 13, “The Construction of Gender and Modes of Social Division”, Autumn, 1989, p. 143–190.

MARINO, Mariana. *Peito aberto até a garganta*. Bragança Paulista: Editora Urutau, 2020.

MARQUES, Ana Martins. *O livro das semelhanças*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MARTINS, Susana S. "Gender Trouble and Lesbian Desire in Djuna Barnes's 'Nightwood'". *Frontiers: A Journal of Women Studies*, vol. 20, n. 3, 1999, p. 108–126.

MATOS, Naylane Araújo; BARBOZA, Beatriz Regina Guimarães; SANTOS, Sheila Cristina dos. "Estudos Feministas de Tradução: um recorte de pesquisas do Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução (PGET-UFSC)". *Belas Infieis*, 7(2), 2018, 43-61.

MAYER, Claudia. *queer no Brasil: resistência e empoderamento na (re)apresentação de si*. Ponta Grossa: Editora Monstro dos Mares, 2019.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. "Ideologia de gênero': notas para a geneologia de um pânico moral contemporâneo". *Revista Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, set./dez., 2017.

MOGROVEJO, Norma. "O queer, as mulheres e as lésbicas na academia e no ativismo em Abya Yala". In: Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: sexualidades no sul global*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 33–57.

MOHANTY, Chandra Talpade. "Sob os olhos do ocidente: estudos feministas e discursos coloniais". In: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Claudia de Lima; LIMA, Ana Cecília A. (orgs.). In: *Traduções da Cultura: Perspectivas críticas feministas (1970–2010)*. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017[1988], p. 309–353.

MOMBAÇA, Jota. "não se nasce monstra, tampouco uma se torna". *cidade Queer, uma leitora*. São Paulo: Edições Aurora, 2017, p. 16–21.

MORAGA, Cherríe; ANZALDÚA, Gloria (Orgs.). *This bridge called my back: writings by radical women of color*, 1ª edição. Watertown, Massachussets: Persephone Press, 1981.

MUNDAY, Jeremy. *Introducing Translation Studies — Theories and applications*. 4a. edição. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2016.

NASCIMENTO (DOS SANTOS), Tatiana. “diz/topias – Que território criam as línguas da poesia lésbica negra?”. *Suplemento Pernambuco*, n. 170, abril de 2020, p. 12–17.

NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NAGAR, Richa; DAVIS, Kathy; BUTLER, Judith; KEATING, AnaLouise; COSTA, Claudia de Lima; ALVAREZ, Sonia E.; ALTINAY, Ayşe Gül; ERGUN, Emek; CASTRO, Olga. “A Cross-Disciplinary Roundtable on the Feminist Politics of Translation”. In: CASTRO, Olga; ERGUN, Emek (orgs.). *Feminist Translation Studies: Local and Transnational Perspectives*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2017.

NAVARRO, Pablo Pérez. “Prefácio para uma cartografia”. LEOPOLDO, Rafael. *Cartografia do pensamento queer*. Salvador: Editora Devires, 2020, p. 11–19.

OLIVEIRA, Paulo. “Tradução & ética”. In: AMORIM, Lauro Maia; RODRIGUES, Cristina Carneiro; STUPIELLO, Érika Nogueira de Andrade (org.). *Tradução & perspectivas teóricas e práticas*. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2015.

PALEKAR, Shalmalee. “Re-mapping translation — queerying the crossroads”. In: EPSTEIN, B. J.; GILLETT, Robert. *Queer in Translation*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2017, p. 8–24.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. “Travessura revolucionária — Uma teia de erros em torno da feminista Nísia Floresta, nascida há 210 anos”. *Piauí*, 6 de outubro

de 2020, online. Disponível em:< <https://piaui.folha.uol.com.br/travessura-revolucionaria/>>. Acesso em 28 de maio de 2021.

PARSONS, Deborah. “Barnes’s Hilarious Sorrow: *Nightwood*”. *Djuna Barnes*. Plymouth: Northcote House Publishers Ltd., 2003, p. 60–83.

PONTES OUTRAS. “‘Onda’, um poema de Nguyễn Thị Xuân Quỳnh traduzido por Ngo Minh Thuy”. Publicado em 16 de maio de 2019. Disponível em:< <https://pontesoutras.wordpress.com/2019/05/16/onda-um-poema-de-nguyen-thi-xuan-quynh-traduzido-por-ngo-minh-thuy/>>. Acesso em 5 de abril de 2020.

PRECIADO, Paul. *Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. Rio de Janeiro: n-1 edições, 2018.

PYM, Anthony. *Explorando Teorias da Tradução*. Trad. Rodrigo Borges de Faveri, Claudia Borges de Faveri e Juliana Steil. São Paulo: Perspectiva, 2017[2010].

OLIVEIRA, Thiago Ranniery Moreira de; PARAÍSO, Marlucy Alves. “Mapas, dança, desenhos: a cartografia como método de pesquisa em educação”. *Pro-Posições*, v. 23, n. 3 (69), set./dez., 2012, p. 159–178.

OVÍDIO. *As metamorfoses*. Tradução de Anderson de Araújo Martins Esteves, Antônio Martinez de Rezende, Arlete José Mota, Brunno Vinicius Gonçalves Vieira, Cláudio Aquati, Fernando Coelho, José Ernesto de Vargas, Juvino Alves Maia Júnior, Leila Teresinha Maraschin, Luiz Henrique Milani Queriquelli, Matheus Trevizam, Mauri Furlan, Milton Marques Júnior, Paulo Sérgio de Vasconcellos, Rodrigo Tadeu Gonçalves e Sandra Maria Gualberto Braga Bianchet. Florianópolis: Editora da UFSC, 2017.

PELÚCIO, Larissa. “Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil?”. *Revista Periódicus*, 1ª edição, maio-outubro, 2014, p. 68–91.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. “Queer nos trópicos”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: sexualidades no sul global*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020[2012], p. 89–110.

PERRA, Hija. “Interpretações imundas de como a *Teoria Queer* coloniza nosso contexto *sudaca*, pobre de aspirações e terceiro-mundista, perturbando com novas construções de gênero aos humanos encantados com a heteronorma”. *Revista Periódicus*, 2ª edição, novembro de 2014 — abril 2015, p. 1–8.

PRECIADO, Paul. *Testo Junkie*. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PRECIADO, Paul. *Um apartamento em Urano — crônicas da travessia*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PRECIADO, Paul. “Paul B. Preciado: ‘El sujeto del feminismo es el proyecto de transformación radical de la sociedad en su conjunto’”. *el Diario.es*, online, 11 de outubro de 2019. Disponível em:< https://www.eldiario.es/sociedad/entrevista-paul-preciado_128_1320669.html>. Acesso em 1 de junho de 2021.

GULDIN, Rainer. “Translation as metaphor in psychoanalysis, anthropology and ethnography, postcolonial theory, history and literature”. *Translation as Metaphor*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2016, pp. 69-78.

RAIZ (DO NASCIMENTO), Julia. “Anne Carson e A Verdade Sobre Deus”. *Belas Infieis*, v. 9, n. 2, 2020, p. 281–287.

RAIZ (DO NASCIMENTO), Julia; SIQUEIRA, Emanuela Carla. “Metáforas do pecado original: uma tradução de gênero do poema ‘Barbie as a religious fanatic’ de Denise Duhamel”. In: MATOS, Naylane Araújo; OLIVEIRA, Leide Daiane de A.; BARBOZA, Beatriz Regina G. (Orgs.). *Caderno de resumos do I Simpósio: Feminismos e decolonialidades na literatura e na tradução*. Florianópolis: Grupo de Estudos Feministas na Literatura e na Tradução/Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina, 2017, p. 10.

RAIZ (DO NASCIMENTO), Julia. “Pensar forma pra alargar arena”. *gueto — revista literária luso-brasileira*, no prelo.

REA, Caterina. “Crítica Queer Racializada e deslocamentos para o Sul global”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: sexualidades no sul global*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020[2017], p. 67–77.

RIBA, Caterina. *L’obra poètica de Maria-Mercè Marçal*. Una aproximació des dels estudis de gènere i la literatura comparada. 2012. 318 f. Tese doctoral. Universitat de Vic, Vic, 2012.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RICH, Adrienne. “Quando da morte acordarmos: a escrita como re-visão”. Trad. Susana Bornéo Funck. In: BRANDÃO, Izabel et al. (orgs.). *Traduções da cultura. Perspectivas críticas feministas (1970-2010)*. Florianópolis: Editora Mulheres/ EdUFAL, 2017[1971], p. 64-84.

RICH, Adrienne. “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica”. Tradução de Angélica Freitas. In: RICH, Adrienne. *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica & outros ensaios*. Tradução de Angélica Freitas e Daniel Lühmann. Rio de Janeiro: A Bolha Editora, 2019[1980], p. 25–108.

RIVAS, Felipe. “Diga ‘queer’ con la lengua afuera: Sobre las confusiones del debate latinoamericano”. In: DÍAZ, Jorge (org.) *Por un feminismo sin mujeres: fragmentos de un segundo circuito disidencia sexual*. Santiago: Territorios Sexuales Ediciones, 2011, p. 59–75.

RODRIGUES, Carla. “Para além do gênero: anotações sobre a recepção da obra de Butler no Brasil”. *Em construção*, n. 5, 2019, p. 59–72.

ROLNIK, Suely. “Nova suavidade”. *Núcleo de Estudos da Subjetividade*, 1986, online.

RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SANTAEMILIA, José. “Traducir para la igualdad sexual: Hacia una ética activa y responsable”. In: SANTAEMILIA, José (Org.). *Traducir para la igualdad sexual — Translating for Sexual Equality*. Granada: Editorial Comares, 2017a, p. 1–10.

SANTAEMILIA, José. “A Corpus-Based Analysis of Terminology in Gender and Translation Research: The Case of *Feminist Translation*”. In: CASTRO, Olga; ERGUN, Emek (orgs.). *Feminist Translation Studies: Local and Transnational Perspectives*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2017b, p. 15–28.

SANTAEMILIA, José (ed.). *Gender, Sex and Translation*. Abingdon e Nova Iorque: Routledge, 2005.

SANT’ANA, Tiago. “‘Queermuseu’: A apropriação que acabou em censura”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 18 de setembro de 2017. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/queermuseu-a-apropriacao-que-acabou-em-censura/>>. Acesso em 30 de dezembro de 2021.

SANTOS-FILHO, Ismar Inácio dos. “Afrontas queer/cu-ir: linguagem não-binária na escrita acadêmica (implicações políticas e possibilidades). *Revista da Abralin*, v. 20, n. 3, p. 1256–1275, 2021.

SCHMIDT, Simone Pereira. “Ainda o feminismo, ou o feminismo ainda mais”. In: FONTES, Luísa Cristina dos Santos; KAMITA, Rosana Cássia (Orgs.). *Mulher e literatura*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2015, p. 481–497.

SEXTON, Anne. *The Awful Rowing Toward God*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1975.

SIMON, Sherry. *Gender in translation: cultural identity and the politics of transmission*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1996.

SIMS, Drew. “Nursing whilst Non-Binary”. In: BARKER, John-Meg; GUPTA, Kat; TWIST, Jos. *Non-Binary Lives — An anthology of intersecting identities*. Londres: Jessica Kingsley Publishers, 2020, p. 14–27.

SPIVAK, Gayatri Chakravorti. The Politics of Translation. In: VENUTI, Lawrence (org.); BAKER, Mona (org. consultiva). *The Translation Studies Reader*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2000, p. 397–416.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. 2ª reimpressão, tradução de 2010. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014[1985].

SPURLIN, William J. “Queering Translation”. In: BERMAN, Sandra; PORTER, Catherine. *A Companion to Translation Studies*. West Sussex: John Wiley & Sons Ltd, 2014, p. 298–309.

STRYKER, SUSAN, «Saberes (des)sujeitados: uma introdução aos estudos transgênero», tradução de Lux Ferreira Lima. *Ponto Urbe* [Online], n. 28, 2021[2006].

SULLIVAN, Nikki. *A critical introduction to queer theory*. Nova Iorque: New York University Press, 2003.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Editora Alameda, 2017.

TINET, Natasha. *Veludo violento*. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018.

TRÁVEZ, Diego Falconí. “Resentir lo queer/cuir/cuy(r) en Ecuador”. *El Telégrafo*, 7 de abril de 2014, online.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4ª edição, atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VALENCIA, Sayak. “Del queer al cuir: ostranénie geopolítica y epistémica desde el sur glocal”. In: CARRASCO, Raúl M. e LANUZA, Fernando R. (eds). *Queer & cuir: políticas de lo irreal*. Cidade do México: editorial fontamara, 2015, p. 19–38.

VIEIRA, Helena. “O transfeminismo como resultado histórico das trajetórias feministas”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 351–367.

VIVACQUA, Fernanda. *María Celia*. 2ª edição, bilíngue. Tradução de Anelise Freitas. Juiz de Fora: Edições Macondo, 2018.

WITTIG, Monique. “O pensamento *straight*”. Tradução de Ana Cecília Acioli Lima. In: BRANDÃO, Izabel et al. (orgs.). *Traduções da cultura*. Perspectivas críticas feministas (1970-2010). Florianópolis: Editora Mulheres/ EdUFAL, 2017[1980], p. 262-274.

WITTIG, Monique. “The point of view: Universal or particular?”. *Feminist Issues*, n. 3, Fall, 1983.